



## **ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

# **DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS E VULNERABILIDADE JUVENIL NO CONTEXTO METROPOLITANO FLUMINENSE: O CASO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, área de concentração, Produção e Análise da Informação Geográfica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

**MESTRANDA: DÉBORA SANTANA DE OLIVEIRA**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DRA. NEIDE LOPES PATARRA**

**RIO DE JANEIRO  
ABRIL DE 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Débora Santana de Oliveira**

**DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS E VULNERABILIDADE JUVENIL NO  
CONTEXTO METROPOLITANO: O CASO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, área de concentração, Produção e Análise da Informação Geográfica, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Neide Lopes Patarra**

**Rio de Janeiro  
Abril de 2006**



## **Banca Examinadora**

---

**Professora Dra. Neide Lopes Patarra (ENCE/IBGE)**  
**Orientadora**

---

**Professor Dr. Jailson de Souza e Silva (UFF/NITERÓI)**

---

**Professor Dr. César Ajara (ENCE / IBGE)**

**Dissertação defendida em 20 de abril de 2006**

## RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar algumas expressões de desigualdades sócio-espaciais e a sua influência nas condições de vulnerabilidade do segmento social juvenil do município de Nova Iguaçu, sito à Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Após a abordagem de algumas concepções teórico-conceituais acerca das categorias supracitadas, aprofundou-se a discussão acerca dos diferentes momentos históricos e as respectivas dinâmicas e intencionalidades que nortearam a estruturação da área metropolitana fluminense. Focalizando, posteriormente, na cidade de Nova Iguaçu e sua incorporação a região da Baixada Fluminense, analisou-se a organização de seu espaço intra-urbano de modo a apreender as desigualdades materializadas entre os seus 68 bairros.

Mediante a utilização de um conjunto de indicadores sociais, econômicos e de infra-estrutura procedeu-se à elaboração de uma tipologia de acordo com as desigualdades sócio-espaciais nesta escala. Esse procedimento metodológico permitiu a localização espacial das áreas onde são verificadas as piores condições de vida.

De posse da caracterização tipológica das desigualdades sócio-espaciais intra-urbanas, passou-se à análise do segmento social da juventude; pôde-se assim verificar a correspondência entre condições locais de vida e situações de vulnerabilidade a que estão submetidas amplas parcelas das juventudes e seu significado no atual contexto da globalização. Essa realidade é confirmada pelas vozes entrevistadas que relatam seus temores, suas decepções seus anseios e para onde se canalizam os resquícios de suas esperanças.

**ABSTRACT**

**DEDICATÓRIA**

**À MINHA AMADA AVÓ  
ALCINA MIZAEI VENTURA  
OBRIGADA POR TER LUTADO POR NÓS E ME ENSINADO O SENTIDO DE SER GUERREIRA.  
“MINHA ATITUDE MAIS FREQUENTE É A DE RESISTIR”  
(CLARICE LISPECTOR)**

**AOS MEUS PAIS,  
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA E SOLANGE SANTANA DE OLIVEIRA  
“ [...], O TEMPO NÃO SE CONTA EM DIAS, CONTA-SE EM ANOS – E NOTÍCIAS PODEM  
CHEGAR”  
(CLARICE LISPECTOR)**

**E AO MEU IRMÃO  
LUCIANO SANTANA DE OLIVEIRA  
“SOFRIMENTO NÃO É CAMINHO, SOFRIMENTO COMO CAMINHO SÓ SE PODE FALAR NO  
PASSADO, DIZENDO SOFRIMENTO FOI CAMINHO, SÓ SE TORNA ‘CAMINHO’ SE LEVOU A  
ALGUMA COISA. COMO VOCÊ JÁ ATRAVESSOU A RUA, EU DEVERIA TER DITO COM MUITO  
MAIS PRECISÃO: ‘PREFERIA QUE VOCÊ NÃO TIVESSE CORRIDO O RISCO, MAS VOCÊ  
CORREU O RISCO, E FICO CONTENTE DE VOCÊ TER SIDO CAPAZ [...]’  
(CLARICE LISPECTOR)**

## AGRADECIMENTOS

A DEUS POR TER ME FORTALECIDO PARA CONTINUAR PERSEGUINDO MEUS IDEAIS.

A ENCE/IBGE E SEUS FUNCIONÁRIOS PELO APOIO PRESTADO.

A MINHA ORIENTADORA NEIDE LOPES PATARRA, CUJA PRESENÇA FOI DETERMINANTE À MINHA PERMANÊNCIA NESTE PROGRAMA DE MESTRADO. MULHER FORTE, VIBRANTE, INCENTIVADORA E AMIGA, OBRIGADA POR TER CAMINHADO COMIGO. *“MAS NÃO SEI APRENDER AINDA A DESISTIR E TENHO MESMO MEDO DE DESISTIR E ME ENTREGAR [...]”*.

(Clarice Lispector)

A BANCA EXAMINADORA PELO ACEITE E DISPONIBILIDADE.

AOS PROFESSORES DA ÁREA 3 PELAS GRANDES CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.

AOS PROFESSORES CÉSAR AJARA E PAULO JANNUZZI CUJA SENSIBILIDADE, CARINHO, DEDICAÇÃO E, INDISCUTIVELMENTE, BRILHANTISMO E COMPROMETIMENTO ALIMENTAM A MINHA CRENÇA DE QUE VALE A PENA LUTAR POR UM MUNDO MAIS HUMANO.

AO MAURO, ALTAIR E ENEIDE DO DLI PELOS AUXÍLIOS PRESTADOS.

À DONA NEUZA DA SECRETARIA DA ESCOLA PELO CARINHO E DEDICAÇÃO AOS ALUNOS.

AOS COLEGAS E AMIGOS(AS) DE JORNADA NESTE MESTRADO, EM ESPECIAL, TAIANA, JUCIANO E LEONARDO. *“A CONCRETIZAÇÃO DE UMA PESSOA É MUITO DIFÍCIL. MAS NÃO É IRREALIZÁVEL.[...]”*. (Clarice Lispector)

AO ANTONIO TADEU POR TER VIABILIZADO CONTATOS INDISPENSÁVEIS À REALIZAÇÃO DESTA DISSERTAÇÃO.

AOS PROFESSORES IVALDO GONÇALVES DE LIMA, CARLOS ALBERTO FRANCO E TOMOKO YIDA PAGANELLI PELA FORÇA E INCENTIVO.

AO CARLOS EDUARDO LISA DAS CHAGAS PELO COMPANHEIRISMO E AMIZADE.

AO CORBINIANO SILVA PELA AMIZADE, SOLIDARIEDADE E AJUDA INCONDICIONAL. OBRIGADA POR TER FEITO TODOS OS MAPAS DESSA DISSERTAÇÃO COMO SE FOSSE A SUA.

À REGINA VIANNA E MÁXIMA GONÇALVES PELO INESTIMÁVEL INVESTIMENTO E ETERNA AMIZADE. “COMO É QUE SE PODE VER A CURVA TÃO LONGA DS COISAS SE SE ESTÁ TÃO PRÓXIMO COMO É PRÓXIMO O DIA”. (Clarice Lispector)

AOS AMIGOS(AS) DO COLÉGIO ESTADUAL TAIGUARA CHALAR DA SILVA PELO SOCORRO, CUIDADO, CARINHO E ACOLHIDA. “MAS A AMIZADE É ÚNICA. O RESTO DAS AFEIÇÕES NÃO SE CONTENTA COM OBRAS MÉDIAS”. (Machado de Assis)

AO PROFESSOR JOSÉ MARINHO (*IN MEMORIAN*)

AOS MEUS AMORES. “CERTAS COISAS NÃO SE DIZEM, PORQUE DIZENDO, DEIXAM DE SER DITAS PELO NÃO-DIZER, QUE DIZ MUITO MAIS”. (Clarice Lispector)

À VANIA AZAMOR, YVETTE AZAMOR, CLAUDIA AZAMOR E VALFRIDO PELA SOLICITUDE, ORIENTAÇÃO E LEVANTAMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU.

À EURIDES, MULHER AGUERRIDA, CARLA E ADÍLIO POR TEREM ME ASSESSORADO DE FORMA BRILHANTE NA ÁRDUA TAREFA DE LEVANTAMENTO DE CAMPO.

AOS MEUS ALUNOS(AS) PELO APRENDIZADO COTIDIANO QUE VOCÊS ME PROPORCIONAM E A TODOS OS MEUS COLEGAS DE TRABALHO.

À TIA LÉA , AO TIO RAIMUNDO E AO RICARDO PELO IMENSO CARINHO.

À MINHA IRMÃ RITA MARIA SILVA PASSOS. A SUA PARTICIPAÇÃO NESTE PROCESSO FOI IMPRESCINDÍVEL. ADEMAIS, NÃO TENHO PALAVRAS; POIS, O QUE VOCÊ FEZ POR MIM É INDIZÍVEL. OBRIGADA PELA SOLIDARIEDADE, COMPANHEIRISMO E AMIZADE.

*“E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

*E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar*

*É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração”*

Caminhos do coração - Gonzaguinha

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	PÁG. 24
<b>CAPÍTULO 1: DESIGUALDADES SÓCIO- ESPACIAIS NA METRÓPOLE FLUMINENSE .....</b>	<b>PÁG. 27</b>
<b>ALGUMAS NOTAS SOBRE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E ESPAÇO SOCIAL .....</b>	<b>PÁG. 27</b>
<i>1.1.1.</i>	
<i>A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DE BASE ECONÔMICA .....</i>	<i>PÁG. 29</i>
<i>1.1.2.</i>	
<i>A VISÃO RELACIONAL DE TERRITÓRIO .....</i>	<i>PÁG. 31</i>
<i>1.1.3.</i>	
<i>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITORIALIDADE .....</i>	<i>PÁG. 35</i>
<b>1.2.</b>	
<b>PROCESSO GEO-HISTÓRICO DA CONFORMAÇÃO DA ATUAL REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: A SEGREGAÇÃO COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA .....</b>	<b>PÁG. 39</b>
<i>1.2.1.</i>	
<i>CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E CONFORMAÇÃO DA ATUAL REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO .....</i>	<i>PÁG. 42</i>

## 1.2.2.

*A ORGANIZAÇÃO SÓCIO –ESPACIAL METROPOLITANA NOS ANOS  
90 .....PÁG. 58*

## 1.3.

*DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS NA METRÓPOLE  
FLUMINENSE: UM OLHAR ATRAVÉS DOS INDICADORES .....PÁG. 62*

## 1.3.1.

*ANÁLISE DOS INDICADORES PARA O CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS  
FLUMINENSES .....PÁG. 67*

## 1.3.2.

*ALGUMAS NOTAS SOBRE A CRIMINALIDADE NA RMRJ .....PÁG. 77*

## 1.3.2.1

*ALGUMAS NOTAS SOBRE AS INSTITUIÇÕES ENCARREGADAS DE  
MANTER A ORDEM .....PÁG. 84*

## CAPÍTULO 2:

*OCUPAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE E FORMAÇÃO  
TERRITORIAL DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU .....PÁG. 87*

## 2.1.

*A OCUPAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE .....PÁG. 87*

## 2.2.

*DE IGUASSÚ A NOVA IGUAÇU .....PÁG. 96*

## 2.3.

**CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU .....PÁG. 114**

## 2.3.1.

**ASPECTOS DEMOGRÁFICOS .....PÁG. 115**

## 2.3.2.

**INDICADORES ECONÔMICOS E DE RENDA DA PEA .....PÁG.122**

## 2.3.3.

**INDICADORES DE ESCOLARIZAÇÃO TOTAL DA POPULAÇÃO E DA  
PEA..... PÁG.125**

## 2.3.4.

**DISTRIBUIÇÃO DOS BENS E EQUIPAMENTOS URBANOS .PÁG.129**

## 2.3.4.1.

**DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO  
.....PÁG. 130**

## 2.3.4.2.

**DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA .....PÁG. 131**

## 2.3.4.3

**DO ACESSO AOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS CONVENCIONAIS  
..... PÁG. 132**

## 2.3.5.

**CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO TERRENO E INDICADORES DE  
INFRA-ESTRUTURA .....PÁG. 132**

## 2.3.5.1.

*CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO TERRENO .....PÁG. 133*

## 2.3.5.2.

*INDICADORES DE INFRA-ESTRUTURA .....PÁG. 134*

## 2.3.6.

*ALGUNS ASPECTOS DA VIOLÊNCIA .....PÁG. 138*

*2.4 MUDANDO DE ESCALA: A GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES  
SÓCIO-ESPACIAIS SEGUNDO A DIVISÃO ADMINISTRATIVA BAIRRO  
.....PÁG. 143*

## 2.4.1.

*PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DAS ANÁLISES INTRA-  
URBANA .....PÁG. 149*

## 2.4.2

*O QUE A TIPOLOGIA MOSTRA? .....PÁG. 165*

## CAPÍTULO 3:

*VULNERABILIDADE JUVENIL NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
.....PÁG. 167*

## 3.1.

*O QUE DEVEMOS ENTENDER COMO JUVENTUDE? .....PÁG. 167*

## 3.1.1.

*JUVENTUDES NUM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO .....PÁG. 175*

**3.2.**

**CARACTERIZAÇÃO, DESIGUALDADES E ESPECIFICIDADES DA JUVENTUDE DE NOVA IGUAÇU .....PÁG. 184**

**3.2.1.**

**DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS .....PÁG. 185**

**3.3.**

**JUVENTUDE E CRIMINALIDADE EM NOVA IGUAÇU .....PÁG. 196**

**3.3.1.**

**A EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO DA POPULAÇÃO JOVEM DE NOVA IGUAÇU SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA .....PÁG. 202**

**3.4.**

**ESPACIALIZAÇÃO DOS INDICADORES PARA CARACTERIZAÇÃO DAS JUVENTUDES DE NOVA IGUAÇU SEGUNDO A TIPOLOGIA OBTIDA NO CAPÍTULO 2 .....PÁG. 218**

**CAPÍTULO 4.**

**VOZES DA DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL E DAS VIOLÊNCIAS; PERCEPÇÕES E OPINIÕES DE UM ESPAÇO VIVIDO ..PÁG. 233**

**4.1.**

**DAS ENTREVISTAS COM OS AGENTES LOCAIS .....PÁG. 237**

**4.2**

**DAS ENTREVISTAS COM OS MORADORES .....PÁG. 243**

4.3

<i>ENTREVISTA COM OS JOVENS .....</i>	<i>PÁG. 247</i>
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</i>	<i>PÁG. 257</i>
<i>BIBLIOGRAFIA .....</i>	<i>PÁG. 259</i>
<i>ANEXOS .....</i>	<i>PÁG. 273</i>

**LISTAS DE TABELAS**

TABELA 1: POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	<u>PÁG. 64</u>
TABELA 2: INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1) .....	<u>PÁG. 65</u>
TABELA 3: INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2) .....	<u>PÁG. 66</u>
TABELA 4: POPULAÇÃO RESIDENTE PO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO PARA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO .....	<u>PÁG. 68</u>
TABELA 5: INDICADORES DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (1) .....	<u>PÁG. 69</u>
TABELA 06: INDICADORES DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2) .....	<u>PÁG. 70</u>
TABELA 07: INDICADORES DE INFRA-ESTRUTURA E DÉFICIT SOCIAL .....	<u>PÁG. 71</u>
TABELA 08: INDICADORES DE RENDIMENTO .....	<u>PÁG. 72</u>
TABELA 09: INDICADORES DE ESCOLARIZAÇÃO .....	<u>PÁG. 73</u>
TABELA 10: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	<u>PÁG. 74</u>
TABELA 11: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO <u>EM ATIVIDADE</u> .....	<u>PÁG. 75</u>
TABELA 12: EXISTÊNCIA DE HOSPITAIS CREDENCIADOS .....	<u>PÁG.76</u>
TABELA 13: EQUIPAMENTOS CULTURAIS .....	<u>PÁG. 77</u>
TABELA 14: ASPECTOS GERAIS E CONDIÇÃO NA FAMÍLIA POR TIPOS .....	<u>PÁG. 220</u>
TABELA 15: RENDIMENTO E PEA E ESCOLARIZAÇÃO POR TIPOS .....	<u>PÁG. 220</u>

## LISTAS DE GRÁFICOS

<u>GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</u>	<u>PÁG. 64</u>
<u>GRÁFICO 2: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 1980</u>	
<u>.....</u>	<u>PÁG. 117</u>
<u>GRÁFICO 3: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 1991</u>	
<u>.....</u>	<u>PÁG. 118</u>
<u>GRÁFICO 4: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	
<u>.....</u>	<u>PÁG. 118</u>
<u>GRÁFICO 5: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	
<u>.....</u>	<u>PÁG. 119</u>
<u>GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR RAÇA E COR DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU,</u>	
<u>2000 .....</u>	<u>PÁG. 121</u>
<u>GRÁFICO 7: CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA CIDADE</u>	
<u>DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u>PÁG. 123</u>
<u>GRÁFICO 8: RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA</u>	
<u>DE NOVA IGUAÇU, 2000 (1).....</u>	<u>PÁG. 124</u>
<u>GRÁFICO 9: RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA</u>	
<u>DE NOVA IGUAÇU, 2000 (2) .....</u>	<u>PÁG. 125</u>
<u>GRÁFICO 10: ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO TOTAL DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	
<u>.....</u>	<u>PÁG. 126</u>
<u>GRÁFICO 11: ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DA CIDADE DE NOVA</u>	
<u>IGUAÇU, 2000.....</u>	<u>PÁG. 127</u>
<u>GRÁFICO 12: CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	
<u>.....</u>	<u>PÁG. 133</u>

<u>GRÁFICO 13: DOMICÍLIOS COM ÁGUA CANALIZADA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 134</u>
<u>GRÁFICO 14: DOMICÍLIOS LIGADOS A REDE DE ESGOTO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 135</u>
<u>GRÁFICO 15: DOMICÍLIOS COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 136</u>
<u>GRÁFICO 16: LOGRADOUROS PAVIMENTADOS NA CIDADE DE NOVAIGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 136</u>
<u>GRÁFICO 17: LOGRADOUROS COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 137</u>
<u>GRÁFICO 18: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO AS UNIDADES REGIONAIS DE GOVERNO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 146</u>
<u>GRÁFICO 19: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 185</u>
<u>GRÁFICO 20: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS NA PEA POR SEXO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 186</u>
<u>GRÁFICO 21: POPULAÇÃO MASCULINA DE 15 A 24 ANOS OCUPADA NA PESA POR GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 187</u>
<u>GRÁFICO 22: POPULAÇÃO FEMININA DE 15 A 24 ANOS OCUPADA NA PESA POR GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 187</u>
<u>GRÁFICO 23: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS SEFGUNDO AS FAIXAS DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 188</u>
<u>GRÁFICO 24: ANOS MÉDIOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 15 A 29 ANOS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000</u>	<u>PÁG. 189</u>

<u>GRÁFICO 25: ANOS MÉDIOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 15 A 29 ANOS NA PEA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 189</b></u>
<u>GRÁFICO 26: DISTRIBUIÇÃO DA PEA MASCULINA DE 15 A 24 ANOS POR SETOR DE ATIVIDADE DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 190</b></u>
<u>GRÁFICO 27: DISTRIBUIÇÃO DA PEA FEMININA DE 15 A 24 ANOS POR SETOR DE ATIVIDADE DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 191</b></u>
<u>GRÁFICO 28: CONDIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS NA FAMÍLIA DA CIDADE DE NOVAIGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 192</b></u>
<u>GRÁFICO 29: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 192</b></u>
<u>GRÁFICO 30: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS NÃO OCUPADA E NÃO ESTUDANTE DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 193</b></u>
<u>GRÁFICO 31: PROPORÇÃO DOS FILHOS TIDOS E VIVOS NA POPULAÇÃO FEMININA EM IDADE REPRODUTIVA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 194</b></u>
<u>GRÁFICO 32: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS SEGUNDO A RELIGIÃO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 195</b></u>
<u>GRÁFICO 33: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO TOTAL DE CAUSAS DE MORTALIDADE POR GRUPO ETÁRIO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 1999 .....</u>	<u><b>PÁG. 205</b></u>
<u>GRÁFICO 34: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO TOTAL DE CAUSAS DE MORTALIDADE POR GRUPO ETÁRIO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u><b>PÁG. 205</b></u>
<u>GRÁFICO 35: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO TOTAL DE CAUSAS DE MORTALIDADE POR GRUPO ETÁRIO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2001 .....</u>	<u><b>PÁG. 206</b></u>
<u>GRÁFICO 36: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO TOTAL DE CAUSAS DE MORTALIDADE POR GRUPO ETÁRIO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2002 .....</u>	<u><b>PÁG. 206</b></u>

<u>GRÁFICO 37: EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE POR AGRESSÕES POR SEXO NA CIDADE DE NOVA DE NOVA IGUAÇU, 2003.....</u>	<u>PÁG. 207</u>
<u>GRÁFICO 38: EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE POR AGRESSÕES POR SEXO NA CIDADE DE NOVA DE NOVA IGUAÇU, 2004.....</u>	<u>PÁG. 207</u>
<u>GRÁFICO 39: EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE POR AGRESSÕES POR SEXO NA CIDADE DE NOVA DE NOVA IGUAÇU, 2005.....</u>	<u>PÁG. 208</u>
<u>GRÁFICO 40: TOTAL DE ÓBITOS POR GRUPO DE IDADE E SEXO SEGUNDO CAUSAS DE MORTALIDADE, CID 10, CAP. XX, 1999 .....</u>	<u>PÁG. 209</u>
<u>GRÁFICO 41: TOTAL DE ÓBITOS POR GRUPO DE IDADE E SEXO SEGUNDO CAUSAS DE MORTALIDADE, CID 10, CAP. XX, 2000 .....</u>	<u>PÁG. 209</u>
<u>GRÁFICO 42: TOTAL DE ÓBITOS POR GRUPO DE IDADE E SEXO SEGUNDO CAUSAS DE MORTALIDADE, CID 10, CAP. XX, 2001 .....</u>	<u>PÁG. 210</u>
<u>GRÁFICO 43: EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE POR AGRESSÕES POR SEXO NA CIDADE DE NOVA DE NOVA IGUAÇU, 2002 .....</u>	<u>PÁG. 210</u>
<u>GRÁFICO 44: TOTAL DE ÓBITOS POR GRUPO DE IDADE E SEXO SEGUNDO CAUSAS DE MORTALIDADE, CID 10, CAP. XX, 2003 .....</u>	<u>PÁG. 211</u>
<u>GRÁFICO 45: TOTAL DE ÓBITOS POR GRUPO DE IDADE E SEXO SEGUNDO CAUSAS DE MORTALIDADE, CID 10, CAP. XX, 2004 .....</u>	<u>PÁG. 211</u>
<u>GRÁFICO 46: TOTAL DE ÓBITOS POR GRUPO DE IDADE E SEXO SEGUNDO CAUSAS DE MORTALIDADE, CID 10, CAP. XX, 2005.....</u>	<u>PÁG. 212</u>
<u>GRÁFICO 47: TOTAL DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS DA POPULAÇÃO DE 15 A 29 ANOS SEGUNDO O SEXO NO PERÍODO 1999-2005 NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU .....</u>	<u>PÁG. 213</u>
<u>GRÁFICO 48: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO ESCOLARIDADE – CID 10 / CAP. XX, NOVA IGUAÇU, 1999 .....</u>	<u>PÁG. 214</u>

GRÁFICO 49: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO ESCOLARIDADE – CID 10 / CAP. XX, NOVA IGUAÇU,

2000 .....PÁG. 214

GRÁFICO 50: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO ESCOLARIDADE – CID 10 / CAP. XX, NOVA IGUAÇU,

2001 .....PÁG. 215

GRÁFICO 51: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO ESCOLARIDADE – CID 10 / CAP. XX, NOVA IGUAÇU,

2002 .....PÁG. 215

GRÁFICO 52: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO ESCOLARIDADE – CID 10 / CAP. XX, NOVA IGUAÇU,

2003 .....PÁG. 216

GRÁFICO 53: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO ESCOLARIDADE – CID 10 / CAP. XX, NOVA IGUAÇU,

2004 .....PÁG. 216

GRÁFICO 54: TOTAL DE ÓBITOS SEGUNDO ESCOLARIDADE – CID 10 / CAP. XX, NOVA IGUAÇU,

2005 .....PÁG. 217

**LISTAS DE QUADROS**

QUADRO 1: POPULAÇÃO SEGUNDO LOCAL DE TRABALHO E ESTUDO DA CIDADE DE NOVA

IGUAÇU, 2000 .....PÁG. 121

QUADRO 2: BAIROS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU AGREGADOS SEGUNDO A TIPOLOGIA

CONSTRUÍDA .....PÁG. 152

QUADRO 3 DADOS ABSOLUTOS DA MORTALIDADE NA CIDADE DE NOVAIGUAÇU NO PERÍODO

1999-2005 .....PÁG. 217

QUADRO 4 PERCENTUAIS DA MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E POR HOMICÍDIO NA

CIDADE DE NOVA IGUAÇU NO PERÍODO 1999-2005 .....PÁG. 218

## LISTAS DE FIGURAS

<u>FIGURA 1: AVENIDA BRASIL .....</u>	<u>PÁG. 47</u>
<u>FIGURA 2: LINHA VERMELHA .....</u>	<u>PÁG. 47</u>
<u>FIGURA 3: PONTE RIO-NITERÓI .....</u>	<u>PÁG. 48</u>
<u>FIGURA 4: RODOVIA PRESIDENTE DUTRA .....</u>	<u>PÁG. 47</u>
<u>FIGURA 5: MODELO DA EVOLUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO .....</u>	<u>PÁG. 56</u>
<u>FIGURA 6: REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: CLASSIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</u> <u>SÓCIO-ESPACIAL EM GRANDES TIPOS SEGUNDO A DINÂMICA ECONÔMICO SOCIAL</u> <u>.....</u>	<u>PÁG. 59</u>
<u>FIGURA 7: EVOLUÇÃO DAS MORTES POR HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO DE 15 A 29 ANOS DA</u> <u>RMRJ .....</u>	<u>PÁG. 83</u>
<u>FIGURA 8: MENINO SIMILANDO COMBATE A POLÍCIA .....</u>	<u>PÁG. 85</u>
<u>FIGURA 9: CAVEIRÃO .....</u>	<u>PÁG. 86</u>
<u>FIGURA 10: ESTRADA REAL DO CAFÉ – NOVA IGUAÇU .....</u>	<u>PÁG. 90</u>
<u>FIGURA 11: PORTO DA VILA DE IGUSSÚ / RUÍNAS .....</u>	<u>PÁG. 92</u>
<u>FIGURA 12: ESTRADA DE MAXAMBOMBA – NOVA IGUAÇU .....</u>	<u>PÁG. 92</u>
<u>FIGURA 13: ASPECTOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2000 .....</u>	<u>PÁG. 97</u>
<u>FIGURA 14: ESTRADA FERROVIÁRIA DE NOVAIGUAÇU EM 1946 .....</u>	<u>PÁG. 100</u>
<u>FIGURA 15: VISTA PARCIAL DE NOVA IGUAÇU – ESTRADA DAS LARANJEIRAS EM 1932</u> <u>.....</u>	<u>PÁG. 101</u>
<u>FIGURA 16: EMBARQUE DAS LARANJAS – NOVA IGUAÇU .....</u>	<u>PÁG. 103</u>
<u>FIGURA 17: ESTRADA FERROVIÁRIA SÉCULO XXI .....</u>	<u>PÁG. 106</u>
<u>FIGURA 18: AUTO CONSTRUÇÃO EM UM BAIRRO PERIFÉRICO – 2006 .....</u>	<u>PÁG. 107</u>

<u>FIGURA 19: CASA AUTO-CONSTRUÍDA, 2006 .....</u>	<u>PÁG. 108</u>
<u>FIGURA 20: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA .....</u>	<u>PÁG. 108</u>
<u>FIGURA 21: VISTA AÉREA DO CENTRO DE NOVA IGUAÇU .....</u>	<u>PÁG. 109</u>
<u>FIGURA 22: ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU – CENTRO COMERCIAL E</u> <u>FINANCEIRO .....</u>	<u>PÁG. 110</u>
<u>FIGURA 23: CONSTRUÇÕES VERTICALIZADAS DA DÉCADA DE 1990 .....</u>	<u>PÁG. 111</u>
<u>FIGURA 24: DESMEMBRAMENTO MUNICIPAL .....</u>	<u>PÁG. 113</u>
<u>FIGURA 54: VISTA AÉRES DA LOCALIDADE DE MORRO AGUDO .....</u>	<u>PÁG. 114</u>

## LISTAS DE MAPAS

<u>MAPA 1 - REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</u>	<b><u>PÁG. 63</u></b>
<u>MAPA 2 – BAIXADA FLUMINENSE DIVISÃO FÍSICO TERRITORIAL, 2000 .....</u>	<b><u>PÁG. 96</u></b>
<u>MAPA 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES .....</u>	<b><u>PÁG. 131</u></b>
<u>MAPA 4 – UNIDADES REGIONAIS DE GOVERNO .....</u>	<b><u>PÁG. 144</u></b>
<u>MAPA 5 – PROPORÇÃO DE DOMÍCIÍLIOS LIGADOS A REDE GERAL DE ESGOTO POR BAIRRO</u>	
<u>.....</u>	<b><u>PÁG. 153</u></b>
<u>MAPA 6 - PROPORÇÃO DE DOMÍCIÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR BAIRRO</u>	
<u>.....</u>	<b><u>PÁG. 154</u></b>
<u>MAPA 7 - PROPORÇÃO DE DOMÍCIÍLIOS COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO POR</u>	
<u>BAIRRO.....</u>	<b><u>PÁG. 155</u></b>
<u>MAPA 8 - PROPORÇÃO DE LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS POR BAIRROS</u>	
<u>.....</u>	<b><u>PÁG. 156</u></b>
<u>MAPA 9 - PROPORÇÃO DE LOGRADOUROS COM ACESSO A ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR BAIRROS</u>	
<u>.....</u>	<b><u>PÁG. 157</u></b>
<u>MAPA 10 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ANALFABETA POR BAIRROS .....</u>	<b><u>PÁG. 158</u></b>
<u>MAPA 11 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL COM ATÉ 04 ANOS DE ESTUDO POR BAIRROS</u>	
<u>.....</u>	<b><u>PÁG. 159</u></b>
<u>MAPA 12 - PROPORÇÃO DA PEA TOTAL COM ATÉ 04 ANOS DE ESTUDO POR BAIRROS</u>	
<u>.....</u>	<b><u>PÁG. 160</u></b>
<u>MAPA 13 - – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO TOTAL POR BAIRROS</u>	
<u>.....</u>	<b><u>PÁG. 161</u></b>
<u>MAPA 14 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA PEA POR BAIRROS .....</u>	<b><u>PÁG. 162</u></b>
<u>MAPA 15 - TAXA DE DESEMPREGO DA PEA POR BAIRRO .....</u>	<b><u>PÁG. 163</u></b>

<u>MAPA 16 – TIPOLOGIA DOS BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 164</u>
<u>MAPA 17 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS POR BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 222</u>
<u>MAPA 18 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS NÃO ESTUDANTE E NÃO OCUPADA POR BAIRROS .....</u>	<u>PÁG. 223</u>
<u>MAPA 19 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS ANALFABETA POR BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 224</u>
<u>MAPA 20 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA POR BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 225</u>
<u>MAPA 21 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 A 24 COM UM OU MAIS FILHOS POR BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 226</u>
<u>MAPA 22 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO RAÇA / COR POR BAIRRO ....</u>	<u>PÁG. 227</u>
<u>MAPA 23 – PROPORÇÃO DA PEA COM RENDA ATÉ 02 SALÁRIOS-MÍNIMOS POR BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 228</u>
<u>MAPA 24- PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM RENDA PER CAPITA ATÉ 02 SALÁRIOS MÍNIMOS POR BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 229</u>
<u>MAPA 25 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA POR BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 230</u>
<u>MAPA 26 – MÉDIA DA RENDA FAMILIAR POR BAIRRO .....</u>	<u>PÁG. 231</u>

## APRESENTAÇÃO

A presente dissertação objetiva discutir algumas expressões de desigualdades sócio-espaciais e a sua influência nas condições de vulnerabilidade do segmento social juvenil do município de Nova Iguaçu, sito à Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto esse estudo se reporta a algumas concepções teórico-conceituais das categorias espaço e território numa perspectiva de apreensão da organização sócio-espacial enquanto suporte analítico da dinâmica social nas escala espaço-temporal como uma categoria imprescindível ao trato / interpretação de expressões de desigualdade sócio-espaciais e o seu reatamento nas atuais condições de vida dos vários segmentos populacionais espacializados nos municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro \_RMRJ. Esta opção teórico-metodológica implicou na necessidade de uma reconstrução histórica desta região metropolitana até a contemporaneidade, perpassando as escalas do conjunto metropolitano fluminense, do município até chegar a unidade administrativa bairro.

No primeiro capítulo, após a abordagem de algumas concepções teórico-conceituais acerca das categorias supracitadas, aprofundou-se a discussão acerca dos diferentes momentos históricos e as respectivas dinâmicas e intencionalidades que nortearam a estruturação da área metropolitana fluminense; com o resgate destes processos sócio-espaciais mediados por várias relações de poder numa disputa permanente pela apropriação constante de novos e/ou velhos territórios com vistas ao atendimento de requisitos distintos, chegamos a atual configuração da região em tela. Para tanto, selecionamos um conjunto de

indicadores econômicos, sociais, de infra-estrutura , de acesso a cultura e aos bens e equipamentos culturais para tentarmos apreender as disparidades verificadas no seu conjunto.

No segundo capítulo também retomou-se a perspectiva da reconstrução histórica da Baixada Fluminense e da cidade de Nova Iguaçu no contexto de posterior conformação da RMRJ. A partir de então, seguiu-se a análise da organização do espaço intra-urbano da cidade de Nova Iguaçu, de modo a apreender-se as desigualdades materializadas entre os seus 68 bairros, utilizando-se, também, um conjunto de indicadores sociais, econômicos e de infra-estrutura que permite, em alguma medida, mensurar os déficits sociais verificados internamente. Após tal procedimento estruturou-se uma tipologia dos bairros segundo a distribuição dos recursos econômicos, sociais e de infra-estrutura.

No terceiro capítulo, de posse da caracterização tipológica das desigualdades sócio-espaciais intra-urbanas, passou-se à análise do segmento social da juventude de 15 a 24 anos, de modo a verificarmos a correspondência das condições locais de vida com as respectivas situações de vulnerabilidade a que estão submetidas amplas parcelas das juventudes e o seu significado no atual contexto da globalização. Após a seleção e análise de um conjunto de indicadores referentes aos aspectos econômico, da escolarização, a condição no mercado de trabalho e no grupo familiar, cotejamos com a referida tipologia para verificarmos se esta representa ou não as desigualdades verificadas.

No quarto e último capítulo, prosseguindo na metodologia quanti-quali utilizada no estudo apresenta-se um conjunto de entrevistas qualitativas realizadas junto ao poder público municipal, agentes locais, moradores e dos

jovens com vistas a captar as opiniões e percepções destes sobre o seu espaço vivido.

## **Capítulo 1**

### **Desigualdades Sócio-Espaciais na Metrópole Fluminense**

De início, acreditamos que antes de tecermos algumas considerações necessárias ao entendimento da configuração da atual geografia das desigualdades sócio-espaciais na metrópole fluminense convém conceituar território e, respectivamente, territorialidade, tendo em vista que este conceito implica algumas confusões teóricas; e, dependendo do sentido atribuído a esta categoria científica que figura no campo de discussão de outras ciências, as interpretações e/ou conceituações podem apresentar alguns equívocos.

Para tanto, apresentaremos uma discussão teórico-conceitual nos próximos parágrafos, sobre esta categoria de análise científica e social na concepção da ciência geográfica.

#### **1.1**

##### **Algumas notas sobre Território, Territorialidade e Espaço Social**

Em primeiro lugar, convém esclarecer que espaço e território não são termos e/ou conceitos sinônimos; daí, entende-se que é importante explicitar qual noção de território utilizaremos, bem como, esclarecer a linha teórico-conceitual com a qual trabalharemos em função da temática priorizada neste estudo.

A polêmica acerca da conceituação sobre território e territorialidade não é recente; esta vem se dando desde a década de 60. Por dizerem respeito a espacialidade humana, estes dois conceitos possuem uma certa tradição em outras áreas científicas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia,

Psicologia e a Sociologia. Tendo em vista que os enfoques privilegiados pelas diferentes ciências que utilizam o conceito de território abrangem diferentes perspectivas, convém explicitar que privilegiaremos a perspectiva da ciência geográfica na definição deste conceito, aquela que segundo Haesbaert (2004) “tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve [ria] incluir a interação sociedade-de-natureza)” (p. 37). Todavia, devemos esclarecer que a polissemia deste conceito também é verificável nos domínios da ciência geográfica.

Em geral, quando se fala do território, este quase sempre é associado ao Território Nacional \_a base e/ou substrato físico-material de um país; o entendimento do que vem a ser o território não deve se restringir à escala nacional em sua associação direta com o Estado; pois, de acordo com Souza (1999), “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (...); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (p. 81).

Após analisar várias conceituações sobre território existentes, (Haesbaert 1995 e 1997 e Haesbaert e Limonad 1999 *apud* Haesbaert 2004) agregaram-nas em quatro dimensões que usualmente são utilizadas na definição do mesmo, a saber: política, cultural, econômica e natural; estas, entretanto, foram reagrupadas pelo último autor citado acima (ao retomar um dos seus artigos recentes), segundo um conjunto de perspectivas teóricas classificadas em: a) *binômio materialismo –idealismo* e b) *binômio espaço-tempo*.

- a) O binômio *materialismo-idealismo* se desdobra em duas perspectivas: a perspectiva parcial e a perspectiva integradora do território; onde, a perspectiva parcial seria aquela *que enfatiza uma dimensão* e, a perspectiva integradora aquela que consiste *na resposta a problemáticas que, condensadas através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas* do território (p. 41).
- b) O *binômio espaço-tempo*, pode ser apreendido em dois sentidos: no seu caráter absoluto ou relacional e na sua historicidade e geograficidade; onde o caráter absoluto ou relacional *incorpora ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação)* e a historicidade e geograficidade, aquela que procura dimensionar *se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado (s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s)* (p. 41).

Dentre as linhas teóricas e as dimensões conceituais de território discutidas por Haesbaert, destacaremos fundamentalmente duas posições: *a materialista \_de concepção de base econômica\_ e a visão relacional de território*, por serem estas as concepções de alguns autores cujas bibliografias foram consideradas indispensáveis ao embasamento das discussões apresentadas no referido estudo.

### 1.1.1

#### **A concepção materialista de base econômica**

A concepção materialista de base econômica do território apresenta uma forte perspectiva social; em geral, assim como os marxistas, os teóricos que a adotam consideram a base material, em especial as “relações de produção”, como o fundamento para compreender a organização do território. Dentre os geógrafos que mais privilegiaram a dimensão econômica, ou seja, o *uso econômico sobretudo como definidor por excelência do território*, embora em fortes vínculos com outras perspectivas, destacamos as consistentes contribuições de Milton Santos, que no dizer de Haesbaert defendia uma abordagem geográfica integradora e “totalizante”.

Para o geógrafo Milton Santos, de acordo com a lógica dos seus atores, o território poderia ser utilizado como *recurso* ou como *abrigo*; logo, a concepção de “*território usado*” defendida por este autor era entendida como um espaço de interesses conflitantes; enquanto para os chamados “*atores hegemônicos*” o território era tido como um recurso à garantia da realização de interesses particularizados, para os “*atores hegemonzados*” este era tido simultaneamente como um abrigo em que a adaptação ao meio geográfico local vem acompanhada da recriação permanente de estratégias e/ou alternativas de sobrevivência. Esta interpretação acerca do “*território usado*” fez com que Santos afirmasse categoricamente que o mesmo é composto por um “*sistema de objetos e um sistema de ações*”, que pode ser formado “*de lugares contíguos e de lugares em rede*”, onde a informação é o principal instrumento de conexão das diversas partes que o compõe (Santos, 1994 apud Haesbaert, 2004, p. 60). Deste modo, pode-se considerar que

o território reúne informações local e externamente definidas, vinculadas a um conteúdo técnico e a um conteúdo político, uma dialética que se afirma

mediante um controle 'local' da técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção" (p. 17). O comando "local" do território depende de sua densidade técnica e/ou funcional-informacional (p.18), enquanto o "controle distante", global, a "escala da política", ao contrário do que acontecia "antes do enfraquecimento do Estado territorial" (p. 19), é completamente dissociado, o que acirra os conflitos entre "um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global", (...) (p. 60).

Segundo Haesbaert, o que permite incorporar a conceituação de território de Santos numa perspectiva econômica é ênfase que este "dá à 'funcionalização' e ao conteúdo técnico dos territórios" (p. 61) inerentes à dinâmica capitalista, hoje, mediada pelo meio "técnico-científico informacional".

### 1.1.2

#### **A visão relacional de território**

Dentre os autores que se referem ao território considerado a partir de uma perspectiva relacional do espaço, sobretudo, no que se refere à produção territorial mediada pelas relações de poder, destacamos Raffestin. Em sua definição de território, este geógrafo nos legou uma enorme contribuição, afirmando com propriedade que o território se forma a partir do espaço, ou seja a partir de uma ação conduzida por um ator sintagmático (1993). A partir dessa premissa, Raffestin define o território como um espaço apropriado concreta ou abstratamente por um conjunto de atores que o territorializam, ou ainda, que o território, cuja palavra é originária do latim *territorium*, é uma construção humana a partir do espaço pré-idealizada em que estão representadas relações de poder, em geral, assimétricos, subjacentes à sua apropriação e/ou delimitação.

O autor prossegue ressaltando que a produção do território, em função de todas as relações que envolve, se inscreve num campo que ao ser representado

revela uma imagem correspondente as relações e/ou modo de produção vigentes; onde, as representações no espaço seriam a *transcrição dos objetivos intencionais* de quem os produziu de forma a comunicar as suas intenções através de um sistema de relações sociais.

De acordo com os *objetivos intencionais* e/ou as diferentes perspectivas que norteiam a produção do espaço pelos seus diferentes atores, pode-se ter diferentes *representações territoriais* com os seus respectivos sistemas de conexão; estes sistemas de conexão \_por exemplo, as redes<sup>1</sup>\_, podem ser ou não observáveis e, por sua vez, dependem das ações e/ou comportamentos que se traduzem na produção territorial ou na relação desenvolvida com ou no território com vistas a sua diferenciação *na produção do campo operatório da sua ação (ibidem)*.

Assim,

os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações (*ibidem*, p. 150-151).

Raffestin prossegue afirmando que são

---

<sup>1</sup> Para Raffestin uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas; esta, por sua vez, pode ser concreta ou abstrata, invisível ou visível, assegura o controle do espaço e o controle no espaço e é uma imagem do poder do ou dos atores dominantes. Sobre esse assunto, ver RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens (*ibidem*, p. 151).

Como vimos nas citações acima, o caráter territorializador dos diferentes atores e/ou grupos sociais no espaço que tendem a produzir territórios distintos cujas formas, arranjos e paisagens “demonstram” (através da aparência) os objetivos e as ações diferenciadas na apropriação espacial; criando, assim, diversas *imagens*, configurações ou um mosaico territorial normatizado e controlado politicamente.

A este respeito Raffestin reitera que

as imagens “territoriais” revelam as relações de produção e conseqüentemente de poder (...). Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o Estado nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de territórios se inscreve perfeitamente no campo de poder de nossa problemática relacional (*ibidem*, p.152-153).

A partir da perspectiva apontada, pode-se considerar que se o território é definido por e a partir de relações de poder; e, para além da dimensão política, também lhe é atribuída uma dimensão ideológica mediada por relações de poder. O poder, sustenta ARENDT *apud* SOUZA, “corresponde à habilidade de não apenas agir, mas de agir em unísono, em comum acordo” (1999, p. 80). Logo,

este não é um atributo de apenas um indivíduo, mas de um grupo enquanto se mantém unido.

Outro autor que também compartilha da perspectiva relacional de território é Souza. Não obstante as valiosas contribuições de Raffestin acerca do que podemos entender por território, este geógrafo ressalva que “Raffestin incorre no equívoco de ‘coisificar’, ‘reificar’ o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material \_vale dizer, o espaço social”<sup>2</sup> (*ibidem*, p. 96), que se define

primeiramente, ou em sua dimensão material e objetiva, um produto da transformação da natureza (do espaço natural: solo, rios, etc.) pelo trabalho social. Palco das relações sociais, o espaço é, portanto, um palco verdadeiramente construído, modelado, embora em graus muito variados de intervenção e alteração pelo homem, das mínimas modificações introduzidas por uma sociedade de caçadores e coletores (...) até um “ambiente construído” e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea (...), passando pelas pastagens e pelos campos de cultivo, pelos pequenos assentamentos e etc..[...] (Souza, 1997, p.23).

Este, por sua vez, não se resume a um “*espaço abstrato ou puramente metafórico*” e, muito menos, a uma “*entidade apenas objetiva*”. No dizer de Souza (1997) a objetividade do espaço

é lida (inter) subjetivamente, sua materialidade é dotada de significações específicas para cada indivíduo (subjetividade) mas que são, também, em certa medida, compartilhadas por vários indivíduos (intersubjetividade). Palco material e objetivo das relações sociais, o espaço, no contexto da experiência de sujeitos cognoscentes organizados em sociedade, é, em certa medida, “construído” (inter)subjetivamente: bairro, região, “terra natal”, “pátria”... (...). Em quanto lugar, o espaço transcende sua condição meramente objetiva, de suporte material para o existir humano (produzir, habitar,, circular, amar, guerrear), reaparecendo em um plano conceitualmente mais elevado: materialidade dotada e significado, parte da experiência humana (...) (*ibidem*, p. 23).

---

<sup>2</sup> Ver SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: Território, nº 3, jul./dez, 1997. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ Garamond.

Deste modo, a conceituação de território apresentada por Raffestin não rompe com a identificação do território com seu substrato material. Souza (1999) complementa a sua observação afirmando que Raffestin “não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (p. 07).

Neste sentido, “vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante de nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças” (*ibidem*, p.86). Um exemplo da observação acima são os chamados territórios móveis que “por serem os seus limites tão instáveis, mostram perfeitamente o quanto o território, enquanto campo de forças, logicamente existe sobre um espaço, na conta de uma capa invisível deste, mas não devendo, só por isso, ser confundido com o substrato material” (*ibidem*, p. 97-98).

### 1.1.3

#### **Algumas considerações sobre o conceito de territorialidade**

No que se refere à territorialidade, Raffestin também deixou-nos considerações bastante valiosas. Para o mesmo esta “se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (*ibidem*, p. 161) ou, “como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade, ou seja, numa relação diferenciada com os demais atores. A partir desta consideração, o autor nos afirma categoricamente que:

tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder (ibidem, p.161-162).

Entretanto, completa Raffestin,

não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica (ibidem, p. 162).

Pelo descrito nas linhas acima, e conforme nos afirma Haesbaert, nota-se que o elemento básico constituinte da territorialidade na definição de Raffestin é o caráter humano e social.

Outro autor que segundo Haesbaert propõe uma definição de territorialidade semelhante à visão de Raffestin é Sack, sobretudo quando este afirma que *“a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social”*. Na visão de Sack, o território não se constitui em algo definitivamente estabelecido, ou seja, estático ou ainda estável por um longo período de tempo; e, no que se refere à territorialidade humana, esta

envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado”, mas ela é ‘melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada’(...). O uso da territorialidade ‘depende de quem está influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar de lugar, espaço e tempo’ (Sack apud Haesbaert, p. 86).

Para Sack a territorialidade também apresenta uma dimensão concreta de poder, porém, esta aparece como um recurso estratégico que pode ser ou não utilizado pelo(s) grupo(s) social (is) em seu contexto histórico e geográfico. A esse respeito, Haesbaert ao analisar a noção de territorialidade proposta por Sack, chama atenção para o fato de que embora este autor centralize-se na perspectiva política, também reconhece as dimensões econômica e cultural, de tal modo que para ele, a territorialidade é

a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir / afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela definição e afirmação do controle sobre uma área geográfica (Sack *apud* Haesbaert, 2004, p. 87).

Sack ainda reconhece a existência de vários níveis de territorialidade que, segundo Haesbaert, reflete os diferentes graus de acessibilidade “às pessoas, as coisas e relações” bem como, “três relações interdependentes que estão contidas na definição de territorialidade”, a saber: uma classificação por área, comunicação por fronteira e o controle sobre a área territorializada.

Acerca do que pode ser entendido por territorialidade, Souza chama a atenção para o fato de que Raffestin e outros autores tendem a confundir o significado desta palavra com “o comportamento espaço-territorial de um grupo social” (p. 98). Para o referido autor, a territorialidade se define como “os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica, etc.” (p. 99).

Pelo descrito nos parágrafos antecedentes, de forma direta e muitíssimo sucinta acerca de algumas interpretações sobre a idéia de território e

territorialidade na ótica de alguns geógrafos (termo transformado em conceito por diferentes ciências), acordamos com Haesbaert, quando este afirma que “vivenciamos hoje um entrecruzamento de proposições teóricas, (...)”. Portanto, “somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material / ideal, o território envolvendo ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço (...) que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações” (p. 42); principalmente, em tempos de economia globalizada, em que “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território” (Santos, 1994, p. 15) *\_que pode ser formado por lugares contíguo, a nível local com área de abrigo ou fonte de recursos e/ou enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global\_*, o ideal é que as múltiplas dimensões que envolvem a noção, a constituição, o uso e a multiescalaridade dos territórios sejam consideradas, tendo em vista “os *complexos meandros dos laços entre espaço e poder*”, ou seja, das diferentes interações entre as múltiplas dimensões do poder mediadas no espaço, contempladas nas diferentes perspectivas teóricas aqui abordadas, em maior ou menor proporção, pois

o território não é simplesmente uma variável estratégica em sentido político-militar, o uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição real de poder, devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica Souza (1999, p. 100-101).

A esta sub-seção, onde os conceitos de território e territorialidade foram discutidos segundo algumas abordagens teórico-geográficas, segue-se uma outra

cujo escopo pretende abordar as questões inerentes ao processo geo-histórico de conformação da atual região metropolitana do Rio de Janeiro no que se refere à materialização das desigualdades sócio-espaciais e as territorialidades complexas verificadas no cotidiano metropolitano; bem como, procurar-se-á dimensionar alguns impactos da globalização em curso sobre estes territórios, na produção das chamadas situações de vulnerabilidade e risco aos quais estão submetidos amplos segmentos sociais

## 1.2

### **Processo geo-histórico da conformação da atual região metropolitana do Rio de Janeiro: a segregação como expressão das desigualdades sócio-espaciais no contexto da organização capitalista da cidade**

Como o espaço está sempre sendo redinamizado por novos usos, não se pode separar território e população. Além disso é preciso qualificar o território, a partir da maneira como se subdivide e dos conteúdos que assume (Santos, 1997).

A conexão entre a administração do Estado, os interesses capitalistas da produção e reprodução do capital sugerem *\_um elemento explicativo à análise da organização espacial das escalas territoriais locais e supõe uma coerente e bem elaborada argumentação com base em supostos do valor empírico e heurístico do território como objeto de investigação da ciência geográfica como conhecimento estruturado para revelá-lo* (CASTRO, 1999).

No caso do Brasil, parece válido fazer menção à prioridade dada ao circuito financeiro-econômico em detrimento do desenvolvimento de políticas de cunho social. A distribuição espacial dos indivíduos, segundo suas classes sociais e seu poder aquisitivo, sugere-nos que a atividade econômica e a herança social do nosso país distribuem os homens desigualmente no espaço *onde o acesso*

*efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do lugar sócio-econômico e também do seu lugar geográfico (SANTOS, 1993).*

As diversas formas de intervenção no espaço territorial brasileiro em suas diferentes escalas tiveram como referência maior as necessidades econômicas empenhadas na obtenção de lucro, que se atribuiu ao comando da vida social; de modo que, o componente territorial arregimentado foi instrumentado via distribuição geral dos serviços em desacordo com as diversas demandas sociais, esboçando o princípio *da desigualdade inerente ao sistema capitalista e à sociedade de classes* (MARSHALL apud SANTOS, 1993). Com efeito, o modelo econômico brasileiro, também um modelo político e social, ao se fundar em certos setores produtivos e em certos lugares, agravou a concentração da riqueza e das injustiças, já grandes de sua distribuição; e para tal gerou um modelo territorial correspondente (*ibidem*, 1993), de modo que ao observarmos

o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e individual. O mesmo se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausente. É como se as pessoas nem lá tivessem (*ibidem*, 1993).

Ao considerarmos o espaço como uno e global, funcionando segundo um jogo de diferentes estratificações sociais que tem sua demarcação territorial também expressa por processos segregacionistas, podemos concluir que a capacidade de utilizar o território infere uma divisão e, ao mesmo tempo, a separação dos homens que nele coexistem, expressos, em certa medida, pela disponibilidade dos "equipamentos" e "serviços" em diferentes pontos do espaço,

oriundos, da planificação urbana capitalista combinada ao processo especulativo do mercado. Tais ações conjugadas no tempo e no espaço acabam por gerar desigualdades de ordem econômica, social e territorial.

É do modelo político, considerado como abrangente de todas as ações que se dão num território e presidem as relações desse território com o seu povo e com o resto do mundo que se deveria ou poderia esperar uma instrumentação do território, de modo a usá-lo como um atributo à reversão dos desequilíbrios sócio-espaciais presentes na cidade capitalista. O poder público acaba por colaborar para a supervalorização de certas áreas para o melhor êxito das especulações em detrimento da dimensão social na gestão e no ordenamento do território. Neste sentido, podemos afirmar que *"num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê das leis do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. É o caso brasileiro atual."* (ibidem, 1993).

Por serem as configurações territoriais *"condições-ações"* realizadas sobre o espaço, onde, *"cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social"* e, ainda, também pela consideração de que *"cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de forma as mais diversas"*, faz-se mister recuperar, ainda que de forma sucinta (pois esta não é a questão central abordada neste estudo), a história da organização sócio-espacial da atual região metropolitana do Rio de Janeiro (a qual chamarei de metrópole fluminense daqui em diante), mediante a discussão dos processos que levaram a conformação da área em questão. Daí, cabe destacar a pertinência da utilização do território como uma das estratégias de se

apreender e/ou captar alguns aspectos inerentes à especificidade do movimento histórico na conformação desta região.

Deste modo, convém resgatar o processo teleológico da produção do espaço metropolitano fluminense; ou seja, segundo a orientação dos projetos que o sustentaram e as diferentes concepções dos atores sociais específicos encarregados da sua produção, agregando elementos da análise de processos próprios do campo da política, quanto ao estabelecimento dos usos diferenciados do solo, as formas de ocupação e alocação dos bens e equipamentos de consumo coletivo e as hierarquias intra ou inter municipais como expressão de lutas, hegemonias e violências inerentes ao processo de apropriação destes espaços. A partir deste raciocínio, pode-se sustentar a hipótese de que o território metropolitano fluminense, expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais divergentes inerentes a constante luta cotidiana pela apropriação do espaço.

### **1.2.1**

#### **Constituição histórica e conformação da atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

A organização espacial da área que hoje configura a região metropolitana fluminense teve como pressuposto a adoção da lógica capitalista de organização da cidade, iniciada na Europa Ocidental no final da Idade Média. Esta, consagra desigualdades e contradições fundantes da vida social oriundas do processo de reprodução do capital que, por sua vez, inscreve-se na reprodução espacial; seja

na emergência de novos territórios, na substituição de territórios já consolidados e/ou em formação.

As articulações de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidade e ordenamentos no espaço metropolitano fluminense, em suas múltiplas dimensões da vida social, como um processo cumulativo, articula formas de sociabilidade não necessariamente sincrônicas e contínuas; ao contrário, resultaram num somatório de forças e/ou tensões numa área de elevada complexidade social e econômica e desigualdades sociais que contribuíram à produção e/ou aprofundamento de um conjunto de problemas de ordem espacial, dentre os quais destacamos a diferenciação dos espaços residenciais sob o ângulo socioeconômico: a *segregação<sup>3</sup> residencial induzida<sup>4</sup>*.

Dentre vários produtos da organização espacial da metrópole fluminense, podemos citar o processo de mercantilização da terra; esta passou a ser uma mercadoria para consumidores privados, de modo que a configuração espacial correspondente retrata, em larga medida, a existência de uma sociedade dividida e hierarquizada. Deste modo, o espaço, já apropriado diferencialmente pelos diversos atores sociais, também passou a materializar as diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade desigual, onde se fundiam de um lado, interesses do capital e do Estado e de outro os múltiplos interesses dos diversos segmentos sociais aí espacializados; onde, muitas das estratégias de territorialização verificadas neste espaço foram consolidadas como forma de

---

<sup>3</sup> Embora a segregação residencial induzida exista desde a Antigüidade é no capitalismo que esta ganhará contornos mais expressivos (até então desconhecidos) na medida em que torna-se muito mais complexa na grande cidade capitalista industrial nos seus padrões e na sua escala geográfica.

<sup>4</sup> In: SOUZA, Marcelo Lopes. ABC do desenvolvimento urbano. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

resistência ao chamado processo de “*segregação residencial induzida*” expressa pelo uso do solo e/ou apropriação da terra e nas suas formas de uso \_em decorrência das contradições da produção e reprodução do sistema capitalista que tem sua lógica calcada no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade; ou seja, nas desigualdades sociais que se traduzem em desigualdades espaciais \_tendo em vista que toda sociedade necessariamente se espacializa\_, cada vez mais crescentes no cenário metropolitano fluminense, onde são travadas, cotidianamente, árduas lutas por condições mínimas de vida e/ou de sobrevivência por parte de grandes parcelas do seu contingente populacional.

A esse respeito, Souza (2005) sustenta que

os espaços residenciais , como se sabe muito bem, também se diferenciam entre si sob o ângulo socioeconômico. No Brasil ao menos de forma *direta*, a variável renda é a principal definidora dessa diferenciação. O que não quer dizer, contudo, que *indireta* ou *mediatamente*, outros fatores, especialmente o fator étnico (‘racial’), não esteja entrelaçado, historicamente, com fator renda: a maioria dos moradores de favelas nas cidades do Sudeste, do Nordeste e do Centro-Oeste do Brasil é afrodescendente (negros e mulatos), e mesmo no Sul do país, onde há uma presença muito mais expressiva de brancos pobres residindo em favelas, boa parte da população favelada descende de africanos; (...). Em termos muito gerais, essa diferenciação entre as áreas residenciais de uma cidade – diferenciação, em última análise, em matéria de qualidade de vida incluindo aí tanto aspectos materiais como coisas imateriais como prestígio e poder – reflete uma diferenciação entre grupos sociais. Em outras palavras: diferenças econômicas, de poder, de *status* etc. entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinando ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver. Essas diferenças econômicas de poder e de prestígio são função de várias coisas, potencialmente em uma sociedade capitalista moderna, são primeiramente, da *classe social* do indivíduo, a qual tem a ver com a posição que ele ocupa no *mundo da produção* (p. 66-67).

Como já foi descrito, foi no bojo do sistema capitalista que a segregação residencial induzida tornou-se mais complexa, trazendo uma crescente separação entre local de trabalho e local de moradia.

No caso brasileiro, a segregação sócio-espacial “*afeta uma enorme parcela, não raro a maioria da população de uma cidade, a qual mora em favelas, em loteamentos de periferia ou em cortiços*” (*ibidem*, p. 69). No caso específico da metrópole fluminense, este processo foi inaugurado no final do século XIX, fortemente impulsionado pela disseminação do trabalho assalariado, que proporcionou a separação física entre o espaço do empregado e o território do patrão.

Fruto de uma distribuição desigual de renda, a *segregação sócio-espacial induzida*, genericamente aparece no acesso a determinados serviços, à infraestrutura, aos meios/bens e/ou equipamentos de consumo coletivo, áreas de moradia, no arranjo dos bairros, traçado das ruas, tipos de construção, tipos de ocupação, etc., denotando uma situação em que os segmentos e/ou grupos sociais com menor poder aquisitivo residam em locais mais afastados da área central (as periferias), cortiços e/ou favelas próximas e/ou nas áreas mais valorizadas da cidade.

Segundo Rolnik, (1994)

a segregação é manifesta também no caso dos condomínios fechados – muros de verdade, além de controles eletrônicos, zelam pela segurança dos moradores, o que significa o controle minucioso das trocas daquele lugar com o exterior (p. 42).

A respeito do padrão de segregação apontada por Rolnik na citação acima, Caldeira denomina de “enclaves fortificados” que se definem como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho” (2005, p. 211). Segundo esta autora, este novo padrão de segregação se

configura como espaços onde “os grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns” (idem). Estes espaços são expressos pelos condomínios fechados, “versão residencial de uma nova segregação nas cidades contemporâneas” (...); “o novo tipo de moradia fortificada da elite, (...)” (ibidem, p.257-258) onde são criadas ordens privadas, em geral, para que sejam evitados os problemas dos espaços públicos da cidade e reúne pessoas do mesmo grupo social.

Souza chama atenção para o fato de que a “*auto-segregação*” é qualitativamente diferente da segregação residencial induzida, pois, neste caso,

são as pessoas que fazem a opção de se afastar ou apartar o mais possível da cidade. Esta é vista como barulhenta, congestionada e, por isso, desagradável. E como também é sinônimo de pobreza pelas ruas, de assaltos, etc., é vista como mais do que desagradável: é vista como *ameaçadora*. A auto-segregação, nas grandes cidades da atualidade, está fortemente vinculada à busca por segurança por parte das elites, embora esse não seja o único fator (2005, p. 70).

De modo semelhante a Souza e a Caldeira, Bauman, ao analisar este novo tipo de morar dos mais ricos classifica-os como “enclaves fortemente guardados<sup>5</sup>”, livremente escolhidos como um privilégio pelo qual deve se pagar um alto preço, em que são verificados aquilo que Lévi-Strauss, classifica como estratégica “*êmica*”. Esta estratégia, segundo este autor

consiste em “vomitar” cuspir os outros vistos como incuravelmente estranhos e alheios: impedir o contato físico, o diálogo, a interação social e todas as variedades de *commercium*, comensalidade e *connubium*. (...).

---

<sup>5</sup> Bauman, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

As formas elevadas, “refinadas” (modernizadas) da estratégia “êmica” são a separação espacial, os guetos urbanos, o acesso seletivo a espaços e o impedimento seletivo a seu uso” (2001, p. 118).

A “segregação também se expressa através da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia”<sup>6</sup>. Como exemplo temos o *movimento pendular diário*, ou seja, o deslocamento de grandes contingentes populacionais (residência – trabalho – residência), cotidianamente, nos transportes coletivos superlotados e no trânsito congestionado, em direção ao trabalho, ou ainda, aos locais de estudo nas seguintes vias de circulação: a Rodovia Presidente Dutra, a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Ponte Rio-Niterói, artérias que fazem a ligação entre a periferia metropolitana fluminense e a área central de negócios (CBD – *central business district*), vide figuras abaixo.



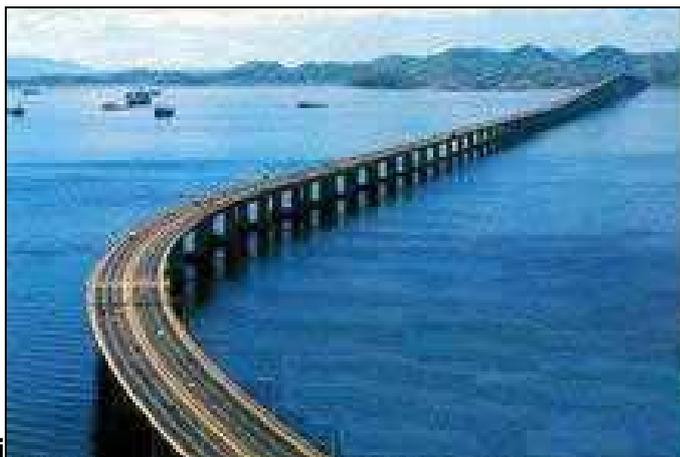
**Figura 01 - Avenida Brasil**



**Figura 02 - Linha Vermelha**

---

<sup>6</sup> Ver ROLNIK, Raquel. O que é cidade. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.



**Figura 03 – Ponte Rio-Niterói**

**Figura 04 - Rodovia Presidente Dutra**



Rolnik também sustenta a idéia de que para além dos territórios específicos e separados para cada grupo social verificados, a segregação também é visível na forma discriminatória e desigual pelas quais os administradores do poder público local tratam os municípios que administram: enquanto alguns bairros são bem servidos por uma oferta abundante de um conjunto de serviços, outros dispõem destes serviços de forma precária e/ou parcial e, em geral, as áreas mais periféricas são penalizadas pela falta e /ou carência total dos mesmos.

Pelo descrito acima, constata-se que o Estado possui um papel de grande relevância na produção da segregação sócio-espacial, no que se refere à intervenção e investimento do poder público no espaço ao privilegiar as áreas onde residem os segmentos populacionais mais abastados em detrimento da implantação destes mesmos recursos nos locais de moradia dos segmentos populacionais mais empobrecidos; ou ainda, quando este deixa a organização territorial ao jogo quase exclusivo do mercado. Dessa maneira, nota-se um favorecimento do Estado à acumulação de capital nas mãos da classe capitalista que, através da sua lógica de ocupação da cidade, pressiona o poder público a beneficiar a maximização dos lucros a seu favor.

A alocação desigual dos bens e equipamentos de consumo coletivo no espaço metropolitano fluminense contribuíram à constituição das desigualdades sócio-espaciais e, conseqüentemente, da segregação sócio-espacial dos diferentes segmentos sociais, segundo o seu respectivo poder aquisitivo. Lago (2000) argumenta com propriedade que

pela “visão de mercado” a segregação é a expressão da distribuição espacial das classes (seja com base em critérios de renda, ocupação, etc.)

pelo mercado imobiliário/fundiário e onde os mecanismos institucionais aparecem subordinados a própria lógica do mercado (p. 02).

A autora acima também nos afirma que

a dinâmica segregadora nas grandes metrópoles brasileiras, foi marcada, até a década de 80, pela conjunção de dois padrões de deslocamento da população pobre: os fluxos que partiram do núcleo para a periferia dos grandes centros urbanos e a migração inter-regional em direção a esses centros (*ibidem*, p. 93)

Corrêa, ao discutir o significado da segregação argumenta que esta pode ser vista como uma das forças do elemento mediador dos processos sociais que originam forma, movimento e conteúdo sobre o espaço, os processos espaciais. Estes, segundo Corrêa “são responsáveis imediatos pela organização espacial complexa que caracteriza a metrópole moderna”. Enquanto uma das forças do processo espacial, a segregação seria aquela referente especialmente a questão residencial, que tende a originar uma organização espacial em áreas de “forte homogeneidade social e de forte disparidade social entre elas” (p. 131). O autor prossegue afirmando que

As diferenças sociais entre essas áreas uniformes devem-se essencialmente ao diferencial da capacidade que cada grupo social tem em pagar pela residência que ocupa. Em outros termos, as áreas uniformes refletem, de um lado, a distribuição da renda da população, e de outro, o tipo de residência e a localização da mesma em termos de acessibilidade e amenidades (*ibidem*, p. 131-132).

No dizer de Harvey apud Corrêa “segregação, quer dizer, diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda” (*ibidem*, p.134).

Em outras palavras, pode-se admitir que as condições em que os homens vivem, moram e o acesso aos bens e equipamentos coletivos produzidos são determinados pelo rendimento que possuem e pelos sacrifícios que podem se submeter e/ou fazer, na medida em que estes *“se viram como pode para viver nas cidades, autoconstruindo ou dividindo com muitos suas casas, ocupando ou invadindo. Vão se organizando assim territórios populares, desde logo marcados pela clandestinidade de sua condição”* (Rolnik, 1998, p. 69). A esse respeito, Caldeira (2005) chama atenção para o fato de que, quase sempre

considera-se que seus residentes não se coadunam à classificação de cidadãos: eles vivem num terreno usurpado, não pagam impostos municipais, não têm um endereço oficial e não são proprietários. (...). Como residências um tanto anômalas, ou seja, que não se encaixam totalmente na classificação de casas apropriadas, favelas e cortiços acabam classificados como sujos e poluidores(...). Excluídos do universo do que é adequado, eles são simbolicamente constituídos como espaços do crime, espaços de características impróprias, poluidoras e perigosas. Como seria de se esperar, os habitantes desses espaços são tidos como marginais. A lista de preconceitos contra eles é infinita. (...). Condena-se seu comportamento: (...). De certo modo, tudo que quebra os padrões do que se considera boa conduta pode ser associado a criminosos, ao crime e a seus espaços.

A esse quadro de carência infra-estrutural, assomam-se estigmas que separam e reforçam as desigualdades e, em muito, justificam a inflição de atos ilegais por parte de policiais, etc.; a criação de estereótipos e toda sorte de preconceitos aos moradores dessas localidades que, além de reforçarem a discriminação e a situação de violência cotidiana vivida pelos mesmos, também reforçam a idéia de associação espúria e indiscriminada destes com o crime, ou seja, aquilo que a sociedade considera impróprio, reforçando, segundo Rolnik (1998) a visão que os planejadores urbanos tem desses espaços e, respectivamente dos seus moradores:

para o planejamento urbano, as favelas e áreas de invasão, assim como os cortiços e os quintais, são habitações subnormais. Geralmente o que o planejamento chama de subnormal, a polícia chama de marginal e o povo em geral de má vizinhança, que desvaloriza o bairro (p. 68).

Logo, difunde-se a idéia de que *“a favela ou cortiço, contradição do sistema capitalista que a reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado”* (ibidem, p. 69).

É nesse contexto de constituição de territórios desiguais e separados para os diferentes segmentos sociais\_ de segregação sócio-espacial, que se reorganiza o espaço da moradia burguesa e se redefine a noção de espaço público e privado. Para a burguesia, a rua deixa de ser o espaço público; rua e casa passam a ser espaços antagônicos: *“a rua é a terra-de-ninguém perigosa que mistura classes, sexos, idades, funções, posições na hierarquia; a casa é o território íntimo e exclusivo”*<sup>7</sup>.

Embora o padrão burguês de morar tenha sido normatizado para o conjunto da sociedade, a realidade da moradia dos segmentos populacionais menos favorecidos, em muito, se contrasta com o padrão instituído. Na maioria das vezes, o que verificamos são superposições de funções onde, o uso coletivo do espaço aparece como uma estratégia e/ou alternativa de sobrevivência: reserva de mercado (como exemplo podemos citar as lajes das moradias em favelas, em geral, com elevadas densidades domiciliares), formas improvisadas de “habitação” em vãos de pontes, viadutos, buracos em calçadas, etc.

A separação entre ricos e pobres se deu mediante a capacidade monetária dos diferentes segmentos sociais, que passaram a comprar no mercado imobiliário a localização que lhes era compatível com a quantidade de rendimento

---

<sup>7</sup> Rolnik, Raquel. O que é Cidade. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

disponível para tal empreendimento. Foi a partir desse período que as camadas mais abastadas foram deslocadas para bairros recém-construídos \_acompanhando o traçado dos bondes e teve início o processo de integração física da Baixada Fluminense ao espaço da então Capital Federal<sup>8</sup>; no entanto, a conformação da área metropolitana, hoje, oficialmente instituída enquanto região metropolitana do Rio de Janeiro \_Grande Rio ou metrópole Fluminense\_ começou a se esboçar na década de 20 do século passado, período em que já era possível observar uma estruturação interna dicotômica dos padrões de ocupação urbana que, cuja lógica da organização territorial, segundo Lago consagrava:

um núcleo criado para abrigar as camadas de alto poder aquisitivo que pudessem garantir a rentabilidade do capital público e privado investido em equipamentos e serviços urbanos, e uma periferia onde a emissão do Estado definiu seu conteúdo social (2000, p. 62).

É no início do século XX que se efetiva o processo de periferização no espaço carioca. Os investimentos maciços, representado por grandes trabalhos de remodelação e cirurgia urbana ocorrido no início do século em questão, na então Reforma Passos, com vistas a modernização da área central da Capital Federal, alterou significativamente o mercado imobiliário nesta área. Se por um lado a Reforma Passos representou uma oportunidade para a aplicação do capital das empresas construtoras e, conseqüentemente a valorização da área central da cidade, por outro, atingiu (em parte) o objetivo subjacente ao discurso sanitarista defendido à época \_expulsar os pobres das áreas centrais da cidade. Com isso, esta reforma incrementou o processo de suburbanização e periferização que seguiu acompanhando o traçado das ferrovias.

---

<sup>8</sup> O Rio de Janeiro foi Capital Federal da República do Brasil de 1763 a 1960.

Entre as décadas de 30 e 50, houve uma forte alteração no padrão centro rico *versus* periferia pobre. Alguns fatores foram extremamente importantes para esta alteração, dentre os quais destacamos: a industrialização e o crescimento do setor terciário urbano. Ao mesmo tempo em que as empresas imobiliárias se encarregavam de criar espaços modernos e funcionais para a classe trabalhadora que havia conseguido uma mobilidade social ascendente, na Zona Sul carioca, concomitantemente, a ação coercitiva do poder Estado no sentido de manter a ordem nas áreas centrais, deslocava os trabalhadores pobres para os subúrbios conhecidos; entretanto, levadas de migrantes rurais que chegavam para suprir a demanda da mão-de-obra industrial e terciária engrossavam a fileira da ocupação dos subúrbios, dos municípios vizinhos e da zona sul carioca, intensificando, assim, a autoconstrução e a favelização da periferia e dos morros cariocas, muitas vezes, como uma estratégia de morar próximo aos seus locais de trabalho.

A realização de obras de saneamento na Baixada Fluminense na década de 30, embora fosse orientado à expansão da agricultura naquela região, acabou impulsionando o processo de expansão imobiliária que retalhou municípios inteiros. Empresas imobiliárias e pequenos empreendedores imobiliários colocaram a venda uma enorme quantidade de lotes populares com baixo investimento em infra-estrutura e de comercialização a longo prazo, que foram adquiridos por boa parcela da população de baixa renda.

Nos anos 50, a *segregação residencial induzida*, já perceptível no espaço da área metropolitana fluminense, foi aprofundada. Mesmo a periferia tendo experimentado um incremento populacional da ordem de 41% do total da sua população residente (o município de Nova Iguaçu foi o que mais cresceu populacionalmente entre 1940-50), o Estado continuou omissivo ante as

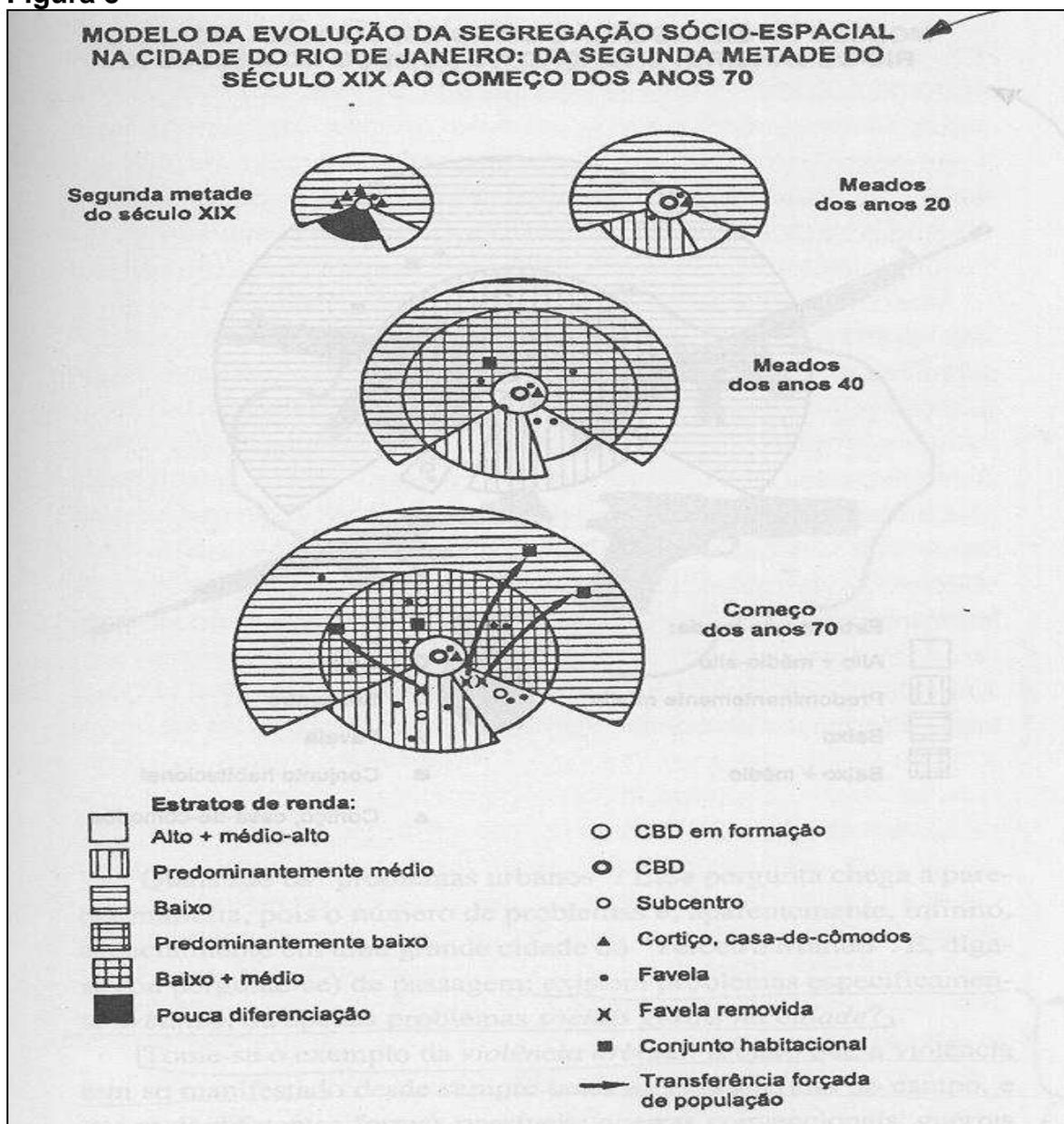
necessidades de provisão de infra-estrutura urbana no espaço periférico; continuando a assegurar a reprodução do capital via investimentos de recursos de infra-estrutura urbana \_bens e equipamentos públicos\_ na Zona Sul carioca em detrimento do espaço periférico fluminense; práticas e déficits de atendimento, verificados no conjunto dos municípios fluminenses no atual momento histórico.

O intenso fluxo migratório de longa distância, verificado na década de 50 desacelerou-se nas décadas seguintes. Os maiores deslocamentos se deram no nível intrametropolitano, preferencialmente, do centro para a periferia. A inauguração da Ponte Rio – Niterói, favoreceu o direcionamento dos fluxos migratórios para os municípios de São Gonçalo e Itaboraí, bem como o incremento da venda de lotes populares. Outro município que também apresentou um incremento populacional acelerado foi Itaguaí; este, foi sendo ocupado em função do transbordamento populacional da Zona Oeste carioca. A esta época o município de Mangaratiba ainda se caracterizava como área rural (vide figura 5- esta ilustra o modelo da evolução da segregação sócio-espacial na Cidade do Rio de Janeiro no período compreendido do final do século XIX até a década de 70 do século XX).

Na década de 70 a periferia também fora alcançada pelo processo de modernização via mercado imobiliário; este espaço deixa de ser o espaço “exclusivo” da pobreza, na medida em que passou a sofrer uma estratificação sócio-espacial. Com a periferização da periferia, os mais pobres dentre os pobres foram sendo expulsos para áreas mais afastadas das áreas centrais dos seus respectivos municípios de residência, mediante a valorização do solo urbano após a sua modernização \_leia-se: alocação de infra-estrutura e equipamentos, que favoreceu mais ou menos certos segmentos populacionais urbanos.

Essa dinâmica segregadora perpetrada pelo capital imobiliário estendeu-se até a década de 80. Neste período o fluxo populacional de longa distância em direção a metrópole fluminense reduziu, a população empobreceu e a atratividade da RMRJ declinou. Com as sucessivas crises econômicas dos anos 80 \_da chamada “década perdida”\_, as desigualdades sócio-espaciais se agravaram.

**Figura 5**



Fonte: SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pág. 87.

A década de 90 foi marcada por um conjunto de mudanças significativas, em muito, orientadas por forças multiescalares; em outras palavras, podemos dizer que com a globalização<sup>9</sup> em curso, um novo conjunto de políticas, bem como, novos arranjos territoriais foram suscitados às diversas escalas metropolitanas, que terminaram por acentuar o tão lastimável quadro das desigualdades sócio-espaciais existentes na metrópole fluminense. A tentativa de ajuste da economia fluminense aos circuitos financeiro e produtivo globais, a intensificação da mobilidade espacial das pessoas, informações e dos produtos demandaram uma reorganização territorial voltados à espacialização da vida econômica e social, muitas vezes fundamentadas por lógicas não motivadas localmente.

Com a globalização<sup>10</sup>, sobretudo no que se refere à reorganização econômico-produtiva do capital, os lugares são revalorizados de acordo com o que eles podem oferecer às empresas, potencializando, assim, a lógica da competitividade \_pois a maior fluidez no espaço favorecida pelos meios técnicos informacionais permite as empresas reorganizarem o território como um suporte da produção equivalente ao mercado, sem contrapeso as demandas sociais locais.

Ao mesmo tempo em que o “território” vai ganhando novos conteúdos e impondo novos padrões, as desigualdades sócio-espaciais pré-existentes podem se aprofundar ou novas poderão surgir; na medida em que a metrópole se insere

---

<sup>9</sup> Quando a globalização aparece como dado absoluto, portanto abstrato, imposto brutalmente, mas de modo indiscriminado, as sociedades e aos territórios, instala-se uma nova forma de uso do território , impondo-lhe modificações súbitas aos conteúdos quantitativos e qualitativos e alterando todas as relações dentro de um país, já que o território é sempre unitário” (Santos, 2002, p. 85).

<sup>10</sup> “Para bem ou para mal, estamos sendo impelidos rumo a uma ordem global que ninguém compreende plenamente mas cujos efeitos se fazem sentir sobre todos nós”. In: GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole o que a globalização está fazendo de nós*. 4ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo: RECORD, 2005, p. 17.

num contexto de reestruturação econômica voltada a sua integração na economia mundial, e o Estado, opta por remodelar as suas ações e mecanismos de intervenção de modo a favorecer cada vez mais a reprodução do capital. Embora a metrópole fluminense não tenha perdido a sua centralidade econômica, esta sofreu um processo de deslocalização industrial e intensa retração em vários postos de trabalho no mercado formal.

### 1.2.2

#### **A organização sócio-espacial metropolitana nos anos 90**

Ao analisar a organização interna dos espaços sociais metropolitanos na década de 90, Souza classificou-os em quatro tipos, a saber:

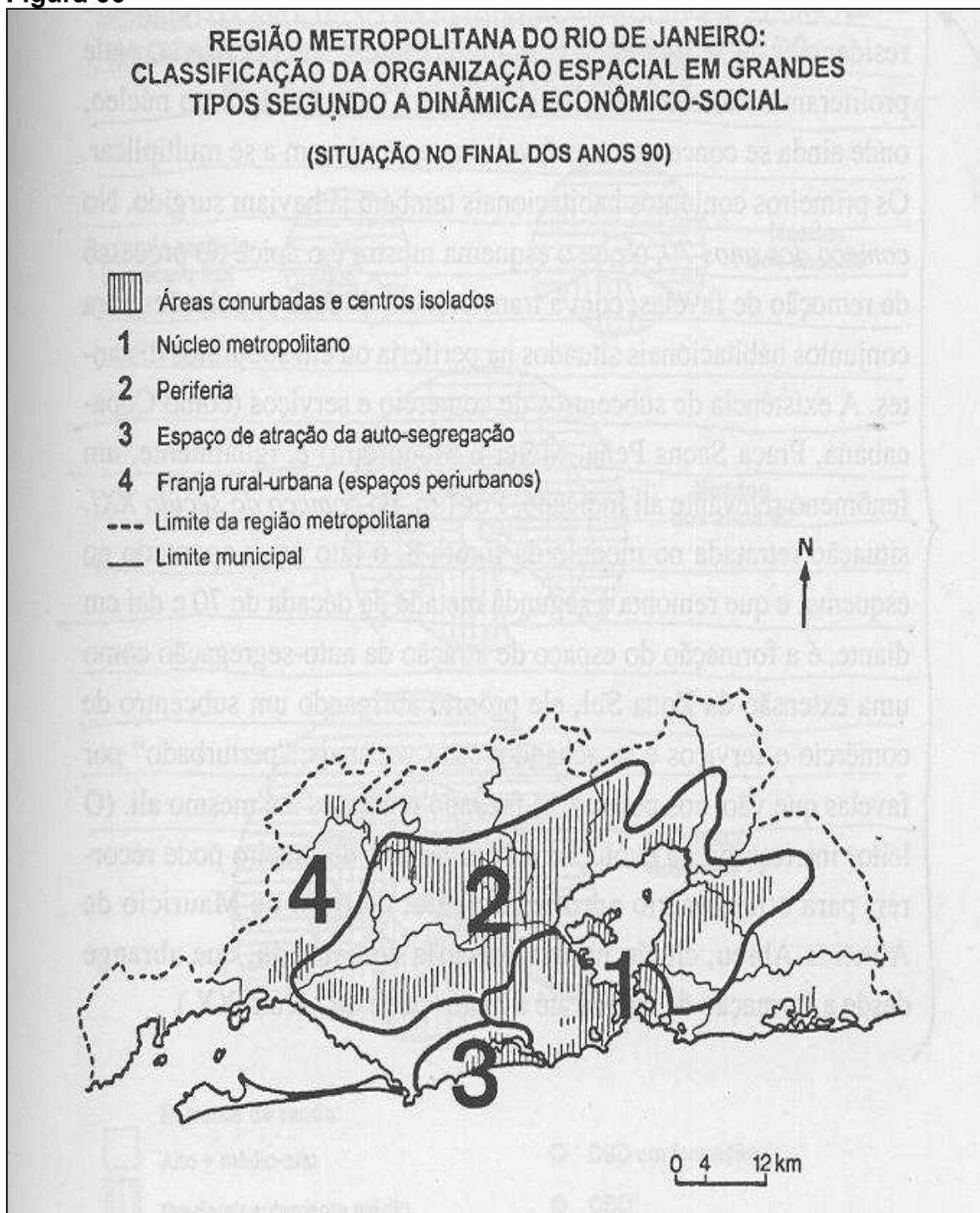
- a) *o núcleo*: correspondente a partes dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói que, de forma geral apresentam ocupação mais densa, sem muita margem de manobra para especulação imobiliária horizontal e são bem servidos de infra-estrutura técnica, exclusive as favelas;
- b) *a periferia*: espaço tipicamente dominado pelos loteamentos irregulares e terrenos subutilizados e/ou ociosos com fins especulativos;
- c) *o espaço de atração da auto-segregação*: a “Nova Zona Sul”, correspondente basicamente à Barra da Tijuca com seus condomínios exclusivos;
- d) *a franja rural-urbana*<sup>11</sup>: espaços “rurais” cada vez mais organizados segundo a lógica “urbana”.(p. 76).

---

<sup>11</sup> Espaços existentes nas bordas das cidades caracterizados por uma faixa de transição entre o uso da terra tipicamente rural e o urbano.

A figura da página seguinte ilustra esses quatro tipos classificados e propostos por Souza em sua análise acerca da dinâmica segregadora nos anos 90.

**Figura 06**



Fonte: SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pág. 87.

Como vimos, a distribuição espacial desigual dos recursos econômicos, sociais, dos serviços e equipamentos nos municípios metropolitanos fluminenses, imprimiu uma configuração das bases sobre as quais vem se reproduzindo o capital nestes espaços, tendo em vista que

*este se direciona aos territórios de menos risco e mais rentáveis em função das possibilidades que ali encontra para germinar mais rápida e vigorosamente, gerando estruturas territoriais hierarquizadas, desenhando um mapa da cidade onde a concentração de capital e a desigualdade estão situadas como traços congênitos (Mattos, 1999).*

A equação território / sociedade tem sido balizada por um sistema de relações econômica, social e cultural engendradas pelos atores sociais que genericamente são: a) o Estado, b) as empresas(ários), c) a população em geral; no entanto, verifica-se que a associação entre o poder público local e o capital, tem estabelecido políticas públicas territoriais vinculadas à estratégia mais ampla de inserção da cidade na lógica capitalista em contraposição as ações que poderiam revestir as populações de condições de vida dignas e, conseqüentemente, à construção da cidadania.

Segundo a orientação adotada, nota-se que as intervenções do Estado no espaço metropolitano fluminense deteve "intencionalidades" atreladas aos diferentes interesses vigentes ao longo do processo de conformação das cidades (Santos, 1996); entretanto, nem sempre os interesses voltados à provisão de serviços essenciais à melhoria das condições de vida de amplos segmentos populacionais foram atendidos.

O atual contexto globalizacional, dentre outras dimensões, tem nas políticas neoliberais uma legitimadora do desmonte das políticas voltadas ao

amparo e proteção social; estas, por sua vez, não só perpassam às escalas global e nacional como apresentam fortes repercussões no nível local. Neste novo processo de reestruturação capitalista, as grandes metrópoles assumem um papel fundamental tendo em vista que estas se constituem na sede da operação dos processos diversificadores das atividades produtivas e dos serviços incorporadores de tecnologia e de sofisticação referidas aos padrões mundializados de reorganização das sociedades em transformação (Ajara, 1999, pág. 94).

Como desdobramento desta reorganização econômico-produtiva, dentre outros aspectos, temos uma nova reordenação territorial acompanhada de um amplo processo de deterioração das já precárias condições de vida de amplos segmentos populacionais sem acesso aos bens e serviços considerados essenciais, tais como: incremento do desemprego / subemprego \_dada a precarização crescente das relações de trabalho; aprofundamento das desigualdades sociais (sobretudo nas grandes cidades); aumento da favelização, das submoradias e da segregação; da falta de perspectiva de futuro para um grande contingente juvenil, em especial, daqueles menos favorecidos; incremento dos índices de criminalidade violenta com participação expressiva dos jovens masculinos enredados como vítimas e/ou agressores; em larga medida, todas essas questões explicitam as relações antagônicas de superposição de poderes existentes no conjunto do espaço metropolitano fluminense.

Mediante o exposto, parece-nos que estamos diante de um princípio político-econômico ordenador do território destituído da perspectiva da melhoria das condições de vida dos segmentos populacionais menos favorecidos; e, é a

partir destas considerações que se pode afirmar que as desigualdades sócio-espaciais nos espaços inter e intra-urbanos estão se agravando.

### 1.3

#### **Desigualdades sócio-espaciais na metrópole fluminense: um olhar através dos indicadores**

O reconhecimento da existência formal das regiões metropolitanas no território brasileiro aconteceu na década de 70, período em que o governo reconheceu nove regiões metropolitanas. A RMRJ foi instituída no ano de 1975 pelo mesmo ato que sacramentou a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro<sup>12</sup>.

À época que a RMRJ foi reconhecida oficialmente, esta era composta pelos municípios de Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti. Posteriormente, com a instituição de Leis Estaduais esta delimitação oficial sofreu algumas alterações, de modo que, no ano 2000, segundo a regionalização proposta pela Fundação CIDE (vide mapa 1), esta metrópole era integrada por 19 municípios, a saber: Belford Roxo (emancipado de Nova Iguaçu), Duque de Caxias, Guapimirim (emancipado de Magé), Itaboraí, Itaguaí, Japeri (emancipado de Nova Iguaçu), Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados (emancipado de Nova

---

<sup>12</sup> A RMRJ foi institucionalizada em 1973, através da Lei Federal Complementar nº 20, antes da fusão ocorrida em 1975. Porém, parte da literatura corrente considera que esta só foi sacramento a partir de 1975.

Iguaçu), São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica (emancipado de Itaguaí) e Tanguá (emancipado de Itaboraí).

Pelos dados levantados no Censo Demográfico do IBGE, em 2000, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro abrigava 75,6% da população total do Estado.

**Mapa 01: Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro - 2000**



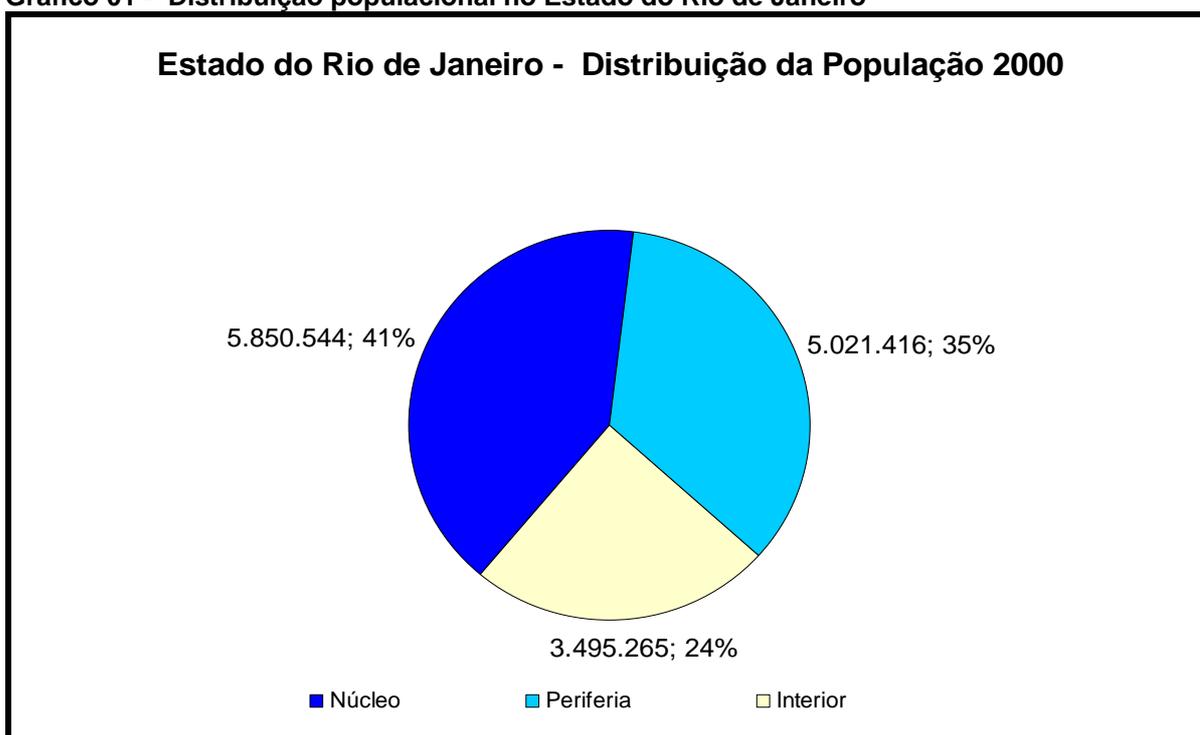
Fonte: Anuário Estatístico do Rio de Janeiro - Fundação CIDE, 2000.

Em seu conjunto, a RMRJ apresentava “*uma macrocefalia urbana ímpar na federação brasileira*”<sup>13</sup>, ou seja, a maior taxa de urbanização do país 99,3%. A extensão territorial da RMRJ é de 4.686,5 /km<sup>2</sup> (o equivalente a 13% da área total do Estado) e a densidade demográfica de 1913,5 hab./km<sup>2</sup>, sendo que sua população apresenta-se muito mal distribuída territorialmente, se concentrando no núcleo (vide gráfico 01 e tabela 01).

<sup>13</sup> DAVIDOVICH, Fany. 2000. Estado do Rio de Janeiro: singularidade no contexto territorial . *Revista Território*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, ano 5, nº 9, jul.-dez., p. 9-24, 2000.

No que se refere as suas características demográficas comparativamente ao Estado observe os indicadores relacionados na tabela abaixo (tabela 02).

**Gráfico 01 - Distribuição populacional no Estado do Rio de Janeiro**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

**TABELA 01 - POPULAÇÃO RESIDENTE / URBANA RURAL E SEXOS - 2000**

Municípios	População Residente			
	Masculina		Feminina	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Estado	6 603 891	296 444	7 217 575	273 372
R.M.R.J	5 141 985	41 258	5 671 732	39 181

Fonte: Fundação CIDE / Anuário Estatístico, 2003

**TABELA 02 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS – 2000  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RMRJ**

	Estado	RMRJ
População Residente	14.391.282	10.710.515
Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> )	328,1	1.913,50
Crescimento Vegetativo (%)	1,11	1,07
Taxa Geométrica de Crescimento Anual	1,3	1,17
Taxa de Urbanização	96	99,3
Taxa Líquida de Migração	0,19	0,09

Fonte: Fundação CIDE / Anuário Estatístico, 2003

Vê-se, pelos dos dados apresentados na referida tabela, que a população residente no Estado se concentra praticamente nesta região de governo o que pode ser deduzido ao compararmos a densidade demográfica no Estado em seu conjunto com a verificada na região. Em relação ao crescimento vegetativo, não há diferença significativa entre ambos; o mesmo já não pode ser dito em relação às taxas geométrica de crescimento anual e líquida de migração, onde se percebe que esta região apresentou saldo inferior ao do Estado. Se considerarmos a evolução da taxa geométrica anual de crescimento da população residente no período compreendido entre 1940 e 2000, observa-se que a RMRJ a partir dos anos 80, como já foi dito na seção anterior, conheceu uma desaceleração no seu crescimento populacional comparativamente às demais regiões do Estado que apresentaram um considerável crescimento econômico (vide gráfico 02).

Em relação à taxa bruta de mortalidade, de natalidade e a razão de dependência não foram encontradas diferenças significativas. A taxa de mortalidade infantil e o índice de envelhecimento apresentaram melhores

percentuais para a RMRJ, sinalizando uma melhor condição de vida nesta região (vide tabela 03).

**TABELA 03 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E RMRJ – 2000**

Indicadores	Estado	RMRJ
Taxa Bruta de Mortalidade (%o)	7,6	7,8
Taxa Bruta de Mortalidade Infantil (%o)	19,7	18,3
Taxa Bruta de Natalidade (%o)	17,8	17,7
Índice de Envelhecimento	26,6	31
Razão de Sexos	92,1	90,8
Razão de Dependência	48,3	47,8

Fonte: Fundação CIDE / Anuário Estatístico, 2003 – IPEADATA

Uma característica na sua composição demográfica que nos chama atenção é aquela referente à razão de sexos; abaixo do conjunto verificado no Estado, indica a sobremortalidade masculina, sobretudo pelas causas externas de mortalidade, sendo o homicídio com uso de arma de fogo a sua principal causa. Observando o gráfico 03 Pirâmide, percebe-se que não há significativos diferenciais de nascimento segundo a distribuição por sexo; entretanto, a partir da faixa etária dos 15 anos a população masculina começa a reduzir significativamente.

Analisando a distribuição de alguns indicadores sociais, econômicos, culturais e de infra-estrutura selecionados, levantados pelo Censo Demográfico do IBGE 2000, Ipeadata e Fundação CIDE, distribuídos para o conjunto dos 19 municípios fluminenses em 2000, é possível obter um retrato das grandes disparidades verificadas entre os municípios da RMRJ. Estes, expressam, embora

não dimensione a realidade, o fato de que as desigualdades sociais também são desigualdades territoriais.

Convém chamar atenção para o fato de que alguns dos conceitos discutidos anteriormente não são passíveis de mensuração. Entretanto, no que se refere às desigualdades sócio-espaciais expressas pela segregação espacial induzida ou, ainda, por algumas das suas diversas formas de manifestação e principalmente no que se refere às desigualdades socio-econômicas, acesso aos bens e equipamentos (escolas e hospitais), a cultura e a infra-estrutura, pode-se através de alguns indicadores mensurar a diferenciação existente no conjunto dos municípios intra-metropolitanos, de modo a captarmos as disparidades das condições de vida da população fluminense espacializada em seus respectivos municípios. A mesma análise também pode ser feita a nível intra-municipal, tal como será apresentado no capítulo 2, referente ao município de Nova Iguaçu.

Ademais, também consideramos que um maior entendimento das desigualdades sócio-espaciais exige ir além das informações estatísticas apontadas pelos indicadores; exige ir aos territórios que servem de base a formulação dos mesmos.

### **1.3.1**

#### **Análise dos indicadores para conjunto dos municípios fluminenses**

Embora a RMRJ apresente a maior taxa de urbanização do país, quando observamos a distribuição populacional nos seus municípios integrantes, nota-se que dez dos seus 19 municípios não eram totalmente urbanizados (vide tabela 04).

**TABELA 04**  
**POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA RURAL E SEXOS**

Municípios	População Residente			
	Masculina		Feminina	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
<b>R.M.R.J</b>	<b>5 061 876</b>	<b>29.849</b>	<b>5 590 374</b>	<b>28.416</b>
Rio de Janeiro	2 748 143	-	3 109 761	-
Belford Roxo	211 285	-	223 189	-
Duque de Caxias	374 073	1 659	398 254	1 470
Guapimirim	12 661	6 283	12 932	6 076
Itaboraí	87 464	5 225	89 796	4 994
Itaguaí	38 570	2 041	39 638	1 754
Japeri	41 301	-	41 977	-
Magé	95 126	6 191	98 725	5 788
Mangaratiba	9 979	2 643	9 881	2 398
Maricá	31 560	6 725	31 839	6 613
Nilópolis	72 563	-	81 149	-
Niterói	213 984	-	245 467	-
Nova Iguaçu	445 609	-	474 990	-
Paracambi	18 069	1 852	18 799	1 755
Queimados	59 504	-	62 489	-
São Gonçalo	429 404	-	461 715	-
São João de Meriti	216 014	-	233 462	-
Seropédica	25 489	6 761	26 408	6 602
Tanguá	11 187	1 878	11 261	1 731

Fonte: Fundação CIDE / Anuário Estatístico, 2003

As taxas de densidade demográfica também eram bastante variadas. Os indicadores demográficos ilustrados nas tabelas 05 e 06, também apresentavam diferenças significativas no conjunto dos municípios; no que concerne às condições de saúde da população fluminense, por exemplo, o indicador de mortalidade infantil apresentava um comportamento bastante diferenciado entre os mesmos, estando o município de Queimados em pior situação.

**TABELA 05**  
**INDICADORES DEMOGRÁFICOS**

Municípios	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> )	Tx Geométrica de crescimento anual 1991/2000 (%)	Tx. Líquida de Migração (%)	Taxa de Urbanização (%)	Crescimento Vegetativo
<b>R.M.R.J</b>	<b>2285,5</b>	<b>1,12</b>	<b>0,06</b>	<b>99,5</b>	<b>1,11</b>
Rio de Janeiro	4.858,1	0,74	-0,13	100,0	0,87
Belford Roxo	5.499,7	2,09	0,65	100,0	1,44
Duque de Caxias	1.655,9	1,67	0,12	99,6	1,56
Guapimirim	104,9	3,44	1,80	67,4	1,64
Itaboraí	436,8	3,34	1,74	94,5	1,60
Itaguaí	291,5	3,40	0,99	95,4	2,41
Japeri	1.023,1	2,67	0,77	100,0	1,90
Magé	532,1	2,57	1,01	94,2	1,56
Mangaratiba	68,8	3,72	2,35	79,8	1,37
Maricá	210,9	5,71	4,49	82,6	1,22
Nilópolis	7.923,3	-0,31	-1,41	100,0	1,10
Niterói	3.416,0	0,58	-0,27	100,0	0,85
Nova Iguaçu	1.637,7	1,97	0,57	100,0	1,40
Paracambi	216,7	1,18	0,13	91,1	1,05
Queimados	1.590,5	2,37	0,85	100,0	1,51
São Gonçalo	3.583,1	1,49	0,28	100,0	1,21
São João de Meriti	12.953,2	0,60	-0,85	100,0	1,46
Seropédica	243,3	2,48	1,74	79,5	0,73
Tanguá	182,5	1,27	0,13	86,1	1,15

Fonte: Fundação CIDE / Anuário Estatístico, 2003

Em relação ao crescimento populacional, destacamos que apenas o município de Nilópolis apresentou taxa geométrica de crescimento anual negativo; os demais, apresentaram crescimento positivo, embora não tão expressivos quanto os municípios de Maricá, Mangaratiba, Guapimirim, Itaguaí e Itaboraí, respectivamente; quanto a dinâmica migratório intermunicipal, também nota-se que quatro municípios apresentaram perda populacional.

**TABELA 06**  
**INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA RMRJ – 2000 (CONTINUAÇÃO)**

Municípios	T.B.M (por 1000 hab.)	T.B.M.I (por 1000 hab.)	T. B. N (por 1000 hab.)	Esperança de vida ao nascer	Razão de Sexos	Razão de Dependênc ia.	Índice de Longevidad e.
<b>R.M.R.J</b>	<b>7,9</b>	<b>18,4</b>	<b>17,7</b>	<b>68,24</b>	<b>90,6</b>	<b>47,9</b>	<b>30,9</b>
Rio de Janeiro	8,4	16,6	16,7	70,26	88,4	46,4	40,4
Belford Roxo	7,0	25,6	21,3	67,64	94,7	52,8	15,8
Duque de Caxias	6,8	19,2	20,9	67,49	94,0	51,6	17,9
Guapimirim	6,4	18,5	17,6	66,41	99,7	55,4	18,7
Itaboraí	7,2	15,3	21,5	67,50	97,8	50,1	17,2
Itaguaí	7,6	23,5	21,8	68,43	98,1	51,7	16,9
Japeri	6,8	22,5	21,9	66,66	98,4	58,6	15,5
Magé	7,0	19,9	19,7	67,68	96,9	55,1	19,5
Mangaratiba	8,0	18,3	22,7	69,40	102,8	51,8	24,9
Maricá	7,2	18,5	16,4	69,51	99,6	48,2	27,1
Nilópolis	8,8	20,2	17,8	67,49	89,4	46,2	30,0
Niterói	8,5	16,5	15,6	73,49	87,2	43,7	47,8
Nova Iguaçu	7,0	24,1	18,6	67,99	93,8	51,5	18,5
Paracambi	7,9	21,8	15,5	67,46	96,9	46,0	25,9
Queimados	7,6	31,4	19,0	66,41	95,2	54,9	16,1
São Gonçalo	6,9	15,9	16,9	69,51	93,0	44,5	24,5
São João de Meriti	7,4	19,0	19,1	69,65	92,5	48,8	21,2
Seropédica	5,6	23,0	15,8	67,74	97,7	54,1	18,7
Tanguá	5,8	10,8	16,6	66,41	100,6	51,8	19,8

Fonte: Fundação CIDE / Anuário Estatístico, 2003 - IPEADATA

Em relação aos indicadores de déficit social e infra-estrutura urbana apresentados na tabela 07, observamos que somente o indicador referente ao percentual de pessoas que vivem em domicílios com cobertura do serviço de energia elétrica foi praticamente universalizado; quanto aos demais, ainda percebe-se grande disparidade na distribuição entre os municípios. Quanto ao indicador referente às pessoas cujos domicílios tem acesso a água encanada este parece ter melhorado, no entanto, quanto este é agregado a existência de banheiro, percebe-se que o percentual de cobertura se reduz em todos os

municípios; o acesso ao serviço de coleta de lixo apresentava uma distribuição muito desigual, pois, em dez dos municípios, o percentual de domicílios atendidos não chegava a 90%, destes, destacamos Japeri, cuja cobertura não perfazia 60%. O indicador de déficit social<sup>14</sup> apresentava percentuais muito discrepantes; se em alguns municípios este não chegava a 5%, na sua grande maioria, ultrapassava os 10%, sendo, Tanguá, aquele em pior situação.

**TABELA 07**  
**Indicadores de Infra-estrutura e Déficit Social**

Municípios	Déficit Social	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica
Belford Roxo	7,71	85,29	83,26	87,74	99,85
Duque de Caxias	8,09	87,27	85,88	88,53	99,86
Guapimirim	19,28	90,67	89,69	92,55	99,83
Itaboraí	19,31	81,54	79,82	62,41	99,33
Itaguaí	10,52	92,31	91,45	91,56	99,65
Japeri	16,3	80,08	77,11	57,01	99,5
Magé	14,25	86,79	85,04	86,37	99,79
Mangaratiba	11,3	94,45	93,54	95,22	93,6
Maricá	15,16	88,87	88,17	72,67	99,44
Nilópolis	0,84	96,27	95,25	98,72	99,96
Niterói	3,7	91,56	89,88	96,92	99,96
Nova Iguaçu	7,51	91,35	89,89	87,86	99,83
Paracambi	10,36	96,68	95,57	93,72	99,84
Queimados	9,52	80,41	79,43	86,16	99,78
Rio de Janeiro	1,37	97,8	96,42	98,74	99,96
São Gonçalo	6,25	88,68	87,56	90,71	99,87
São João de Meriti	2,17	94,41	93,22	97,36	99,91
Seropédica	11,71	94,41	92,36	81,38	99,94
Tanguá	24,7	73,42	71,87	82,38	98,22

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/ IPEADATA, 2000 - Indicadores Sociais Municipais/IBGE,

<sup>14</sup> Indicador agregado composto pela proporção de domicílios particulares permanentes, com saneamento não adequado, com responsáveis com menos de quatro anos de estudo e com rendimento mensal de até dois salários mínimos.

Os indicadores socio-econômicos eram os que apresentavam maiores disparidades (vide tabela 08). A pib e a renda per capita, em geral, era baixa e/ou muito baixa na maioria dos municípios fluminenses; a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres, denotam uma grande concentração da riqueza em todos os municípios; essa desigualdade ainda pode ser notada através do percentual da população que vivia com uma renda per capita abaixo de R\$ 75,50 (setenta e cinco reais e cinquenta centavos) em 2000.

**TABELA 08**  
**Indicadores de Rendimentol**

Municípios	PIB Per Capita	Renda Per Capita	Percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais, 2000	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população, 2000	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população, 2000	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50, 2000
Belford Roxo	3 407	182,33	11,63	2,62	51,99	29,92
Duque de Caxias	7 996	226,14	11,88	2,46	56,12	26,85
Guapimirim	3 938	234,77	13,93	3,05	59,79	27,18
Itaboraí	4 180	202,29	10,96	2,69	55,89	28,85
Itaguaí	6 405	246,45	12,17	2,83	55,89	25,84
Japeri	1 951	156,45	12,31	2,01	54,17	39,32
Magé	3 062	209,61	15,46	2,78	56,14	28,34
Mangaratiba	8 605	330,35	12	2,88	60,38	19,52
Maricá	3 982	321,41	13,63	2,85	59,45	19,3
Nilópolis	3 959	298,3	17,4	3,26	51,89	16,51
Niterói	8 984	809,18	16,01	1,85	61,23	9,91
Nova Iguaçu	3 804	237,5	12,7	2,64	56,19	25,03
Paracambi	4 189	269,85	20,28	3,36	53,9	20,15
Queimados	3 771	183	11,55	2,83	53,02	30,59
Rio de Janeiro	10 326	596,65	16	1,96	65,48	13,32
São Gonçalo	4 116	268,79	13,65	3,33	52,95	18,85
São João de Meriti	3 614	233,12	13,65	3,39	51,54	20,81
Seropédica	3 746	234,75	12,92	2,44	60,15	28,88
Tanguá	5 132	180,78	8,9	3,44	52,81	28,15

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano / IPEADATA, 2000 - Indicadores Sociais Municipais/IBGE, 2000

O grau de escolarização da população fluminense (vide tabela 09) da maioria dos municípios era inferior a 06 (seis anos de estudos), o que corresponde ao ensino fundamental incompleto; em linhas gerais, os mesmos municípios que apresentavam as menores médias de anos de estudo eram os que apresentavam os maiores percentuais da população de 10 anos ou mais de idade analfabeta.

**Tabela 09**  
**Indicadores de Escolarização**

Municípios	Anos médios de Estudo	Percentual da população de 10 anos ou mais de idade analfabeta residente em domicílios particulares permanentes
Belford Roxo	5,7	7,6
Duque de Caxias	6,1	7,5
Guapimirim	5,4	11
Itaboraí	5,3	10
Itaguaí	5,9	8,8
Japeri	5,1	11,5
Magé	5,7	9,2
Mangaratiba	6,3	7,6
Maricá	6,5	8,1
Nilópolis	7,3	3,6
Niterói	9,1	3,4
Nova Iguaçu	6,3	6,8
Paracambi	5,8	9,8
Queimados	5,7	8,8
Rio de Janeiro	8,1	4,2
São Gonçalo	6,7	5,5
São João de Meriti	6,4	5,5
Seropédica	5,9	9
Tanguá	4,7	12,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano / IPEADATA, 2000  
Indicadores Sociais Municipais /  
IBGE, 2000

Os indicadores referentes à distribuição de alguns equipamentos também ilustram a desigualdade no acesso das populações a estes recursos sociais (vide tabelas 08, 09 e 10). A oferta de creches, muito inferior ao número de pré-escolas, em muito dificulta a realidade de inúmeras mães que precisam trabalhar para complementar a renda do lar e/ou são responsáveis por estes.

**TABELA 10**  
**Estabelecimentos de Ensino na Educação Infantil**  
**nos municípios da RMRJ - 2000**

<b>Municípios</b>	<b>Creche</b>	<b>Pré-escola</b>	<b>Classe de alfabetização</b>
Belford Roxo	7	65	71
Duque de Caxias	11	127	125
Guapimirim	3	18	24
Itaboraí	5	45	28
Itaguaí	11	45	13
Japeri	1	11	7
Magé	4	18	22
Mangaratiba	-	25	-
Maricá	1	36	8
Nilópolis	7	33	33
Niterói	36	136	86
Nova Iguaçu	24	189	175
Paracambi	2	21	3
Queimados	2	19	26
Rio de Janeiro	703	2 022	1 347
São Gonçalo	10	275	242
São João de Meriti	8	89	86
Seropédica	2	18	8
Tanguá	1	8	3
<b>Total</b>			

Fonte: Anuário Estatístico do Rio de Janeiro/ Fundação CIDE, 2000.

No tocante a existência de escolas de ensino fundamental e nível médio, havia uma enorme redução destas para o ensino médio (é como se os jovens não precisassem cursar o ensino médio?). Quanto à existência de hospitais para

pronto atendimento da população, o retrato também era dramático; a maioria dos municípios não dispunha de unidades de atendimento de saúde suficientes para o atendimento de suas populações, o que, ainda hoje obriga, a maior parte da população a se deslocar, muitas vezes por longas distâncias, para tentar conseguir atendimento.

**TABELA 11**  
**Estabelecimentos de Ensino Público em atividade nos municípios da RMRJ/2000**

Municípios	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
Belford Roxo	-	46	42	-	21	-
Duque de Caxias	-	102	100	-	39	-
Guapimirim	-	6	17	-	3	-
Itaboraí	-	24	58	-	10	-
Itaguaí	-	14	31	-	10	1
Japeri	-	12	25	-	5	-
Magé	-	33	54	-	12	-
Mangaratiba	-	2	26	-	2	3
Maricá	-	21	26	-	2	1
Nilópolis	-	16	13	-	10	3
Niterói	-	55	32	-	23	-
Nova Iguaçu	-	97	85	-	48	4
Paracambi	-	6	16	-	3	-
Queimados	-	14	24	-	8	-
Rio de Janeiro	13	136	953	12	231	-
São Gonçalo	-	109	59	-	35	3
São João de Meriti	-	46	38	-	25	-
Seropédica	-	9	26	1	7	-
Tanguá	-	7	14	-	2	-
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>755</b>	<b>1 639</b>	<b>13</b>	<b>496</b>	<b>15</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Rio de Janeiro/ Fundação CIDE, 2000.

**TABELA 12**  
**Existência de Hospitais credenciados, por natureza, nos municípios da RMRJ/2000**

Municípios	Próprio ou Federal	Contratado	Estadual	Municipal	Filantropico	Universitário	Total
Belford Roxo	-	3	-	-	-	-	3
Duque de Caxias	-	13	1	3	1	-	18
Guapimirim	-	1	-	-	-	-	1
Itaboraí	-	3	1	1	-	-	5
Itaguaí	-	1	-	1	2	-	4
Japeri	-	2	-	1	-	-	3
Magé	-	3	-	2	-	-	5
Mangaratiba	-	-	-	1	-	-	1
Maricá	-	-	-	2	-	-	2
Nilópolis	-	3	-	1	-	-	4
Niterói	-	17	5	4	-	1	27
Nova Iguaçu	1	3	-	-	2	1	7
Paracambi	-	5	-	1	-	-	6
Queimados	-	2	-	-	-	-	2
Rio de Janeiro	16	34	20	26	22	10	128
São Gonçalo	-	16	-	4	1	-	21
São João de Meriti	-	8	-	1	1	-	10
Seropédica	-	-	-	-	-	-	-
Tanguá	-	1	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>115</b>	<b>27</b>	<b>48</b>	<b>29</b>	<b>12</b>	<b>248</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Rio de Janeiro/ Fundação CIDE, 2000.

Finalmente, no que se refere ao acesso aos bens e equipamentos culturais, a realidade era fortemente marcada por um quadro de abandono (vide tabela 13).

**TABELA 13**  
**Equipamentos Culturais**

Municípios	Cinemas		Teatros		Museus	Bibliotecas
	C	A	C	A		
<b>Estado</b>	<b>178</b>	<b>6</b>	<b>124</b>	<b>225</b>	<b>124</b>	<b>225</b>
<b>RMRJ</b>	<b>154</b>	<b>2</b>	<b>85</b>	<b>96</b>	<b>85</b>	<b>96</b>
Rio de Janeiro	125				77	77
Belford Roxo						
Duque de caxias	5		3		1	2
Guapimirim					1	
Itaboraí			1			1
Itaguaí						
Japeri						
Magé				2		2
Mangaratiba				1		1
Maricá						1
Nilópolis			1		1	1
Niterói	10	1	4		5	3
Nova Iguaçu	4		1	2		1
Paracambi	1					1
Queimados						1
São Gonçalo	3		4			3
São João de Meriti	6		1	1		1
Seropédica		1	1			1
Tanguá						

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - CIDE, 2003.

Após discorrermos sobre o quadro da desigual distribuição e acesso aos recursos econômicos, sociais e culturais abordaremos, sucintamente, alguns aspectos inerentes a uma problemática que vem crescendo enormemente em contextos fortemente marcados por desigualdades sócio-espaciais: a criminalidade violenta; este fenômeno, segundo (Cárdia et al, 2003) deve ter como ponto de análise determinante a questão da desigualdade no acesso aos recursos sociais e econômicos.

### 1.3.2

#### Algumas notas sobre a criminalidade na RMRJ

Ao retomarmos alguns considerações acerca da produção do sócio-espacial na RMRJ, inerentes aos processos sociais inscritos permanentemente em relações de poder, vimos que no decurso da sua evolução as desigualdades foram aprofundadas, de tal modo, também foram gestadas várias situações de vulnerabilidade, que segundo Assis (2005) *servem como pano de fundo sobre o qual se expressam outras formas de violência*, que afetam, atavicamente, os segmentos populacionais menos favorecidos; em geral, aqueles que possuem condições de vida precárias.

Embora seja indiscutível a consideração de que a violência e a criminalidade derivam de múltiplas causas e variam de acordo com o tipo específico de violência ou crime violento, é consensual entre diversos autores o argumento de que o entendimento a respeito do quadro de desigualdades aos quais estão submetidas grandes parcelas da população se constitui em cenários que tendem a favorecer a incidência e o incremento destes fenômenos, em outras palavras, mesmo não havendo uma relação causal \_embora os crimes e os criminosos sejam associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas, os cortiços, etc. (Caldeira, 2005, p. 79), há uma relação estreita entre as condições socio-econômicas e a criminalidade violenta.

O fenômeno da violência urbana sofreu um forte incremento nas metrópoles brasileiras desde o final da década de 70. A insegurança, de acordo com (*ibidem*, 2005, p. 55) assomou-se às já intensas ansiedades relacionadas à inflação, ao desemprego, e a uma transformação política que vinha afetando as configurações tradicionais de poder e expandindo os direitos de cidadania.

Do final da década de 70 até o início da década de 90 as taxas de mortalidade por homicídio se multiplicaram na RMRJ, em muito, associada à ação direta das atividades ligadas ao narcotráfico, circunscritos pelos territórios do crime organizado \_também um exemplo dos diferentes usos verificados em um mesmo espaço segundo as perspectivas dos diferentes atores sociais. Com a instituição e o fortalecimento do crime organizado, a difusão do tráfico de drogas de varejo e o uso crescente de armas de fogo, a criminalidade violenta aumentou, agravando ainda mais as tensões vividas na metrópole.

O tráfico e o consumo de drogas no território brasileiro foram intensificados a partir da década de 80, com a lucratividade apresentada, sobretudo, com a comercialização de drogas como o crack, a cocaína, etc. A alta lucratividade auferida por essas transações favoreceu a organização e a multiplicação de quadrilhas fortemente equipadas com armamentos de alto poder de destruição. Essas quadrilhas, se especializaram, preferencialmente, em localidades cuja omissão do Estado há muito se fazia notar\_ favelas, cortiços, etc. Com as disputas freqüentes entre quadrilhas rivais por pontos de venda e controle do narcotráfico, a dinâmica da criminalidade violenta foi intensificada; neste contexto, a metrópole fluminense vem apresentando um crescimento contínuo dos índices de violência, principalmente, daquela cuja causa morte são os homicídios por arma de fogo.

A escalada da violência apresenta algumas especificidades a saber: são os homens jovens (15 a 29 anos), em geral, pobres, as suas “maiores” vítimas e/ou autores. Inúmeros estudos têm procurado dimensionar os fatores contributivos ao recrutamento contínuo dos jovens masculinos pelo narcotráfico.

No que diz respeito a crescente participação dos estratos juvenis nesta atividade, Zaluar e outros pesquisadores desta problemática social reiteram que a corrosão da auto-estima, baixa escolaridade e instabilidade frente aos requisitos técnicos e de conhecimentos exigidos pelo sistema sócio-econômico contemporâneo<sup>15</sup>, retração do mercado formal de trabalho, apelo ao consumo das mercadorias capitalistas, dentre outras motivações<sup>16</sup>, assomam-se a fatores como: estigmas, preconceitos e discriminação dirigida aos jovens moradores em favelas e/ou bairros pobres; em geral, localidades cujos agravos às condições de alcance à cidadania são constantes e permanentemente reforçadas pela “confusão entre pobres e criminosos (...), considerando-se que a polícia também opera com os mesmos estereótipos, freqüentemente confundindo os pobres e criminosos e às vezes até matando-os”, principalmente, os negros, que historicamente sofrem com o intenso preconceito racial (Caldeira, 2005, p. 89); sem contar com o fato de que, em geral, desde cedo esses grupos vivenciam a ausência de direitos sociais básicos.

Bauman (2001), chama atenção para o fato de que a individualização do sujeito *\_a colocação do sujeito como princípio, meio e fim na busca das suas aspirações, onde toda e qualquer responsabilidade acerca da sua existência é atribuída ao mesmo, em associação com a falta de confiança nos mecanismos do Estado voltados à provisão das melhorias de vida da população\_* estaria conduzindo o(s) sujeito(s) a buscas imediatas por alternativas de sobrevivência para além dos meios tradicionais. Giddens (2005) também reconhece que

---

<sup>15</sup> “A globalização, sustentam alguns, cria um mundo de vencedores e perdedores, um pequeno número na via expressa da prosperidade, a maioria condenada a uma vida de miséria e desesperança” GIDDENS, 2005, p.25.

<sup>16</sup> As motivações psicosociais dos indivíduos não serão abordadas.

A impotência que experimentamos não é um sinal de deficiências individuais, mas reflete a incapacidade de nossas instituições. Precisamos reconstruir as que temos ou criar novas. Pois a globalização não é um acidente em nossas vidas hoje. É uma mudança de nossas próprias circunstâncias de vida. É o modo como vivemos agora (p. 29).

Neste sentido, Souza (2005) adverte para o fato de que

o crime se apresenta como uma “opção” aceitável quando os indivíduos percebem ou crêem que as “opções” conformes à lei e mais convenientes para a parcela privilegiada da população, como resignar-se a salários miseráveis ou a esmolar, não valem a pena ou são ainda piores que os riscos e sofrimentos que uma “carreira” criminosa acarreta (p.87).

Acredita-se, assim, que esse conjunto de fatores, tende a favorecer a inserção dos jovens em trabalhos ilegais como alternativa de sobrevivência dentre os quais, se inserem as atividades derivadas e/ou diretamente ligadas ao narcotráfico. Estas, por sua vez, tem enredado ora como vítimas ou como autores, um número crescente de jovens, oriundos de uma camada social cujas condições de sobrevivência são permeadas por inúmeras adversidades.

Em outras palavras, pode-se dizer que estes jovens são egressos de contextos territoriais marcados por: violências, exposição constante a riscos<sup>17</sup> *\_infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras\_* e vulnerabilidade, situações extremas de desigualdade social e condições de vida extremamente precárias que, via de regra, denotam a ampla inacessibilidade aos direitos sociais “básicos”, a constante violação dos direitos humanos, impossibilidade ou dificuldade de acesso aos saberes requeridos para inserção no mercado de trabalho formal, a não existência e/ou ineficiência dos recursos de

---

<sup>17</sup> Ver GIDDENS, Anthony. Mundo em Descontrole o que a globalização está fazendo de nós. 4ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo: RECORD, 2005.

infra-estrutura e dos bens e equipamentos urbanos, culturais, etc. vividas cotidianamente por amplos segmentos populacionais.

Em suma, pode-se afirmar que estes contextos, dentre outros, obstaculizam a construção da cidadania favorecendo a manutenção de uma auto-estima baixa e falta de perspectiva de futuro pelas *vias autorizadas* pela sociedade.

Em pesquisa recente realizada por Britto e Carvano<sup>18</sup>, 2004, sobre a mortalidade por homicídios na população jovem masculina de 15 a 29 anos da RMRJ, no período compreendido entre 1980 e 2000, este fenômeno apresentou um crescimento considerável no conjunto municipal fluminense (vide gráfico 12)

Como pode-se observar na figura 03, com exceção de Paracambi (município situado na Baixada Fluminense)<sup>19</sup> e Mangaratiba os demais municípios apresentaram elevadas taxas de mortalidade por homicídio no grupo em estudo, sendo, os municípios da Baixada Fluminense os que apresentaram as maiores incidências do fenômeno. Esta figura também permite visualizar o incremento do fenômeno ao longo do período considerado.

Estudo realizado por Bercovich (2004) chamou atenção ainda para o fato de que o elevado crescimento da mortalidade por causas violentas no grupo etário de 15 a 24 anos da RMRJ incrementou os anos de vida perdidos<sup>20</sup> nesta população.

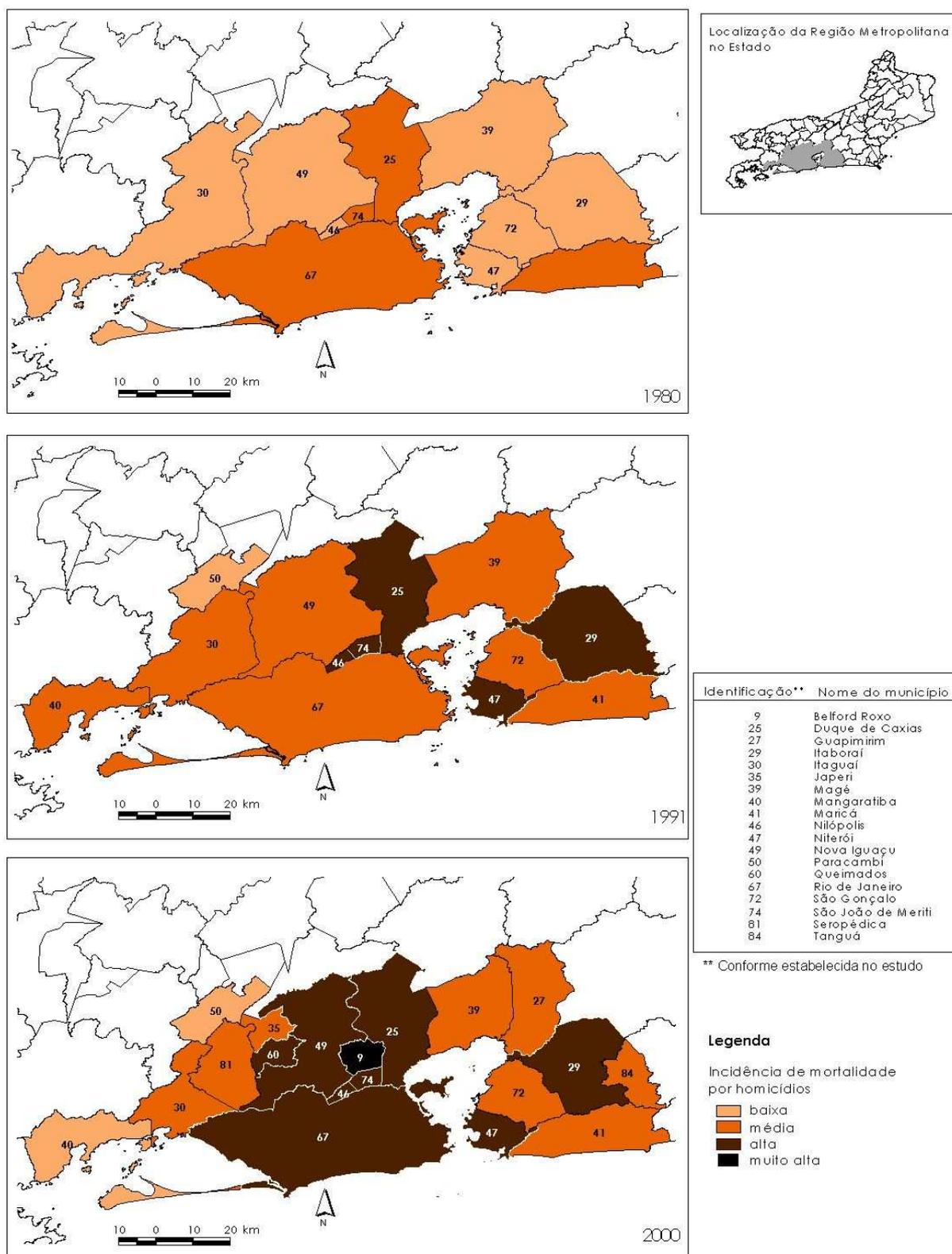
---

<sup>18</sup> Ver Capítulo 5 - Estudo de caso: a dinâmica da violência no Rio de Janeiro. Uma análise sobre a mortalidade por homicídios, integrante do relatório final do projeto de pesquisa: Proposta de Elaboração de um Sistema de Indicadores de Direitos Humanos – Vol. 2.

<sup>19</sup> Área conhecida internacionalmente pelos elevados índices de criminalidade violenta e atuação de grupos de extermínio.

<sup>20</sup> Este método permite calcular as mudanças na esperança de vida temporária de cada grupo por causa de mortalidade analisada em suas respectivas coortes etárias e sexo. Mede o impacto da mortalidade na vida da população.

Figura 7: Evolução da mortalidade por homicídios na RMRJ / 1980 a 2000 – população masculina de 15 a 29 anos<sup>21</sup>



Fonte: Fundação Centro de Dados e Informação do Estado – Fundação CIDE; DataSUS – Ministério da Saúde.

<sup>21</sup> Extraído do Capítulo 5 - Estudo de caso: a dinâmica da violência no Rio de Janeiro. Uma análise sobre a mortalidade por homicídios, integrante do relatório final do projeto de pesquisa: Proposta de Elaboração de um Sistema de Indicadores de Direitos Humanos – Vol. 2.

Em matéria publicada no Jornal do Brasil do dia 11 de dezembro de 2005, intitulada, *“Meninos do tráfico emprego da morte - Trabalho em bocas-de-fumo seduz crianças e adolescentes em áreas carentes, ocupando vazios criados pela ausência do poder público”* foram apresentados alguns relatos de adolescentes que trabalham nas atividades ligadas ao tráfico de narcóticos. Todos os entrevistados são egressos de contextos onde a omissão do Estado e *“a desigualdade que permeia a sociedade brasileira certamente serve de pano de fundo à violência cotidiana e ao crime”*<sup>22</sup>

### 1.3.2.1

#### **Algumas notas sobre as instituições encarregadas de manter a “ordem”**

Um dos aspectos perturbadores do crescimento da violência diz respeito a deslegitimação e a ineficácia do sistema judiciário como mediador das resoluções dos conflitos. Este fato têm levado algumas parcelas da população a cada vez mais investir em segurança pessoal e/ou a solidarizarem-se com a larga utilização de métodos extralegais e privados de intervenção e/ou resolução de conflitos, contribuindo, ainda mais, para o aumento da violência; que, por outro lado, contribuem para a deterioração cada vez mais intensa da noção de direitos individuais.

Não é de se estranhar que mesmo entre os segmentos sociais menos abastados, ecoa a idéia e que os mecanismos de intervenção violenta da polícia são os meios mais eficazes para se combater o estereótipo da *“bandidagem”*, um exemplo concreto, é o apoio ao chamado *“caveirão”* (vide figura 04 e 05).

---

<sup>22</sup> O limite superior de 15 a 29 anos foi utilizado para exemplificar a incidência do fenômeno da criminalidade violenta, tendo em vista que este grupo aparece como o mais vulnerável à mortalidade por homicídios com uso de arma de fogo.

Em muitas cidades brasileiras a polícia acabou se tornando parte da violência, uma vez que seus métodos ilegais e /ou extralegais de uso da violência há muito se difundiu. Com o aumento da criminalidade, a população passou a apoiar tais práticas policiais, que, muitas vezes, terminam por repreender duramente trabalhadores; sem falar dos inúmeros casos em que pessoas são mortas por policiais ao serem confundidas \_ leia-se apresentarem estereótipos de criminosos; em outras palavras, pode-se dizer que *os principais alvos da violência policial são aqueles indivíduos considerados suspeitos (supostos criminosos), em sua maioria pobres e desproporcionalmente negros.*

Deste modo, instituições que deveriam primar pelas condições de sociabilidade, acabam funcionando mediante o uso e a aplicação de práticas baseadas em abusos, exceções e o uso excessivo da força. Segundo Caldeira,

os parâmetros legais do trabalho policial mudaram freqüentemente, tornando instáveis os limites entre o legal e o ilegal, e criando condições para o prosseguimento de uma rotina de abusos que pode ser descrita nos dias atuais como o *modus operandi* da polícia (2005, p. 143).

**Figura 08**



**Menino simulando combate em favela carioca**

**Figura 09****Parte interna do veículo blindado conhecido como *caveirão***

No capítulo seguinte procederemos à análise da formação histórica de Nova Iguaçu, a sua importância no contexto metropolitano atual e as desigualdades sócio-espaciais entre os seus bairros.

## Capítulo II

### Ocupação da Baixada da Fluminense e formação territorial da cidade de Nova Iguaçu

#### 2.1

#### A ocupação da Baixada Fluminense

Presume-se que o topônimo Baixada Fluminense tenha origem nas expressões “do rio” e “das águas” que em latim significa “*flumineus*”. Estas expressões foram utilizadas pelos colonizadores portugueses para designar o local pantanoso (baixada do recôncavo da Guanabara) onde viviam os índios Tupinambás, da aldeia dos índios *Jacutingas* ou *Iacotins*<sup>23</sup>. Segundo a historiografia, no século XVI, os índios Tupinambás, em represália aos colonizadores portugueses por terem seqüestrado quarenta pessoas de sua tribo, se aliaram aos franceses que intentavam ocupar as terras recém conquistadas pela Coroa portuguesa; como já é sabido, os colonizadores portugueses do exército os viam como um recurso natural, logo, algo a ser conquistado sob o signo da violência. Por outro lado, alguns anos depois, contando a aliança dos índios Jacutingas, em resposta à pretensa dominação francesa do território recém conquistado pela Coroa Portuguesa e a insubordinação dos Tupinambás, o exército português não só expulsou os franceses e seus aliados como incendiou as aldeias daqueles indígenas considerados “infiéis”.

Um dos fatores que tiveram importância incontestável na orientação da expansão do núcleo inicial da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em

---

<sup>23</sup> In De Iguassú a Nova Iguaçu – 170 anos. Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu.

direção a região da Baixada Fluminense foram os elementos físico-geográficos referentes a uma topografia plana e/ou quase plana. Desde épocas remotas foi estabelecida uma ligação profunda entre a cidade e o seu recôncavo que, a posteriori favoreceu a dilatação do capital para esta região, até a completa integração da Baixada Fluminense à atual região metropolitana do Rio de Janeiro.

Se de um lado a topografia suave e plana da Baixada, durante muito tempo apresentou grandes obstáculos que dificultaram ou até mesmo impediram a expansão da mancha de ocupação sócio-espacial nesta região; por outro, a posição físico-geográfica da Baixada, ao norte limitada pela Serra do Mar, com suas gargantas<sup>24</sup> que permitiam acessar o planalto, tornaram-na um lugar obrigatório da passagem daqueles que desejavam estabelecer comunicação e relações entre o interior fluminense e a cidade do Rio de Janeiro.

Os charcos, os brejos e as áreas pantanosas tão comuns à área obstaculizavam a comunicação pela via terrestre entre a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e o seu recôncavo; no entanto, por apresentar uma densa rede fluvial cuja desembocadura se dava na Baía da Guanabara, a utilização do transporte fluvial tornou-se uma alternativa viável às áreas pantanosas que se constituíam num fator impeditivo, naquele momento, à construção de vias de comunicação terrestre entre a cidade e a Baixada. Esta dificuldade foi, em alguma medida, superada pela utilização das abas<sup>25</sup> das serras, uma vez que estas permitiam contornar as partes encharcadas da planície de inundação<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Geomorfologicamente define-se garganta como passagens apertadas e profundas de um vale.

<sup>25</sup> Parte mais baixa de uma montanha.

<sup>26</sup> Superfície acima do nível médio das águas, pouco elevada, permanentemente inundada pelas cheias.

Desde os primeiros séculos da sua colonização, em função da proximidade da Baixada ao porto da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a organização espacial desta região foi orientada por processos teleológicos calcados numa lógica de orientação econômica e social específica que obedeciam às funções e aos imperativos voltados ao atendimento de uma demanda externa. Neste contexto, foram desenvolvidos cultivos de diversos produtos agrícolas, em geral voltados à exportação, tais como: a cana-de-açúcar (no século XVI), o café (na 1ª metade do século XIX), a laranja (na 1ª metade do século XX), etc.

Na primeira fase da organização sócio-espacial da Baixada foram construídos vários engenhos de açúcar; principal produto agrícola cultivado no século XVI; estes, por sua vez, utilizavam o transporte flúvio-marítimo, cujos embarcadouros eram realizados nos pequenos portos espalhados às margens da rede fluvial da região que desaguava diretamente na Baía da Guanabara.

A organização espacial implantada na Baixada refletia as determinações econômicas que estavam imbricadas às múltiplas dimensões do processo social no movimento histórico de ocupação da região em um contexto mais amplo; a mesma era composta por um conjunto de sub-espacos que evoluíram segundo suas dinâmicas próprias, em muito orientadas por suas relações com o exterior. Em outras palavras, pode-se considerar que a ocupação do espaço da atual Baixada Fluminense decorre da orientação geral da via colonial, ou seja, do estabelecimento de economias complementares que, segundo Moraes (1996) tinham a subordinação e a dependência como critério estruturador da sociedade. Deste modo, a territorialização desta região teve como característica inicial a pouca integração entre as suas áreas produtoras, o não estabelecimento de uma

interdependência entre as mesmas e o não desenvolvimento de pequenas aglomerações urbanas durante um longo período.

No século XVIII, com a abertura de alguns caminhos (vide foto abaixo) que acessavam o interior fluminense, nestas localidades a organização espacial se intensificou, assumindo novas configurações; aí foram erguidos pequenos armazéns e outras instalações. A instalação destes novos objetos espaciais imprimiram novas organizações socio-políticas e funções que atendiam às necessidades de escoamento da produção nestas pequenas aglomerações, contribuindo para a intensificação da circulação entre o Rio de Janeiro e a sua hinterlândia, favorecendo o aumento significativo dos fluxos de mercadorias, animais e pessoas que dinamizaram estas localidades.

Em um dos caminhos abertos, com vistas a facilitar a travessia da Serra do Mar por um trecho menos íngreme e acessar a região das Minas Gerais, localizava-se o engenho de Maxambomba, embrião da futura cidade de Nova Iguassú (primeira grafia utilizada), encostado à extremidade leste da Serra de Madureira. O chamado Caminho de Terra Firme, como fora denominado, foi muito utilizado entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX; com a sua abertura o comércio foi facilitado, reduzindo a dependência das vias fluvio-marítimas (vide foto abaixo).

**Figura 10**



Fonte: De *Iguassú* a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

Com a intensificação da produção cafeeira, no século XIX, surgiu a necessidade de se reduzir o tempo gasto no deslocamento desta mercadoria até o porto da cidade do Rio de Janeiro; em função da nova demanda

o impacto do café se deu principalmente na reativação do circuito fluvial da Baixada, através da produção que vinha de São Paulo, Minas, Espírito Santo, Bahia e interior do estado e se dirigia ao porto do Rio de Janeiro para importação. (...) Nos portos e freguesias da Baixada, as fortunas se faziam com o simples transacionar com o café, na sua compra, venda, armazenagem e transporte, fazendo surgir uma elite de grandes atravessadores.(Alves, 2003, p.40).

As vias fluviais passaram a ser utilizadas com regularidade em conexão com as estradas existentes. Mas, “se por um lado, a intensificação do uso dos rios reforçou a rede de portos existentes, por outro, começou a revelar a fragilidade e insegurança desse meio” (ibidem, p.41).

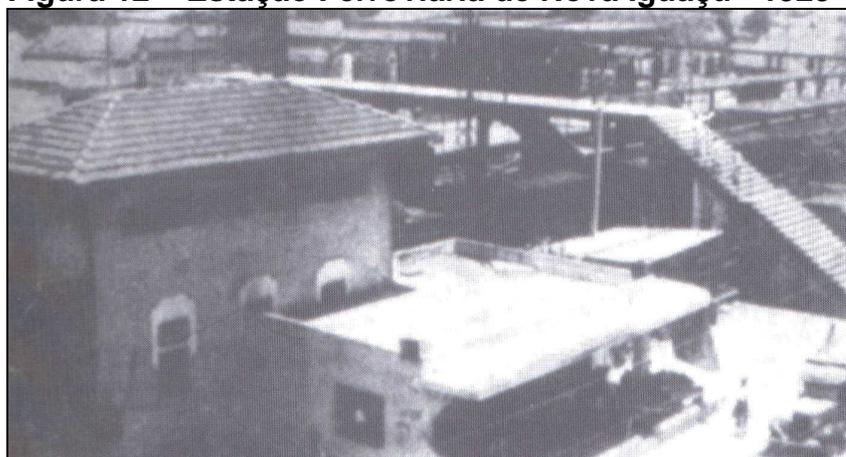
Nas localidades que sediavam os entrepostos comerciais surgiram as primeiras aglomerações em certos portos fluviais da atual Baixada Fluminense, onde destacamos: Estrela, Iguaçu \_as margens do rio Iguaçu e Majé.

Face à importância que estes portos adquiriram (vide foto abaixo) no tocante à circulação de mercadorias, de pessoas vindas de regiões longínquas e no estabelecimento das relações entre a cidade e a sua hinterlândia, estas aglomerações foram elevadas à categoria de Vilas, na primeira metade do século XIX, ainda que não apresentassem um caráter típico dos centros urbanos da época. Na verdade, estas se configuravam como verdadeiras vilas entrepostos, sendo, inclusive, dependentes da aquisição dos meios de sobrevivência para a população residente, já que a sua organização econômico-produtiva integrava-se aos circuitos externos.

**Figura 11**

Fonte: De *Iguassú* a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

Visando facilitar o crescente tráfego de mercadorias sem as inconveniências que o transporte fluvial implicava \_dependência das marés, períodos de seca, elevação de seus leitos, assoreamento etc.\_, em 1858, foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que compreendia as estações de Maxambomba, Queimados e seria estendido até Belém \_atual município de Japeri (vide foto abaixo).

**Figura 12 – Estação Ferroviária de Nova Iguaçu - 1929**

Fonte: Álbum Fotográfico de Nova Iguaçu – IHGNI / FENIG - 1978

Com a chegada das ferrovias as vilas portos da Baixada foram desativadas e entraram em processo de abandono, levando a decadência das suas aglomerações e, conseqüentemente, da produção agrícola, já agravada pela concorrência campista no plantio da cana-de-açúcar e pelo desgaste das terras utilizadas no plantio do café provocado pelo manejo inadequado do solo. Esse quadro foi acentuado pela rotura incessante entre o homem e o seu entorno; a devastação das matas e a ausência de drenagem constante tiveram como conseqüência a intensificação do processo de assoreamento dos rios. Tal fato incrementou, o abandono das áreas de cultivo; o reaparecimento dos brejos e o aumento da insalubridade na região. Com a abolição da escravatura este cenário de decadência da região se agravou; a Baixada voltou a ser uma área de passagem rápida, pois “o impaludismo dizimava aqueles que ousavam permanecer na região”<sup>27</sup>.

Conforme nos descreve Soares (1962),

“Pôrto das Caixas, Estrela e Iguaçu, aglomerações que viviam exclusivamente de sua função de intermediárias, entraram numa rápida e profunda decadência e foram sendo abandonadas por seus moradores” (p. 167).

Com o desenvolvimento e o crescimento da indústria no Rio de Janeiro e o florescimento de outras atividades inerentes à expansão do capital, o espaço passou por um ajustamento às novas demandas do período, visando a implantação e a aceleração das atividades em curso. O processo de industrialização não só provocou o aumento das atividades industriais como

---

<sup>27</sup> Para maiores esclarecimentos ver SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu *Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro*. In: Revista Brasileira de Geografia, ano XXIV, abril-junho, nº 2, 1962.

implicou numa organização territorial. A dotação de um conjunto de equipamentos voltados à viabilização da expansão das atividades industriais, comerciais, etc., foram imprescindíveis à constituição de um mercado consumidor e na ampliação do processo de urbanização tendo em vista que a cidade precisava alcançar outros espaços para expansão da sua área metropolitana e a maior estabilidade no crescimento das aglomerações urbanas foram imprescindíveis

No que se refere à alocação da população no espaço este período também consagrou a redistribuição dos diversos segmentos sociais no território metropolitano, restando aos pobres, cada vez mais, os subúrbios distantes e a ocupação da periferia; sendo a Baixada a grande receptora destes segmentos sociais menos favorecidos. Dado este fato, esta região passou a receber boa parte da mão-de-obra necessária ao desempenho das atividades econômico-produtivo que se afirmavam e/ou despontavam na capital.

Com a necessidade de complementaridade dos processos de produção, a indústria conheceu uma nova espacialização na região. Fatores como: abundância de água, possibilidade de ter energia própria devido à proximidade com a serra, terrenos a preços acessíveis<sup>28</sup> e a conexão com a malha rodoviária contribuíram para que a Baixada se tornasse, de acordo com Soares (1962) “o parque industrial da metrópole” \_como as indústrias têxteis, servindo como catalisadora da ocupação sócio-espacial, ainda que a integração física da Baixada Fluminense a área metropolitana do Rio de Janeiro não tenha ocorrido de uma só vez; ou seja, tenha sido uma integração limitada do ponto de vista da contigüidade espacial, pois, esta incorporou, inicialmente, os distritos de São João

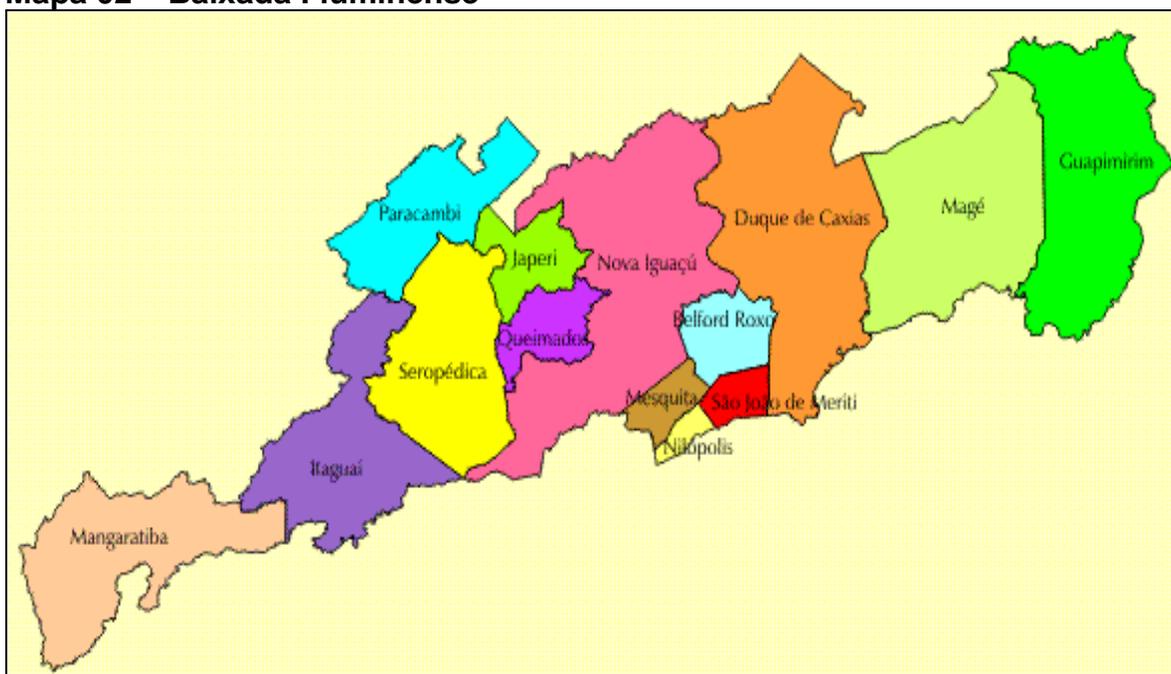
---

<sup>28</sup> Exclusive os terrenos localizados às margens das rodovias.

de Meriti, Nilópolis parte de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu, para depois se expandir.

As estradas de ferro foram de extrema importância para a expansão do tecido urbano-metropolitano em direção à Baixada e na configuração da chamada zona suburbana; em outras palavras, estes foram os principais agentes de integração física desta região ao Rio de Janeiro; ainda que de forma descontínua e desordenada, as margens das vias férreas foram territorializadas pelo contingente populacional que se dirigia para essas localidades, constituindo novos territórios, assim como os chamados núcleos e /ou cidades dormitórios.

Na década de 1930, as obras de saneamento realizadas na Baixada Fluminense \_embora tivessem como premissa a constituição de um espaço rural nesta região\_ seguida do combate à malária, viabilizaram a ocupação de áreas antes limitadas dadas as condições insalubres dos brejos, charcos e pântanos. A onda de loteamento ocorrida na região incrementou a ocupação populacional na Baixada, atendendo as necessidades de moradia dos segmentos sociais mais pobres da população que para aí se dirigiam em busca da aferição de um lote; desta maneira, o tecido urbano-metropolitano foi se ampliando para esta região que mais tarde se integraria definitivamente à área metropolitana fluminense. O mapa abaixo mostra atual configuração territorial da Baixada Fluminense.

**Mapa 02 – Baixada Fluminense<sup>29</sup>**

Fonte: Instituto de Pesquisa e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense.

## 2.2

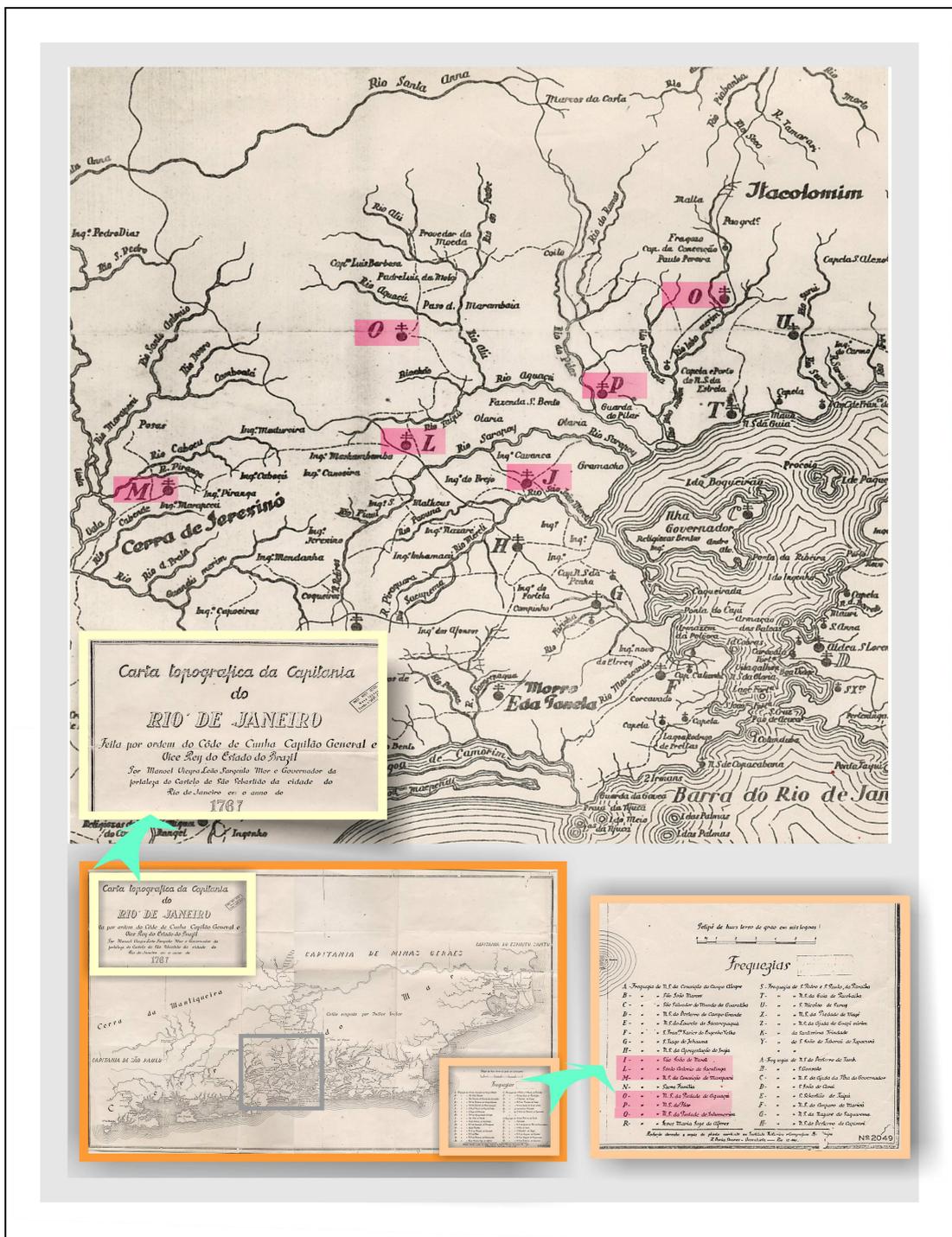
### De *Iguassú* a Nova Iguaçu<sup>30</sup>

As terras do município de Iguassú pertenceram a Capitania de São Vicente doada a Martim Afonso de Souza, passando ao domínio da Coroa Portuguesa, na segunda metade do século XVI, período em que ocorreram as doações de terra e a constituição das sesmarias que iniciaram a colonização da região (vide figura abaixo).

<sup>29</sup> De acordo com o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), a Baixada Fluminense inclui os seguintes municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

<sup>30</sup> *I-guaçu*, do topônimo Tupi significa *água grande*.

Figura 13 - Aspectos históricos de Nova Iguaçu



Fonte: De Iguassú a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

Em 1561, padres beneditinos se instalaram nesta região, construindo um engenho de cana-de-açúcar; porém, foi a partir de 1566 que os primeiros

colonizadores da região foram se fixando nas terras dos vales dos rios Meriti, Sarapuí, Estrela e Iguazu.

No século seguinte, na sesmaria doada a Martim Correia, começou a ser implantado, no ano de 1692, o Engenho de Maxambomba, no maciço de Gericinó; em 1697, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar (atual município de Duque de Caxias) e, alguns anos depois, a Freguesia de São João Batista de Trairaponga (atual município de São João de Meriti); em 1719, foi a vez da criação da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade ou Nossa Senhora da Piedade do Caminho Novo.

Em 15 de janeiro de 1833 foi assinado um Decreto Geral que elevava a povoação de Iguassú à categoria de Vila. Situada à margem direita do Rio Iguazu, o município de Iguassú compreendia seis freguesias, a saber: Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, Nossa Senhora do Pilar, São João de Meriti, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu e Nossa Senhora da Piedade onde foi instalada a primeira sede do município.

À época, a população de Iguassú era composta, em sua maioria por escravos; do total dos seus 13.054 habitantes, 7.122 ou 54,6% eram escravos e 5.932 ou 45,4% eram habitantes livres. De acordo com Pereira (1970), a distribuição da população livre e escrava nas freguesias era a seguinte:

“N. S. de Marapicu, com 1.821 habitantes, dos quais 919 escravos; Santo Antonio de Jacutinga, com 3.540 habitantes, inclusive 2.138 escravos; São João de Meriti, o menos povoado, apresentando 638 brancos e 978 escravos; N. S. da Piedade de Iguazu, com 963 habitantes livres e 1.219 escravos; e, finalmente, a de maior densidade demográfica – a de N. S. do Pilar, com um total de 3.895 habitantes, somando-se 1.868 escravos” (p. 13).

A desigualdade e a excludência do convívio social e a imposição da violência estabelecida no escravismo levou a organização de alguns quilombos no território iguaçuano, nas áreas pantanosas situadas entre os rios Iguaçu e Sarapuí, que perduraram até o fim da escravidão, sendo duramente destruídos. Segundo Alves,

“mencionados desde 1812, esses quilombos representavam a única grande divergência frente à estrutura de poder quase totalitária que se havia constituído”. Estes sobreviveram até o fim da escravidão (2003, p.37).

A localização da Vila de Iguassú, quer pela via fluvial ou pela via terrestre, permitia o transporte de mercadorias e o abastecimento do Rio de Janeiro e do interior pela Guanabara, o que lhe garantiu enorme prosperidade durante algum tempo.

Em 1858, a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, objetivando substituir a Estrada Real do Comércio no transporte da produção cafeeira proveniente do Vale do Paraíba, provocou o aparecimento de aglomerações em suas margens e, concomitantemente, levou a decadência e até mesmo ao desaparecimento das localidades mais antigas. Conforme nos esclarece Alves,

O eixo econômico e comercial que em três séculos se constituiu ao longo das ramificações fluviais entrou em rápida decadência, acelerada pela velocidade dos trens que passaram a ligar diretamente o litoral ao planalto. Nas vilas, casas eram demolidas para a venda dos materiais ou simplesmente eram abandonadas. (...). Nessa nova paisagem, o começo de uma epidemia de cólera viria para consumir o processo de deterioração da região. (*ibidem*, p. 42).

Alves ainda ressalta que

O quadro dessa crise agrícola vai se ampliando, ganhando contornos desesperadores para a região. Como se não bastassem as epidemias, a fuga da

população passa a ser estimulada também pela falta de alimentos e seu alto preço. (*ibidem*, p. 43).

Nesse contexto, Soares nos assinala que

“Iguassú teve a sua situação de vila-fantasma reconhecida pelas autoridades estaduais que transferiram a sede do município de Iguassú para a estação de Maxambomba, futura Nova Iguaçu, situada numa zona mais salubre, à margem da linha tronco Central do Brasil” (Soares, p. 167, 1962).

Em 20 de junho de 1891 a sede do município foi transferida para Maxambomba, à margem da linha férrea Central do Brasil, nova denominação da linha férrea Dom Pedro II na fase republicana (vide foto abaixo).

**Figura 14 - Estação Ferroviária de Nova Iguaçu - 1946**



Fonte: Álbum Fotográfico de Nova Iguaçu – IHGNI / FENIG - 1978

Em 09 de novembro de 1916 o nome Maxambomba foi substituído pela denominação Nova Iguassú, sendo a primeira sede do município, chamada de Iguassú Velho.

Após a decadência da produção cafeeira no interior do território fluminense, que teve a sua primazia perdida para São Paulo, já era possível verificar a partir de 1883, na paisagem iguaçuana a presença do cultivo da laranja.

**Figura 15**  
**Vista parcial de Nova Iguaçu / Extensão dos laranjais - 1932**



Fonte: Álbum Fotográfico de Nova Iguaçu – IHGNI / FENIG - 1978

Nesta época, a laranja já aparecia na pauta de exportações deste município, que também comercializava o produto com o Rio de Janeiro e São Paulo. O período áureo da citricultura na região compreendeu os anos de 1930 e

1940, período em que Nova Iguaçu ficou conhecida internacionalmente pela sua produção de laranjas, sendo chamada de *Cidade Perfume*.

Deste modo,

A emergência de um setor social voltado para a fruticultura passa a reanimar o direcionamento de capitais da cidade para o campo. Exportadores, comerciantes e barraqueiros tornam-se proprietários de sítios e chácaras, ampliando seus negócios (Alves, 2003, p. 48).

O município de Nova Iguaçu reunia um conjunto de fatores físicos mais favoráveis ao desenvolvimento da atividade agrícola voltada a citricultura. O seu território, constituído, em parte, por uma topografia composta por abas, encostas e contrafortes<sup>31</sup> da serra de Madureira e por uma região de morros antecedentes a Serra do Mar, foram decisivos ao estabelecimento de uma cultura que não suporta terrenos cujos solos sejam muito úmidos. A localização de uma ferrovia que recortava o município desde a sua implantação acompanhara o sopé das áreas montanhosas para fugir dos terrenos alagadiços, propiciava um rápido escoamento da laranja até o porto do Rio de Janeiro. Ademais, a citricultura iguaçuana também contava com um mercado consumidor do espaço metropolitano em formação que absorvia parte da sua produção e com os investimentos em capitais da metrópole das mais diversas formas, inclusive, na criação dos chamados *packing-houses*<sup>32</sup> (vide foto abaixo).

---

<sup>31</sup> Esta é a denominação dada para as ramificações laterais de uma cadeia de montanhas.

<sup>32</sup> Assim eram chamadas as casas de empacotamento da laranja.

**Figura 16 – Embarque das Laranjas**

Fonte: De Iguassú a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

Se de um lado a citricultura atraía capitais metropolitanos e favorecia o aparecimento de uma elite econômica e social, do outro havia uma enorme suburbanização de alguns distritos do município, de modo que, no período compreendido entre 1920 e 1940, a população de Nova Iguaçu passou de 33.396 para 105.809 habitantes; este crescimento se concentrou mais nos quadros suburbanos dos distritos de Iguaçu vizinhos à metrópole (Nilópolis, São João de Meriti e parte de Duque de Caxias) e rural (nos distritos citrícolas) onde era bastante elevado o fracionamento da terra e se utilizava a *meia* e o trabalho assalariado, o que atraiu um elevado contingente populacional. Algum tempo depois, dada a crescente valorização do produto, a citricultura se instalou nas áreas menos elevadas do relevo, inclusive nas planícies, onde foram abertos vários canais de drenagem.

Muitos foram os portugueses que afluíram para Nova Iguaçu para trabalhar na citricultura; alguns foram trazidos por seus amigos e familiares, outros, dirigiam-se para Nova Iguaçu para investir na tão promissora e rendosa plantação de laranja.

Visando melhorar as condições do acesso e comunicabilidade dos distritos e demais localidades à sede municipal, o poder público e a esfera privada investiram na melhoria dos equipamentos urbanos (redes de água, esgoto, iluminação pública, praças, etc.) e na abertura de novas estradas que drenavam para a sede municipal toda produção citrícola do município e recebiam os lavradores e a população local modificando definitivamente a paisagem local. Desta forma, Nova Iguaçu afirmava-se como centro administrativo, comercial e distribuidor de algumas mercadorias de primeira necessidade às pequenas vendas do meio rural, de um município que era composto por nove distritos: Bonfim, Cava, Duque de Caxias, Estrela, Nilópolis (antigo São Mateus), Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Xerém.

Esses distritos possuíam características quanto ao tipo de ocupação espacial bastante diferenciadas. De um lado, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti tinham como característica um grande adensamento populacional que desenvolvia suas atividades populacionais na metrópole de outro, Cava, Estrela, Queimados e Xerém possuíam baixo adensamento populacional com predomínio do grande latifúndio em uma área de relevo acidentado, com a presença de pântanos e grandes extensões de áreas recobertas por vegetação e manguezais, enquanto Iguaçu era amplamente aproveitada pela citricultura, o que prorrogou a sua integração física total ao espaço metropolitano fluminense.

Com o advento da II Guerra Mundial, as exportações de laranja foram interrompidas. Vários foram os fatores que contribuíram para a crise da citricultura brasileira. Quanto ao mercado externo não só a Guerra, mas o fato do transporte das laranjas ser realizado por navios frigoríficos de companhias estrangeiras contribuiu à decadência da citricultura; no mercado interno, fatores

como a escassez e, conseqüentemente a elevação do preço dos combustíveis e a ineficiência do transporte ferroviário, culminaram no apodrecimento de enormes quantidades de laranjas nos depósitos e nos arbustos, originando a proliferação da praga chamada *mosca do Mediterrâneo*. Mesmo após o fim do conflito mundial, a qualidade da fruta era bastante ruim e sequer dava conta de abastecer o mercado interno, ficando, assim, proibida a exportação do produto. Com isso muitos laranjais de Nova Iguaçu foram derrubados para a utilização da lenha ou para serem transformados em carvão, como, também, incrementaram a onda loteadora que se abriu neste distrito como alternativa a crise financeira vivida pelos proprietários decadentes e endividados, aberta com o fim da citricultura.

Se outrora a citricultura havia funcionado como uma barreira à urbanização do conjunto territorial de Nova Iguaçu, a partir daquele momento, não havia mais empecilhos a ampliação do processo de urbanização que já vinha se processando na Baixada Fluminense. Com a incorporação de um enorme contingente populacional a sua população residente e, ao mesmo tempo, atraindo algumas indústrias em função da rede infra-estrutural herdada das atividades econômicas desenvolvidas no espaço iguaçuano em tempos pretéritos, a configuração territorial de Nova Iguaçu foi profundamente modificada; novos usos, novas formas e funções, novas relações sócio-políticas e espaciais passaram a grafar este município. As novas funções de controle das atividades econômicas contribuíram à ampliação do papel político deste município, agora inserido num contexto que ultrapassava o local.

A estação ferroviária (vide foto abaixo) assumiu uma nova função na conjuntura vigente: a de escoar um amplo contingente populacional \_em sua maioria composto por uma população pobre que se espacializou neste

município\_ até a metrópole, o que lhe imprimiu o caráter de cidade dormitório, incrementando as migrações pendulares até os dias atuais. A abertura da Rodovia Presidente Dutra, na década de 1950, contribuiu muito para o crescimento de Nova Iguaçu, pois estimulou uma nova fase de expansão do tecido urbano deste município, com a abertura de novos loteamentos, estradas de comunicação com a rodovia Rio – São Paulo e a instalação de novas unidades industriais, que em 1958 somavam 92 indústrias e 1038 estabelecimentos comerciais.

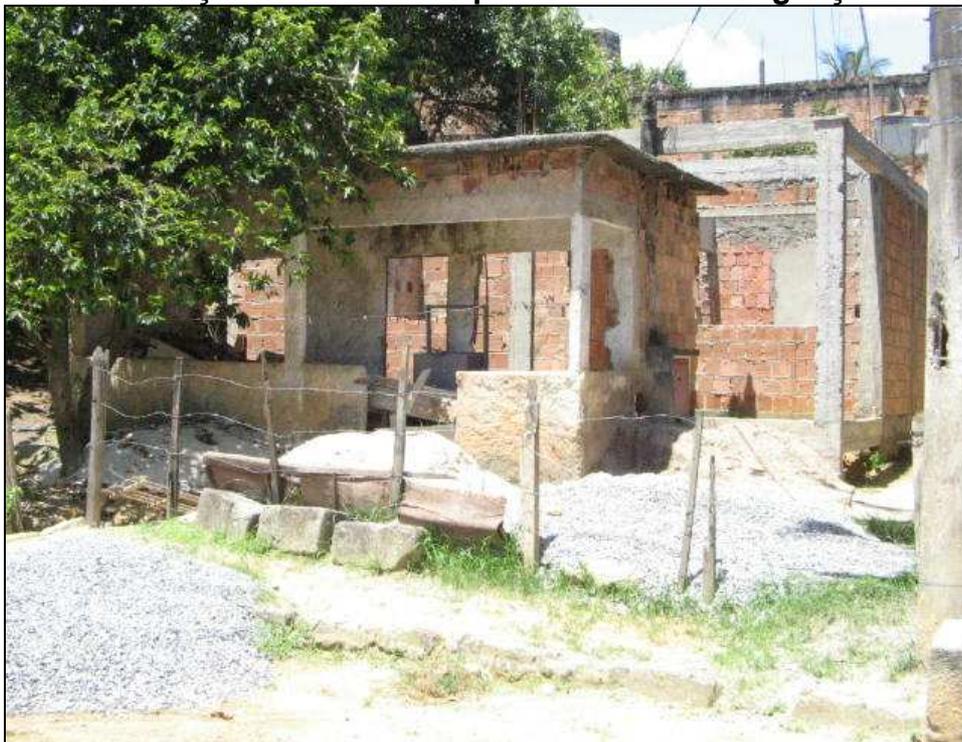
**Figura 17 - Estação Ferroviária de Nova Iguaçu / Século XXI**



Fonte: De *Iguassú* a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

A nova onda de loteamentos surgida em Nova Iguaçu foi acompanhada por uma crescente especulação fundiária. A terra urbana passou a ser negociada como promessa de lucro, em face da demanda crescente da população por espaços de moradia. Com isso, foi consagrada a valorização diferencial da terra em função da proximidade dos serviços, bens e equipamentos urbanos, redes de transporte, etc., incrementando a periferização dos mais pobres dentre os pobres pois mesmo com o crescimento econômico as condições de vida dos segmentos sociais mais pauperizados permaneceram deterioradas, tendo na ineficiência dos serviços de competência do poder público (ampliação da rede e dos serviços de infra-estrutura e saneamento básico), na ocupação desordenada e na autoconstrução uma das suas características principais (observe as fotos abaixo).

**Figura 18**  
**Autoconstrução em um bairro periférico de Nova Iguaçu - 2006**



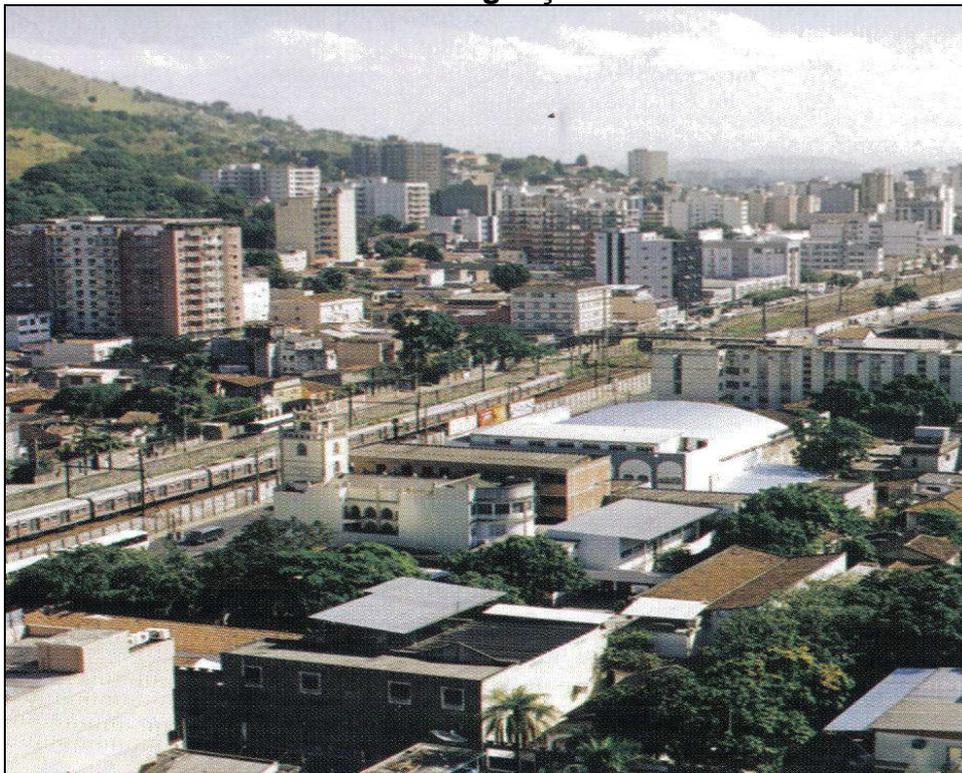
**Figura 19 – Casa Autoconstruída**



**Figura 20**  
**Atividade de aumento do rendimento em um bairro periférico**



**Figura 21**  
**Vista aérea do centro de Nova Iguaçu na década de 90**

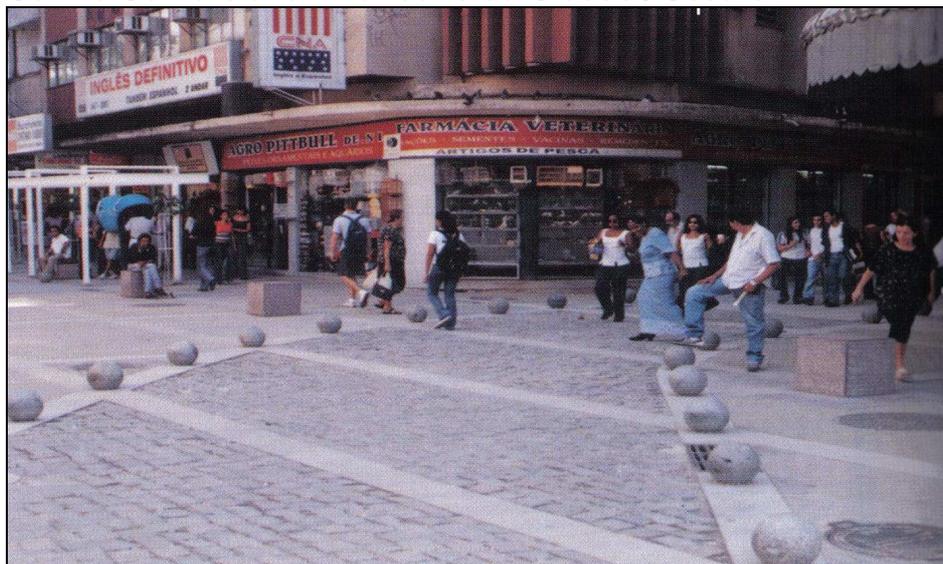


Fonte: De *Iguassú* a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

Com a instalação de novas indústrias, Nova Iguaçu também passou efetivamente a exercer a sua função de cidade industrial no contexto metropolitano fluminense. E, assim como, outros núcleos urbanos da metrópole fluminense, ampliou as suas funções comercial, de serviço e financeira, elevando-se a categoria de subcentro.

Segundo Soares (1962), na década de 50 já era possível identificar, mediante a leitura do espaço produzido expresso na paisagem urbana, uma diferenciação sócio-espacial no tecido intra-urbano de Nova Iguaçu, que permitia a identificação de três áreas com características singulares e distintas que as individualizavam no conjunto do município: o centro, a zona intermediária e a zona periférica.

**Figura 22**  
**Centro Comercial e Financeiro da Cidade / Século XXI**



Fonte: De *Iguassú* a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

O centro instalou-se na parte mais antiga da cidade, dotada de uma boa rede de infra-estrutura urbana, nas imediações da estação ferroviária, se configurando como uma área onde se concentram as atividades comerciais, financeiras, de prestação de serviços, os órgãos políticos, administrativos, as atividades de lazer, etc., com intenso fluxo diário de pessoas e veículos. Uma segunda tendência refere-se ao aproveitamento mais intensivo do uso do solo; este se associa a “entrada” de novos empreendimentos imobiliários que imprime mudanças no padrão habitacional local – através do implemento de alternativas habitacionais para os segmentos sociais médios, com o acúmulo de capital e capacidade de endividamento, na forma de construções verticalizadas e edifícios mais modernos negociados por valores mais rentáveis; com isso, tem-se a diversificação social de áreas localizadas na periferia. Em suma, este processo de transformação da produção espacial na sua área central foi acompanhado

pela atuação dos incorporadores imobiliários, onde, 80% dos edifícios foram construídos entre os anos 80 e 94.

**Figura 23 - Construções verticalizadas a partir da década de 90**



Fonte: De *Iguassú* a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

A zona intermediária, segundo o autor em tela, caracterizava-se por apresentar uma paisagem bastante heterogênea acumulando, concomitantemente, as funções residencial \_servindo como local de residência para diferentes estratos e segmentos sociais\_ e industrial \_ pois aí se localizava grande parte das indústrias especializadas no município. Por ser uma antiga área citrícola, esta zona pode ser definida como uma área de expansão da mancha urbana da cidade, ocorrida após a crise e a derrocada da citricultura em Nova Iguaçu. Foi nesta localidade que se verificou a intensa onda de parcelamento e loteamento do solo, como alternativa de sobrevivência à crise dos pequenos e médios citricultores da região, antes da terra atingir o seu valor máximo; em

sendo assim, muitos terrenos foram comercializados a preços acessíveis, com pagamento em prestações de longo prazo, permitindo aos segmentos sociais de baixa renda a aquisição de lotes para construção de suas moradias. As formas das construções denunciavam uma ocupação desordenada, embora a ocupação e o uso do solo urbano fossem menos intensificados.

A chamada zona periférica era aquela fortemente marcada “pelo domínio do loteamento e pelo fato de ter sido gerada sobre uma estrutura fundiária de grandes glebas” (*ibidem*, p. 231) e também pela precariedade das condições de vida e dos serviços públicos.. A ampliação do tecido urbano nesta zona deve-se principalmente aos loteamentos e a força de atração populacional exercida pelas indústrias instaladas próximas a Nova Iguaçu, que buscavam terrenos com grandes extensões e a preços menos exorbitantes, portanto, afastados das áreas densamente povoadas. O desenvolvimento da cidade transcendeu a ocupação da planície, alcançando as áreas de relevo mais acidentado. Em um desses bairros \_bairro Caonze, cuja localização situa-se no trecho da encosta vizinha à estação ferroviária, atravessada pela antiga Estrada de Madureira, houve uma ocupação do segmento social do tipo médio, que aí construiu belas residências.

O município de Nova Iguaçu, desmembrado do município do Rio de Janeiro em 1833, possuía território maior do que o Distrito Federal. Com o passar dos anos, Nova Iguaçu sofreu sucessivos desmembramentos. O primeiro desmembramento ocorreu em 1943, quando, o atual município de Duque de Caxias, que tinha São João de Meriti como um dos seus distritos se emancipou. Em 1947, São João de Meriti emancipa-se de Duque de Caxias e Nilópolis emancipa-se de Nova Iguaçu; nos anos 90, foi a vez de Belford Roxo, Japeri e

Queimados se emanciparem e, em 2000, o distrito de Mesquita, sendo 2001 o ano da instalação do município (vide figura abaixo).

**Figura 24 - Desmembramento Municipal**



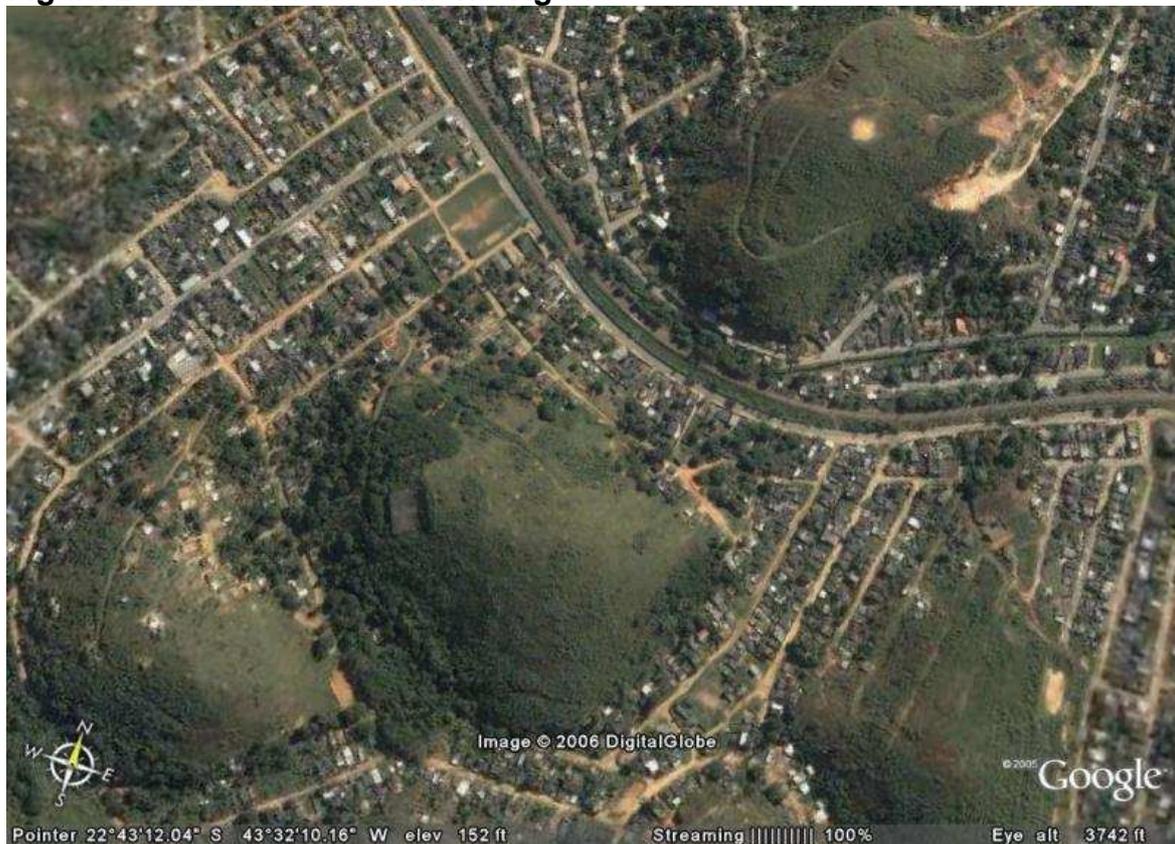
Fonte: De *Iguassú* a Nova Iguaçu – 170 anos – 1833-2003

Em resumo, o parcelamento do solo da cidade de Nova Iguaçu compreendeu duas fases distintas, segundo as diferentes atividades econômicas desenvolvidas na região; a primeira compreendeu a fase em que predominou a economia agrícola iniciada no período colonial, estendendo-se até meados da década de 40; a segunda, iniciou-se após a crise da citricultura, ainda na década de 40, com o início da onda loteadora urbana, que foi se intensificando com as ocupações irregulares e a chegada da indústria. Com isso, Nova Iguaçu se integrou totalmente à metrópole.

## 2.3

### Caracterização da cidade de Nova Iguaçu

**Figura 25 – Localidade de Morro Agudo**



Fonte: Google Earth

A lei complementar de número 006 estabeleceu que o município, a partir de 1997, passaria a se denominar Cidade de Nova Iguaçu e seria dividido em nove Unidades Regionais de Governo \_URG's.

Com uma área de 520, 5 Km<sup>2</sup>, a Cidade de Nova Iguaçu apresenta uma extensão norte-sul de 36 KM e leste-oeste de 19 km; é a maior em extensão territorial da Baixada Fluminense \_região integrada por 13 municípios\_ e o 2º maior da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, respondendo por 11,1% da área territorial desta metrópole.

A cidade limita-se com oito municípios, sendo sete deles integrantes da RMRJ e um integrante da região Centro-Sul fluminense, ao norte onde limita-se com Miguel Pereira, a nordeste com Duque de Caxias, a noroeste com Japeri, ao sul com o Rio de Janeiro, a sudeste com Mesquita, a sudoeste com Seropédica, a leste com Belford Roxo e a oeste com Queimados. Segundo levantamento da Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CIDE), em 2000, esta cidade possuía uma densidade demográfica de 1.637,7 hab./km<sup>2</sup>, estando totalmente urbanizada.

A fim de traçarmos um perfil acerca dos aspectos demográfico, social, econômico, cultural e de infra-estrutura selecionamos, com base nos dados da amostra do Censo Demográfico 2000 alguns indicadores, aqui entendidos como

uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma .

Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social, é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. (Jannuzzi, 2003, p. 15).

### **2.3.1**

#### **Aspectos Demográficos**

Os municípios da Baixada Fluminense mantiveram acentuado crescimento populacional até os anos de 1970, embora seus municípios apresentassem distintas etapas de urbanização.

De acordo com Lago (2000),

A grande área de expansão na Baixada era, na realidade, Nova Iguaçu, que teve um crescimento populacional da ordem de 4,2% ao ano e um incremento absoluto de cerca de 350 mil pessoas. Loteamentos produzidos nas décadas anteriores continuavam a ser ocupados, enquanto novos surgiam em regiões mais distantes dos distritos de Nova Iguaçu, Queimados e Belford Roxo (p.99).

Outro aspecto a ser considerado na composição populacional de Nova Iguaçu foi o incremento populacional decorrente das migrações, reafirmando, deste modo, o argumento de Lago no que concerne aos padrões de deslocamento da população pobre verificados na dinâmica segregadora das grandes metrópoles, já descritos no capítulo 1. De acordo com os dados sobre migração inter-regional distribuídos pelo conjunto dos municípios metropolitanos fluminenses, analisados pela autora,

(...), Nova Iguaçu aparece como principal área receptora dos fluxos migratórios na periferia, ao abrigar cerca de 252 mil migrantes, ou seja, 34% dos migrantes que foram para municípios periféricos (ibidem, p. 102).

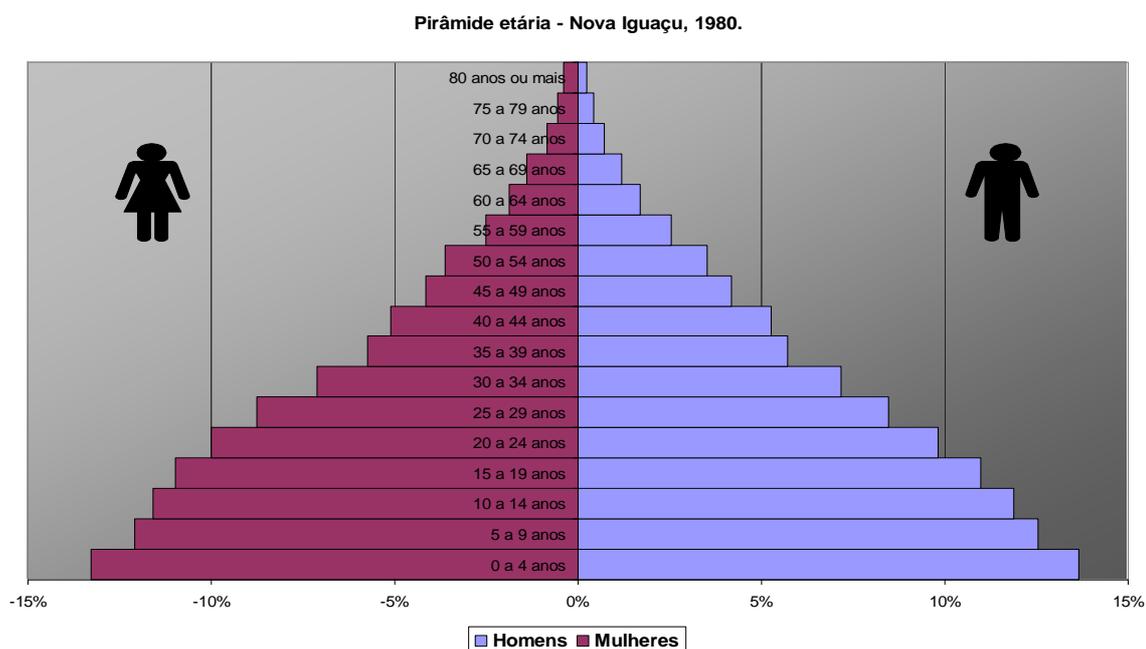
Os migrantes representavam 29,5% da população do município em 1970, 23% em 1980, acompanhando a tendência geral de queda verificada na participação do migrante na composição populacional desta metrópole exclusive os municípios de São Gonçalo e Niterói. Dentre os distritos municipais que apresentaram os maiores incrementos populacionais, destacaram-se o de Nova Iguaçu com uma população de 105.092 migrantes e o de Belford Roxo com uma população migrante superior a 50 mil pessoas.

A composição demográfica do município também foi incrementada pelo intenso deslocamento populacional verificado no espaço intrametropolitano fluminense, pois Nova Iguaçu recebeu uma boa parcela dos migrantes do

município do Rio de Janeiro e também dos migrantes periféricos oriundos de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti.

Analisando as pirâmides etárias<sup>33</sup> para as décadas de 70, 80, 91 e 00 nota-se que a população de Nova Iguaçu sofreu mudanças significativas na sua composição. Estas podem ser observadas na redução das taxas de natalidade e no aumento da expectativa de vida da população.

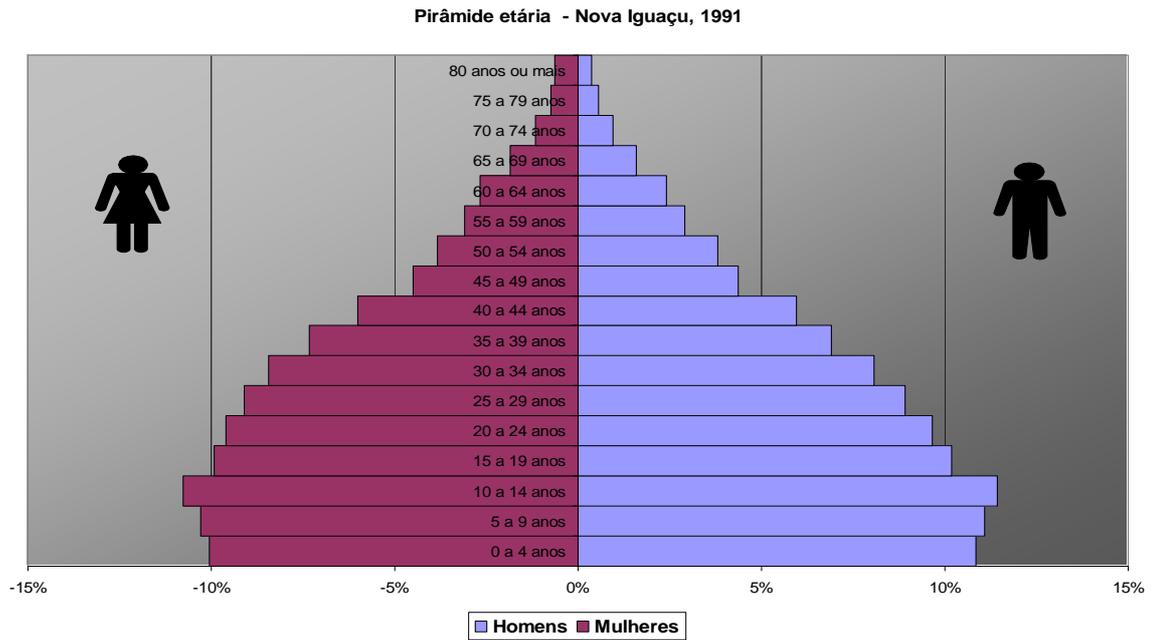
## Gráfico 02



Fonte: Censo Demográfico - 2000- IBGE

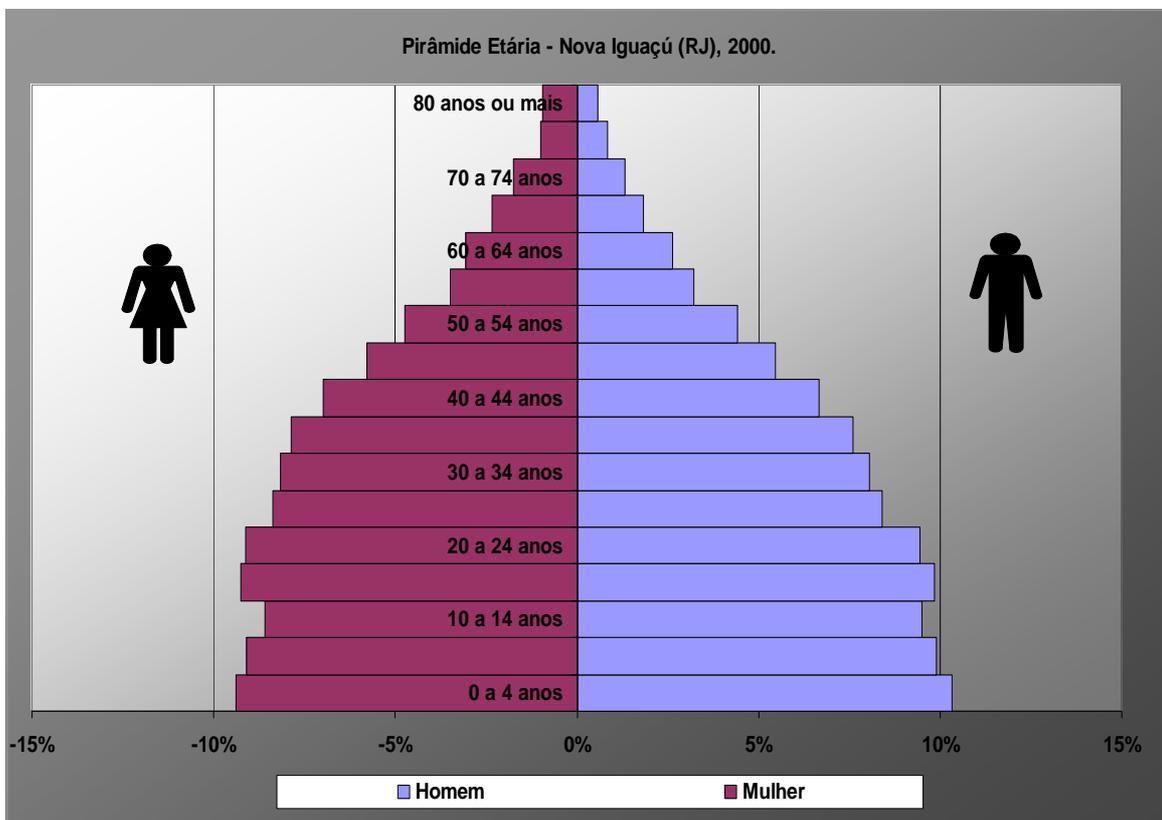
<sup>33</sup> É a representação gráfica da composição etária e por sexo de uma população, feita através de valores absolutos ou proporções de homens e mulheres em cada grupo etário. Somando-se todos os grupos etários, teremos 100% da população. Para a composição das pirâmides etárias não foram excluídas as populações dos distritos emancipados de Nova Iguaçu. Este procedimento foi adotado para que fosse possível estabelecer uma comparabilidade acerca da estrutura etária da população iguaçuana ao longo de três décadas.

**Gráfico 03**



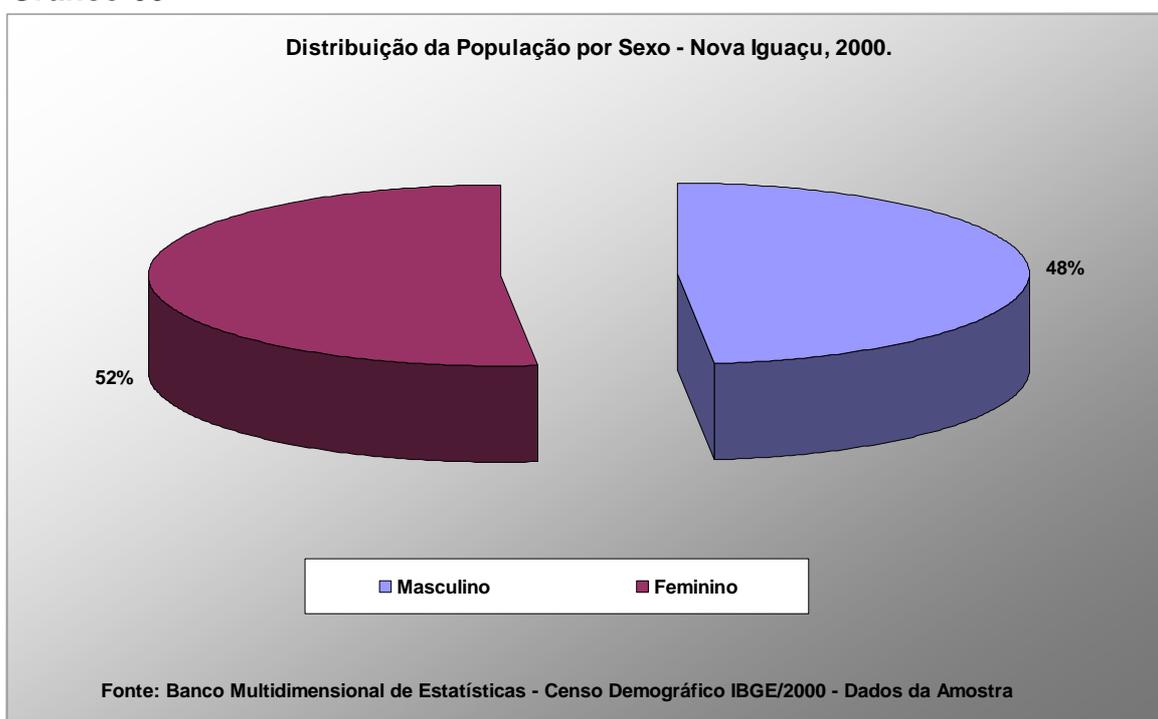
Fonte: Censo Demográfico - 2000- IBGE

**Gráfico 04**



Segundo dados do último Censo Demográfico do IBGE, a cidade de Nova Iguaçu era a segunda mais populosa da RMRJ, com uma população de 920.599 habitantes, o correspondente a 8,6% do contingente populacional metropolitano, sendo a sua população majoritariamente feminina (vide gráfico abaixo), expressa na razão de sexos<sup>34</sup> de 93,8 homens para cada 100 mulheres.

**Gráfico 05**



Em relação aos aspectos demográficos, os principais indicadores desse cenário podem ser ilustrados como seguem:

O município apresentou uma taxa média geométrica de crescimento, no período 1991 a 2000 de 1,97% contra 1,12% na RMRJ e 1,30% no Estado; a taxa

<sup>34</sup> É o número de homens para cada grupo de cem mulheres de uma população.

líquida de migração<sup>35</sup> correspondia a 0,57% e o crescimento vegetativo<sup>36</sup> uma taxa de 1,40. Em relação à taxa bruta de mortalidade<sup>37</sup> por mil habitantes, o município apresentava valor abaixo da média verificada na região 7‰, contra, respectivamente, 7,9‰; o mesmo não foi verificado em relação às taxas brutas de natalidade<sup>38</sup>, 18,6‰ contra 17,7‰ e de mortalidade infantil<sup>39</sup>, 24,1‰ contra 18,4‰, respectivamente, esta última figurando entre as mais elevadas no conjunto dos municípios metropolitanos. Observando os indicadores demográficos referentes a razão de dependência<sup>40</sup>, índice de longevidade<sup>41</sup> e esperança de vida ao nascer<sup>42</sup>, notava-se que este município apresentava resultados, em geral, inferiores a média da metrópole (conforme apresentado na tabela 06 no capítulo 1).

Em relação à população residente segundo deslocamento para realização das atividades referentes a trabalho ou estudo, os dados da Fundação CIDE revelaram que 75,38% trabalhavam ou estudavam no próprio município, 24,38% trabalhavam ou estudavam em outro município da unidade da federação, 0,22% trabalhavam ou estudavam em outro Estado e 0,02% trabalhavam ou estudavam em outro país, vide quadro abaixo.

---

<sup>35</sup> Corresponde a diferença obtida entre a taxa média geométrica de crescimento anual e a taxa de crescimento vegetativo. Esse indicador expressa o crescimento da população devido aos movimentos migratórios em percentuais.

<sup>36</sup> Corresponde ao crescimento da população devido à mortalidade e fecundidade.

<sup>37</sup> É o número de óbitos totais de uma população e o número de habitantes em 1º de julho, expresso por cada grupo de 1.000 habitantes.

<sup>38</sup> Quociente entre o número estimado de nascidos vivos no ano e o número de habitantes entre 1º de julho.

<sup>39</sup> É o número de óbitos anuais de menores de um ano e o número de nascidos vivos no ano, expresso em 1.000 nascidos vivos.

<sup>40</sup> Este indicador expressa, em porcentagem, a relação entre o número de pessoas consideradas dependentes (menor de 15 anos e maior de 65) e a população de 15 a 65 anos.

<sup>41</sup> É a relação entre o número de pessoas de 65 anos ou mais e o número de pessoas com menos de 15 anos, expresso em porcentagem

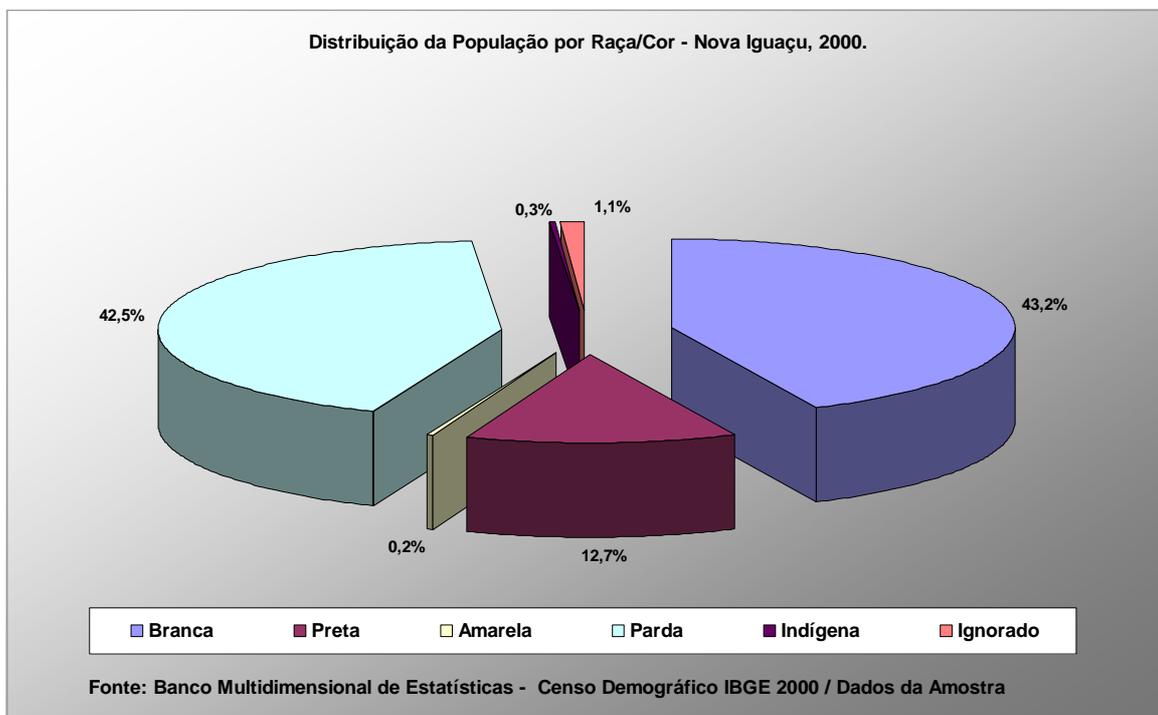
<sup>42</sup> Define-se como o tempo, expresso em anos, que se espera que um recém nascido possa viver, caso sejam mantidos as mesmas taxas de mortalidade.

### Quadro 01 – População segundo local de estudo ou trabalho

Trabalhavam ou estudavam no município de residência	424.831	75,38
Trabalhavam ou estudavam em outro município da UF	137.415	24,38
trabalhavam ou estudavam em outra UF	1.267	0,22
Trabalhavam ou estudavam em outro país	85	0,02

No tocante a distribuição da população por raça/cor, o maior percentual é constituída por afro-descendentes (pretos e pardos), conforme apresentado no gráfico abaixo.

### Gráfico 06



### 2.3.2

#### **Indicadores Econômicos e de Rendimento da PEA<sup>43</sup>**

Segundo dados da Fundação CIDE, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita<sup>44</sup> \_indicador do volume de atividades econômicas dividido pela população e a renda per capita indicavam que Nova Iguaçu estava entre as piores situações econômicas no conjunto dos municípios metropolitanos, em 2000. Segundo os dados apresentados pelo relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o comércio atacadista, a indústria de transformação, a construção civil, os setores financeiro, de transporte, de comunicação e os aluguéis destacam-se como os mais dinâmicos no contexto econômico local.

Neste horizonte econômico, o perfil da distribuição da renda populacional permitia aferir a magnitude da desigualdade. O percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres era de 2,64%; em contrapartida, o percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos era de 56,19%. A ampla desigualdade social e a crescente concentração da renda na década de 90, também foi demonstrada pelo Índice de Gini calculado pelo Ipeadata<sup>45</sup>; esta passou de 0,51 para 0,53. Nesse contexto ainda verificava-se que 12,7% da população vivia dos rendimentos provenientes das transferências governamentais, 25,03% da população possuía uma renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 75,50 (setenta e cinco reais e

---

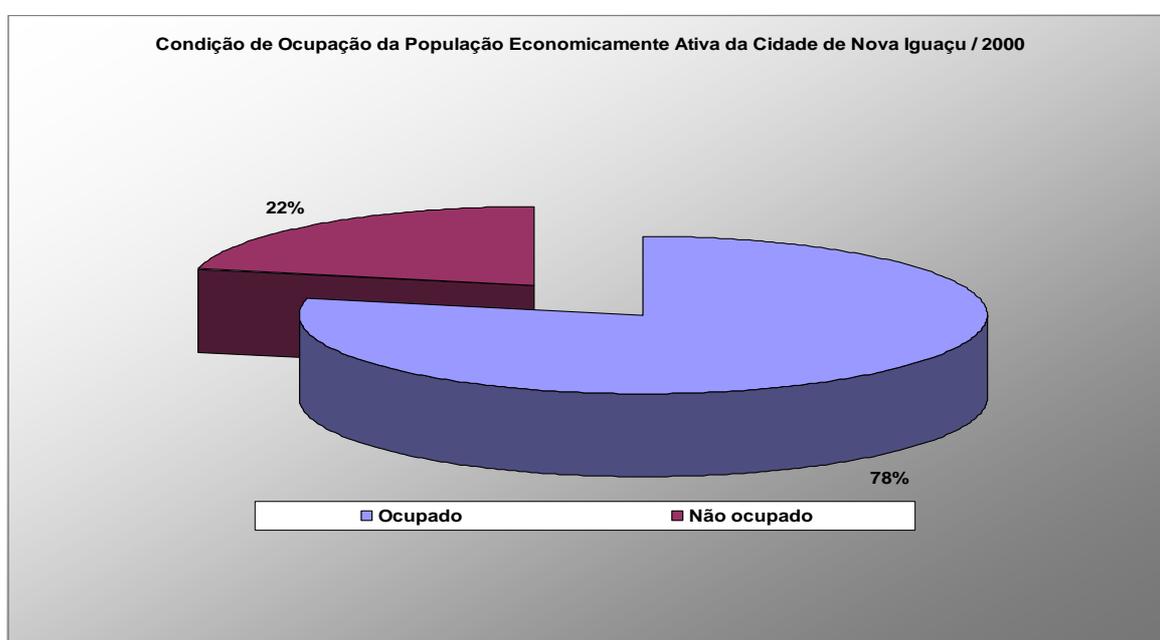
<sup>43</sup> A PEA (População Economicamente Ativa) captada no Censo Demográfico 2000 corresponde à pessoa que na semana de referência do Censo, exerceu trabalho remunerado, trabalho não remunerado, trabalho na produção para o próprio consumo ou tomou alguma providência para conseguir trabalho.

<sup>44</sup> Volume medido monetariamente, dos bens e serviços não consumidos no processo produtivo e produzidos durante um determinado período de tempo, num determinado espaço geográfico.

<sup>45</sup> Ver Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 – IPEA DATA.

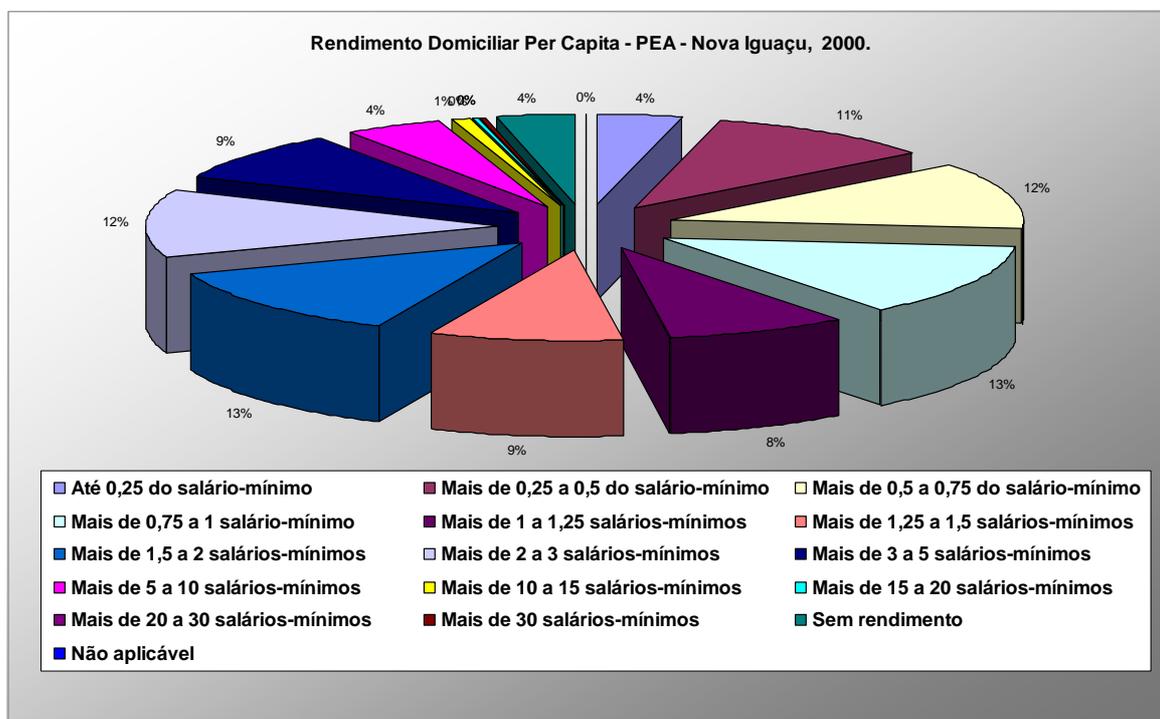
cinquenta centavos) e 22% do total da PEA de Nova Iguaçu encontrava-se não ocupada, vide gráfico abaixo.

**Gráfico 07**

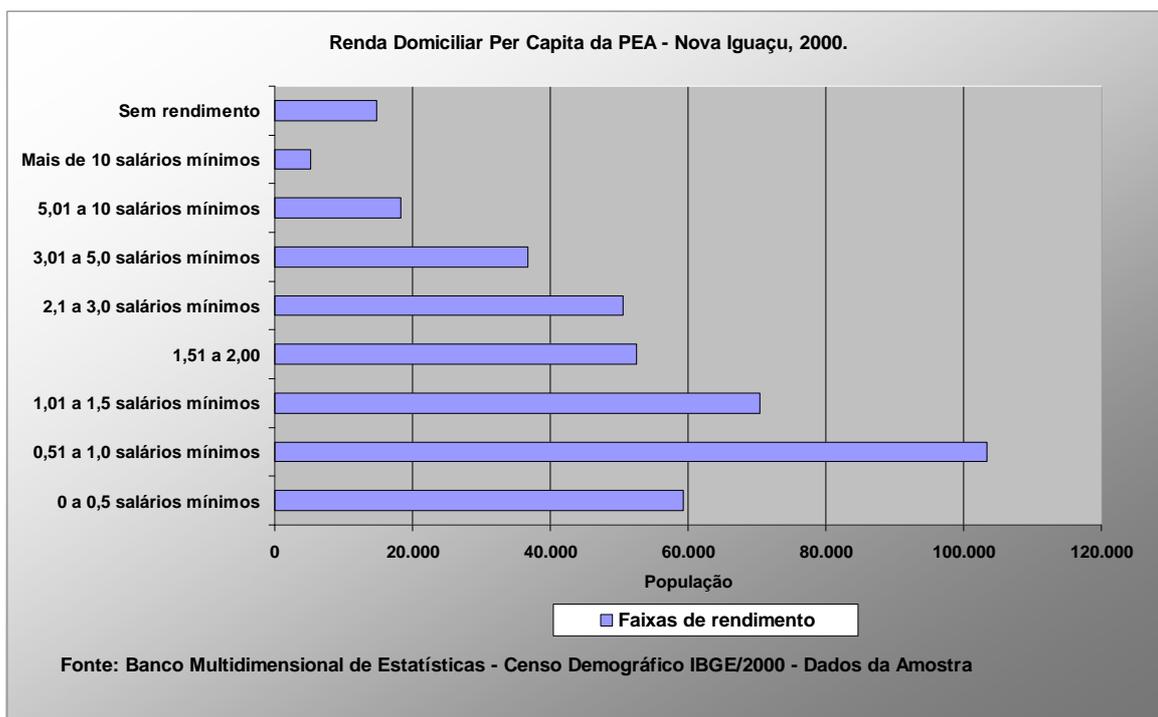


As disparidades na distribuição da renda espelham, a despeito da concentração da riqueza particular, o acesso desigual ao mercado de trabalho, a educação, aos bens e equipamentos culturais, aos serviços de infra-estrutura, etc. Pelo gráfico abaixo podemos observar a distribuição da renda domiciliar per capita no município.

Gráfico 08



A distribuição da PEA, segundo a renda domiciliar per capita classificada em salários mínimos, sinalizava um aspecto que parece identificar a maioria esmagadora da população desta cidade \_as precárias condições socioeconômicas. Esta revelava que 70% da população iguaçuana ganhava até 02 (dois) salários mínimos; sendo que, desagregando esta faixa de rendimento salarial, observou-se que a maioria situava no estrato cujos rendimentos eram de meio a um salário mínimo, conforme apresentado no gráfico abaixo.

**Gráfico 09**

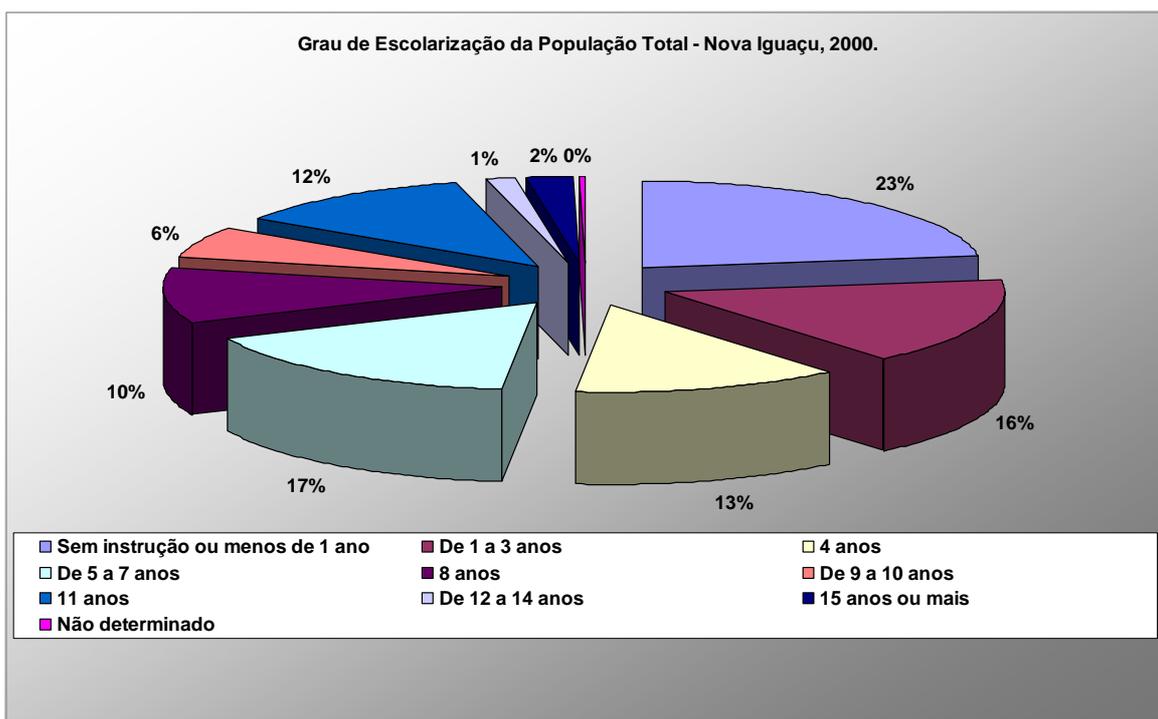
### 2.3.3

#### Indicadores de Escolarização da População Total e da PEA

Os indicadores de escolaridade do município de Nova Iguaçu apresentavam uma média de 6,8% da sua população de 10 anos ou mais residente em domicílios particulares permanentes na condição de analfabeta. A média de 6,3 de anos de estudo refletia a defasagem da população em relação à situação educacional; esta aproximava-se da média verificada no território nacional que no mesmo ano era de 6,4 anos. Uma outra observação que o indicador permite realizar é a de que aproximadamente 70% do seu contingente populacional não chegava a ter o ensino fundamental concluído. Analisando em um maior nível de detalhamento a situação da escolarização desta população,

verificava-se que 23% não tinha instrução ou possuía menos de um ano de estudo, 16% possuíam de 1 a 3 anos de estudo e 13% possuía 04 anos de estudo, ou seja, o equivalente ao primeiro segmento do ensino fundamental concluído; 17% possuíam de 5 a 7 anos de estudo e 10% possuíam 8 anos, o equivalente ao ensino fundamental concluído; 6% de 9 a 10 anos de estudo e 12% 11 anos de estudo, ou, o ensino médio completo; 1% de 12 a 14 anos de estudo; e, 2% 15 anos ou mais de estudo, perfazendo 3% da população desta cidade com formação em nível superior, conforme apresentado no gráfico abaixo.

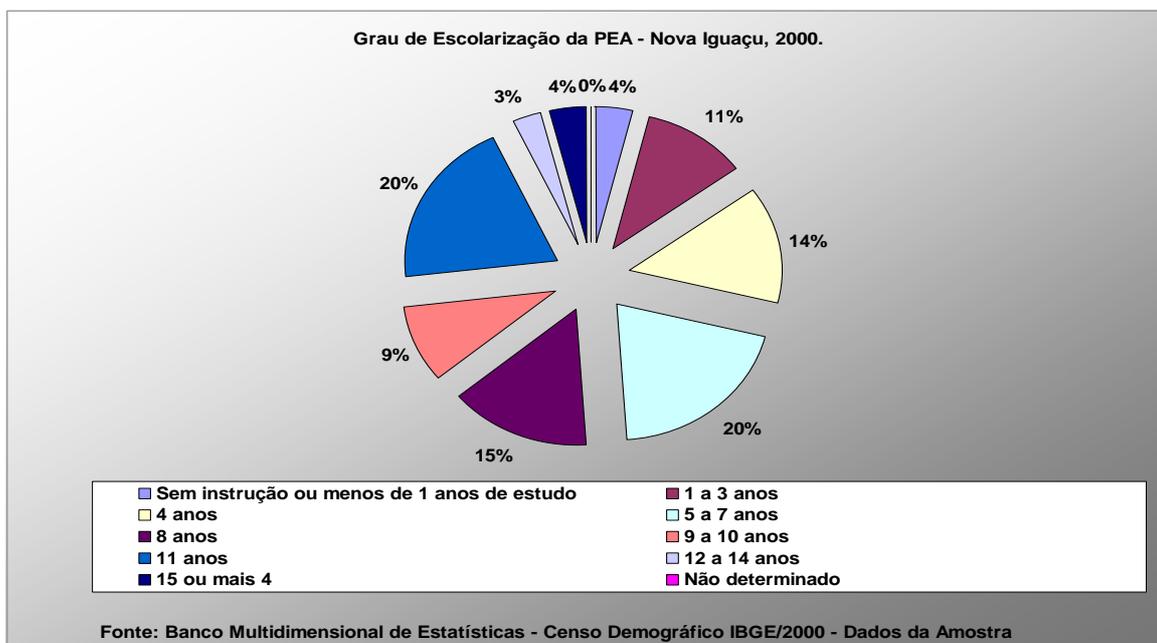
**Gráfico 10**



No tocante aos níveis de escolarização do segmento social da PEA, notava-se que aproximadamente um terço desta se enquadrava na categoria denominada analfabeto funcional, tinham no máximo 04 anos de estudo, sendo

que destes, 4% não tinham instrução ou possuíam menos de um ano de estudo, 11% possuíam de 1 a 3 anos de estudo e 14% possuíam 04 anos de estudo completos; 20% possuíam de 5 a 7 anos de estudo, 15% possuíam 8 anos de estudo ou o ensino fundamental completo; 9% possuíam de 9 a 10 anos de estudo, 20% tinham 11 anos de estudo ou o ensino médio completo; 3% de 12 a 14 anos de estudo; e 4% tinham 15 anos ou mais de estudo, observe o gráfico abaixo.

**Gráfico 11**



Conquanto a década de 90 tenha imputado avanços substantivos no domínio da educação, os indicadores observados permitem inferir que a população de Nova Iguaçu apresentava um perfil deficitário quanto aos níveis de escolarização e, conseqüentemente, de uma melhor formação e/ou qualificação profissional que, em alguma medida, poderia lhes garantir melhores condições de

acesso ao mercado formal de trabalho, uma vez que os novos requisitos técnicos exigidos tendem a reforçar a apartação dos não qualificados e com baixa escolaridade.

Estes dados também nos induzem à hipótese de que os indicadores de rendimento parecem acompanhar os indicadores de escolarização e vice-versa num contexto de modernização de importantes segmentos de mercado e avanços na direção de serviços altamente tecnologizados, em que são aprofundadas as disparidades e desigualdades sociais, agravadas, na contemporaneidade pela crescente precarização das relações de trabalho, rotatividade da mão-de-obra e pela heterogeneidade de situações de ganhos monetários.

Em seu livro *A Nova Sociedade Brasileira*, Bernardo Sorj (2001) salienta que

é para os grupos de operários manuais qualificados e os setores mais pobres da população que se apresentam as maiores dificuldades de inserção no novo mundo do trabalho. A massa de trabalhadores manuais que perderam o emprego no processo de tecnificação da indústria, e se encontram em uma faixa de idade mais avançada e de baixa escolaridade tem grandes dificuldades para se recolocar no mercado de trabalho. (...) (p. 82)

e,

nos setores mais pobres da população urbana uma geração que está entrando no mercado de trabalho sem base educacional adequada representa um problema de proporções potencialmente catastróficas, devido à reversão de expectativas (idem, p. 82),

já que estas, muitas vezes não acenam para a melhoria das condições de vida ou uma mobilidade social ascendente.

Sabendo-se que a informação transformada em conhecimento na contemporaneidade desempenha um papel fundamental, sendo indispensável a instrumentalização para o uso dos novos parâmetros de difusão de informação

gerados pelos meios computacionais, como também na construção da dimensão econômica, do mesmo modo que esta é indispensável à construção da dimensão cidadã e a capacitação para o exercício da cidadania, acredita-se que Nova Iguaçu precisa melhorar o perfil de escolarização da sua população como uma das formas de mitigar o amplo quadro das precárias condições de vida da população local.

### 2.3.3

#### **Distribuição dos Bens e Equipamentos**

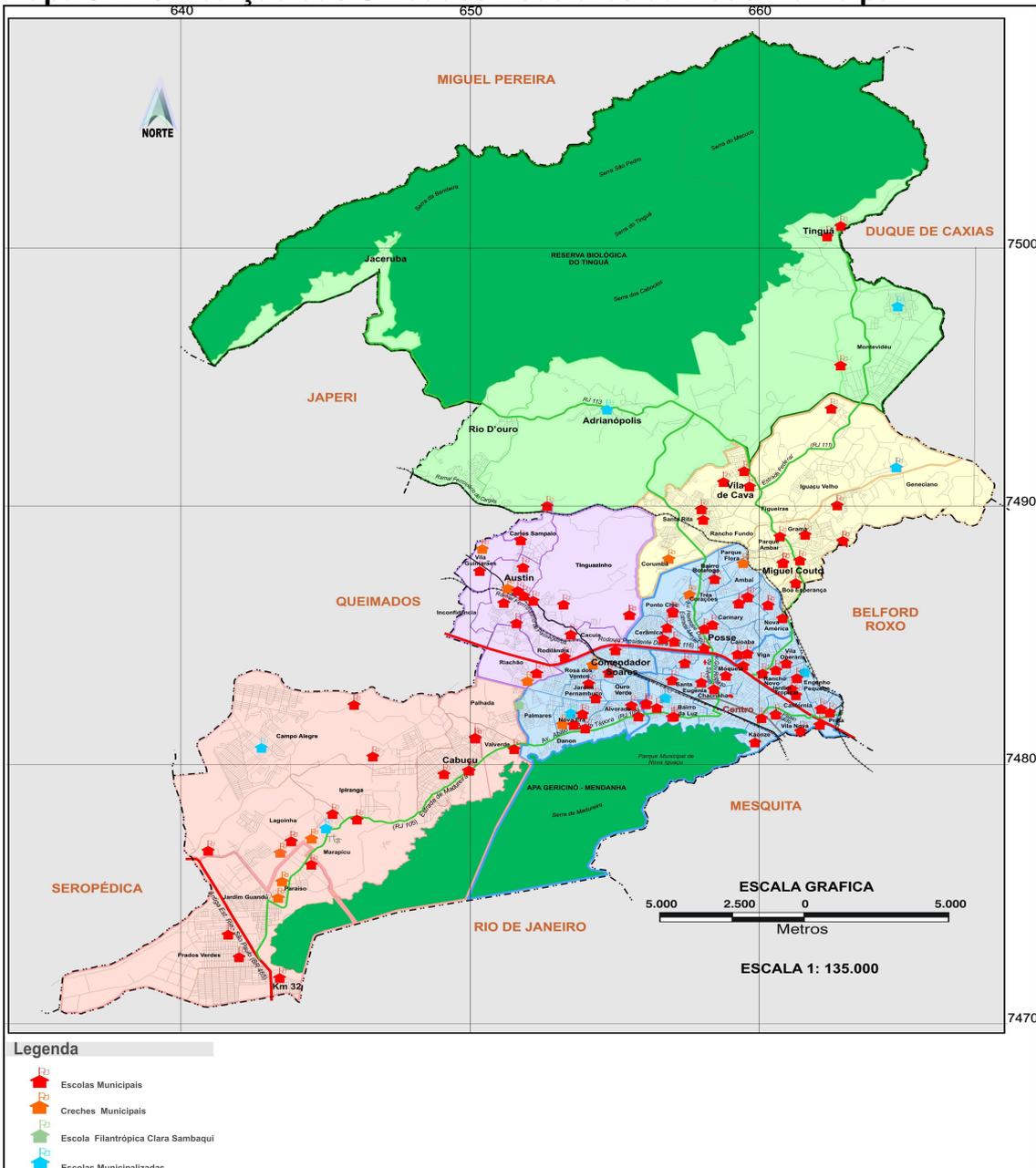
Santos em seu livro *O Espaço do Cidadão* chama a atenção para o fato de que “num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem” (p. 116, 2000); com base na afirmativa do autor, para fins de realização da análise quanto à distribuição de alguns bens e equipamentos urbanos, observou-se a distribuição dos estabelecimentos de ensino e de saúde pública no município, de modo que estes nos permitem, em alguma medida, dimensionar algumas das ações do poder público em relação à provisão de recursos que proporcionem condições indispensáveis a uma vida sadia, uma vez que os indicadores de rendimento permitiram inferir que a situação socioeconômica da maioria da população do município é muito precárias. Também foram considerados os equipamentos culturais \_cinemas, teatro, museus e bibliotecas, por entendermos que o acesso à cultura é fundamental ao estabelecimento e promoção da cidadania.

#### **2.3.4.1**

##### **Distribuição dos estabelecimentos de ensino público**

Segundo os indicadores de estabelecimento de ensino público em atividade nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2000, disponibilizados pela Fundação CIDE, no que se refere ao quantitativo de escolas, o município de Nova Iguaçu dispunha de 24 creches, 189 pré-escolas, 175 classes de alfabetização, 85 escolas da rede pública municipal destinada ao ensino fundamental e das 97 escolas da rede pública estadual, 52 destinadas ao ensino médio; o reduzido número dos estabelecimentos do ensino médio nos permite concluir que a transição do ensino fundamental para a etapa seguinte não era assegurada pelo poder público, dificultando o acesso a níveis mais elevados da educação formal. Em relação as unidades de ensino superior, Nova Iguaçu ainda não dispunha de uma universidade pública ou mesmo um posto avançado de algum estabelecimento de ensino superior deste tipo, dificultando ainda mais o acesso dos segmentos sociais mais pauperizados ao ensino de nível superior, dado os elevados custos demandados. Acrescentamos, ainda, que não está sendo colocado em discussão as condições infra-estruturais das unidades de ensino e a capacidade real de atendimento das mesmas no que se refere as instalações, disponibilidade de recursos humanos e materiais; desta forma, acredita-se que se esses aspectos \_que não são o escopo deste trabalho\_ tivessem sido investigados a situação sugerida pelos indicadores poderia ser pior.

**Mapa 3: Distribuição das Unidades Escolares da Rede Municipal**



Fonte: Atlas Escolar de Nova Iguaçu

### 2.3.4.2

#### Distribuição da rede de saúde pública

De acordo com os dados referentes à existência de hospitais credenciados nos municípios da RMRJ em 2000, apresentados no Anuário Estatístico do

Estado do Rio de Janeiro disponibilizados pela Fundação CIDE, a cidade de Nova Iguaçu com os seus 920.599 habitantes dispunha de 01 hospital próprio, 03 hospitais contratados, 02 hospitais filantrópicos e 01 hospital universitário, exclusive as clínicas particulares. No ano de 2003, a média de leitos no município era de 0,9 leitos para cada grupo de 1000 habitantes, enquanto a média no Estado era de 2,9 leitos por cada mil habitantes<sup>46</sup>; deste modo, pode-se concluir que a oferta e o acesso dos munícipes aos serviços de saúde encontravam-se muito aquém da demanda suscitada.

#### **2.3.4.3**

##### **Do acesso aos equipamentos Culturais convencionais**

Também foi verificada uma escassez em relação aos equipamentos culturais no município, embora saibamos que a ampla oferta não signifique que todos os segmentos sociais utilizem igualmente estes bens; entretanto, a cidade dispunha de 04 cinemas convencionais, 03 teatros (01 convencional e 02 alternativos) e 01 biblioteca pública.

#### **2.3.5**

##### **Condição de ocupação do terreno e indicadores de infra-estrutura**

Os indicadores abaixo qualificam as condições gerais de ocupação e acesso aos serviços de infra-estrutura providos pelo poder público municipal.

---

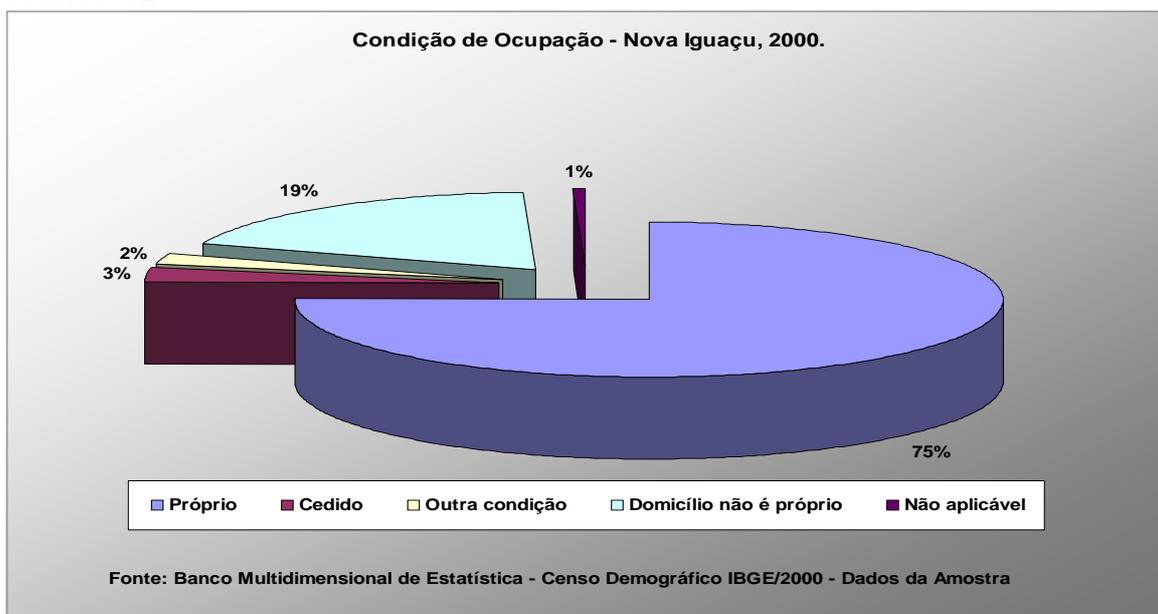
<sup>46</sup> Para maiores informações ver Relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

### 2.3.5.1

#### Condição de ocupação do terreno<sup>47</sup>

As condições de ocupação do terreno apresentavam-se distribuídas da seguinte forma: 75% possuíam domicílio próprio, 19% residiam em domicílios que não eram de propriedade particular, 3% residiam em domicílios cedidos<sup>48</sup> e 2% residiam em domicílios considerados em outras condições<sup>49</sup>, conforme gráfico a seguir.

**Gráfico 12**



<sup>47</sup> Os indicadores referentes aos aglomerados subnormais não foram incluídos por terem sido considerados pouco robustos.

<sup>48</sup> Domicílio cedido por empregador (particular ou público) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou de conservação (condomínio, gás, luz, etc.), inclusive o caso do domicílio cujo aluguel é pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio; também, inclui o domicílio cedido gratuitamente por pessoa que não seja moradora ou por instituição que não seja empregadora de um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação (impostos, condomínio, etc.) ou conservação, incluindo-se o domicílio cujo aluguel integral é pago, direta ou indiretamente, por pessoa que não seja sua moradora ou por instituição que não seja empregadora de algum morador.

<sup>49</sup> Define o domicílio ocupado diferente das formas anteriores relacionadas, incluindo-se o domicílio cujo aluguel, pago por morador, referir-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não residencial (oficina, loja, etc.) ou quando a família residir em estabelecimento agropecuário arrendado ou, ainda, os casos de domicílios ocupados por invasão.

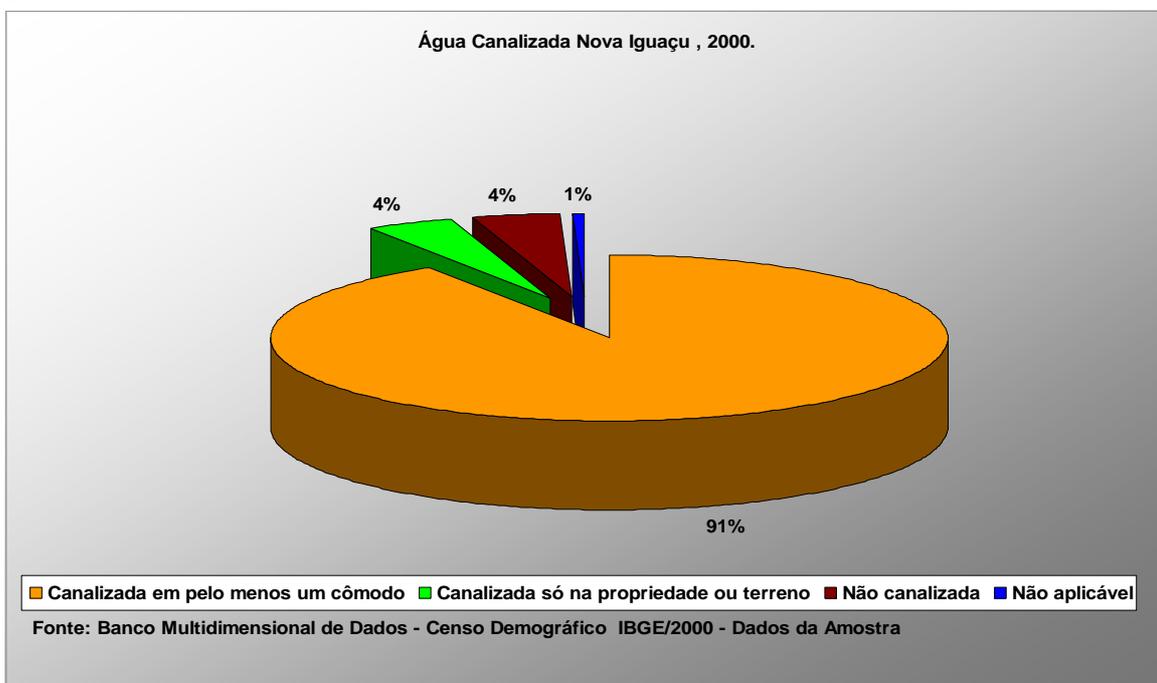
### 2.3.5.2

#### Indicadores de infra-estrutura

Para dimensionarmos as condições infra-estruturais no conjunto da cidade, selecionamos os indicadores referentes ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo \_a partir da consideração de que há uma estreita relação da saúde com a provisão de medidas sanitárias; como também, indicadores referentes às melhorias nos serviços públicos de pavimentação e iluminação pública. Os indicadores selecionados demonstraram o seguinte panorama:

- a) Quanto ao abastecimento de água, 91% dos domicílios possuíam água canalizada em pelo menos um cômodo, 4% tinham água canalizada só na propriedade ou terreno, 4% não tinham e 1% não era aplicável<sup>50</sup>.

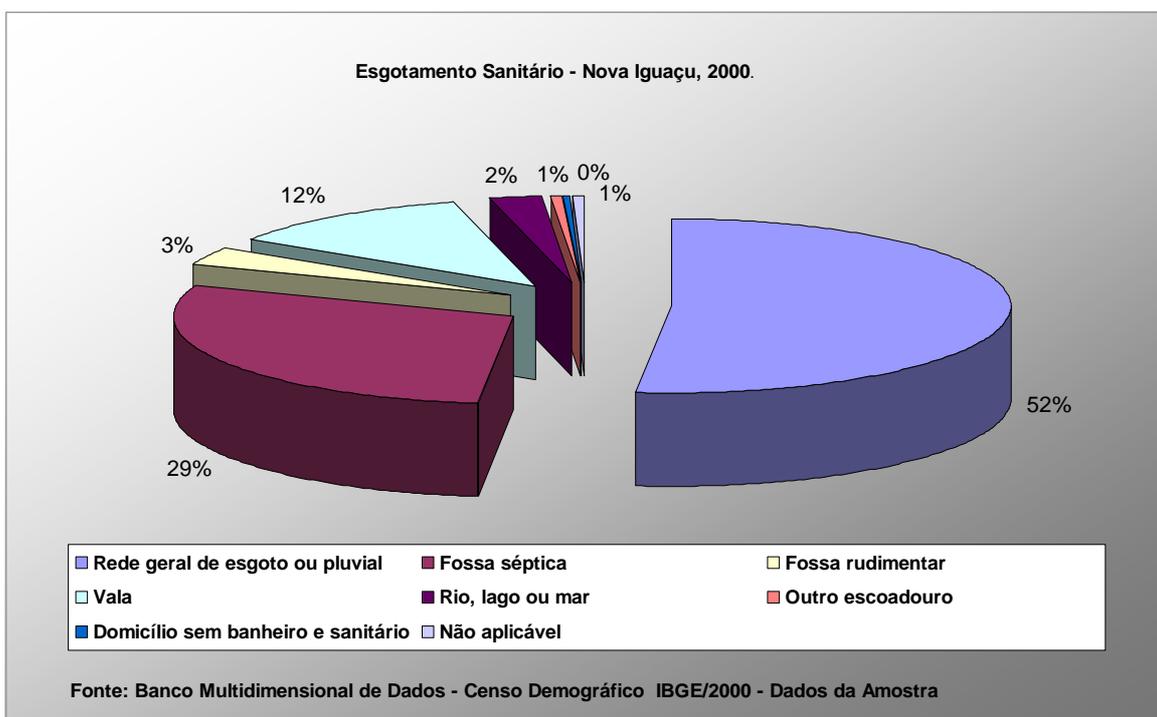
#### Gráfico 13



<sup>50</sup> Refere-se à informação coletada somente para domicílios particulares permanentes.

- b) No tocante ao esgotamento sanitário, 52% dos domicílios estavam ligados a rede coletora de esgoto, 29 % tinham fossa séptica, 3% tinham fossa rudimentar, 12% utilizavam valas para lançar os seus dejetos, 2% eram lançados diretamente nos corpos d'água (rio, lago ou mar), 1% tinha uma outra forma de escoadouro<sup>51</sup>.

**Gráfico 14**

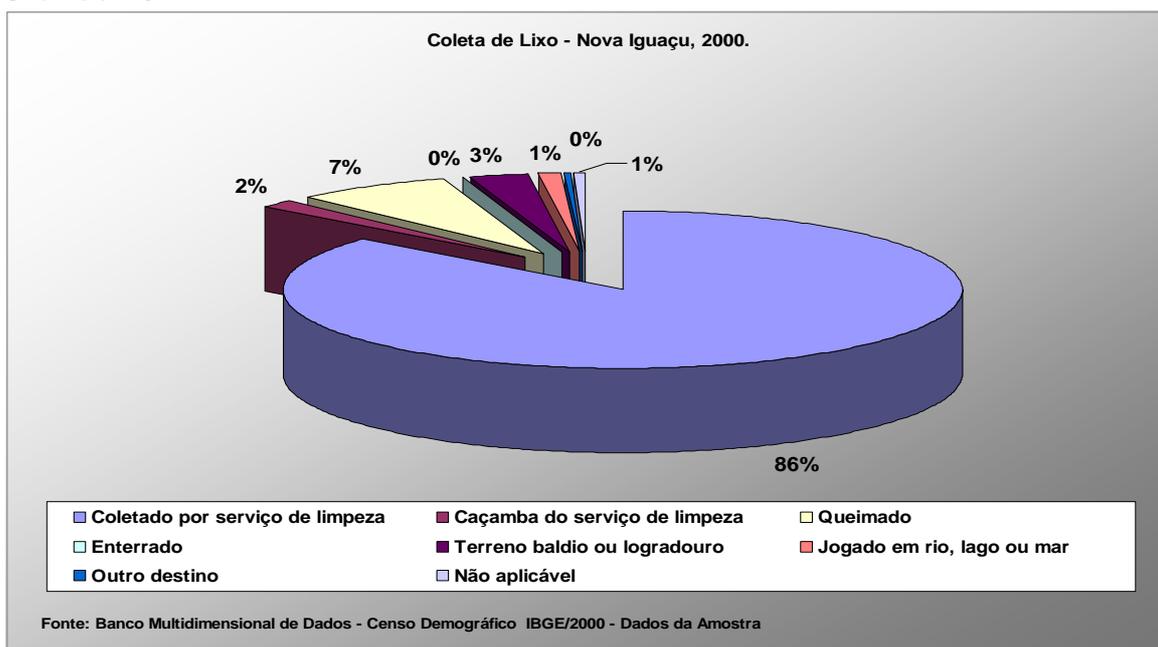


- c) Em relação à coleta de lixo, o quadro era o seguinte: 86% dos domicílios tinham o seu lixo coletado por serviço de limpeza, 2% depositavam o lixo em caçambas do serviço de limpeza, 7% tinham como destino final do lixo a queimada, 3% depositavam o lixo em terrenos baldios ou logradouros, 1% tinha outro destino<sup>52</sup> e 1% foi considerado não aplicável.

<sup>51</sup> Denominação utilizada para designar o escoadouro dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitário que não se enquadra nas categorias descritas anteriormente.

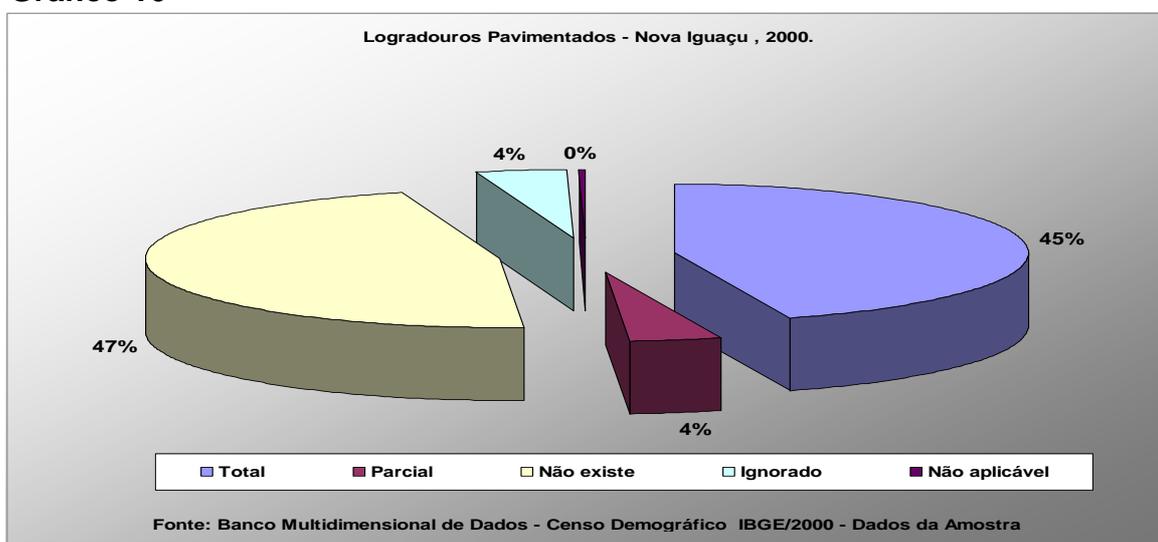
<sup>52</sup> Quando o lixo do domicílio tem destino diferente dos enumerados anteriormente.

Gráfico 15



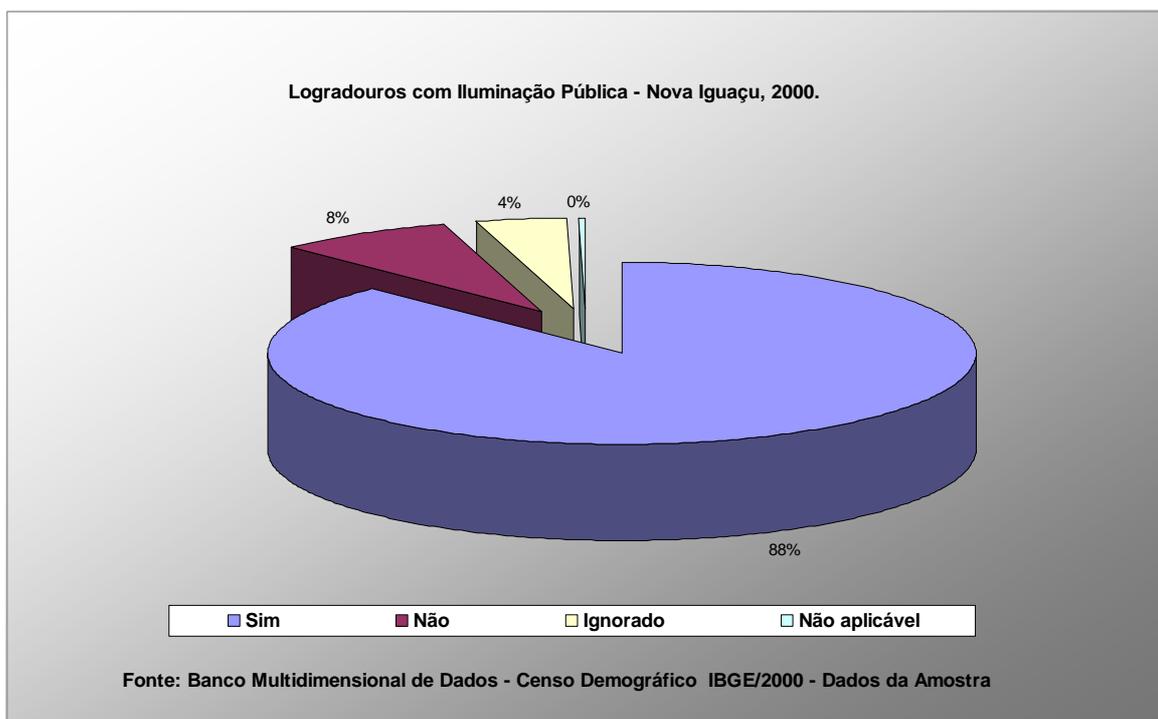
d) As condições referentes a pavimentação revelou que a maioria dos logradouros não eram pavimentados, ou seja, 47%; outros 45 % eram totalmente pavimentados, 4% eram parcialmente pavimentados e outros 4% foram ignorados no levantamento.

Gráfico 16



- e) No que concerne a iluminação geral pública, 88% dos logradouros eram atendidos por este serviço, 8% não dispunham e 4% foram ignorados.

**Gráfico 17**



- f) O déficit social<sup>53</sup> total verificado no município situava-se na faixa dos 7,51%.

Em trabalho realizado pela autora anteriormente, foram discutidos os diferentes níveis de déficits socio-econômicos numa perspectiva de se apreender as dimensões favoráveis ou obstaculizantes das condições de vida e do déficit social prevalentes no conjunto dos municípios da metrópole fluminense. Para

<sup>53</sup> “demanda social não atendida por amplos segmentos populacionais, ou ainda, como a existência de um conjunto de carências básicas para a sobrevivência na sociedade contemporânea, para a análise do conjunto dos municípios fluminenses” (JANNUZZI; MARTIGNONI, 2000, p.1).

tanto, foi utilizado o procedimento do recurso metodológico da construção de uma tipologia que classificou os municípios em cinco tipos. Nova Iguaçu apareceu no tipo 3, ou seja, aquele que concentrava os municípios com cenário sócio-econômico caracterizado por um baixo médio desenvolvimento econômico acompanhado de um médio desenvolvimento social.

No dizer de Santos (2000), “o território continua a ser usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados” logo,

Não há, desse modo, procura de uma verdadeira produtividade espacial, entendida como forma de utilizar o território em um processo verdadeiramente redistributivo. Ao contrário, a instrumentalização que é feita do espaço, com a utilização de recursos coletivos, serve ao aumento de produtividades individuais e ao agravamento dos desequilíbrios, ainda que mascarada com a substituição de um desequilíbrio por outro.

Dessa maneira instrumentalizado, o território é a causa de maior desigualdade entre firmas, instituições e sobretudo entre os homens. Em lugar de se tornar o desejado instrumento de igualdade, o território manterá o seu papel atualmente perverso, não apenas alojando, mas na verdade criando cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também em função do lugar onde vivem (p. 105-106).

### **2.3.6**

#### **Alguns aspectos da violência**

Como já é sabido o fenômeno da violência é bastante complexo, multifacetado e plurifatorial, podendo associar-se intimamente aos processos sociais. Na historiografia da vida social brasileira, a violência não é um fenômeno recente; dos primórdios da colonização até a contemporaneidade, a violência vem sendo amplamente utilizada de modo costumeiro, institucionalizado \_associada ao exercício do poder e muitas vezes valorizado como instrumento

legítimo da mediação e resolução de conflitos das mais diversas ordens, daí Silva e Silva, 2005 afirmarem que

A violência, para nosso desalento, é utilizada por diversos indivíduos, grupos e instituições do Estado como forma de controle social e meio de realização de desejos singulares ou particulares (p. 16-17).

Zaluar (1999), esclarece que a palavra

“violência vem do latim *violentia* que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quanto ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É portanto a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente (p. 28).

Silva e Silva nos esclarecem que

Uma primeira dificuldade para a elaboração de um conceito definitivo de violência decorre da forma diversa como se percebe suas manifestações ou se reconhece o seu grau de acordo com o grupo social e/ou com o território nacional/cultural. Mais do que a diferença na percepção da *natureza* da violência, há uma grande diversidade no grau de tolerância com as suas manifestações (p. 14).

Embora não haja uma definição consensual acerca do fenômeno da violência, conforme nos aponta Silva e Silva, a formulação de Chauí sobre o fenômeno é bastante elucidativa. Marilena Chauí afirma que

A violência tem uma expressão multifacetada: seria tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um agente social; todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de transgressão contra o que uma sociedade define como justo e como um direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza

relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (Chauí apud Silva e Silva, 2005:15).

O que tem chamado atenção é o incremento nos quadros da violência e da criminalidade urbana, despertando o interesse das organizações da sociedade civil e de pesquisadores das mais diversas áreas científicas. Nas últimas décadas, a violência urbana tem apresentado algumas tendências que de acordo com Adorno perpassam, dentro outras dimensões pelo crescimento dos crimes<sup>54</sup> contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro), dos homicídios com uso de arma de fogo, pela emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas que tem modificado os modelos e perfis convencionais da delinqüência urbana e pela explosão dos conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais.

No Brasil, os óbitos motivados por causas violentas com emprego do uso de armas de fogo assumiram posição de destaque dentre as demais causas de mortalidade, sendo os adolescentes e jovens negros masculinos, em especial, procedentes das camadas sociais mais pauperizadas, os alvos preferenciais.

A região metropolitana do Rio de Janeiro concentra os maiores percentuais de todos os homicídios registrados no estado do Rio de Janeiro, sendo a região da Baixada Fluminense conhecida como uma área de elevada incidência de violências na sua forma mais letal. Os constantes extermínios ocorridos na região contribuiu para que a mídia caracterizasse a Baixada Fluminense como sinônimo da violência e da criminalidade. Aos aspectos da violência estrutural \_embora seja desconsiderado por grande parte da população conforme nos adverte Silva e Silva, 2005, p.14\_, materializados nas desigualdades sócio-espaciais, assomam-

---

<sup>54</sup> O crime refere-se às violências codificadas nas leis penais.

se às ações de grupos de extermínio e de justiceiros impulsionados pelo senso de justiça privada que contribuem, para exacerbar a explosão da litigiosidade verificada na região.

Estes grupos organizados em caráter permanente para execução primária de suspeitos de cometimento de crimes e outros delitos, cresceram, sobretudo, a partir do período da ditadura militar, instituindo um sistema de repressão que articulava forças militares policiais e forças paramilitares que desconheciam limites em sua atuação devastadora e teve como uma das suas características mais marcantes as imbricações do poder político local com as práticas de execuções primárias.

De acordo com Alves,

Percebendo, porém, a importância nacional da Baixada – Nova Iguaçu era a oitava cidade em população – e a originalidade sociopolítica e econômica local, a ditadura militar deu apoio à montagem de um dos mais poderosos esquemas de execuções sumárias da história do país. A partir da criação da Polícia Militar, em 1967, como força auxiliar no processo de repressão e patrulhamento preventivo, iniciou-se a escalada dos grupos de extermínio. A participação direta e posteriormente indireta de policiais nestes grupos, o financiamento por parte de comerciantes e empresários locais e o respaldo por parte dos grupos políticos locais forneceram as condições adequadas para o funcionamento deste aparato criminoso (2005, p.23).

O “esquadrão da morte” é um exemplo emblemático dos grupos de extermínio organizados na região, concentrando-se na sede de Nova Iguaçu e Belford Roxo. Durante a década de 70, segundo nos relata Alves (2003) a impunidade era tanta que Nova Iguaçu se transformou num imenso cemitério, onde os trabalhadores ao sair para o trabalho e as crianças que brincavam nas ruas viviam tropeçando em cadáveres.

Nos anos 80, os grupos de extermínio se autonomizaram frente ao aparelho policial; estes, em muitos casos se “transformaram em agenciadores dos serviços destes grupos” (idem, p. 24). A territorialização dos grupos de narcotraficantes na região, assomada a estrutura de execuções sumárias ampliou a mortalidade na região, submetendo a população ao crescente sentimento de medo e insegurança,

uma população que, malgrado este cenário, formula inúmeras respostas e alternativas. Estabelece comportamentos de resistência que vão da solidariedade pessoal e familiar à participação em diferentes grupos, com destaque para os religiosos (*ibidem*, p. 28).

A violência na Baixada Fluminense, se comparada à visibilidade da ocorrência deste fenômeno na cidade de Rio de Janeiro, parece ter sido ocultada ao longo dos anos. No entanto, a chacina ocorrida em 31 de março de 2005, trouxe a baila a atuação dos grupos de extermínio que, segundo Alves, “(...) somente atuando nos elementos constituidores dessa estrutura é que se poderá limitá-la e controlá-la” (*ibidem*, p. 29).

Em trabalho preliminar de levantamento dos índices de criminalidade entre 1997 e 1998, coordenado pela Prefeitura de Nova Iguaçu, reunindo juristas e pesquisadores, foram distribuídos geograficamente, nos limites do território municipal, dados sobre a criminalidade violenta levantados nos boletins de ocorrência das quatro delegacias da cidade, visando propor ações políticas e técnicas preventivas.

Pelo mapeamento obtido constatou-se que os crimes contra o patrimônio e o porte ilegal de armas de fogo eram mais comuns na área central do município e no antigo distrito de Mesquita; os casos de entorpecentes foram mais

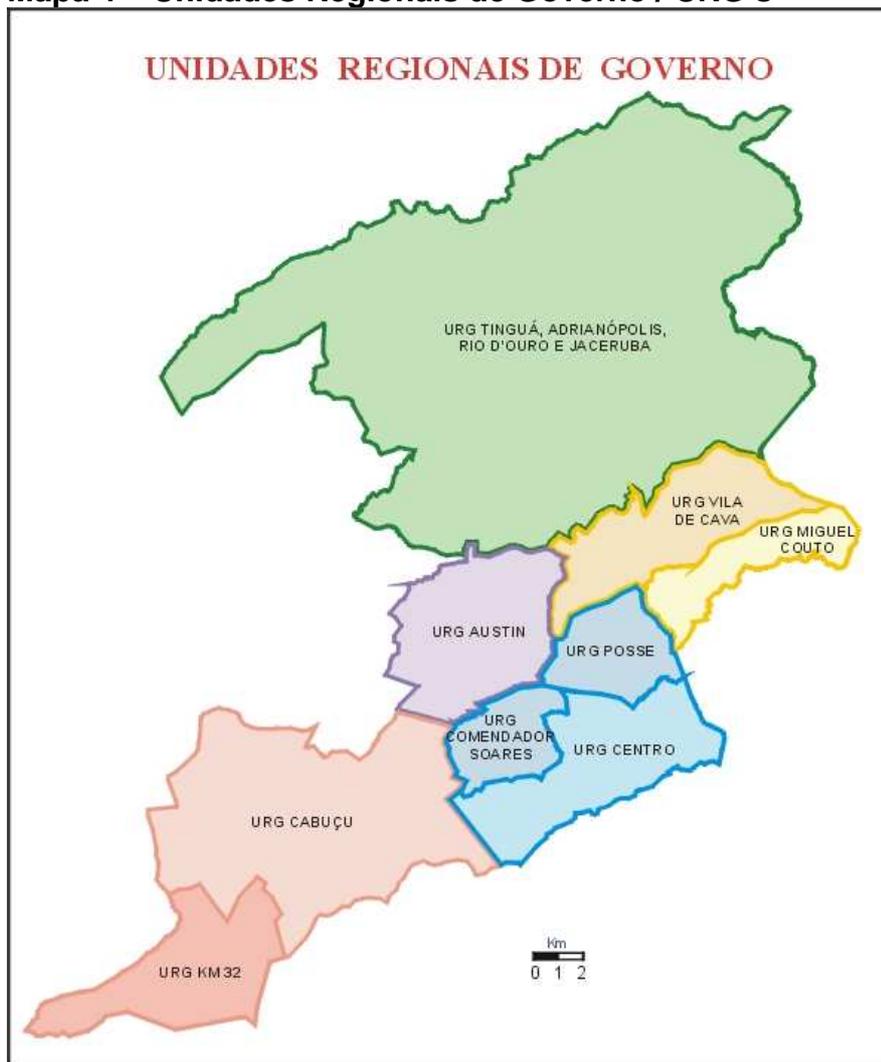
identificados em dos pontos do tráfico no município, o morro da Coréia próximo ao bairro do Caonze; os homicídios e outros tipos de crimes predominaram na área da Posse e adjacências, região apontada, segundo o estudo como palco das atuações constantes dos grupos de extermínio; a uma parte correspondente a região de Cabuçu não tiveram seus dados levantados por ser atendida pela delegacia de Queimados. Embora o referido estudo tenha permitido uma aproximação da geografia da criminalidade no município, ainda não pode ser considerado como uma caracterização dos crimes ocorridos na cidade. Tal argumento se justifica, principalmente, pela limitação dos dados e pela omissão de registros policiais, o que dificulta um levantamento mais aproximado da realidade da criminalidade no município.

## **2.4**

### **Mudando de escala: a geografia das desigualdades sócio-espaciais segundo a divisão administrativa Bairros**

A cidade de Nova Iguaçu possui 68 bairros agregados em 09 Unidades Regionais de Governo, conforme representado no mapa abaixo.

**Mapa 4 – Unidades Regionais de Governo / URG's**



Fonte: Atlas Escolar de Nova Iguaçu

Os bairros são distribuídos conforme o descrito abaixo:

- URG I – CENTRO

Bairro da Luz, Califórnia, Caonze, Centro, Chacrinha, Engenho Pequeno, Jardim Iguaçu, Jardim Tropical, Moquetá, Prata, Rancho Novo, Santa Eugênia, Viga, Vila Operária e Vila Nova;

- URG II – POSSE

Ambaí, Bairro Botafogo, Carmary, Cerâmica, Kennedy, Nova América, Parque Flora, Ponto Chic, Posse e Três Corações.

- URG III – COMENDADOR SOARES

Comendador Soares, Danon, Jardim Alvorada, Jardim Nova Era, Jardim Palmares, Jardim Pernambuco, Ouro Verde e Rosa dos Ventos.

- URG IV – CABUÇU

Cabuçu, Campo Alegre, Ipiranga, Lagoinha, Marapicu, Palhada e Valverde.

- URG V – KM 32

Jardim Guandu, Km 32, Paraíso e Prados Verdes.

- URG VI – AUSTIN

Austin, Cacua, Carlos Sampaio, Inconfidência, Riachão, Rodilândia, Vila Guimarães e Tinguazinho.

- URG VII – VILA DE CAVA

Corumbá, Figueiras, Iguaçu Velho, Rancho Fundo, Santa Rita e Vila de Cava.

- URG VIII – MIGUEL COUTO

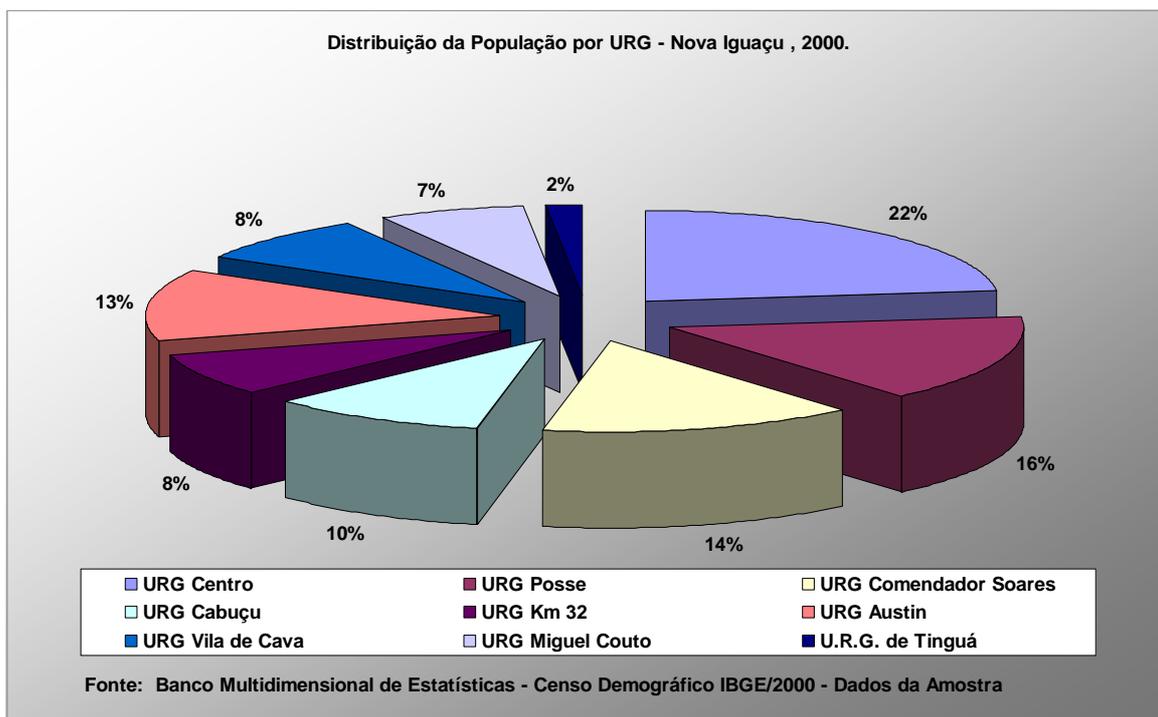
Boa Esperança, Geneciano, Grama, Miguel Couto e Parque Ambaí.

- URG IX – TINGUÁ

Adrianópolis, Jaceruba, Montevideú, Rio Douro e Tinguá.

Pelo gráfico abaixo podemos verificar a distribuição do contingente populacional segundo as URG's.

Gráfico 18



Sabendo-se que

“com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências (p. 105),

convém analisar o município segundo a sua organização interna, pois, como sabemos, boa parte dos investimentos públicos embora sejam destinados a localidades específicas, nem sempre são pautados em políticas comprometidas com a generalização da melhoria das condições locais dos segmentos sociais menos favorecidos, configurando o que Santos em seu livro *A Urbanização Brasileira* denominou *cidade econômica* em detrimento da *cidade social*; por assim dizer, o próprio poder público termina por criar escassez e desigual

distribuição geográfica na dotação daqueles bens e equipamentos indispensáveis e dos serviços essenciais à população, submetendo o referido segmento social a condições ainda mais precárias de existência.

Em suas considerações sobre o espaço urbano, Corrêa (2001) defende a tese de que o mesmo “é fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas” e se caracteriza “pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra” (p. 145); o autor também reitera que o caráter articulado do espaço urbano, no capitalismo, “manifesta-se através de relações espaciais que envolvem a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia em sua dimensão espacial” (p. 147), reiterando que essas relações espaciais são, antes de mais nada, de natureza social. O autor prossegue afirmando que

O espaço urbano capitalista é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista, refletindo, de um lado, a desigualdade social expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida e, de outro, as diferenças locacionais das diversas atividades que se realizam na cidade (ibidem, p. 148-149).

Ao mudarmos a escala de observação buscamos compreender o sentido da organização espacial \_como um reflexo dos processos sociais na referida cidade de modo a dar mais visibilidade a alguns dos muitos aspectos inerentes às condições de vida dos munícipes passíveis de interpretação mediante a análise de um conjunto de indicadores.

Esta opção metodológica pauta-se na fundamentação de que a realidade pode variar de acordo com os níveis de análise e/ou escala de observação do fenômeno e/ou de sua representação.

Tendo em vista que a escala de observação é de fundamental importância na apreensão dos fenômenos que queremos estudar, Castro (1995) nos adverte que

a complexidade e o encadeamento da realidade obrigam a considerar a pertinência dos seus diferentes níveis, (...). Em outras palavras, mudanças de escala não é uma questão de recorte métrico, mas implica transformações qualitativas não hierárquicas que precisam ser explicitadas” (p. 134).

Para tanto, considera-se que a mudança da escala de observação implica numa preocupação de se dimensionar como os diferenciais de acesso aos recursos sociais e econômicos se refletem de forma mais objetiva na organização interna da cidade, pois, acordando com Santos,

Por mais simples que seja o exame das características relativas à distribuição da população segundo seus diversos estratos e à repartição dos serviços públicos, dos tipos de comércio, dos preços e das amenidades, pode-se inferir a existência de uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível social e de renda (p.83, 2000).

Este nos afirma que “há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra” (idem, p.123).

Em muitas cidades brasileiras é comum a verificação de que nas periferias, em geral, local de moradia dos pobres, há escassez e/ou precariedade daqueles

serviços sociais indispensáveis à melhoria das condições de sobrevivência da população. Não obstante Santos (2005) conclui que

a cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Essas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloqüente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas, sobretudo, buscar uma interpretação abrangente (p. 11).

Para ilustrar este cenário na cidade em estudo foram selecionados os seguintes indicadores, segundo os seus respectivos bairros: percentual da PEA com renda até 02 salários mínimos, percentual da PEA com até 04 anos de escolaridade, percentual da população com até 04 anos de estudo, percentual da PEA em situação de não ocupação, percentual de analfabetos, percentual de domicílios com água não canalizada, percentual de domicílios ligados a rede geral de esgoto ou pluvial, percentual de domicílios com serviço de coleta de lixo, percentual de logradouros não pavimentados e o percentual de logradouros com iluminação pública, ilustrados nos cartogramas abaixo, onde pode-se observar que a maioria dos bairros, exclusive aqueles pertencentes a URG Centro apresentam precárias condições.

#### **2.4.1**

**Procedimentos metodológicos da análise das “condições de vida e de infraestrutura no espaço intra-urbano da cidade de Nova Iguaçu segundo os seus respectivos bairros**

Ao desagregarmos os indicadores segundo esta escala de observação percebemos que existem enormes disparidades entre essas unidades administrativas; com isso, foi possível, à luz dos indicadores selecionados enxergar com um pouco mais de detalhes quais são as áreas que abrigam os segmentos sociais nas piores condições socioeconômicas e com limitado acesso aos serviços públicos de infra-estrutura dentro da cidade. Mesmo sabendo que muitos dos conceitos aqui discutidos não são passíveis de mensuração, tal como já fora observado no capítulo um, procedemos ao exercício de agregação de alguns indicadores com vistas a hierarquizarmos os bairros segundo os diferentes níveis de déficits sociais quanto ao acesso aos recursos e/ou bens sociais e econômicos e de infra-estrutura, de modo, a posteriori, procedermos ao recurso metodológico da construção de uma tipologia dos respectivos bairros, objetivando uma síntese das relações entre as dimensões contempladas nos indicadores isolados, bem como permitir a percepção de dimensões favoráveis ou obstaculizantes das condições de vida e do déficit social prevalentes no espaço intra-urbano iguaçuano.

Para a construção da tipologia indicada procedeu-se, primeiramente ao agrupamento dos indicadores segundo as suas dimensões: econômica, social e de infra-estrutura. Em seguida foram atribuídos diferentes pesos para o conjunto dos indicadores selecionados, a saber:

- a) percentual da PEA com rendimento até 02 salários mínimos = peso 5;
- b) percentual da PEA com até 04 anos de escolaridade e percentual de analfabetos = peso 4;

- c) percentual de domicílios com não canalizada, percentual de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial e percentual de domicílios com serviço de coleta de lixo = peso 3;
- d) percentual de logradouros não pavimentados = peso 2.

Na terceira etapa procedeu-se ao cálculo da média ponderada e na quarta etapa a hierarquização dos bairros segundo os déficits sociais verificados, divididos em cinco intervalos de classe.

De posse da hierarquização, os bairros foram agrupados nos cinco tipos a saber:

Tipo 1: bairros que apresentam as melhores condições socio-econômicas e de infra-estrutura;

Tipo 2: bairros com condições socio-econômicas e de infra-estrutura relativamente altas;

Tipo 3: bairros com médias condições socio-econômicas e de infra-estrutura;

Tipo 4: bairros que apresentam condições socio-econômicas e de infra-estrutura precárias.

Tipo 5: bairros com superposição de carências infra-estruturais e elevada concentração de desvantagens socio-econômicas.

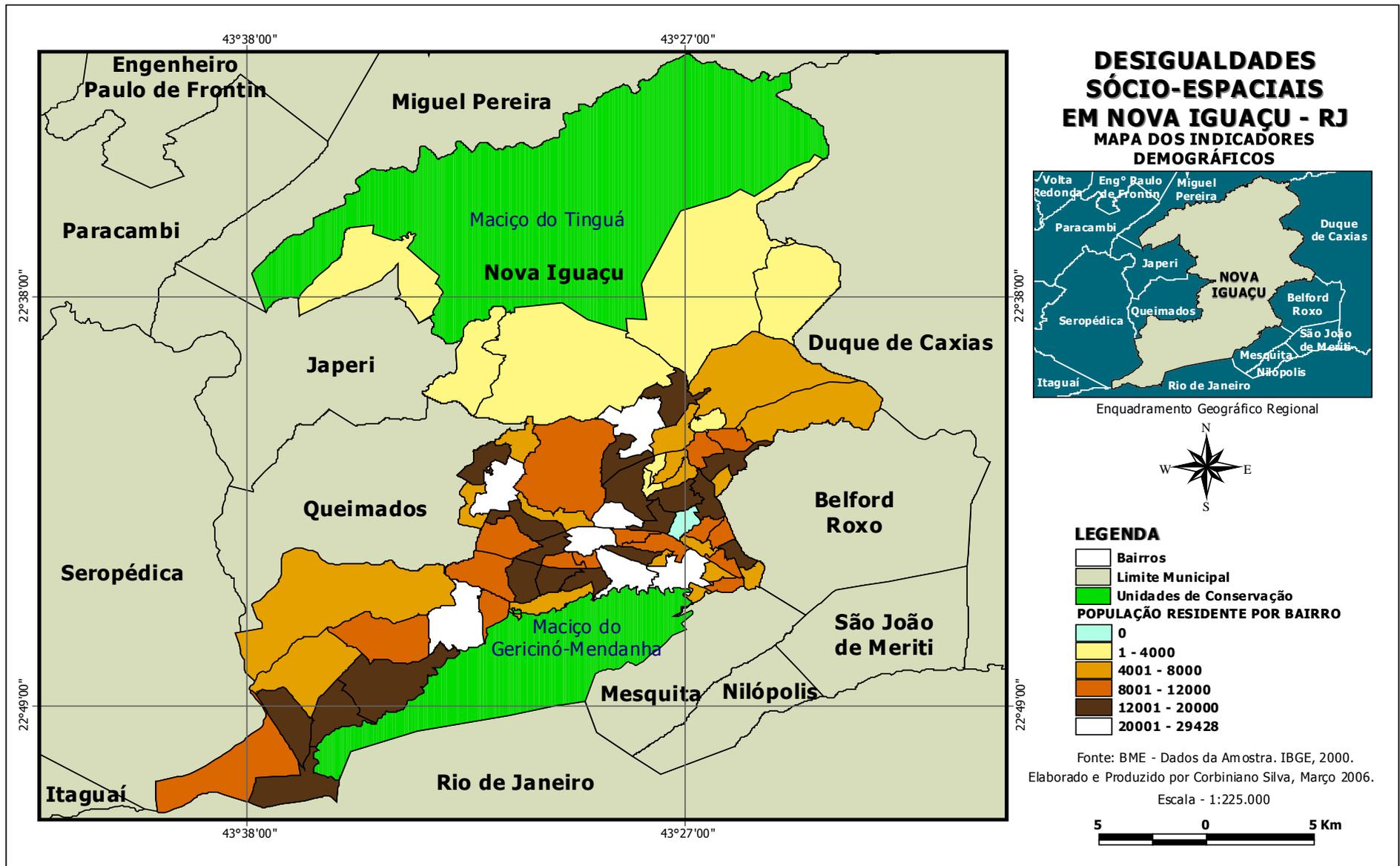
Observe a distribuição dos bairros conforme o resultado obtido pela tipologia no quadro abaixo:

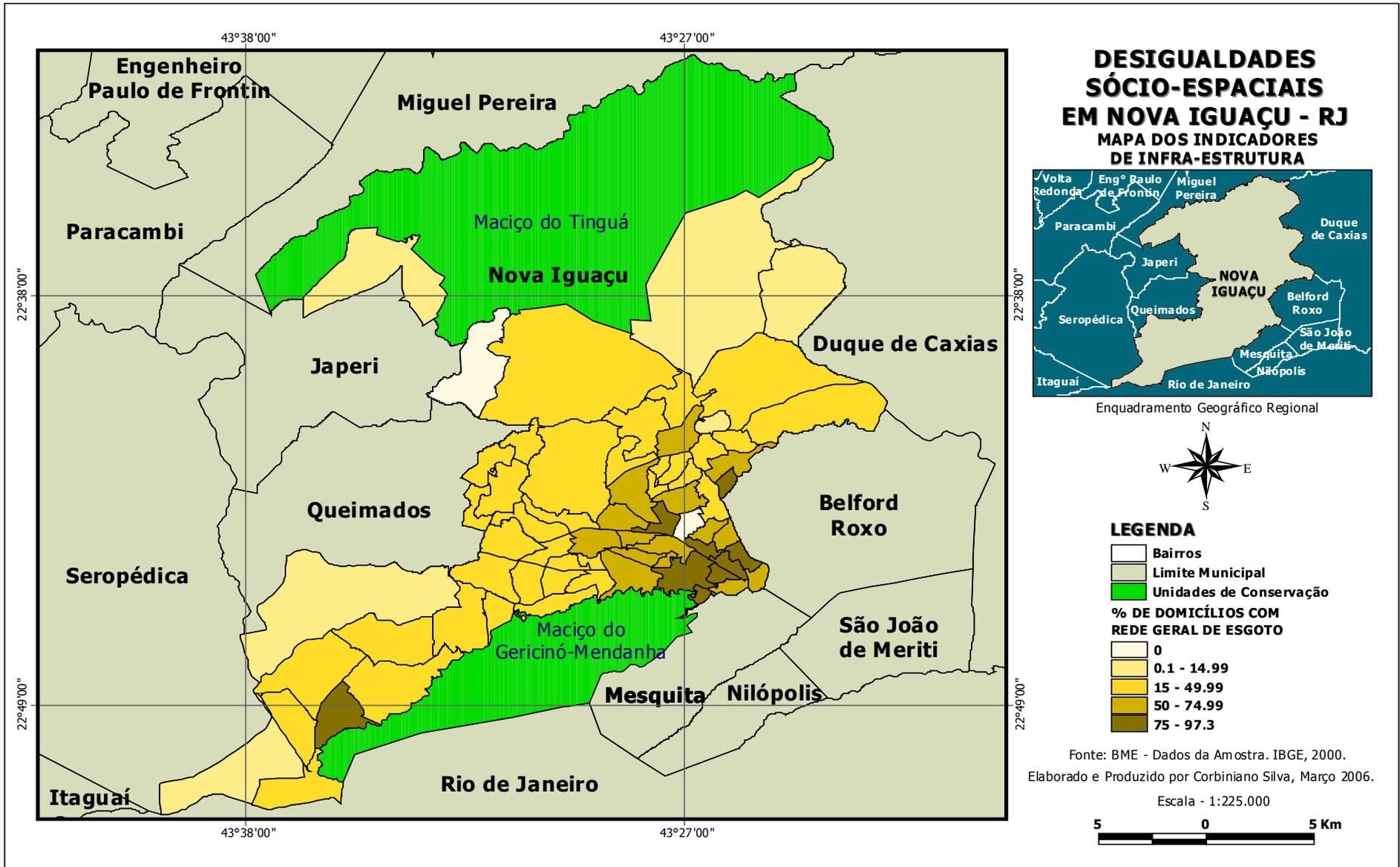
**Quadro 2 – Bairros agrupados segundo os respectivos tipos obtidos**

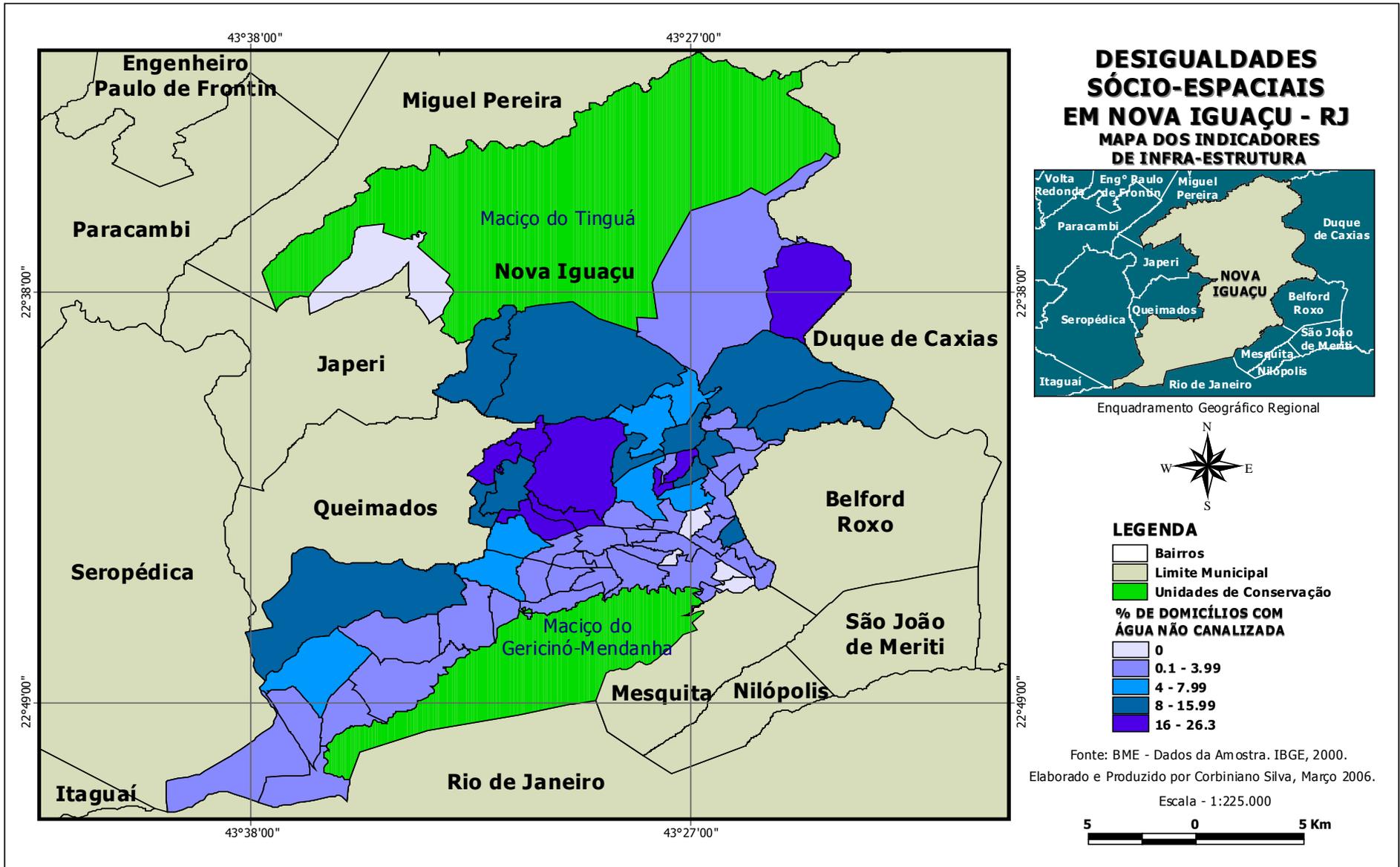
TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 5
Califórnia	Boa Esperança	Ambaí	Adrianópolis	Campo Alegre
Caonze	Comendador Soares	Austin	Cabuçu	Geneciano
Centro	Da Luz	Botafogo	Cacuia	Iguaçu Velho
Chacrinha	Da Posse	Carmary	Carlos Sampaio	Jaceruba
Jardim Tropical	Da Prata	Da Cerâmica	Corumbá	Montevideú
Rancho Novo	Da Viga	Da Palhada	Danon	Rio D'ouro
Vila Nova	Engenho Pequeno	Ipiranga	Figueiras	
	Jardim Iguaçu	Jardim Alvorada	Grama	
	Moqueta	Jardim Nova Era	Inconfidência	
	Santa Eugênia	Kennedy	Jardim Guandu	
		Marapicu	Jardim Palmares	
		Miguel Couto	Jardim Pernambuco	
		Nova América	Km 32	
		Ouro Verde	Lagoinha	
		Paraíso	Parque Ambaí	
		Ponto Chic	Parque Flora	
		Rosa dos Ventos	Prados Verdes	
		Santa Rita	Rancho Fundo	
		Tres Corações	Riachão	
		Valverde	Rodilândia	
		Vila Operária	Tinguá	
			Tinguazinho	
			Vila de Cava	
			Vila Guimarães	

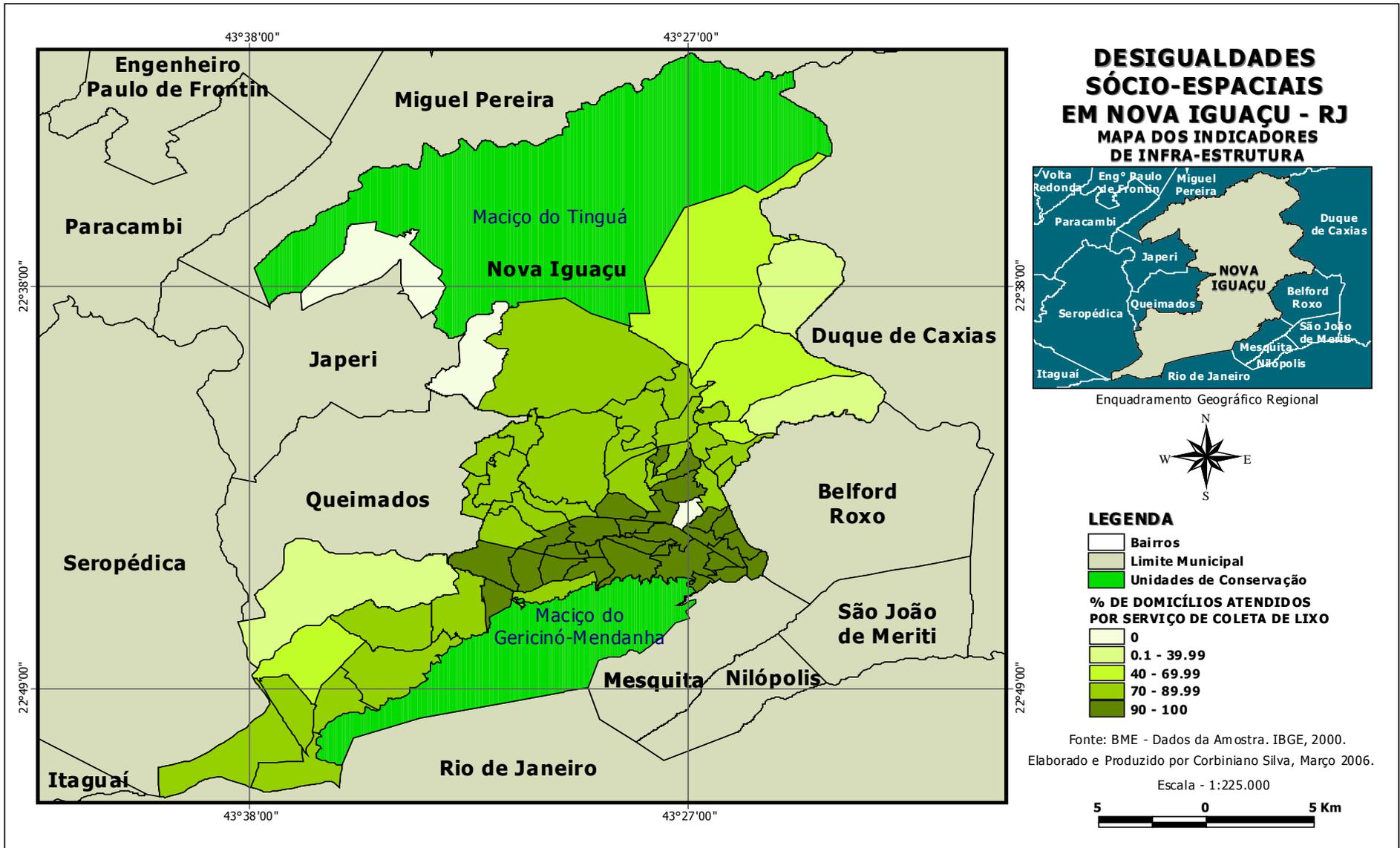
Numa sexta etapa os resultados foram convertidos para a extensão DBF, sendo posteriormente incluídos no banco de dados do software ArcView 3.2, onde foram armazenados para aplicação da base gráfica no formato Shape (SHP) com uso do recurso da ferramenta geoprocessamento.

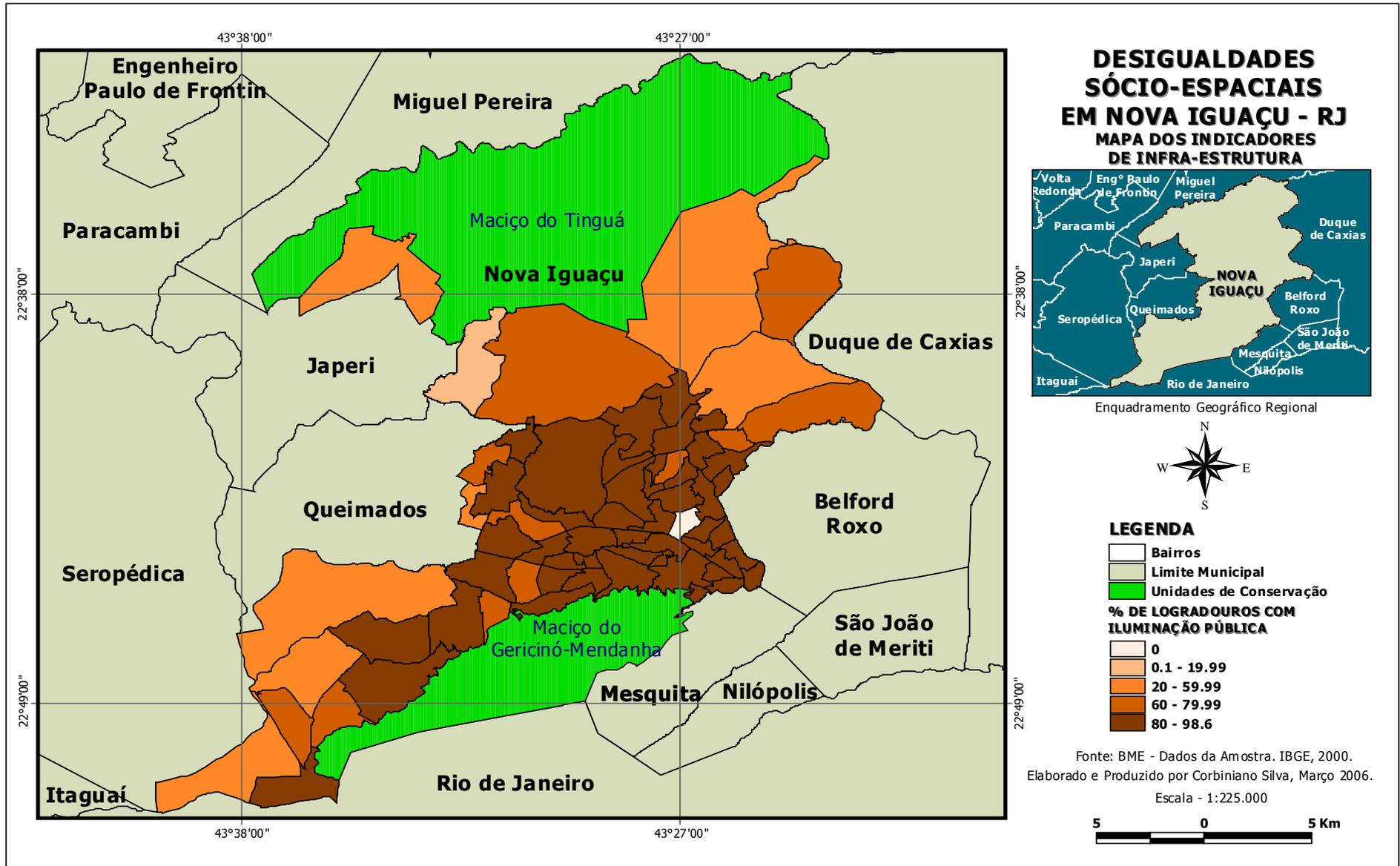
Por último, os resultados foram espacializados gerando os mapas temáticos e o mapa síntese apresentados a seguir.

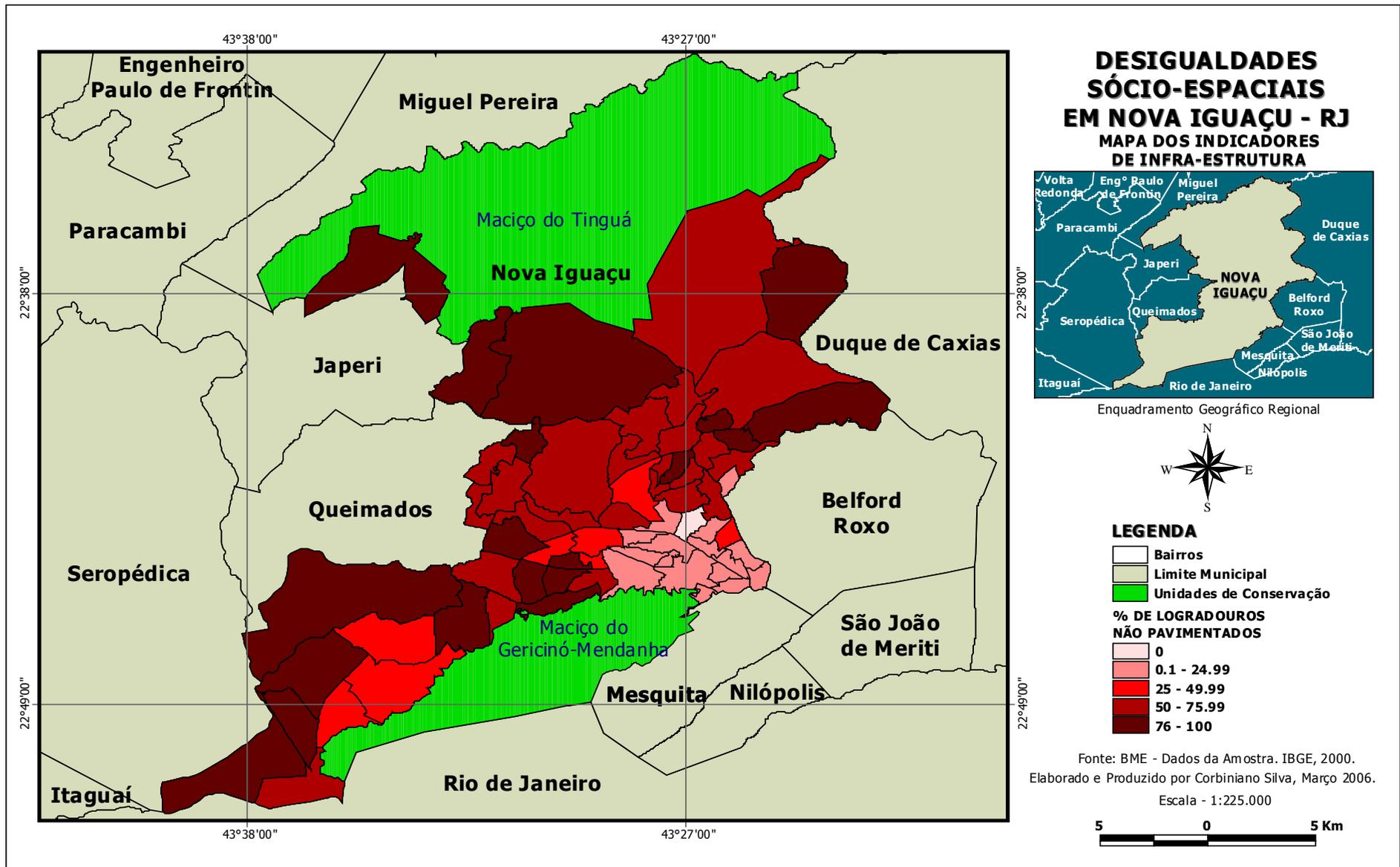


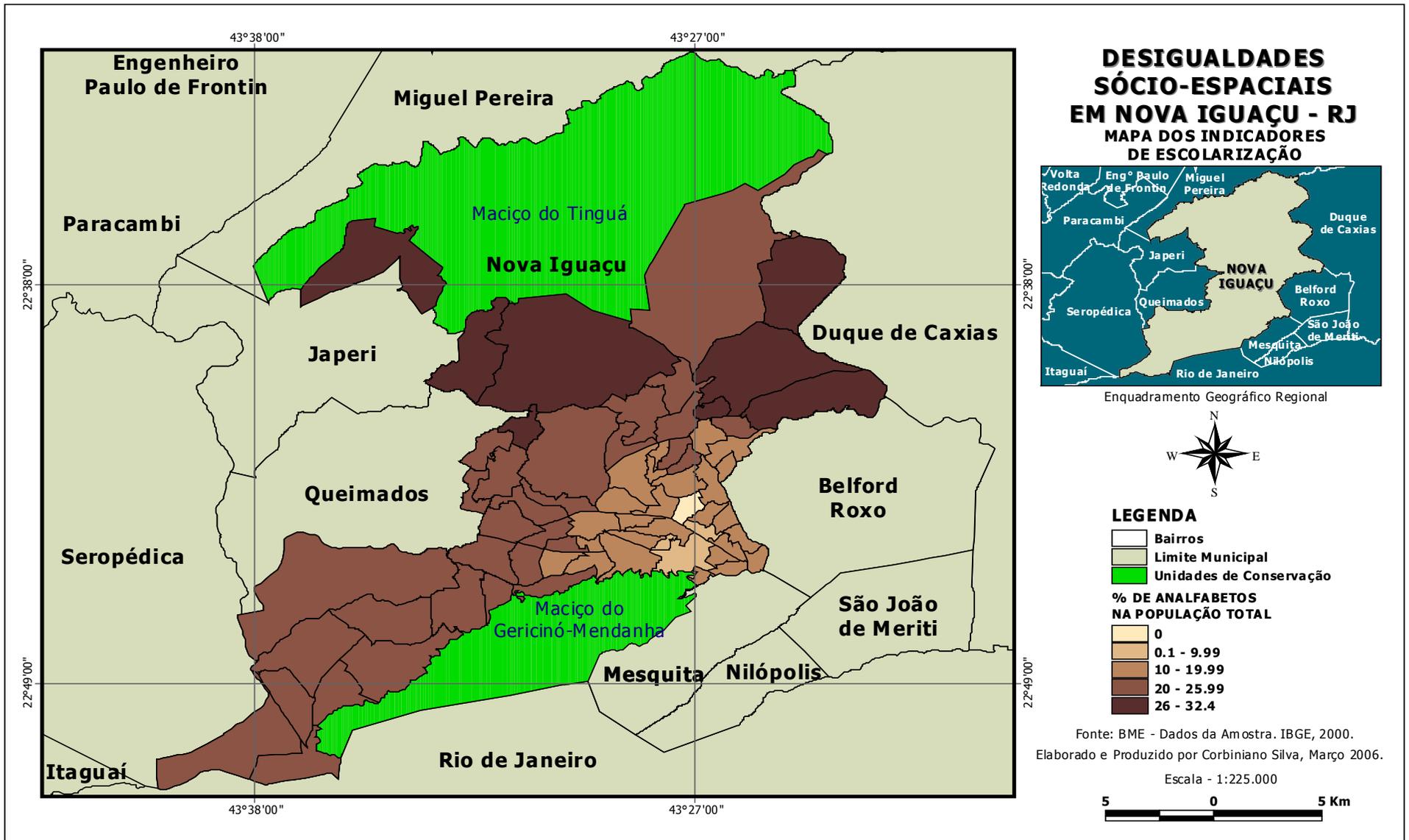


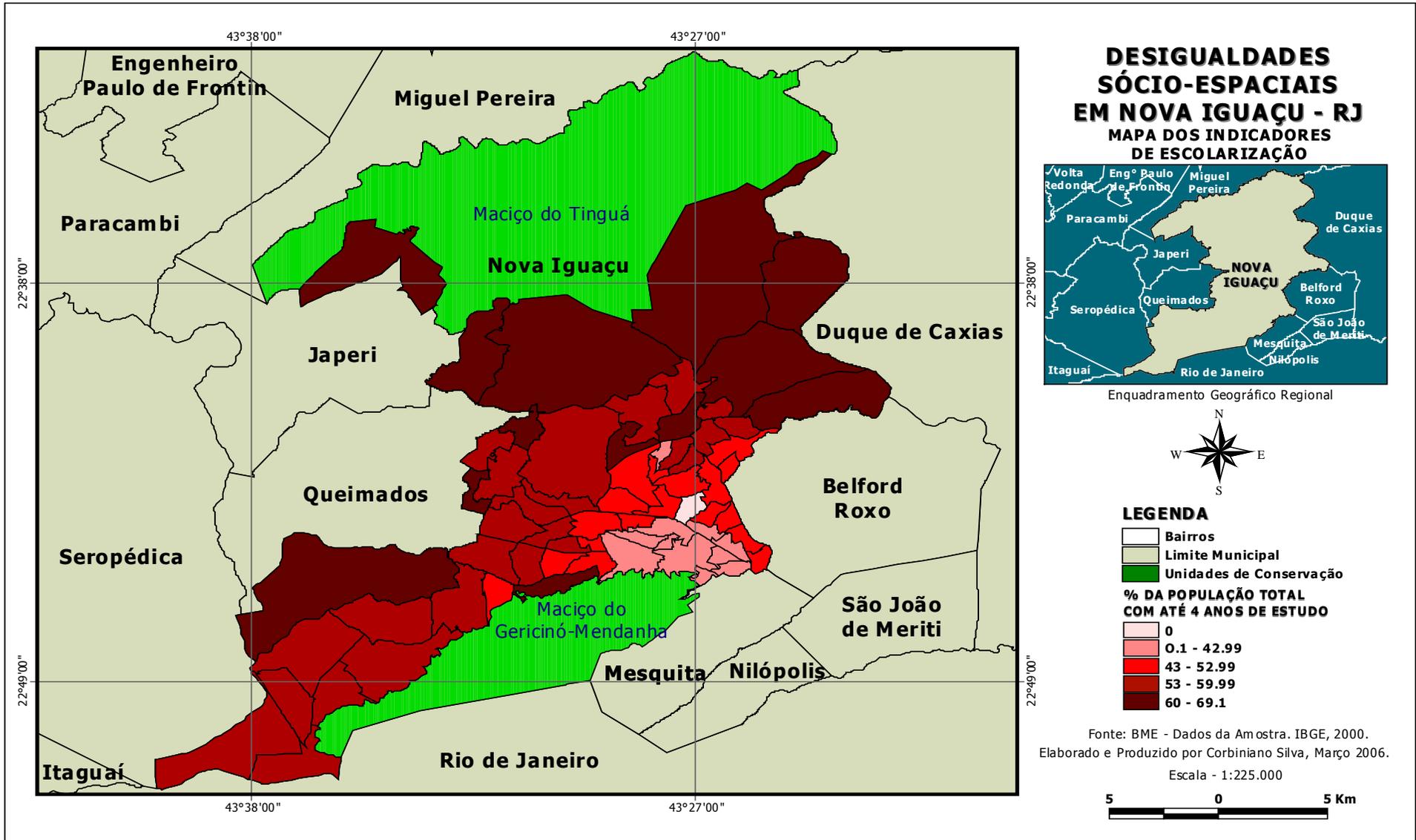


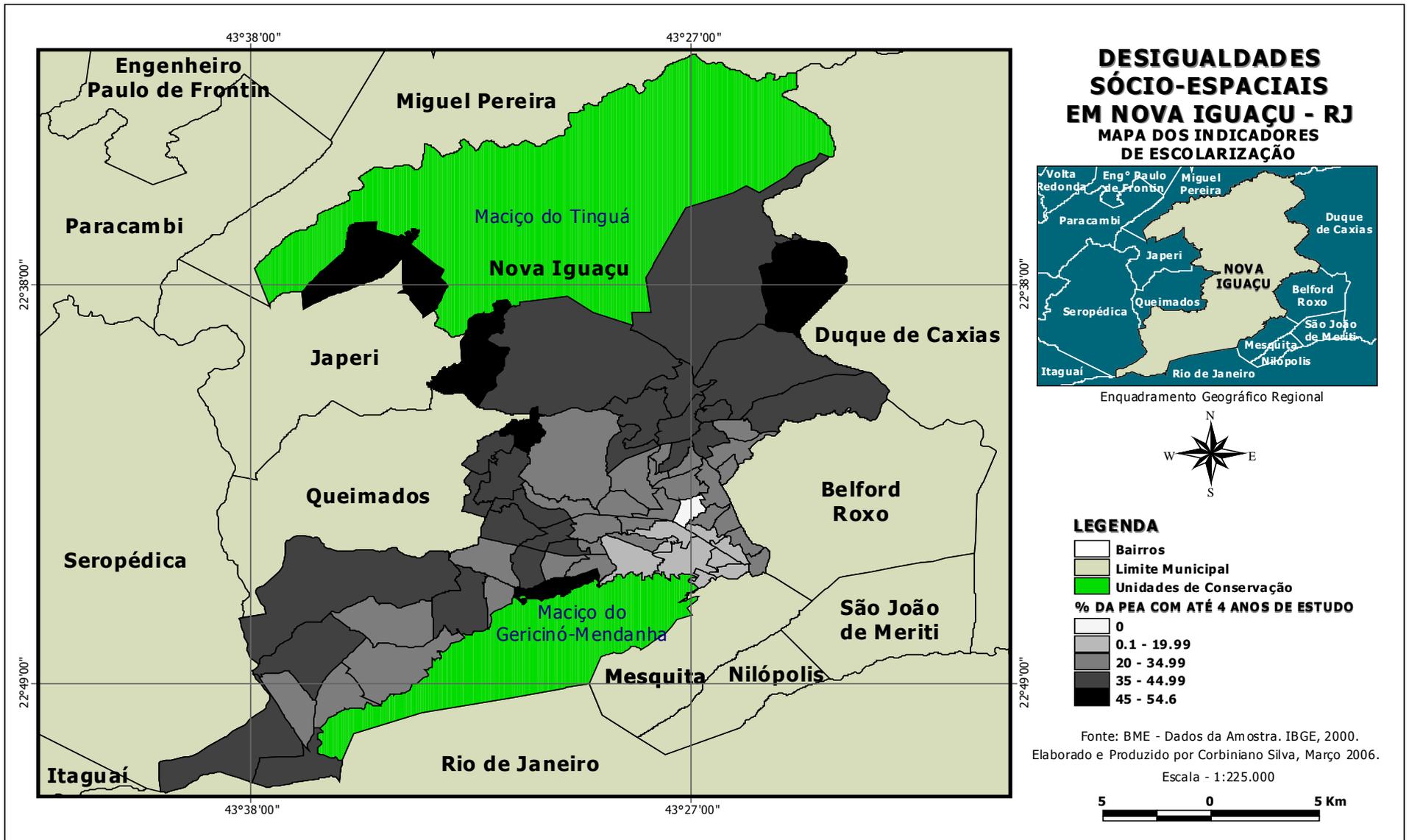


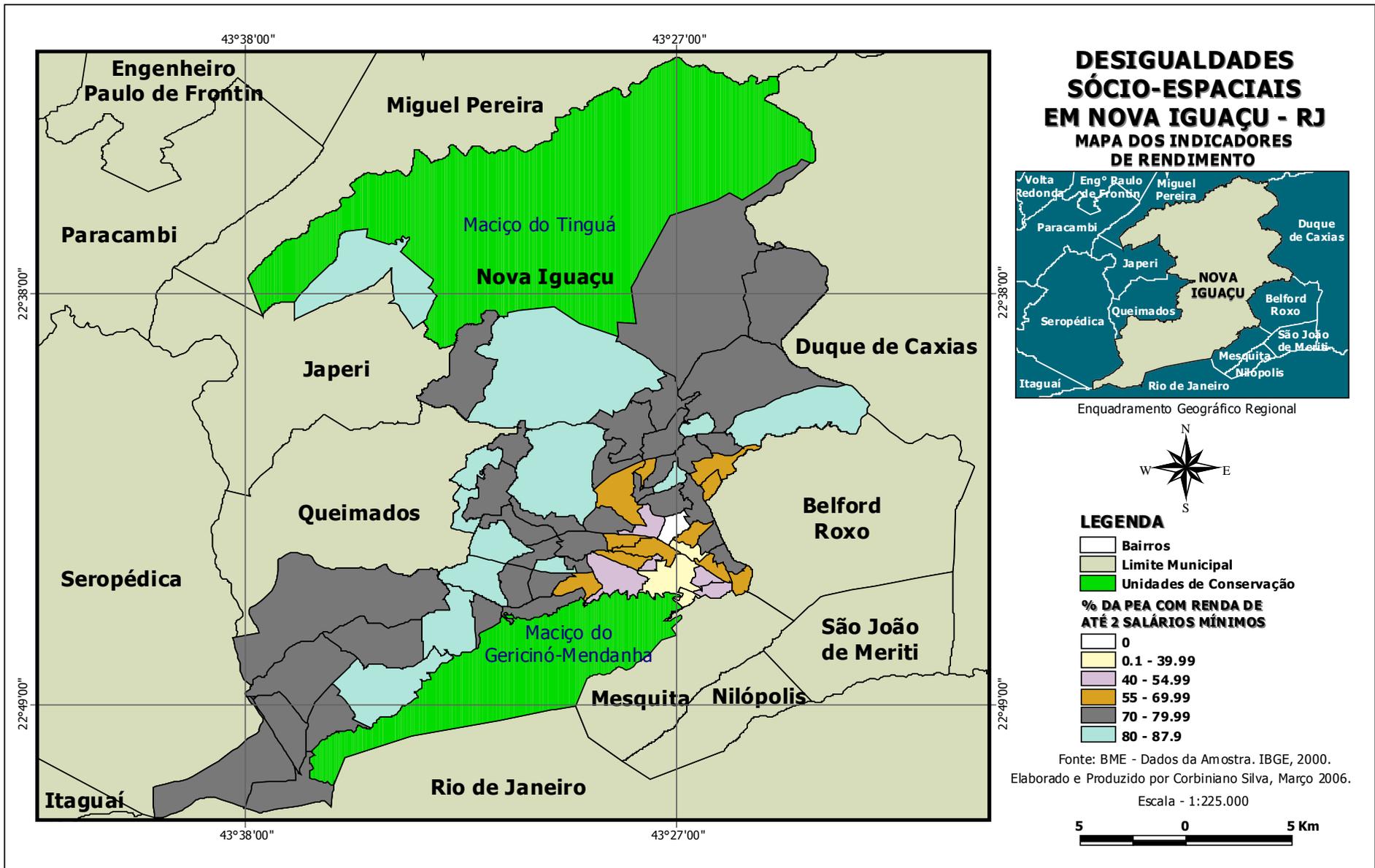


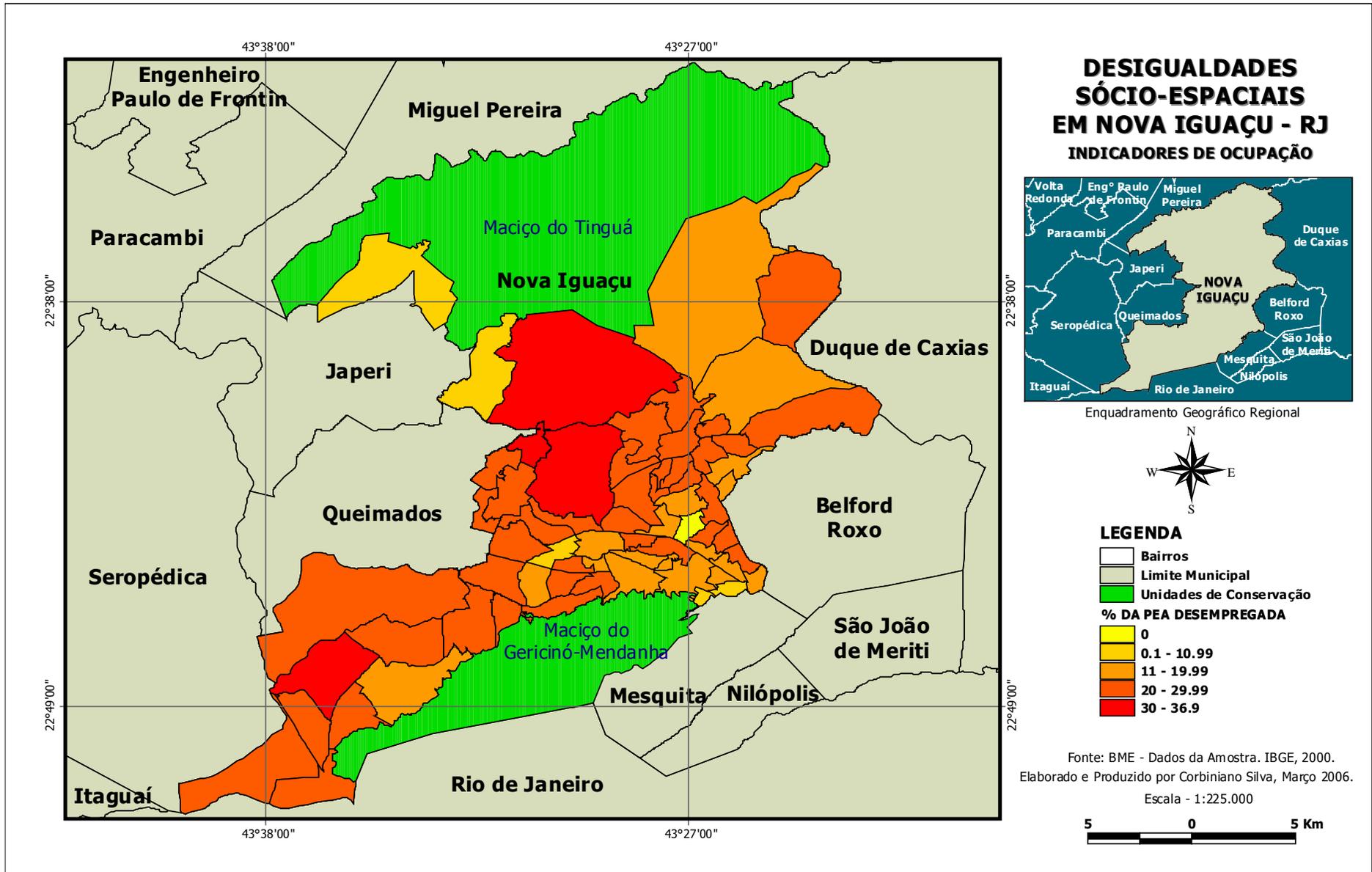


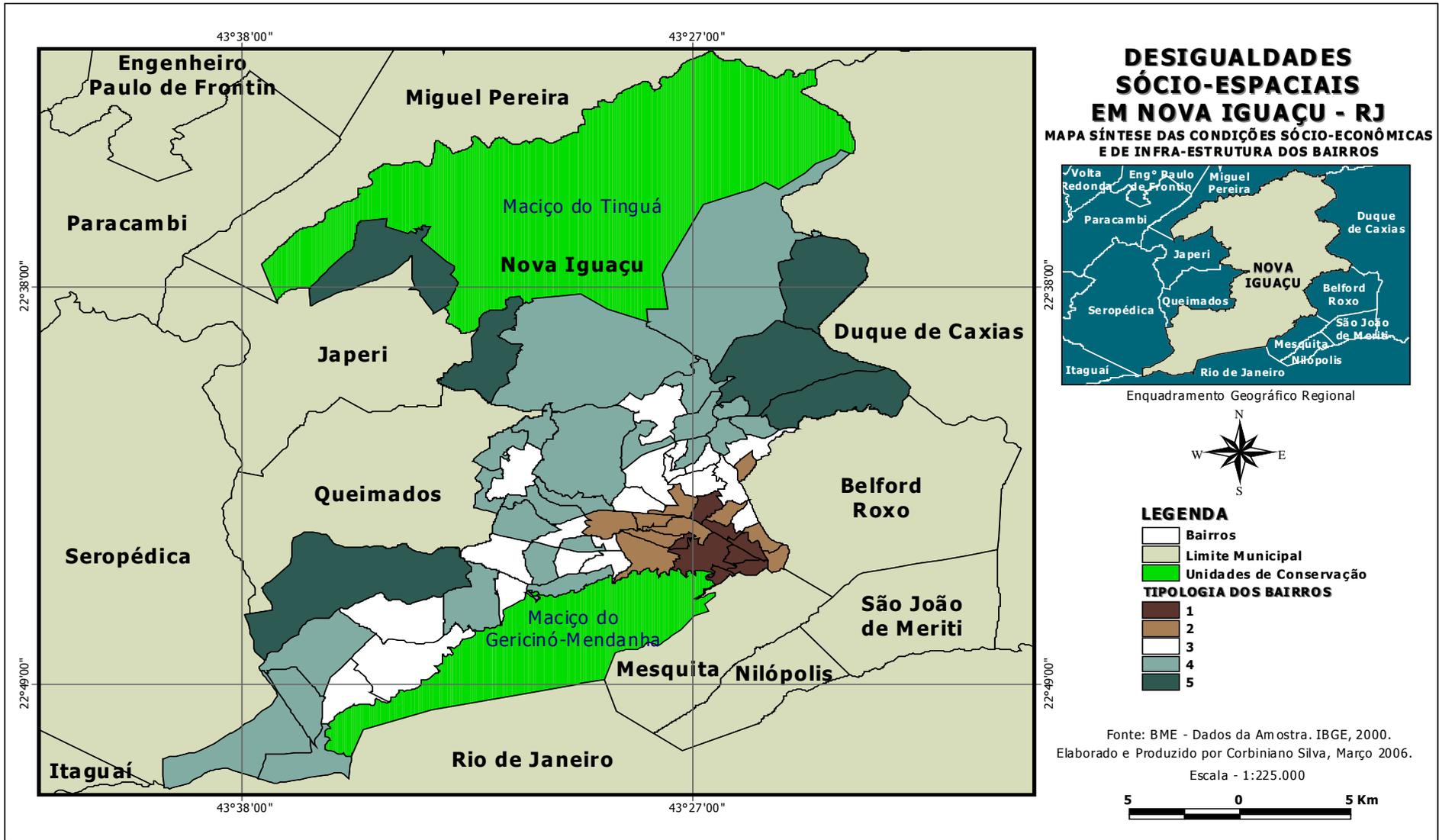












## 2.4.2

### O que a tipologia mostra?

Pela tipologia obtida, verificamos que um maior número de bairros estão concentrados nos tipos 3, 4 e 5 descritos acima. Os tipos obtidos, segundo os critérios estabelecidos e já expostos ao longo do texto, ratificam o quadro desigual até aqui discutido. Em linhas gerais, pode-se dizer que a maioria da população iguaçuana apresentava condições de vida precárias; analisando o padrão de distribuição espacial dos indicadores sociais e de infra-estrutura nos 68 bairros em análise, viu-se que apenas 16 dos 68 bairros apresentavam níveis mais elevados de condições de vida. A espacialização apresentada na tipologia delimita os bairros da URG Centro, exclusive o bairro da Posse, como aqueles melhores equipados; os bairros periféricos são caracterizados pela elevada concentração de precárias condições de existência acrescida da carência dos serviços públicos. Pode-se dizer que estas não representaram um verdadeiro acesso aos serviços de infra-estrutura pois, embora estas localidades tenham conhecido algumas transformações quanto a alocação de bens e equipamentos urbanos, estas não foram suficientes para melhorar as condições de vida das populações locais.

É neste sentido que acordamos com o argumento de Santos quando este refere-se que

Cada homem, vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as

oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser a condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (*ibidem*, p.81).

Esta forma de organização sócio-espacial, onde “a distribuição atual dos serviços está gritantemente em desacordo com as exigências presentes das populações, mas também comprometem o seu futuro” (*ibidem*, p. 122) implica na existência de “um espaço empobrecido e que também se empobrece: social, política, cultural e moralmente” (*ibidem*, p. 48), diante de todos esses agravos pois “os “déficits de lugares” são concretos e revelam a face dos lugares da cidadania” (Koga, 2004, p. )

Os resultados apresentados na tipologia revelam, em alguma medida, o reconhecimento de um processo de formação sócio-espacial onde as desigualdades contrapõem a condição de pobreza da maioria e a opulência de uma minoria, conforme podemos observar no conjunto de cartogramas a seguir.

O trabalho desenvolvido iniciou-se conforme capítulo 1 e início do capítulo 2 com a reconstituição do processo de contextualização histórica que nos permite depreender a própria configuração da situação de vulnerabilidade a qual estão submetidas amplas parcelas dos segmentos sociais juvenis na metrópole fluminense e, no nosso estudo, em particular, na cidade de Nova Iguaçu.

No próximo capítulo caracterizaremos a situação de vulnerabilidade dos segmentos sociais juvenis, através de alguns indicadores, de modo a verificarmos se a situação de vulnerabilidade extravasa ou não a tipologia obtida.

### 3

## JOVENS, VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL

As discussões acerca das questões que envolvem a juventude assumiram grande relevância política e social nas sociedades em geral. A situação dos jovens tornaram-se objeto de preocupação crescente por parte do governo e da sociedade civil em geral. As novas capacidades requeridas na atualidade, a limitação das oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, dentre outros fatores têm contribuído enormemente para a exacerbação da situação de vulnerabilidade juvenil, em especial, daqueles oriundos das camadas menos favorecidas da população.

No entanto, antes de discorrermos sobre a situação da juventude na cidade de Nova Iguaçu, segundo os seus respectivos bairros de residência, faremos algumas breves considerações sobre a emergência da categoria social juventude, buscando uma interpretação a partir da contextualização histórica.

### 3.1

#### O que podemos e/ou devemos entender como juventude?

O termo *juvenis* deriva de *aeoum*, cujo significado etimológico refere-se “aquele que está em plena força da idade”<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Para maiores esclarecimentos ver NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania, 2004, p.10.

Em linhas gerais, o ser jovem se caracteriza como uma condição transitória da infância para a fase adulta. No entanto, essa passagem tem sido caracterizada ao longo do tempo, tanto pelas transformações ao nível físico e psicológico, como também por alguns atributos que foram construídos social e culturalmente ao longo da escala temporal.

A noção de juventude sempre apareceu impregnada de interrogações acerca de como delimitá-la e, sobretudo, defini-la, embora saibamos que não dá para falar de juventude de modo singular ou a partir de uma única perspectiva; daí nas literaturas que discutem a temática ser consensual a idéia de se falar em juventudes, por este termo caracterizar “um segmento social definido culturalmente e que em cada sociedade há situações diferentes para esse mesmo grupo social”. Neste sentido, ao se trabalhar esta categoria social, é imprescindível respeitar os diversos contextos em que estão inseridos e/ou vivem, o segmento social a que pertencem, as suas subjetividades e as diferentes identidades assumidas pelos mesmos. Em outras palavras, ao trabalharmos “com a questão da juventude, é preciso considerar a diversidade social, econômica e cultural que a categoria juventude encobre” (MARTINS, 2002, p.20), logo, “é impossível generalizar e afirmar que todos os jovens se comportam do mesmo jeito” (idem, p.21), pois,

[...] se observarmos as representações de adolescência, segundo grupos sociais, veremos que entre os grupos sociais médios e economicamente dominantes o período da adolescência vem sendo estendido de forma progressiva. Isto é apenas após o término de nível superior de ensino é que é cobrado desse jovem, em termos etários, o ingresso no mercado de trabalho. Entretanto, no caso grupos sociais populares, e para a maioria dos formuladores de políticas públicas (para a juventude), esse processo se dá, no máximo, aos 18 anos, em especial no caso dos adolescentes do sexo masculino. (SILVA e SILVA, 2005, p. 28).

Esta também tem sido definida como “a fase da vida mais marcada por ambivalências, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação, sempre em choque e negociação” (NOVAES e VANNUCHI, p. 12).

A compreensão sobre o desenvolvimento da juventude, as concepções, as interpretações, as representações e as funções atribuídas a esta categoria foram se diferenciando ao longo da escala temporal como também nas diferentes formações sociais.

Cassab 2001<sup>56</sup> demonstra que no mundo grego a noção de juventude estava atrelada à cidade, numa perspectiva de se aprender um modo de viver, “orientado pela beleza física e florescimento de seu erotismo homossexual, ou, na falta desses atributos, por uma destacada capacidade intelectual”. A noção de juventude como um momento da existência humana, caracterizado pela dependência, aprendizado e preparação para a fase adulta, despontou no mundo romano, num contexto em que eram estabelecidas restrições de poderes aos herdeiros de família considerados despreparados para assumirem as operações comerciais que se complexificavam; acrescente-se ainda, que esta concepção era atribuída somente àqueles pertencentes ao sexo masculino integrantes dos segmentos sociais dominantes, compreendidos na faixa etária dos 22 aos 40 anos, aproximadamente. Na idade Média, a concepção sobre juventude contemplava uma fase de liberdade sem uma definição precisa da faixa etária cujo encerramento era marcado pelo casamento e pela herança recebida.

Uma nova concepção sobre juventude surge no âmbito da industrialização e da emergência da família nuclear burguesa. Nesta nova etapa, passou a

---

<sup>56</sup> Para maiores detalhes ver CASSAB, Maria Aparecida Tardin. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: INTERTEXTO, 2001.

predominar a idéia de que os jovens das famílias mais abastadas deveriam ser afastados do mundo do trabalho para que pudessem ingressar nos bancos escolares \_que a partir de então começavam a ser mais sistematizados, seriado e regular voltando-se mais intensivamente a escolarização das crianças e dos jovens\_, de modo que estes fossem preparados para sucederem os seus pais nas atividades de trabalho.

Outro fator que segundo Cassab atribuiu a noção de juventude o caráter de “rito de passagem para a maturidade” foi o alistamento militar, a partir do momento em que este se tornou obrigatório e numa atividade especificamente dos jovens masculinos. Quando, no século XIX, os quartéis assumem a função de educar, leia-se, alfabetizar, formar moralmente e preparar agentes disseminadores dos valores burgueses no interior dos segmentos populares,

começa a se forjar então um ideal de masculinidade, delineando-se um perfil do jovem viril, distanciado do mundo das “fragilidades e futilidades” femininas, com um corpo forte formado pelo exercício físico e com um caráter rijo de moralidade e patriotismo (*ibidem*, p. 69);

porém,

[...] Esse importante papel de socializador e forjador de uma identidade para os jovens só vai começar a ser desfeito na Europa com a Primeira Guerra , já no século XX (*ibidem*, p. 69).

A autora ainda esclarece que

A ambigüidade que a identidade dos jovens carrega, nas sociedades industriais, oscilante entre esperança e ameaça, vai produzir nas instituições especializadas para lidar com esse segmento etário, um tipo de prática de supervisão compulsiva sobre eles. Os jovens são esquadrihados e controlados em seus pensamentos e comportamentos. A juventude passa a ser identificada como um período de emoções violentas, agressividade,

instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites (*ibidem*, p. 69-70). [...]. Aos jovens operários, excluídos da escola, precocemente introduzidos nas duras condições de trabalho, só restam a obediência e a renúncia. Desse modo, a juventude para eles, esvazia-se do sentido da esperança, permanecendo apenas o caráter de ameaça potencial, expresso por três qualificativos: a vagabundagem, a libertinagem e a rebeldia [...] (*ibidem*, p. 70).

A contextualização histórica nos permite depreender a configuração da delinquência juvenil \_a partir da estigmatização dos jovens insatisfeitos com a situação de pobreza em que viviam e a precoce entrada no mundo do trabalho\_ a qual se apresenta de forma mais acirrada no contexto atual da globalização.

A infância e a juventude dos segmentos sociais menos favorecidos passaram a ser vistas com grande motivo de preocupação, pois, entendia-se que, num futuro próximo, estes poderiam tornar-se perigosos; logo, instaurou-se a crença de que as suas virtualidades deveriam ser controladas permanentemente.

Silva e Silva (2005) afirmam que “a criminalização da pobreza é a expressão atual de um velho preconceito, no caso, a identificação de grupos populares como ‘classes perigosas’” (p. 23). A esse respeito, Soares ainda esclarece que esta visão revela a face preconceituosa que “provoca uma invisibilidade na medida que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata, [...]” p. 133. O autor ainda reitera que

Lançar sobre uma pessoa um estigma que corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever o seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente (*idem*, p.133).

Quase sempre a violência imputada aqueles considerados suspeitos em potencial ou ainda perturbadores da ordem vem acrescida da intolerância, que, como nos afirma Bauman (1999) “exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado \_ a deslegitimação do outro” (p. 16).

Mesmo sendo a delinqüência juvenil um problema que perpassa todas as camadas sociais, é sob esta rubrica que a mesma aparece desacompanhada de uma contextualização sócio-econômica, alimentando o estereótipo do jovem pobre “como um perigo social que rondava os lares burgueses”; tanto que na América Latina a questão da juventude emerge na perspectiva do entendimento sobre quais seriam as causas das motivações da delinqüência infantil e juvenil.

Pelo descrito acima é possível perceber que muitas destas representações figuram até hoje no imaginário social; muitas das instituições que dirigem as suas atividades aos jovens, ainda hoje, concebem a ocupação do tempo “ocioso” como principal mecanismo de reversão da possibilidade do jovem se “perder”, pois, se este não for controlado, vigiado ou ocupado pode se converter num “elemento perigoso”; daí, Silva e Silva argumentarem com propriedade que

A percepção determinista de uma disposição inata ou derivada da estrutura social, dos pobres para o crime ou para o “vício” se apresenta também em integrantes de organizações comprometidas com a oferta de projetos ou programas educacionais ou de prevenção para essa população. A título de exemplo, basta considerar a idéia disseminada em variadas instituições que atuam no Terceiro Setor a respeito das razões das atividades oferecidas às crianças e adolescentes da periferia e favelas (2005, p. 23).

De todo modo fica-nos as seguintes indagações: até que ponto essa prática pode contribuir para a reversibilidade das condições de vulnerabilidade das juventudes? Ou, até que ponto essa perspectiva de trabalho junto às juventudes pode se converter numa fonte geradora de cidadania? Ou, ainda, em

que medida, estas ações favorecem a construção da auto-estima das juventudes e sinalizam alternativas de superação das precárias condições de vida que amplas parcelas dos jovens estão submetidos?

Se de um lado a vigilância sobre o jovem do sexo masculino começou a se atenuar, de outro, a vigilância e o controle sobre as jovens do sexo feminino permaneceu durante muito tempo. Com o avanço do feminismo é que o legado da mulher submissa e casta \_apta ao desenvolvimento das tarefas domésticas\_ começou a ser questionado de forma mais contundente, culminando, no reconhecimento das juventudes do sexo feminino

como “sujeitos particulares, com desejos e direitos sobre o seu corpo e seu destino. A sexualidade lhes foi restituída e a juventude começa a deixar de ser pensada apenas no masculino” (BAUMAN, 1999, p. 73).

Destarte, o adultocentrismo incorporado às relações sociais no Brasil não considerar os adolescentes e os jovens como sujeitos portadores de fala; no caso brasileiro, as juventudes, tiveram um importante papel como força social dinâmica no enfrentamento e na contestação das ordens político-jurídico-institucionais estabelecidas; tanto que nos anos 60, a emergência do tema da juventude privilegiou a interpretação deste segmento social “como agente de transformação social, revolucionando costumes hábitos cultura e política”<sup>57</sup>. O papel contestador do jovem estudante e universitário também figurou nas artes, na música, no cinema, no teatro e em outras modalidades de manifestações, ainda que a

---

<sup>57</sup> Ver IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro : DP&A editora, 2003.

estrutura do Brasil continuasse conservadora e repressora, o que levou a juventude “ser criticada por ser irracional e ingênua”.

Nos anos 90, ao mesmo tempo que eclodiram movimentos de galeras juvenis que tinham na violência inter-étnica, na homofobia e nas mais variadas formas de discriminação a sua bandeira afirmativa, também surgiram diversos movimentos culturais que tinham nos jovens os seus principais atores. As vozes das juventudes das periferias e das favelas também emergiram. O Funk, o Rap, e, sobretudo, o movimento Hip-Hop se fortaleceram, alcançaram os veículos midiáticos e, muitas das letras cantadas, se converteram em mecanismos de denúncia e visibilidade das condições precárias de vida em que está submetida a maioria da população urbana brasileira. Segundo Silva e Silva (2005) estes podem ser entendidos como movimentos de inserção dos jovens em

[...] contrastantes redes sociais, marcadas pela produção pela produção de práticas inovadoras de sociabilidade, de regras de convivência, de parâmetros para disputas pelas posições mais prestigiadas. Eles formulam, enfim, variados mecanismos para exprimirem seus desejos, temores e crenças –enfim, de sua subjetividade. O que se manifesta nesse movimento é a necessidade de pertencer, enraizar-se, de criar vínculos (p. 31).

Em verdade,

A percepção da juventude para além da adolescência em risco, numa direção, e para além dos setores de classe média, em outra direção, é mais recente, emergindo com mais força de uns dez anos para cá. Em certa medida, como ampliação da preocupação vigente com a adolescência, na “descoberta” de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí. Mas também pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares, que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e os preocupam, diferentes daquelas colocadas pelas gerações precedentes, e para as quais não havia mesmo nem formulações elaboradas no plano da política (Abramo, 2005, p. 39).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), divide a juventude em dois períodos: o da adolescência e o da juventude; essa definição utiliza o recorte etário como critério, sendo a adolescência compreendida dos 15 aos 19 anos; e, a juventude propriamente dita iniciada aos 20 anos se estendendo até os 24 anos<sup>58</sup>. Embora esta definição tenha sido amplamente utilizada por muitos estudiosos para fins de mensuração e análise estatística dos fenômenos que circunscrevem esta categoria social, outros recortes etários também foram propostos e utilizados em abordagens acadêmicas. Entretanto, acordando com Carneiro (1998):

Na realidade, ser jovem corresponde também a uma auto-representação que tende a uma grande elasticidade em termos etários, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso no mercado de trabalho e a sua informalização excessiva no Brasil. Assim, poderíamos dizer, a grosso modo, que jovem é aquele indivíduo que se encontraria em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Ou seja, a existência de um projeto para o futuro acompanhado de estratégias com graus variados de idealização seria, em termos genéricos, o que caracterizaria um indivíduo como jovem nas comunidades pesquisadas (p.02),

ainda que para fins metodológicos utilizaremos o recorte etário de 15 a 24 anos para análise do segmento populacional em questão.

### 3.1.1

#### Juventudes num contexto de globalização

---

<sup>58</sup> Esta definição considera que a partir dos 15 anos o jovem já possui um nível de escolaridade que lhe permite o ingresso no mercado de trabalho. O Estatuto da Criança e do Adolescente no seu *artigo 2º, do título I das Disposições preliminares*, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade; e, no *artigo 60 do capítulo V - Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho*, a proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

As especificidades do contexto atual têm impactado, embora diferentemente, diretamente os modos de vida dos diversos segmentos sociais em suas respectivas sociedades e culturas. Mais do que uma abordagem sobre o processo globalizacional nas suas variadas dimensões, o que se pretende nesse momento é examinar como os impactos dessa nova organização do capital no território, se refletem no cotidiano dos indivíduos especializados na cidade e, por seu turno, tentar captar quais são os “novos” recursos que os indivíduos produzem para lidar com as mudanças em curso.

Convém ressaltar que é de fundamental importância pensar os aspectos e/ou as temáticas voltadas às juventudes em seus respectivos contextos territoriais, considerando as suas diversas temporalidades, desde que devidamente contextualizadas no processo de globalização, uma vez que este acrescentou elementos que tornaram ainda mais complexas as relações entre o território, o tempo, as culturas e o cotidiano dos indivíduos, sobretudo, daqueles especializados nas cidades.

Consideram-se os anos 1980 como um marco da implantação gradativa de um conjunto de medidas neoliberais, tais como: Estado mínimo, flexibilização do trabalho, desestatização da economia, competitividade, livre comércio e privatização, que simbolizam o corolário do chamado processo de globalização. Estas, de um lado, contribuíram, significativamente para o incremento do desemprego, da pobreza, da miséria, da sensação de insegurança e do medo.

Esse novo contexto de reestruturação econômico-produtiva, levou muitos sociólogos a preconizarem o fim da sociedade salarial<sup>59</sup>. Em sendo assim, que perspectivas estariam colocadas para os jovens, especialmente aqueles oriundos

---

<sup>59</sup> Ver SANTOS, Theotônio dos. *O fim da sociedade salarial*.

das camadas mais desfavorecidas, que depende dos ganhos auferidos com o seu trabalho para sobreviver? Até porque, nas sociedades capitalistas, o trabalho é enaltecido como uma das mais nobres virtudes, ou ainda, um padrão de reconhecimento aceitação e legitimação social.

Pensar as juventudes na atualidade significa tentar apreender um contexto em que a racionalidade técnica \_cujos objetivos e intencionalidades\_ da produção e das ações nos mais variados campos procuram responder a determinações previamente estabelecidas que condicionam a localização dos objetos no território de modo que estes correspondam às finalidades objetivadas; ações cujos imperativos globais muitas vezes repercutem na escala local, implicando em alternativas e estratégias por parte dos governos e dos diversos atores sociais de superação das dificuldades colocadas e/ou redimensionadas; ou como afirmam NOVAES e VANNUCHI (2004),

Falar dos dilemas e perspectivas da juventude contemporânea é falar de alta modernidade, de sociedade de mercado, de sociedade de conhecimento, [...] e das crescentes desigualdades sociais nas quais se ancoram antigos e novos sentimentos de indiferença, de medo, de intolerância (p. 11).

A difusão das inovações tecnológicas têm sido repercutidas na sociedade brasileira de forma intensa, porém, amplamente desigual; e, com o crescente monitoramento dos processos que primam pela perfeita organização da economia, a representação dos tempos individual e coletivo também foram afetados, tendo em vista que este passou a ter como parâmetro o tempo da técnica digital.

Como exemplo dessa apreensão dialética, podemos citar novas formas de manutenção da sobrevivência *versus* aprofundamento da modernização dos

processos produtivos; expropriação de ganhos monetários *versus* novas formas de moradia no espaço; cultura de massa *versus* reafirmação da cultura popular; ou, ainda, tempo do capital *versus* tempo do indivíduo, dentre outros exemplos.

No que concerne aos jovens, podemos considerar de forma genérica, desde que resguardadas as especificidades dos diversos segmentos sociais brasileiro, que as exigências trazidas pelo ajuste às mudanças contemporâneas criam sucessivos obstáculos à projeção da vida.

Uma das características bastante marcante nos tempos atuais é a da propaganda como fazedora de símbolos pretensamente revestidos de sentido ao nosso pertencimento a uma dada sociedade; seja no sentido de ser moderno ou estar na moda, através do ato de consumir, a propaganda aparece como produtora de uma busca incessante de sentido a nossa existência ou ainda de realização pessoal, o que levou Santos a afirmar que “a grande perversão do nosso tempo, [...], está no papel que o consumo veio representar na vida coletiva e na formação do caráter dos indivíduos”(p. 33). O autor ainda salienta que,

O poder do consumo é tão contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel tão perversamente motor na sociedade atual (idem, p. 34).

Nesse contexto os canais midiáticos tentam caracterizar a juventude como alvo do consumo sempre numa tentativa de atingi-lo, levando-o a consumir mais.

Neste sentido, Freire (2004) apregoa que

o consumismo, portanto, é o modo que o imaginário econômico encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidade supostamente universais e pré-culturais, e ocultando, por esse

meio, as desigualdades econômico-sociais entre os potenciais compradores (p. 77).

Este fator pode ser considerado de extrema significância na medida em que a sociedade autoriza e reconhece que

[...] os objetos continuaram sendo o que sempre foram desde que surgiram no cenário da economia capitalista, ou seja, a marca do sucesso profissional e social. A aparência do sujeito afluente é determinada pela maneira como se veste; pela qualidade dos objetos de adorno pessoal, pelo tipo de automóvel, de artigos eletroeletrônicos e de objetos de decoração doméstica que possui; pelos restaurantes que frequenta e tipos de esporte que pratica; pelos lugares onde desfruta o lazer; pelas viagens que faz, etc. Os objetos de consumo agregam valor social aos seus portadores. Eles são o crachá que identifica “o turista vencedor” em qualquer lugar, situação ou momento de vida (*idem*, p. 80).

Deste modo,

O aparato de objetos caros e elegantes é o signo, por excelência, da distinção social dos seus possuidores. Por isso, passaram a fazer da identidade pessoal dos mais abastados e, por extensão, da imensa maioria da sociedade. É entendível, assim, que a compra incessante de novos produtos se torne uma “demanda imaginária” tão coercitiva quanto qualquer “necessidade biológica”. [...] Somos seres de cultura que não têm apenas fome de pão, mas também de prestígio social. A satisfação em se sentir aprovado e admirado é um item indispensável para o equilíbrio emocional de todos nós (*ibidem*, p. 80).

Silva e Silva (2005) também explicitam que juntamente com as formas usuais de reprodução de poder, a desigualdade sócio-econômica no plano estrutural e a “máquina publicitária” no plano imaginário, também se caracterizam como uma das condições para a reprodução da violência pois,

Dotada de recursos técnicos, humanos, simbólicos e ideológicos, situados entre os mais avançados do mundo globalizado, o mercado de propaganda nacional teve um papel fundamental na crescente socialização do desejo de consumir produtos específicos. E em nenhum lugar o processo se realiza com maior concretude do que nas metrópoles.

Essa socialização do desejo de consumo de bens distintivos gera consequências perversas. Ela tem forte influência, por exemplo, no fenômeno de estreitamento progressivo, e abrangente, dos tempos e espaços existenciais da maioria da população (p. 20-21).

Os autores prosseguem discorrendo que

Outro fator decorrente do “Consumismo” é seu papel na conformação de um determinada percepção de realidade social, que é instituída em uma dinâmica batalha cotidiana entre as forças sociais. [...]. Neste campo de disputa simbólica, os grandes meios de comunicação e a máquina publicitária são instrumentos fundamentais para a difusão do consumo como referência de vida e base da hierarquização social: quanto mais se tem, mais valor tem a vida (ibidem, p. 22).

Às implicações da força exercida pela propaganda assomam-se a lógica da individualização que termina por responsabilizar tão somente o indivíduo em sua busca por melhores condições de existência. Acordando com Frigotto (2004), esta se configura numa

ideologia que aumenta sua eficácia na medida em que efetiva a interiorização ou subjetivação de que o problema depende de cada um, e não da estrutura social, das relações de poder. Trata-se de adquirir o “pacote” de competências que o mercado reconhece como adequadas ao “novo cidadão produtivo” (p. 197);

ou seja, uma ideologia que segundo Bauman (1999) tenta nos convencer de que “o esforço é pessoal. E igualmente o fracasso do esforço. E a culpa pelo fracasso. E a conseqüente sensação de culpa” (p. 207). O autor ainda acrescenta que

a carga que a privatização da ambivalência<sup>60</sup> colocou nos ombros individuais requer uma estrutura óssea que poucos indivíduos podem se gabar. Uma espinha fraca pode ruir sob o peso. (idem, p. 207).

---

<sup>60</sup> In BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Em termos profissionais, a constante desregulamentação da legislação para que as leis da economia de mercado passem a imperar sem restrições, estão provocando uma avassaladora precarização do exercício no mercado de trabalho formal. A educação também sido utilizada ideologicamente para justificar a existência das desigualdades sociais; não obstante a necessidade cada vez maior de qualificação, sempre haverá um grupo à margem da competição pelo emprego.

Nesse cenário, os jovens oriundos das camadas sociais menos favorecidas encontram um quadro desalentador, expresso na concentração de desvantagens que, em geral, apresentam. Em linhas gerais, Frigotto (1999) adverte-nos que

Todos esses grupos de jovens têm suas especificidades mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo de adultização precoce. A inserção no mercado formal ou "informal" de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Uma situação, portanto, muito diversa da dos jovens de "classe média" ou filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e a juventude (p. 181-182).

Diante deste quadro, o jovem muitas vezes é levado a sentir-se impotente em relação às suas perspectivas, projetos e expectativas, não tendo muita noção do que pode acontecer com ele. Vê-se, então, que o problema do emprego está inserido num contexto mais amplo e é uma questão social, econômica e política, antes de qualquer outra argumentação. A discussão sobre escolha profissional, da existência de um projeto individual, não perpassa somente pela escolha de um curso ou de uma atividade para exercer; não se trata de uma mera questão de qualificação, inclui também o excedente de mão-de-obra inerente ao capitalismo, agravado no atual contexto.

Frigotto salienta que

No aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, a contradição se radicaliza, tendo em vista que a maior parte produtividade do trabalho não só liberou mais tempo livre mas, pelo contrário, no capitalismo central e periférico a pobreza e a “exclusão” ou inclusão precarizada *jovializaram-se*. Ou seja, cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares, [...] (idem, p. 197).

A esse respeito Soares (1999) defende a idéia de que

[...], não haverá país nenhum enquanto parte significativa da juventude, sem acesso a uma educação digna for empurrada ladeira abaixo para o desemprego, o subemprego e as economias da barbárie. O problema, portanto, não é só a deficiência das nossas sensibilidades pessoais. Essa deficiência é o resultado do ajuste da realidade social aos nossos sentimentos, ajuste que visa calibrar o nosso equilíbrio interior (p. 136).

Segundo a ONU, em 2001 tinham 70 milhões de jovens desempregados e este número tende a crescer. A atual onda de liberalização dos mercados, aliada a necessidade de uma mão-de-obra extremamente especializada, devido as novas tecnologias, implica uma expectativa de muito mais desemprego para os jovens.

O problema das oportunidades educacionais, hoje, transcende ao analfabetismo da *lecto-escritura*; o analfabetismo tecnológico se constitui, na atualidade, num divisor de águas entre a interação educação / mercado e a deficiência na formação, preparação e treinamento de jovens, bem como na obstrução da construção da cidadania.

Frigotto (1999) nos esclarece que infelizmente

O acesso à escola não garante, por si, uma educação de boa qualidade. Três aspectos associam-se para penalizar os jovens da classe trabalhadora em relação à escola pública. O primeiro aspecto diz respeito ao dualismo explícito formalmente ou pelo tipo de escola que se oferece e que se perpetua ao longo de nossa história: uma escola de acordo com a classe social ( FRIGOTTO,

1977, 1983; NOSELLA, 1993, 2001). O segundo aspecto refere-se ao desmonte da escola básica, tratando-a não como direito, mas como filantropia e mediante campanhas de “amigos e padrinhos da escola” ou “adoção e voluntariado”. [...]. Finalmente nos anos de 1990 a desqualificação da escola básica pública se efetiva mediante a adoção unilateral do ideário da pedagogia do mercado: pedagogia das competências e da empregabilidade. [...].

Esse último aspecto é responsável por uma falsificação perversa que cunhou a expressão “inempregáveis” para referir-se aos trabalhadores sem escolaridade ou com pouca escolaridade. A perversidade situa-se no fato de culpar os que são vítimas de uma exclusão de classe por sua situação de vítimas (p. 191-192).

Sobre a importância do papel da educação na atualidade, POCHMANN (1999) também argumenta que “Não por acaso, são as instituições de ensino (universidades, escolas, etc.) que assumem maior e inovador compromisso com a sociedade do conhecimento, [...] (p. 224), e que

[..], o Brasil encontra-se ainda defasado, com sistema educacional inadequado para a maioria dos jovens, não permitindo que todos completem o ensino médio. Se há problemas de natureza quantitativa já identificados, maiores são ainda os problemas de qualidade do ensino médio e superior (p. 225).

Recorrendo a uma citação de Soares, conclui-se que

A formação da identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas. A construção de si é bem mais difícil do que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de todo má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para se *diferente-igual-aos outros*, isto é, igual àqueles que merecem a admiração das meninas (e da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens – o que também varia é claro). Roupas, posturas e imagens compõem uma linguagem inseparável de valores. Aquilo que na cultura *hip-hop* se chama *atitude* talvez seja a síntese de uma estética e de uma ética, que se combinam muito próximo na construção da pessoa (p. 137).

Diante dessas considerações passa-se ao exame de alguns indicadores sociais do Censo Demográfico 2000, como forma de se traçar um perfil aproximativo das condições de vivência dos jovens da cidade de Nova Iguaçu, na próxima seção.

### 3.2

#### **Características, desigualdades e especificidades da juventude de Nova Iguaçu**

Como já vimos, muitos são os fatores que tem contribuído para dificultar e/ou erodir as condições de acesso aos recursos sociais e econômicos da maioria dos jovens brasileiros, das quais derivam muitas conseqüências. Neste sentido, o recurso metodológico da vulnerabilidade juvenil justifica-se por não estarmos restringindo a nossa análise aos jovens oriundos exclusivamente das camadas sociais mais pauperizadas, como forma de comparar se esse grupo etário, através da análise configura maior vulnerabilidade, aqui entendida como um conjunto de fatores de risco e/ou um meio permeado por um conjunto de fatores que dificultam o exercício da cidadania. No ponto de vista deste estudo, visando a “mensuração” de algumas dimensões da situação de vulnerabilidade dos jovens *iguaçuanos* de 15 a 24 anos, teremos o nosso eixo centrado nas disparidades passíveis de apreensão, segundo um conjunto de indicadores selecionados, com base nos dados da amostra do Censo Demográfico 2000, com vistas a substantivar esse recurso metodológico contextualizado na vida social do município.

Os indicadores selecionados para a caracterização dos aspectos socio-econômicos, segundo a tipologia construída foram: renda per capita familiar, percentual da População Economicamente Ativa (PEA) de 15 a 24 anos, percentual dos jovens na PEA com renda per capita de até dois salários mínimos, anos médios de estudo da PEA, anos médios de estudo da população de 15 a 24 anos, percentual de analfabetos, distribuição da PEA ocupada por setor de

atividade, percentual de responsáveis pelo domicílio, percentual de mães neste grupo etário com um ou mais filhos, percentual de jovens não ocupados e não estudantes, percentual % de jovens segundo a religião ou culto declarado e distribuição da população segundo raça ou cor.

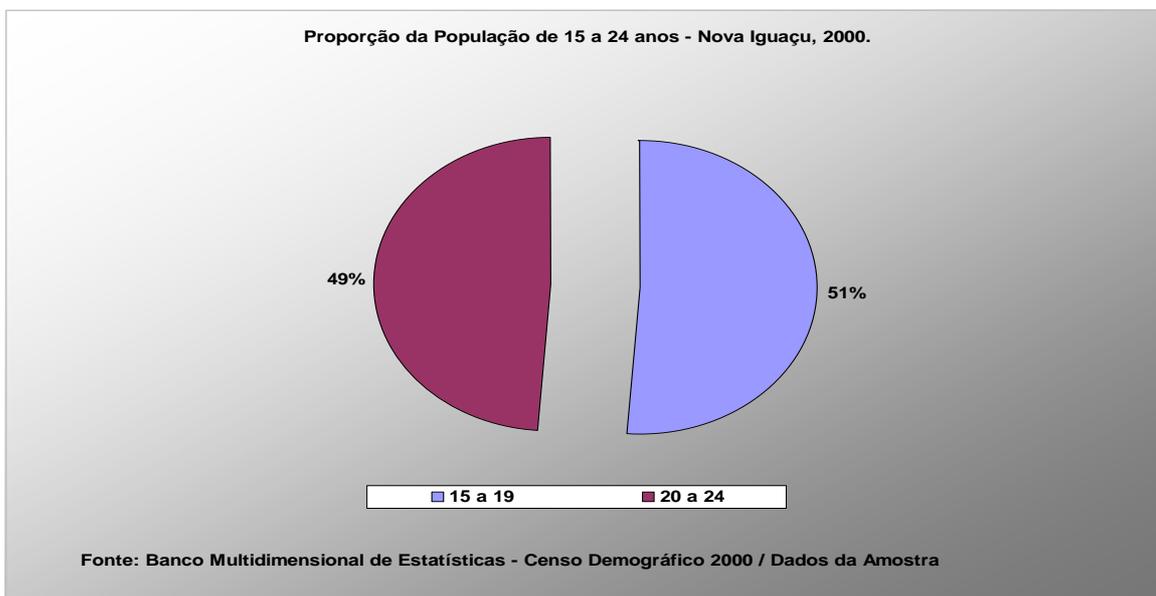
### 3.2.1

#### Da distribuição da População de 15 a 24 anos

A população de 15 a 24 anos do município, representava 18,9% da população total.

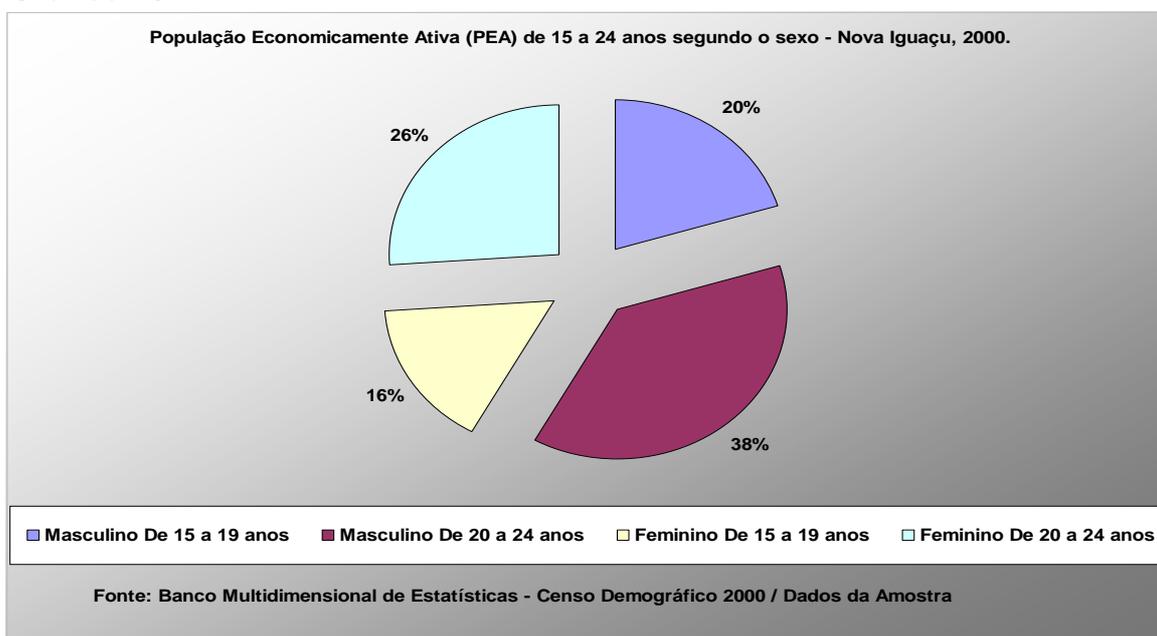
Os dados do Censo 2000 demonstravam que neste grupo etário, aqueles situados na faixa dos 20 a 24 anos tinham maior participação na população economicamente ativa. O percentual da população segundo os grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos e a distribuição na PEA segundo o sexo podem ser visualizados nos gráficos a seguir.

**Gráfico 19**



Como já era de se esperar, o grupo de 20 a 24 anos era o que possuía a maior participação na população economicamente ativa, conforme podemos verificar no gráfico seguinte.

**Gráfico 20**



Analisando a ocupação da PEA feminina e masculina deste grupo etário segundo os grandes grupos ocupacionais, verificava-se que ambos os sexos estavam ocupados preferencialmente no grupo trabalhadores em serviços, vendedores do comércio de lojas e mercados. O segundo setor de maior ocupação pelos sexos masculino e feminino, respectivamente, eram os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e trabalhadores de serviços administrativos, conforme podemos observar nos gráficos a seguir.

Gráfico 21

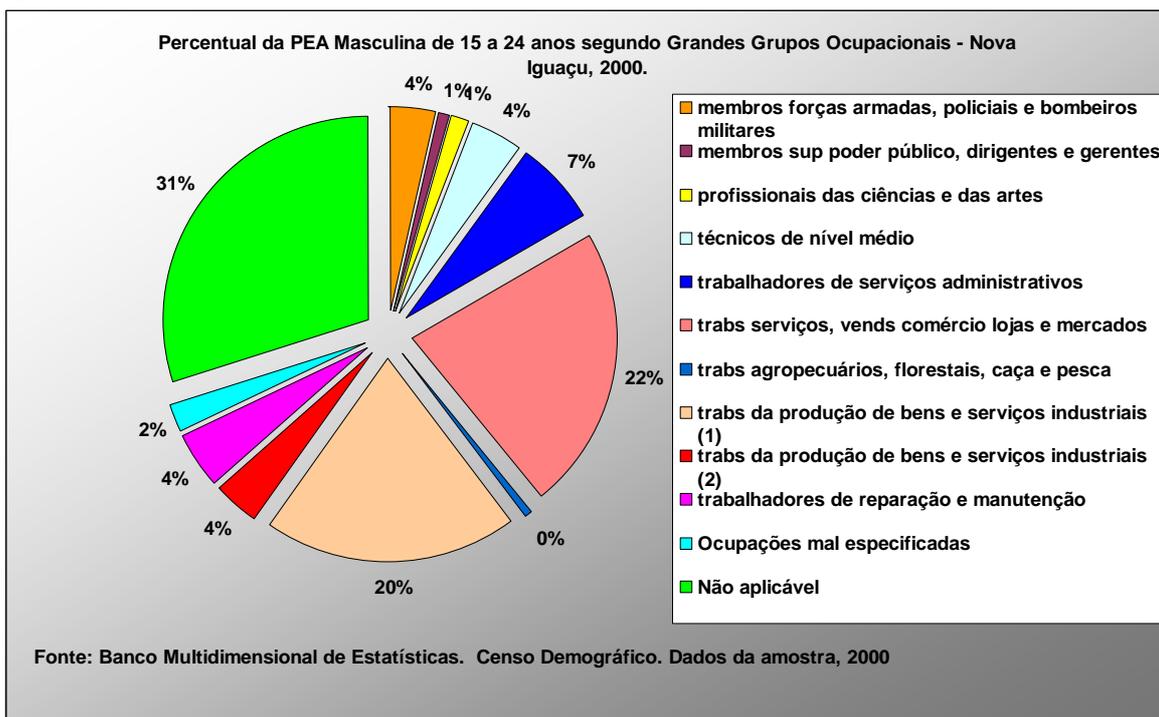
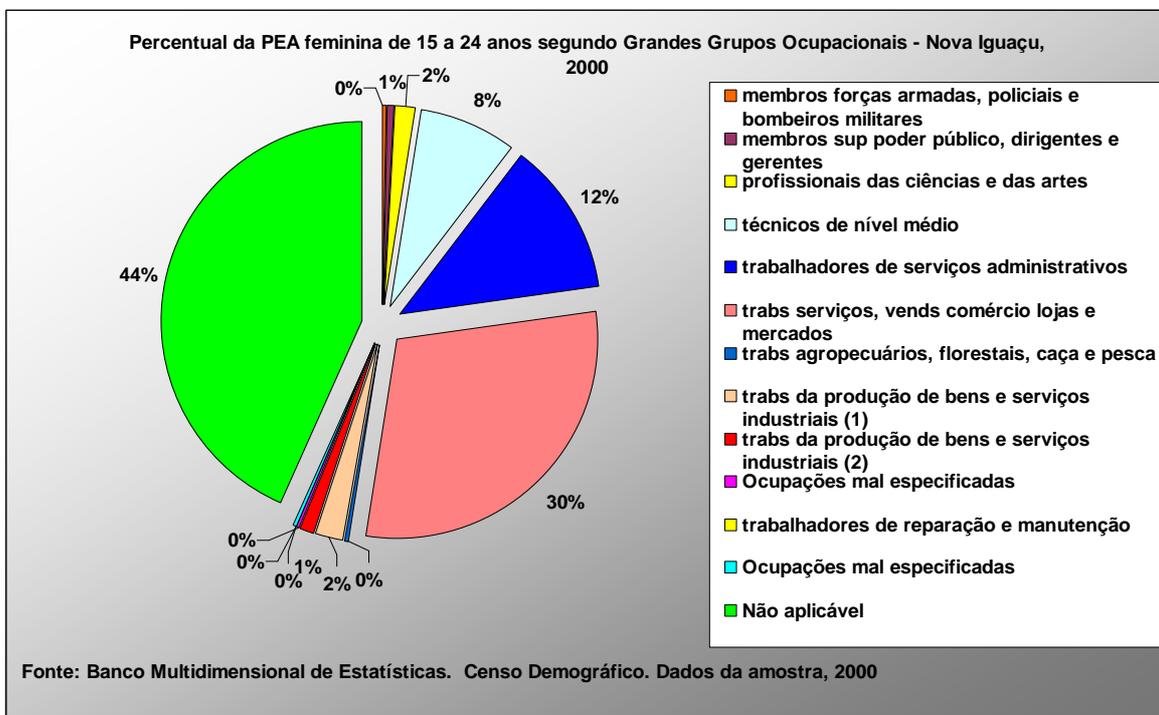
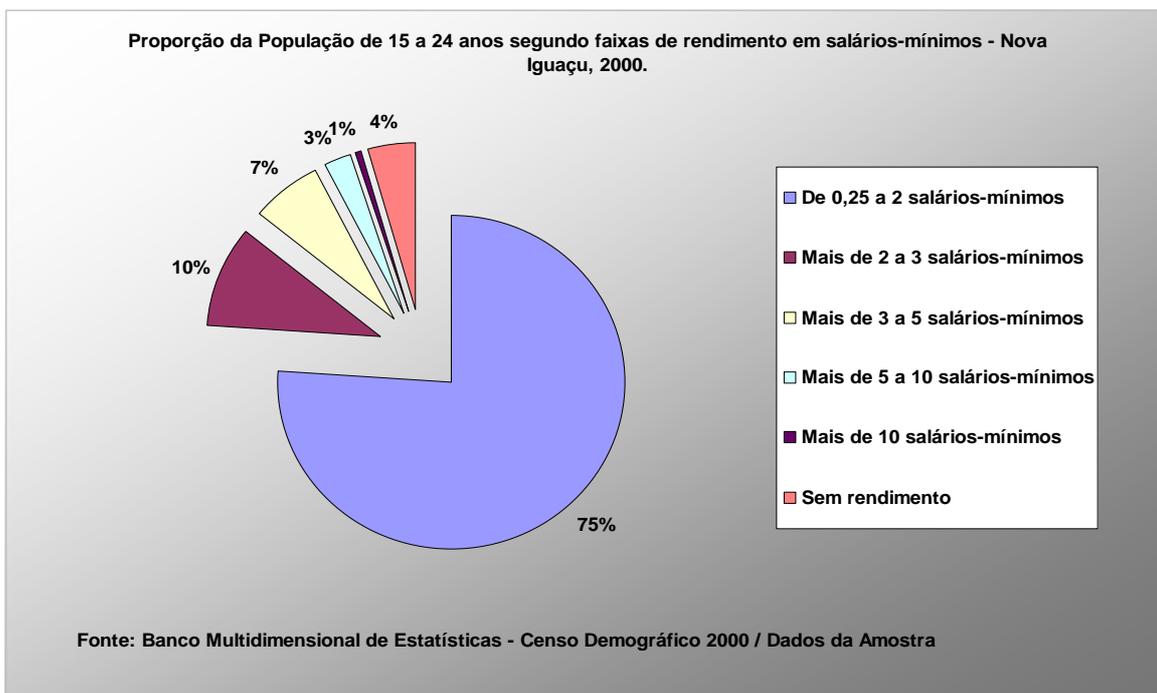


Gráfico 22



Os indicadores de rendimento revelaram uma situação de ampla desigualdade na sua distribuição, conforme apresentado no gráfico a seguir.

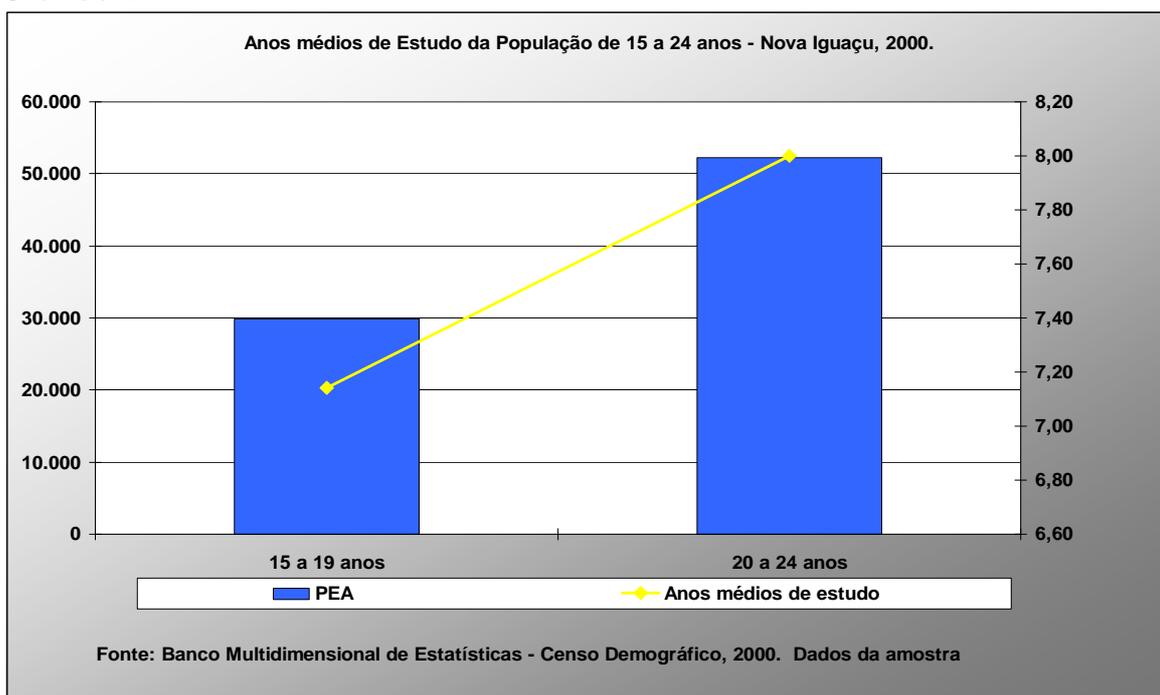
**Gráfico 23**

Observando a distribuição deste segmento populacional segundo as faixas de rendimento, nota-se que, assim como na população total, a maior parcela dos trabalhadores(as), ou seja 75% ganham até dois salários-mínimos.

Os indicadores de escolarização também revelaram a extensão do que já é sabido: há um grande déficit educacional, sobretudo, quando desagregamos os indicadores pelos bairros na tipologia construída no capítulo 2, como veremos mais adiante.

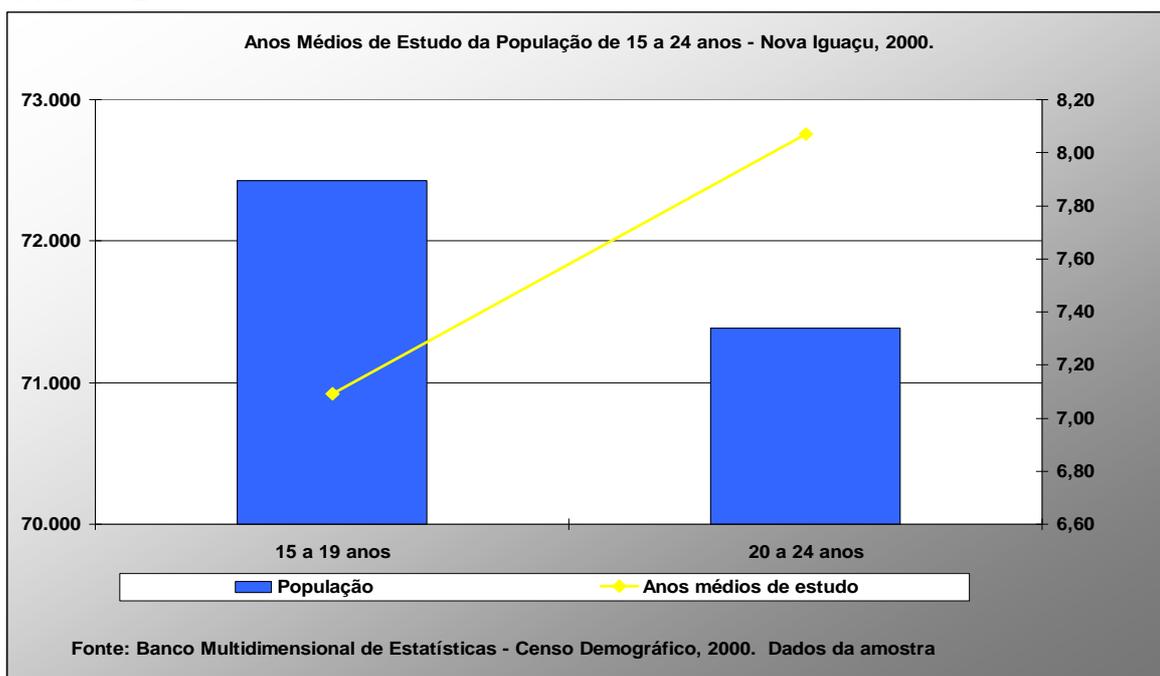
No conjunto municipal, os anos médios de estudo da PEA não ultrapassava os 8,2 anos de estudo; logo, não chegava a alcançar a formação de nível médio. Não obstante, convém ressaltar que esses jovens ainda podem estar se escolarizando.

Gráfico 24



Os anos médios de estudo do total da população neste grupo etário também pode ser observado no gráfico abaixo.

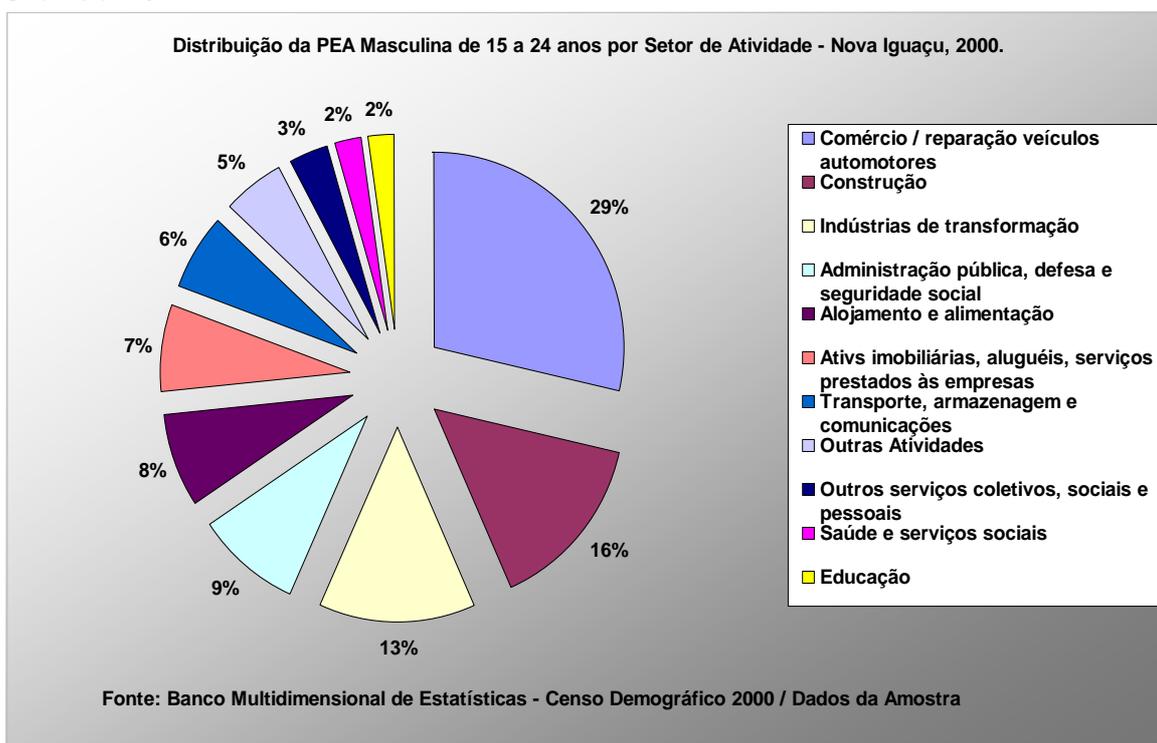
Gráfico 25



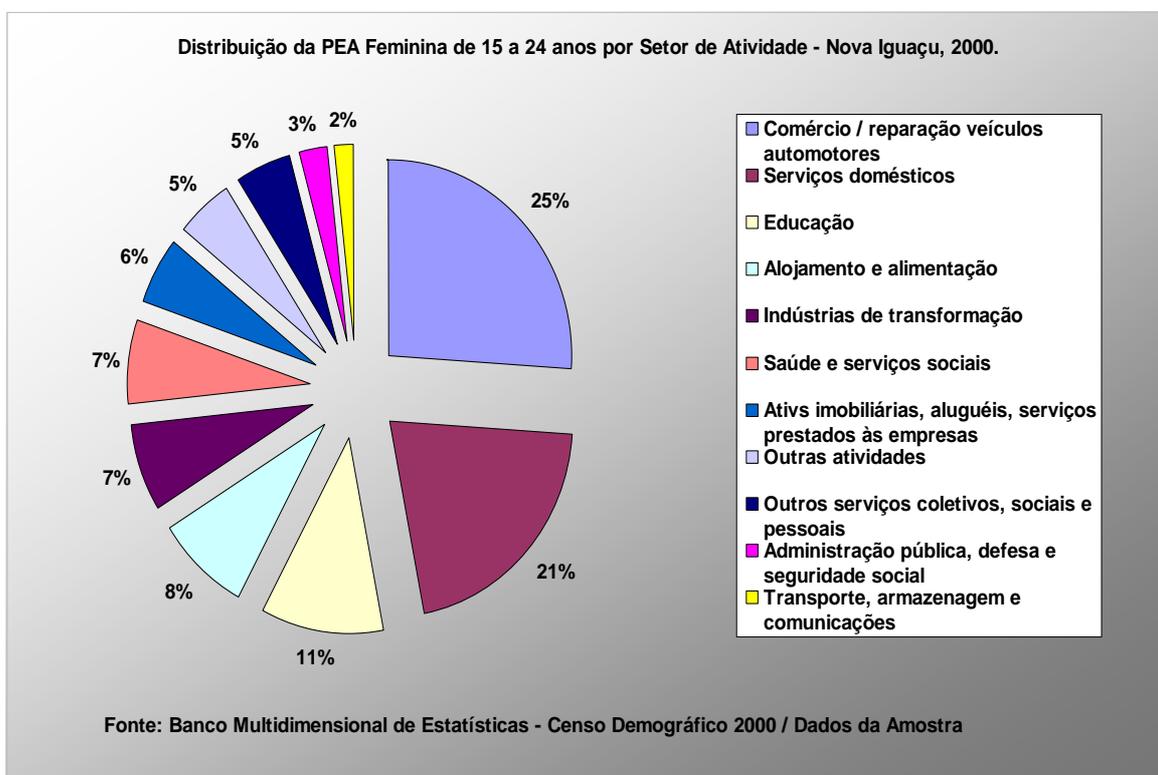
Ainda em relação aos anos de estudo, os dados demonstraram que um total de 2,3 % deste grupo era analfabeto \_não sabiam ler nem escrever.

Ao examinarmos a distribuição da PEA ocupada por setor de atividades segundo o sexo, notava-se que exclusive a elevada concentração no setor de comércio, a maioria dos jovens masculinos constituíam mão-de-obra dos setores de construção e na indústria de transformação; ao passo que as jovens do sexo feminino tinham como principais setores de ocupação os serviços domésticos e a educação, como podemos observar nos gráficos abaixo. Convém ressaltar que a categoria outros<sup>61</sup> não está sendo considerada por agregar um conjunto de setores de atividade, inclusive aquelas mal especificadas.

**Gráfico 26**

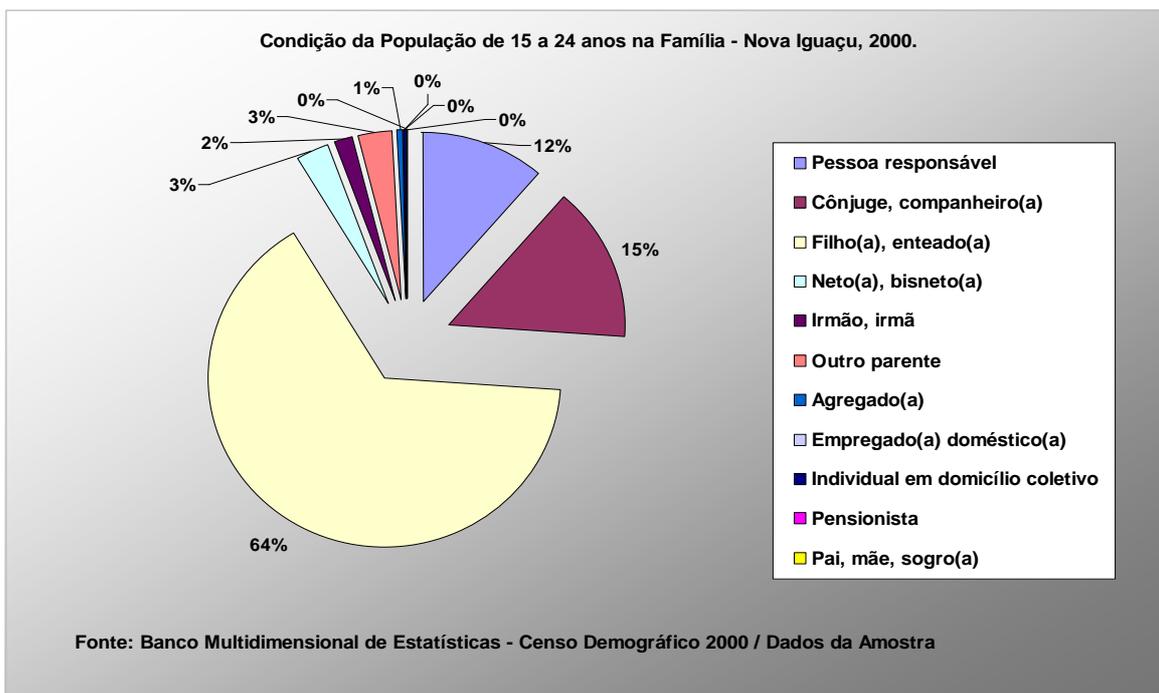


<sup>61</sup> A categoria outros inclui os setores de: agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca, indústria extrativa, produção e distribuição de eletricidade, intermediação financeira e construção para o grupo feminino. Para o grupo masculino, a categoria outros agrega os setores de indústria extrativa, pesca, agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, produção e distribuição de eletricidade, gás e água, intermediação financeira, atividades mal especificadas e serviços domésticos.

**Gráfico 27**

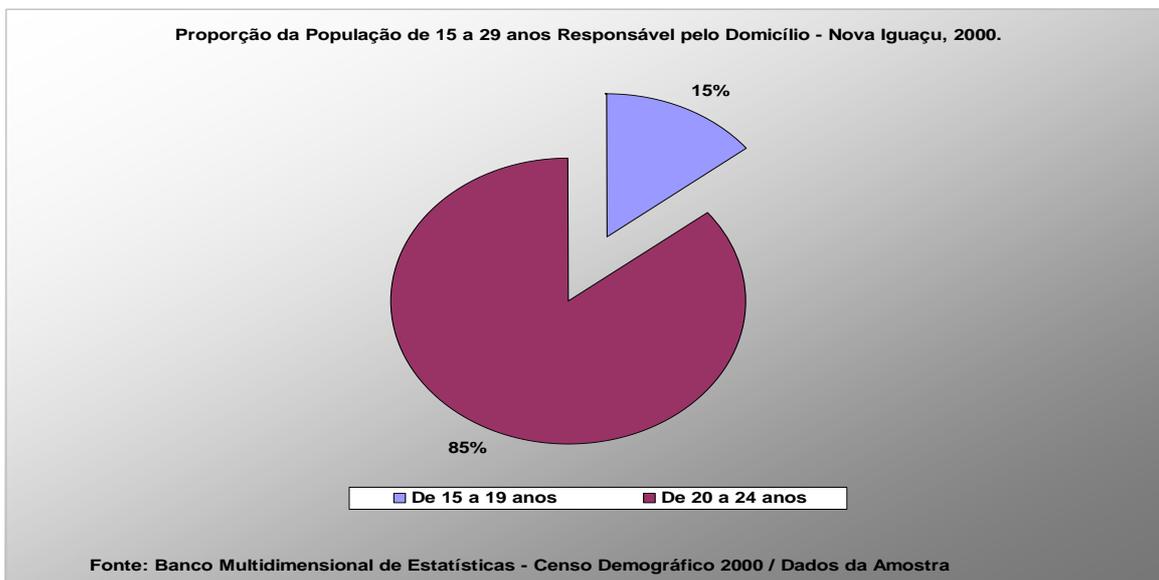
Os indicadores referentes à condição do jovem na família explicitaram que aproximadamente 12% desse grupo etário era responsável pelo domicílio em que vivem e outros 15% já se encontram na condição de cônjuge ou companheiro. Embora a maioria dos responsáveis pertencesse ao sexo masculino, também foram verificadas muitas situações em que a mulher era a principal responsável pelo domicílio.

Gráfico 28



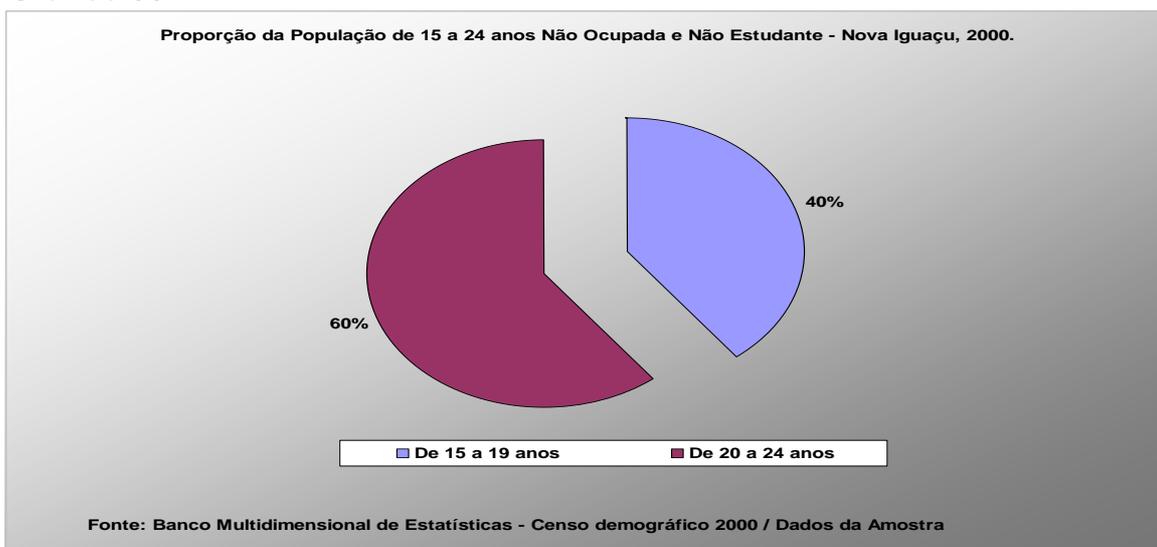
A distribuição percentual desse indicador revelou que dos 12% responsáveis pela família, 15% tinham entre 15 e 19 anos, como podemos ver no gráfico seguinte.

Gráfico 29



Um outro indicador analisado foi aquele referente aos jovens na condição de não ocupados e não estudantes. Estes perfaziam o total de 29,8% deste grupo, sendo o grupo do limite superior (de 20 a 24 anos) a maioria nesta condição, vide gráfico abaixo.

**Gráfico 30**



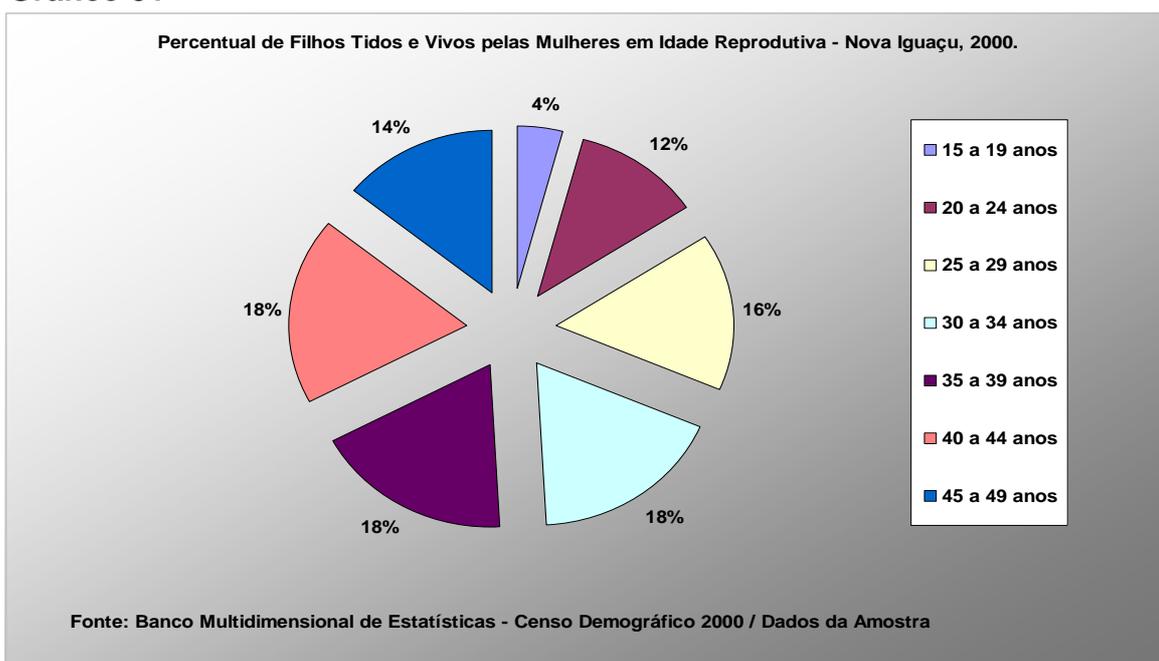
Em matéria publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 20 de fevereiro de 2006, por Antonio Gois e Amarílis Lage, divulgando uma pesquisa realizada pelo IBGE, IBASE, IPEA e outras instituições, sobre a transição para a vida adulta e os jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham, foi revelado que aproximadamente um quarto dos jovens das oito principais regiões metropolitanas brasileiras se encontravam nesta condição.

Segundo os resultados da pesquisa feita pelo IBASE e do Instituto Polis com 8.000 jovens, neste grupo etário, cerca de 27% estavam sem atividade profissional ou educacional. Um resultado semelhante foi obtido pela PME (Pesquisa Mensal do Emprego) do IBGE, realizada em seis regiões

metropolitanas, em dezembro de 2005; pelos resultados obtidos, 23% dos jovens de 15 a 24 anos não trabalhavam e não estudavam. Como já é sabido, muitos são os fatores que dificultam a entrada dos jovens no mercado de trabalho; desde a ausência de vagas e/ou postos de trabalhos para todos, má qualificação, inexperiência, preconceito, etc, há que se considerar que o fato do jovem se encontrar ausente do espaço educacional ou do mundo do trabalho formal, pode mascarar uma realidade em que ele pode estar estudando em casa, assumindo as responsabilidades domésticas enquanto os seus pais trabalham, envolvidos em atividades voluntárias e/ou em projetos sociais, ou ainda não terem condições de acesso aos níveis mais elevados de ensino. Em suma, não podemos fazer uma análise linear do resultado que esse indicador apresenta.

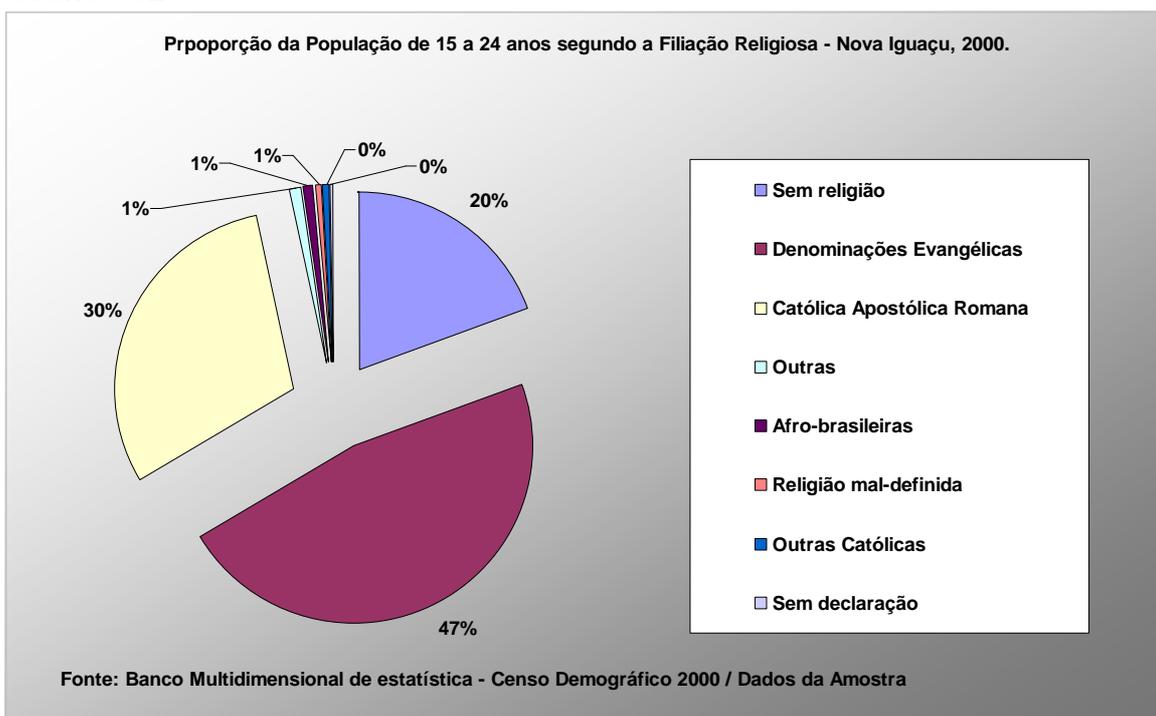
No grupo das mulheres em idade reprodutiva da cidade de Nova Iguaçu, este segmento etário foi responsável por 16% dos filhos tidos e vivos em 31 de julho de 2000.

**Gráfico 31**



Um outro aspecto aqui considerado juntamente com as dimensões até aqui vistas, foi a religião. Observe no gráfico abaixo a distribuição deste grupo etário segundo as diversas religiões<sup>62</sup>.

**Gráfico 32**



A escolha deste indicador se baseia no fato de que estas, acordando com Novaes (2005), “pode ser vista como um dos aspectos que compõem o mosaico da grande diversidade da juventude brasileira” p. 263. A religião cada vez mais tem ocupado um lugar de socialização, referência e participação desse segmento populacional, sobretudo, das localidades mais carentes. O Censo Demográfico 2000 revelou que no grupo etário de 15 a 24 anos reduziu o número daqueles que

<sup>62</sup> Segundo a literatura especializada, os evangélicos são definidos a partir de alguns critérios: procedência geográfica, época de origem e ênfases doutrinárias específicas. Para fins de ilustração da filiação religiosa foram agregadas todas as denominações evangélicas. Convém ressaltar que reconhecemos as especificidades das denominações Protestantes, dos Evangélicos Históricos e das denominações Pentecostais, mas como não se trata de um estudo específico, esta agregação em nada compromete.

se declaravam católicos e aumentou o número dos evangélicos de todas as denominações como também aqueles que declararam não ter religião. Novaes (2005) esclarece ainda que, pelas análises da literatura especializada, a denominação “pentecostal cresce mais entre os pobres que estão tanto nas periferias dos espaços dinâmicos do país, seja do ponto de vista econômico (por exemplo, nas periferias das metrópoles, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo), [...]” p. 269 e também entre os negros e pardos, conforme resultado obtido pela pesquisa perfil da juventude brasileira.

Ao se analisar os dados referentes às condições de vida dos jovens, é possível ver que há uma variação significativa. Portanto, vale aqui conhecer como se dá essa distribuição, com detalhamento pelos bairros agregados de acordo com a tipologia proposta para a cidade de Nova Iguaçu no capítulo anterior. Os indicadores espacializados demonstram com clareza a desigualdade das condições de vivência dos grupos juvenis, permitindo visualizar quais são os tipos \_com o seu respectivo conjunto de bairros\_ que apresentam as condições mais vulneráveis do segmento juvenil.

### 3.3

#### **Juventude e criminalidade em Nova Iguaçu**

Indubitavelmente, na medida em que a pobreza foi se agudizando e as desigualdades sociais foram se acirrando, muitas crianças e adolescentes entraram, precocemente, em um mundo adultocêntrico, arrastados pela necessidade de contribuírem nos rendimentos domésticos.

A escassa possibilidade de assistência material e afetiva verificada em muitas famílias, que tinham e tem a maior parte dos seus tempos absorvidos pela necessidade constante de aferição de melhores rendimentos para a manutenção da família, se converteram em um dos muitos fatores que terminaram por apresentar, às crianças e aos jovens, o mundo da rua como o mundo do trabalho, incrementando a situação de vulnerabilidade já verificada nesse período da vida.

Com a consolidação do tráfico de drogas como uma das mais importantes letal e lucrativa atividade criminal, a partir dos anos 80, muitos jovens passaram a conviver com a territorialização empreendida pela criminalidade, principalmente associada ao narcotráfico.

Para muitos jovens a sua atuação em redes ilegais como o circuito do narcotráfico, do crime organizado, dos seqüestros entre outros vem sendo tecida como única forma de sobrevivência e se expande cada vez mais como prática de trabalho. O crescimento de jovens com as atividades relacionadas ao negócio das drogas tem como uma das conseqüências mais visíveis e letais o aumento do número de homicídios.

Na década de 60 já se registrava a presença de crianças e adolescentes na venda de drogas, mas de acordo com Fraga (2003)

a entrada mais numerosa dos jovens ocorre a partir da segunda metade da década de 80, e é devida, sobretudo, à segmentação dos oligopólios exercida pelos chamados Comandos. O sentimento de desconfiança dentro e fora das redes e a ambição dos mais novos são vistos como as principais razões para essa segmentação e para a conseqüente entrada dos jovens (p. 130).

Acredita-se que o cenário de corrosão da auto-estima, falta de perspectiva, desesperança, motivação, auto-afirmação e desejo de alcance aos bens materiais

que se constituíram em símbolos de status social, dentre outras motivações, são construídos os pilares para a entrada de muitos jovens ao mundo do crime.

Minayo (1990), argumenta que

O aumento da criminalidade se alimenta das desigualdades sociais, da alienação dos indivíduos, da desvalorização das normas e valores morais, do culto à força e ao machismo, do desejo do lucro fácil e da perda de referências culturais (p. 290).

Fraga ainda considera que na atual etapa do capitalismo,

Vasculhar a racionalidade do crescente enfileiramento de adolescentes e jovens no narcotráfico demanda considerar dois fatores importantes na sua composição: a atração para a entrada no mundo do consumismo e o papel da exploração do trabalho como elemento precarizador das relações sociais (p. 135).

Segundo a Classificação da Organização Mundial de Saúde as “causas externas” constituem a primeira causa de morte dos jovens. Ainda que o quantitativo de mulheres vitimizadas pelas mortes violentas tenha sofrido um incremento nas suas taxas, os homens continuam sendo as maiores vítimas de crimes letais, em especial, os homicídios com uso de arma de fogo.

Convém registrar que o risco de ser vítima não se distribui de forma homogênea entre as pessoas do sexo masculino; as estatísticas oficiais do Ministério da Saúde, tem demonstrado que são sobretudo os jovens dos 15 aos 29 anos as maiores vítimas da mortalidade por homicídio.

Silva e Silva 2005, ressaltam que

[...]: um número significativo de crianças pobres que morria antes de completar um ano de idade está chegando à adolescência. E, nessa faixa etária, estão sendo assinadas, seja pela polícia, seja por grupos de extermínio, ou por outros

integrantes da mesma faixa etária. O crescente número de assassinatos de adolescentes pobres do sexo masculino, negros, residentes nas periferias e nas favelas das grandes metrópoles é um problema que já se tornou epidêmico (p. 27).

A mortalidade por PAF's (Armas de Fogo) tem sido objeto de grande repercussão social, denúncias e estudos diversos. Embora seja sabido que as motivações da violência são múltiplas, é consensual a idéia de que as disparidades sociais agravadas pela desigualdade social contribuem à formação de um clima de tensão social permanente e insegurança. Neste cenário, as muitas dificuldades enfrentadas pelos jovens podem estimular a geração de conflitos das mais diversas ordens.

Muitos autores pautam a sua discussão na perspectiva de que as constantes violações dos direitos humanos em associação com os diferenciados níveis de desenvolvimento econômico e social podem ser considerados fatores indutores dos jovens em situação de vulnerabilidade a se envolverem com a criminalidade.

Zaluar em seus estudos relacionou, os processos socioeconômicos, às lógicas culturais da afirmação da masculinidade, afirmação do sujeito perante o grupo e a comunidade, o fascínio exercido pelo consumo, o acesso aos bens materiais socialmente constituídos como símbolos de status e o uso da arma de fogo como símbolo de exercício da força e de poder, bem como as rixas entre os grupos se constituem em fatores de adesão dos jovens a criminalidade.

Segundo Castro e Abramovay, dentre os condicionantes favoráveis a entrada dos jovens no mundo do crime, podemos destacar as transformações econômico-produtivas, técnica-científica, os déficits de acesso à cultura geral. Segundo as autoras, estes aspectos têm impactado diretamente a vida daqueles

segmentos populacionais mais pauperizados. Deste modo, principalmente a parcela não ocupada do segmento social juvenil estaria mais vulnerável a se enredar no circuito da ilegalidade, como uma estratégia de acesso aos objetos de consumo concebidos como símbolo de status social.

Em linhas gerais pode-se acordar com Fraga no sentido de que

O aumento das atividades do narcotráfico e suas conseqüências para a população juvenil inserem-se na envergadura das mudanças no mundo do trabalho e no processo de globalização que desregulamenta conquistas sociais históricas do trabalhador. [...]. No país, agrava as conseqüências do aumento das desigualdades sociais, do desemprego e do individualismo de massa. E, em nível local, consolida as relações de desigualdades das cidades e a segregação espacial de grupos específicos (Fraga, p. 145).

Entretanto, como nos adverte Silva e Silva 2005,

[...]. A probabilidade de uma criança ou adolescente se inserir nas redes criminosas é muito diferenciada, de acordo com suas características sociais, familiares e individuais específicas.

As probabilidades de ingresso nessas redes, são maiores por exemplo, para os atores inseridos em redes sociais nas quais se reproduzem, de forma sistemática, diversas formas de violência e/ou violação de direitos. Mesmo entre esses, cabe ressaltar, as formas diferenciadas como vivem as experiências comuns geram diferentes estratégias pessoais e possibilidades de inserção (p. 31).

Daí acordarmos com os autores supracitados quanto ao reconhecimento de que não podemos reproduzir o argumento tradicional que

considera que as limitadas possibilidades sociais disponíveis para esses adolescentes e crianças definem as escolhas dos que assumem as práticas criminosas. Assim, tradicionalmente considera-se que ele é apenas produto da estrutura e funciona como um ator passivo diante àquela (*ibidem*, 31).

Ademais, prosseguem os autores

O argumento se caracteriza pela imprecisão, visto que o universo de crianças e adolescentes em situação de pobreza, e mesmo de vulnerabilidade social, é muito maior do que o número daqueles que são envolvidos nas atividades ilícitas [...].

Na verdade, a argumentação de que “adolescentes sem oportunidades tendem fortemente a envolverem-se em situações de risco” não explica o reduzido número de adolescentes inseridos, por exemplo, no tráfico de drogas ou na exploração sexual comercial. É necessário conhecer quem é este adolescente que, no uso de sua autonomia relativa, se insere em situações adversas e ou de ameaças à sua vida com plena consciência da vulnerabilidade (*ibidem*, p. 32–33).

Em pesquisa realizada por Luke Dowdney com crianças em violência armada nas favelas do Rio de Janeiro, no ano de 2003, buscando compreender os fatores preexistentes, os atrativos e as respectivas influências que levam crianças a escolherem o caminho do tráfico, o autor reconhece que aquilo que parece ser uma escolha voluntária pode ser definido como “a melhor alternativa entre opções escassas”. Dentre *os fatores preexistentes* o autor cita: a dominação pelas facções da droga, a pobreza, a falta de acesso ao mercado formal de trabalho e dificuldades como: \_discriminação racial, falta de bagagem educacional e capacitação profissional\_, falta de confiança quando fora do seu espaço de moradia, o tráfico como ocupação aceita; dentre *os atrativos* destaca: o status ligado ao armamento, a possibilidade de ter várias namoradas, o dinheiro e acesso a bens de consumo, subcultura das facções, ascensão social através de sistema que recompensa a lealdade e a capacidade, emoção e adrenalina; e em relação *as influências*, aponta: a influência dos grupos de referência \_envolvimento dos pais ou parentes no tráfico, de amigos\_ e falta de unidade familiar estável.

Como resultado de suas análises, o referido autor concluiu que

o tráfico atrai crianças de espírito independente que se recusam a aceitar o pouco que a “corrente principal” da sociedade lhes oferece ou a pobreza e o sofrimento que são a sorte de muito nas favelas. Sua busca de autodefinição, de ascensão social e de ganho material, comum a todos nós, conduz ao tráfico, caminho perigoso mas acessível para mudar sua situação (p. 141).

Dowdney esclarece ainda que

De “espírito independente”, não quer dizer que não são influenciadas pelos fatores mencionados acima, pois isso ocorre, de fato, mas significa antes que estão dispostas a tomar uma decisão ativa e a dar os passos necessários para realizar o objetivo escolhidos, declarando seu desejo de ser traficante e agindo em conseqüência (*ibidem*, p. 141).

O exposto na citação acima ratifica o argumento de Silva e Silva no que se refere a crítica contundente feita ao argumento tradicional que insiste em reiterar uma relação mecanicista entre pobreza e criminalidade, espelhando uma visão no mínimo preconceituosa daqueles que insistem em combater as situações de violência com a utilização de mecanismos que operam no sentido contrário \_ de reprodução da violência.

No caso da cidade de Nova Iguaçu, como já vimos, as ações dos grupos de extermínio, há muito constituídos nessa região, se assomam às práticas das organizações do crime organizado. Na empresa que segue apresentaremos a evolução da mortalidade por homicídios com uso de armas de fogo na população jovem de ambos os sexos, segundo o local de residência.

### 3.3.1

#### **A evolução das taxas de mortalidade por homicídio da população jovem de Nova Iguaçu segundo local de residência**

A base de dados sobre mortalidade do Sistema de Informações de Mortalidade – SIM/DATASUS, do Ministério da Saúde tem sido considerada a mais confiável e segura fonte de dados sobre as diferentes causas de mortalidade. O sistema de dados do SIM/DATASUS é alimentado periodicamente pelas Secretarias Municipais de Saúde que repassam os dados de mortalidade coletados nos hospitais e nas declarações de óbito para as Secretarias Estaduais de Saúde que, por sua vez, repassam estes para o Ministério da Saúde, de acordo com as codificações estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde – OMS, conforme dispostas na chamada Classificação Internacional de Doenças – CID 10.

No entanto, convém esclarecer que o próprio Ministério da Saúde reconhece que os dados apresentam limitações quanto a fidedignidade do número de óbitos, tendo em vista o problema dos chamados Sub-registros; ou seja, a não declaração de um número significativo de óbitos.

O capítulo XX da Décima Classificação Internacional de Doenças – CID 10 dispõe sobre as causas externas de mortalidade e morbidade, onde estão enquadradas as seguintes categorias referentes à mortalidade por homicídio:

- ✓ W32 - Projétil de revólver
- ✓ W33 – Rifle / espingarda / armas de fogo de maior tamanho
- ✓ W34 - Projéteis de out armas de fogo e das n especificada
- ✓ X91 - Agressão por enforcamento / estrangulamento / sufocação
- ✓ X93 - Agressão por meio de disparo de arma fogo de mão
- ✓ X94 - Agressão por espingarda / carabina / arma de fogo maior calibre

- ✓ X95 - Agressão por outra arma de fogo / arma não especificada
- ✓ Y20 – Enforcamento / estrangulamento / sufocamento / intenção não determinada,
- ✓ Y22 - Disparo de pistola, intenção não determinada
- ✓ Y23 - Disparo de fuzil / carabina / arma maior calibre intenção não determinada,
- ✓ Y24 - Disparo de outra arma de fogo / arma de fogo não especificada e intenção não determinada.

De acordo com as Estatísticas Vitais do Sistema de Informações sobre Mortalidade da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, disponível no sítio da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, o município de Nova Iguaçu no período de 1999 a 2005 apresentou um comportamento flutuante no número da mortalidade por homicídios. No ano de 2000 esse tipo de causa morte aumentou sendo seguido por uma redução no ano seguinte que não foi acompanhada nos anos de 2002 e 2003, voltando a declinar nos anos posteriores<sup>63</sup>, sendo o grupo etário de 15 a 29<sup>64</sup> mais vitimizado por essa causa morte.

Os gráficos apresentados a seguir permitem analisar o total de óbitos ocorridos na cidade de Nova Iguaçu, segundo o total das causas de mortalidade especificadas na CID 10, nos grupos etários de 01 a 79 anos e mais, no período 1999 – 2005.

---

<sup>63</sup> Os dados referentes aos anos de 2004 e 2005 estão sujeitos a revisão.

<sup>64</sup> A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro não trabalha com a classificação etária da Organização Panamericana de Saúde (OPS) de 15 a 24 anos. Ele subdivide os grupos em 15 a 29 anos.

Gráfico 33

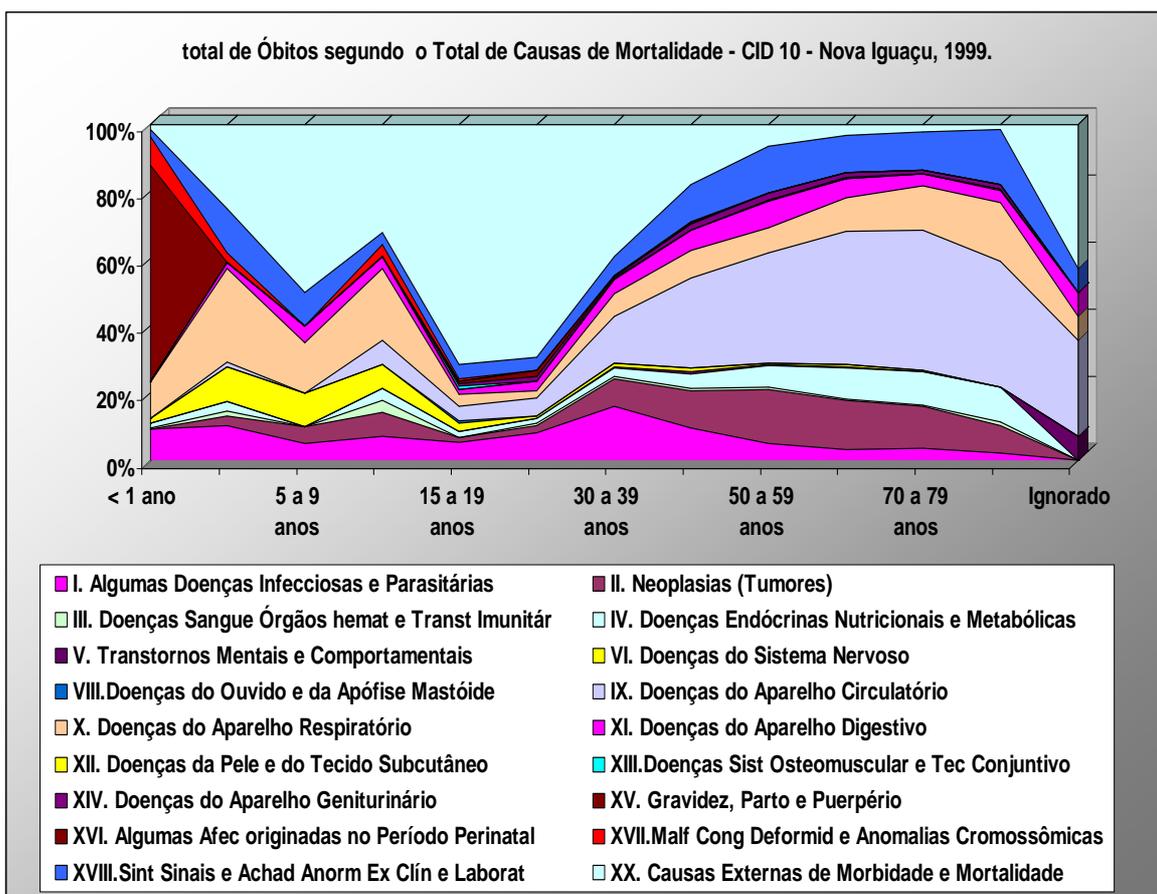


Gráfico 34

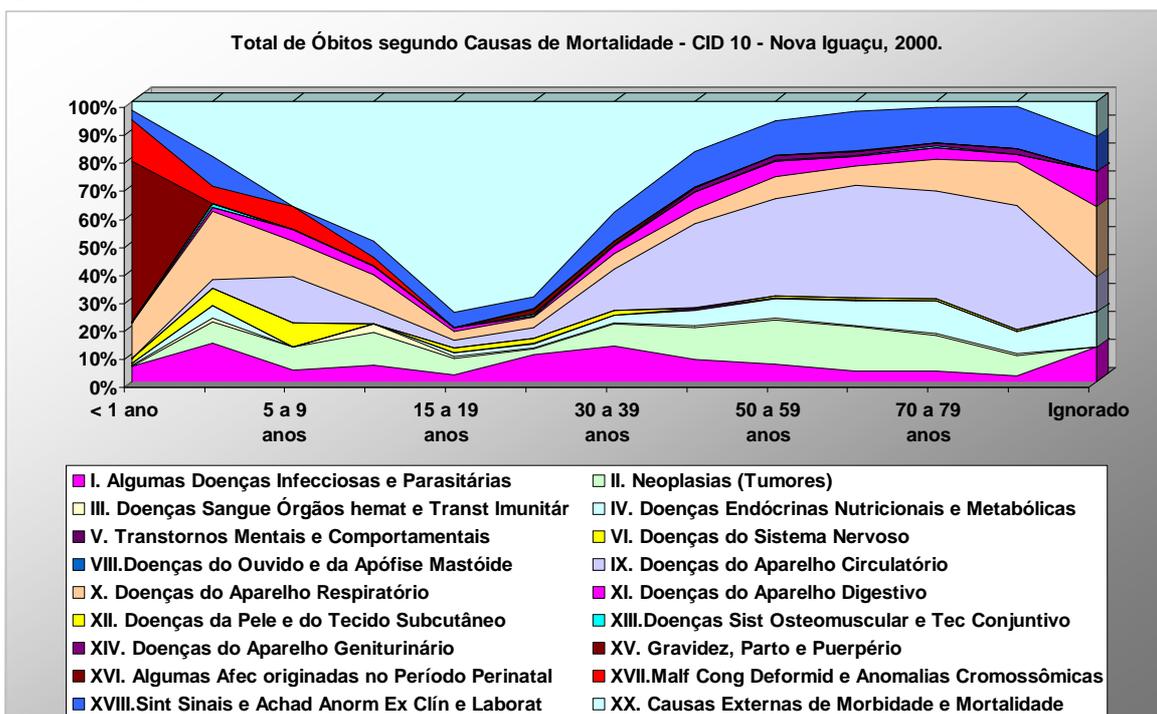
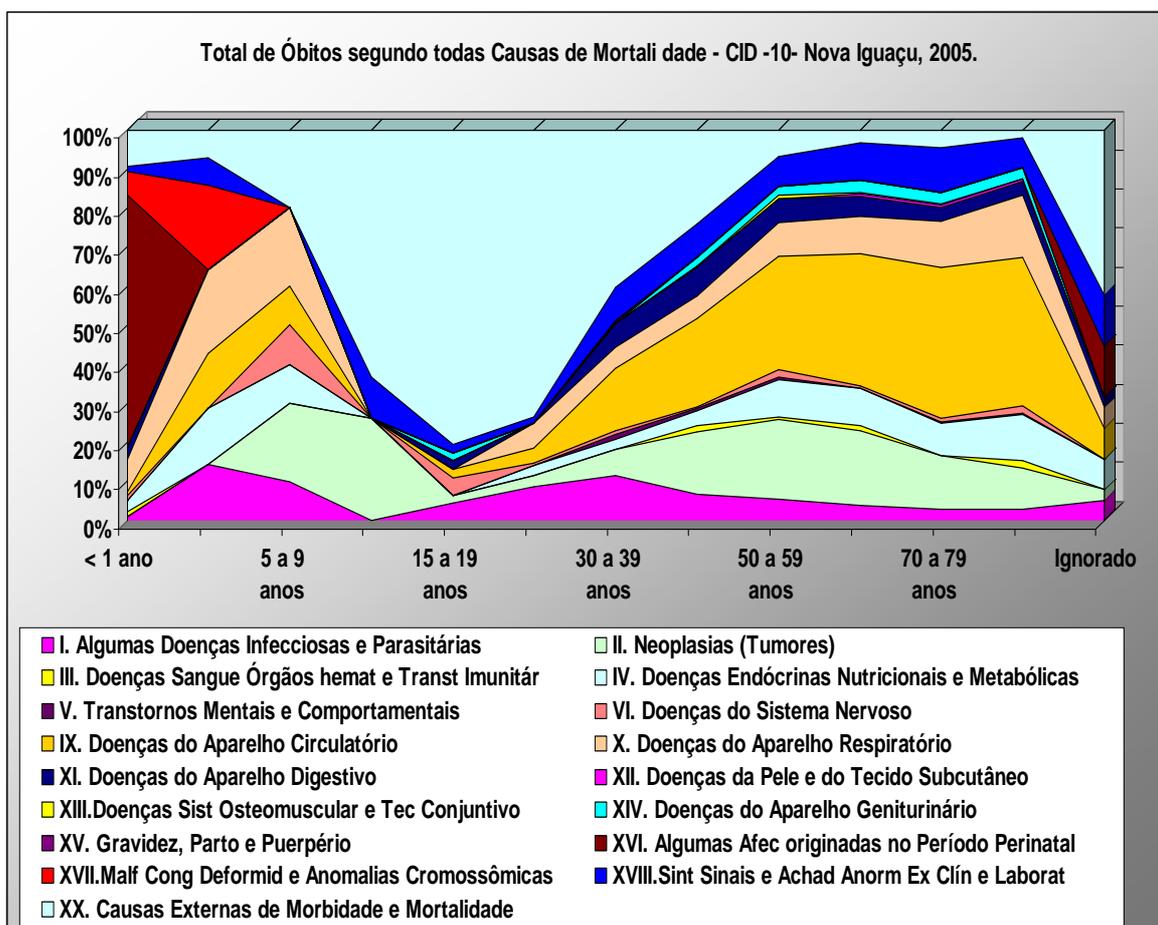






Gráfico 39



Quando desagregamos a mortalidade por causas externas para observarmos a mortalidade por homicídio da população total da cidade de Nova Iguaçu, segundo os seus respectivos sexos, no período compreendido entre 1999 – 2005, observa-se que a taxa de mortalidade no grupo masculino é expressivamente maior do que a taxa verificada na população feminina em todos os grupos etários, conforme podemos observar nos gráficos seguintes.

Gráfico 40

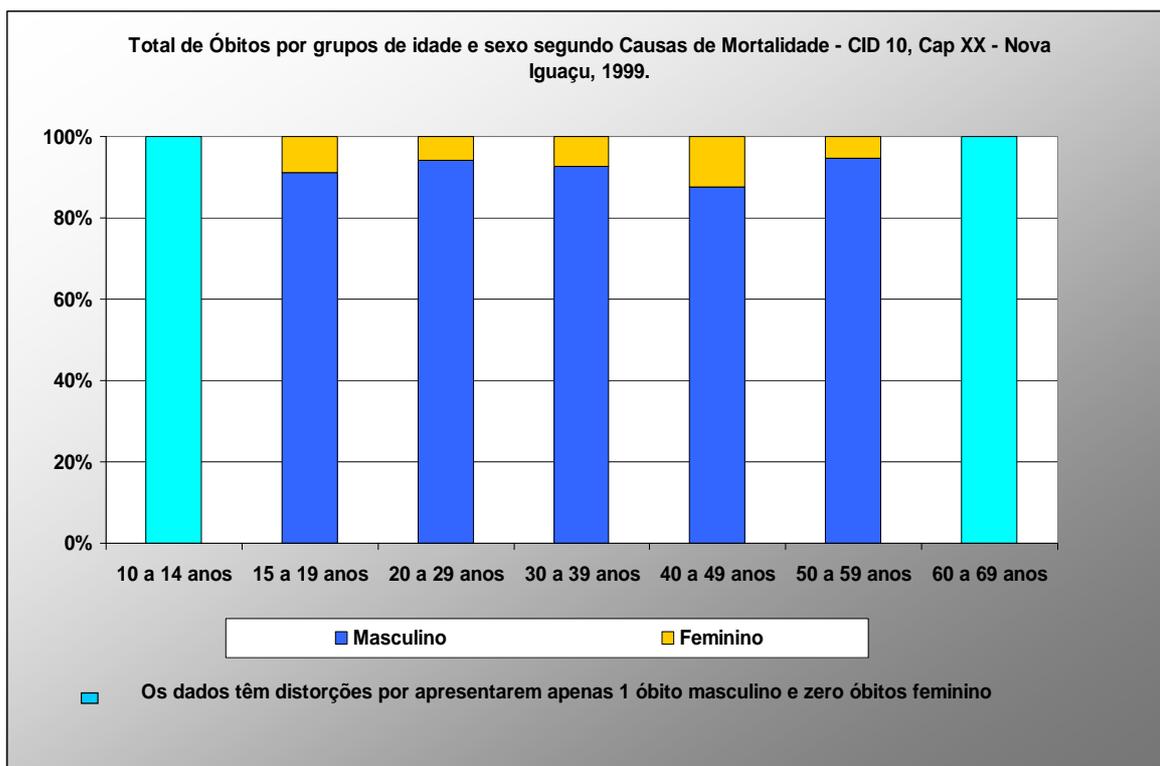
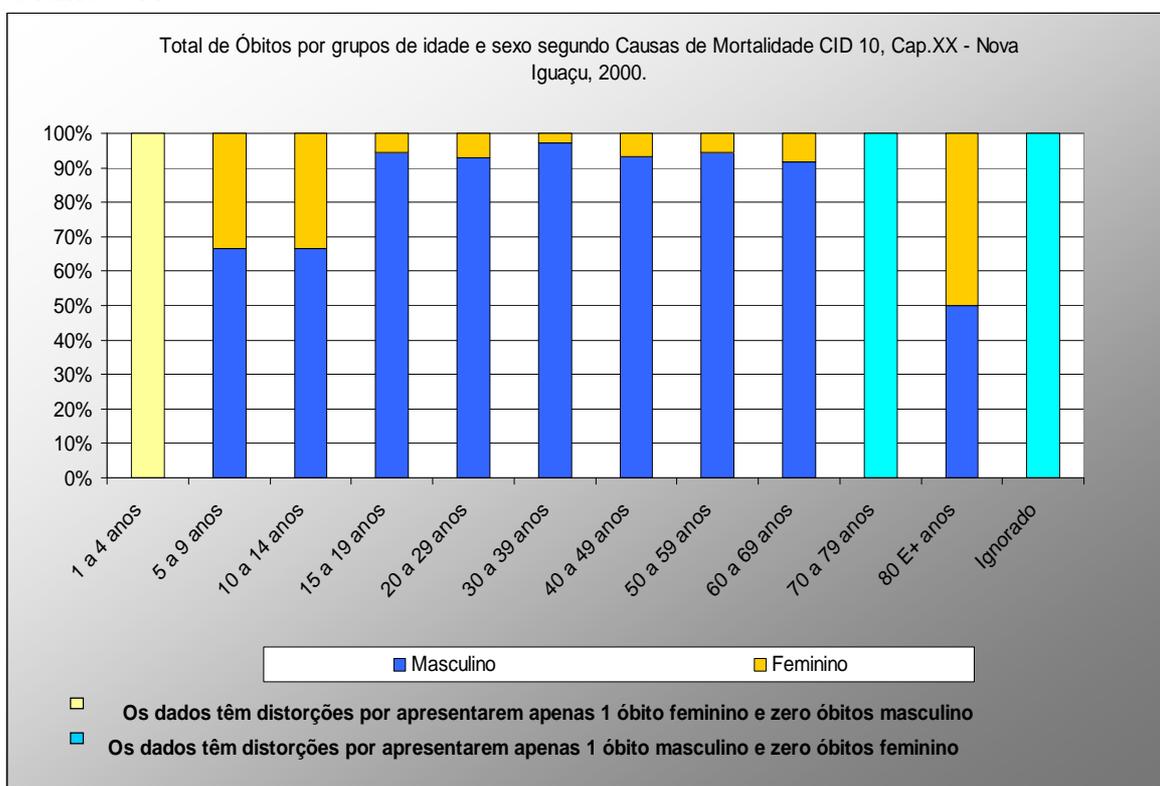
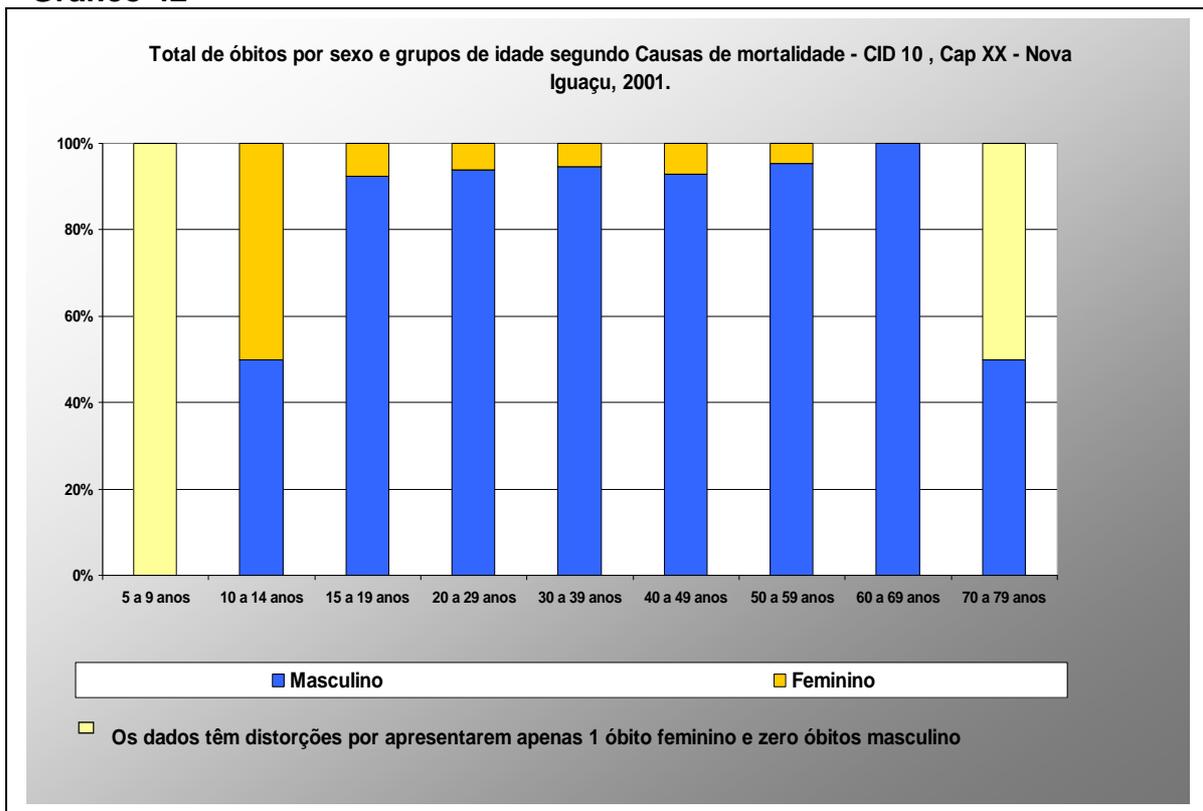


Gráfico 41



**Gráfico 42**



**Gráfico 43**

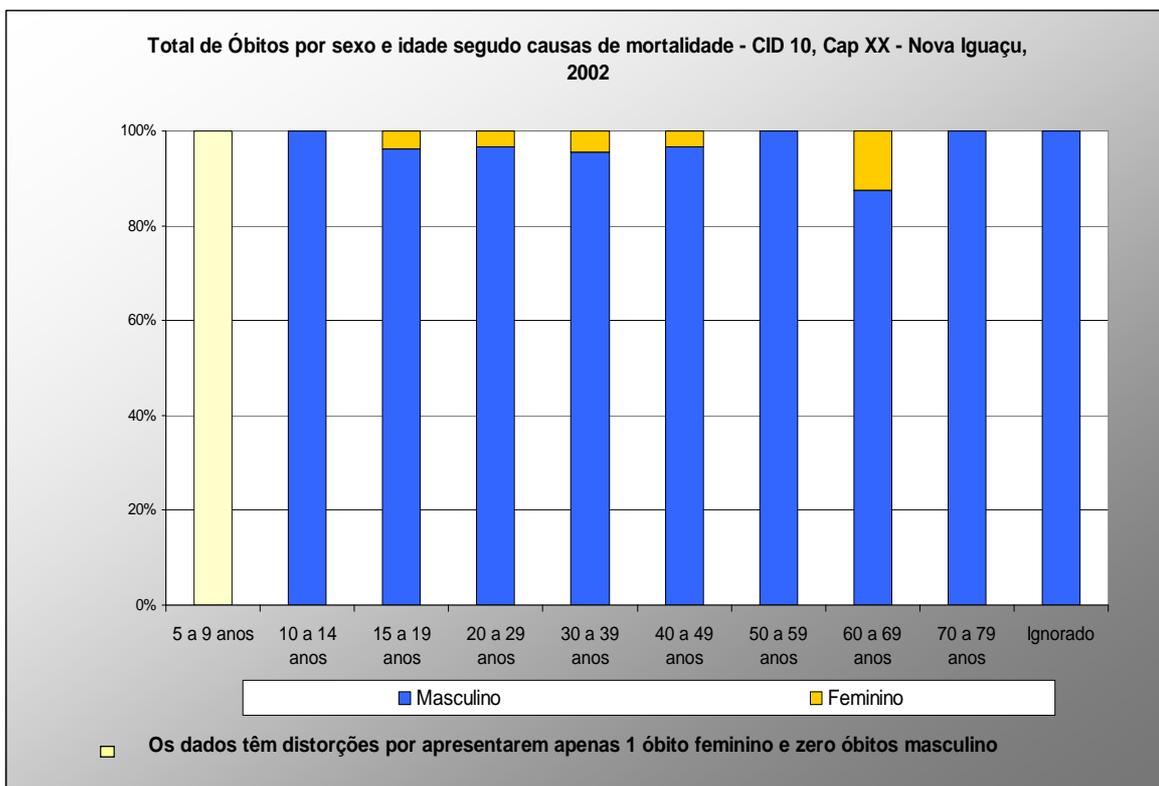


Gráfico 44

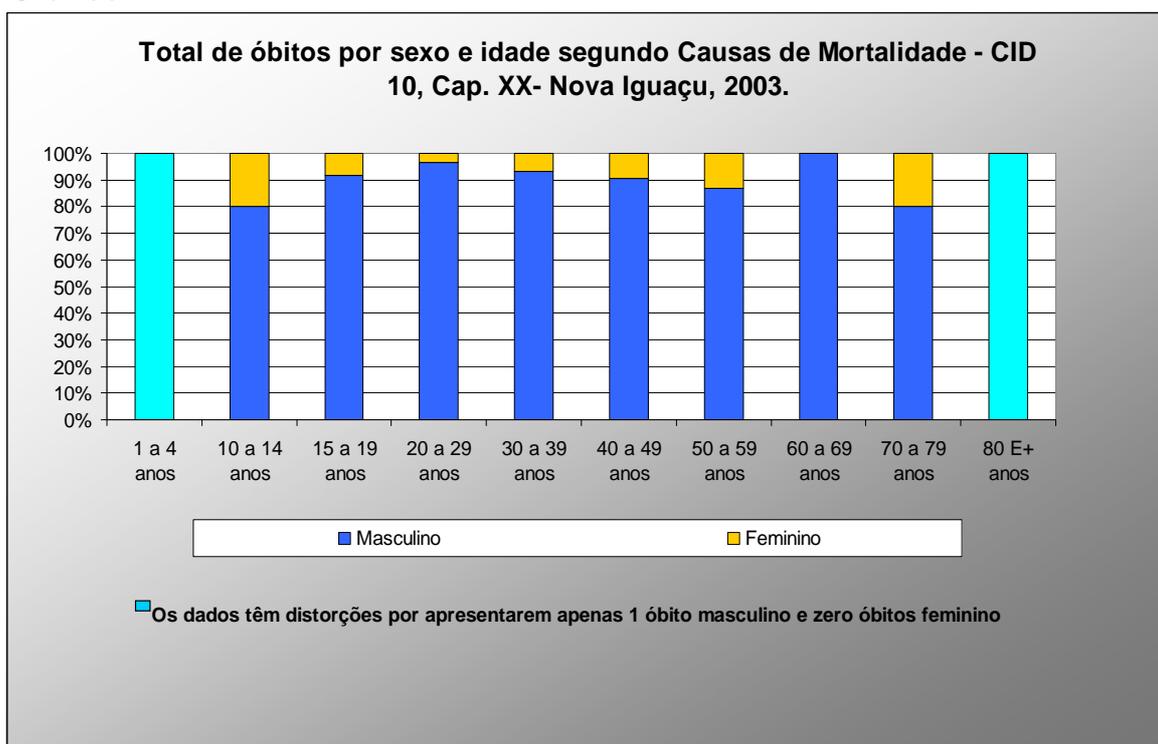
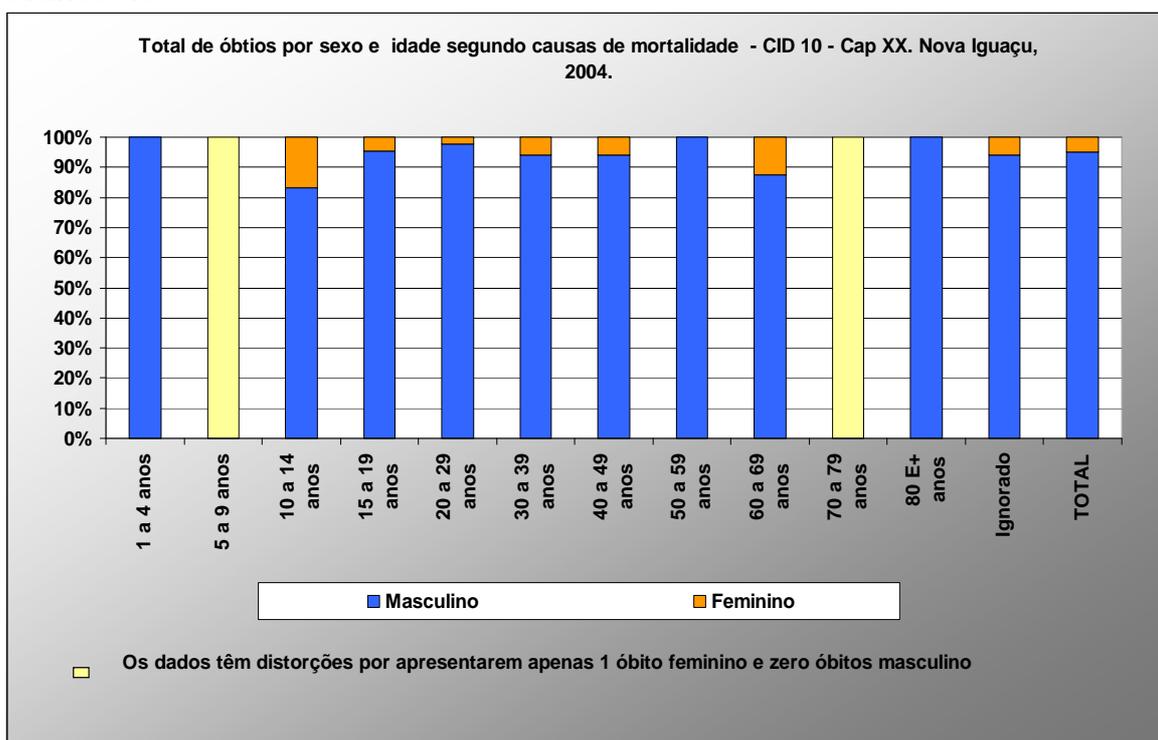
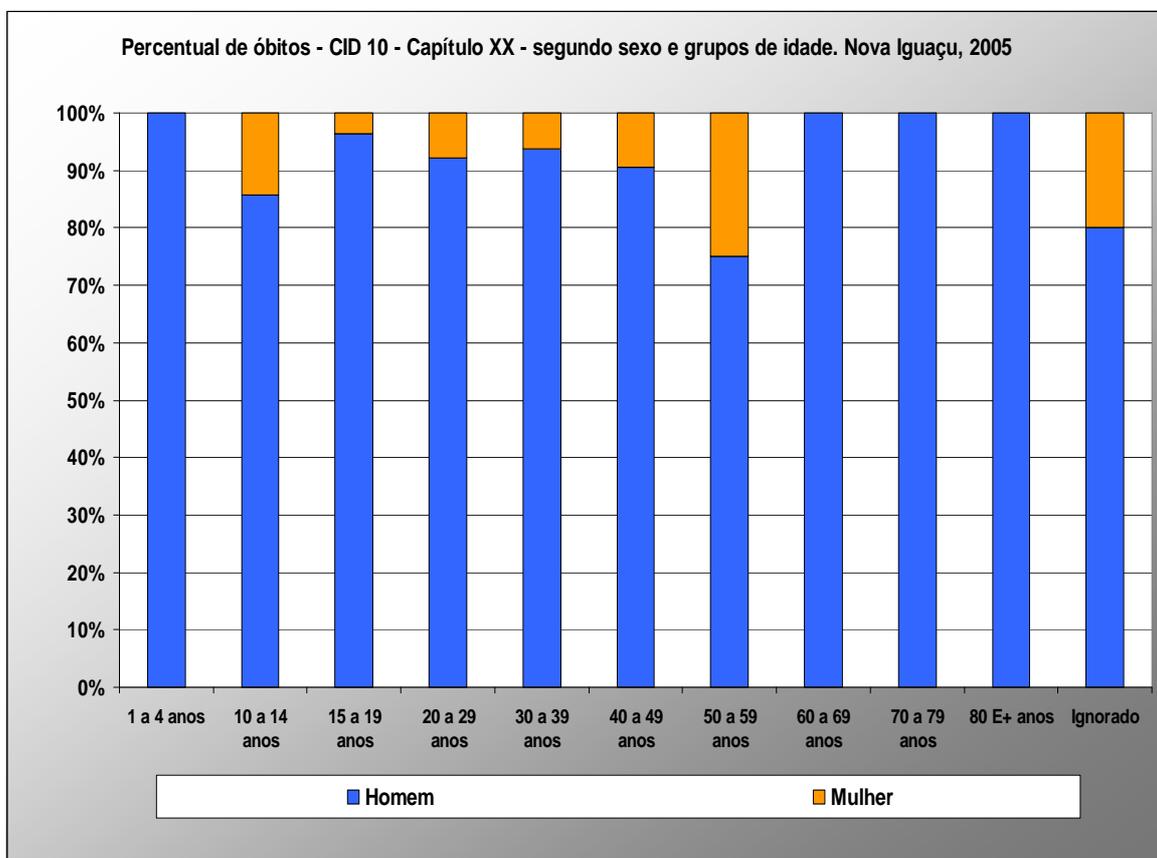


Gráfico 45



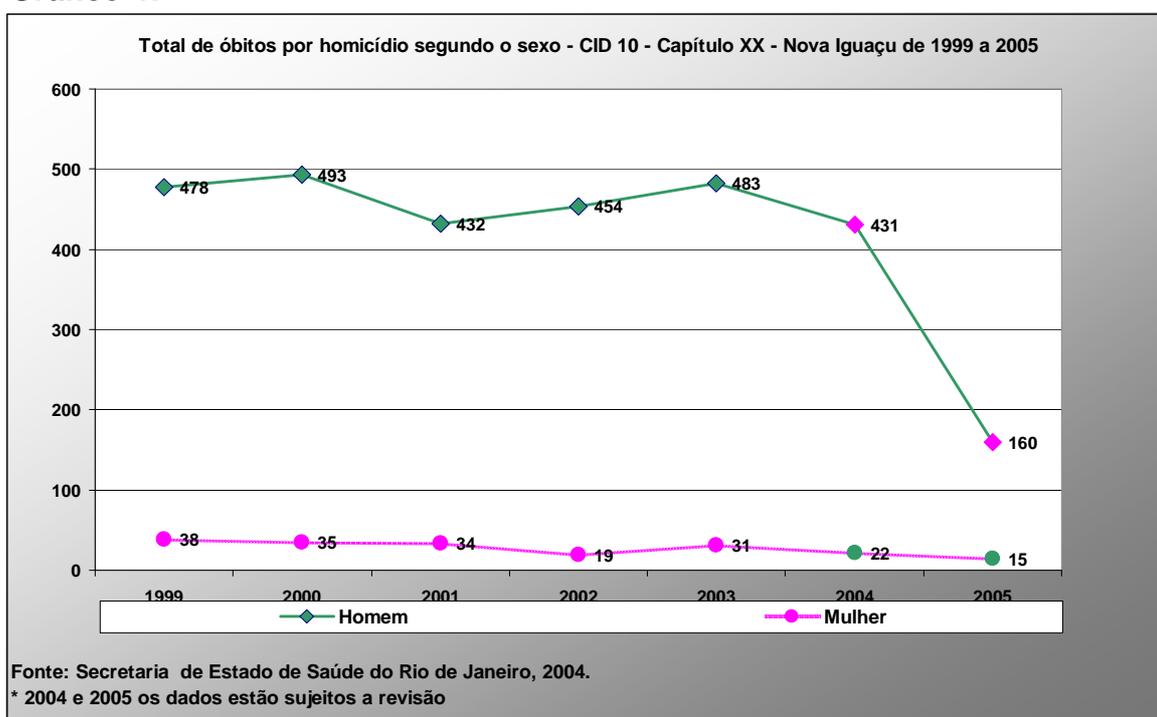
**Gráfico 46**

No período compreendido, a mortalidade da população de 15 a 29 anos no total das mortes por homicídio representou aproximadamente 62,9% das mortes verificadas e declaradas. Entretanto, ao desagregarmos por sexo, vemos que 60,5% concentrou-se na população masculina e 2,4% na população feminina.

Convém destacar ainda, que se no grupo etário do sexo masculino a tendência da mortalidade por homicídio não diferiu da tendência geral de flutuação apresentada pelo município por esta causa morte; já no grupo feminino o que se verificou foi o contrário. De 1999 até 2001 houve uma certa estabilidade,

com queda acentuada de 2001 para 2002 e incremento no período 2002 – 2003, voltando a apresentar queda nos anos consecutivos, conforme observa-se no gráfico abaixo.

**Gráfico 47**



Analisando-se ainda os anos de escolaridade do total de óbitos por homicídios, verifica-se que, exclusive o ano de 1999, os mais vitimizados são aqueles que possuem entre 4 e 7 anos de estudo, ou seja, o ensino fundamental incompleto. Observe os gráficos a seguir.

GRÁFICO 48

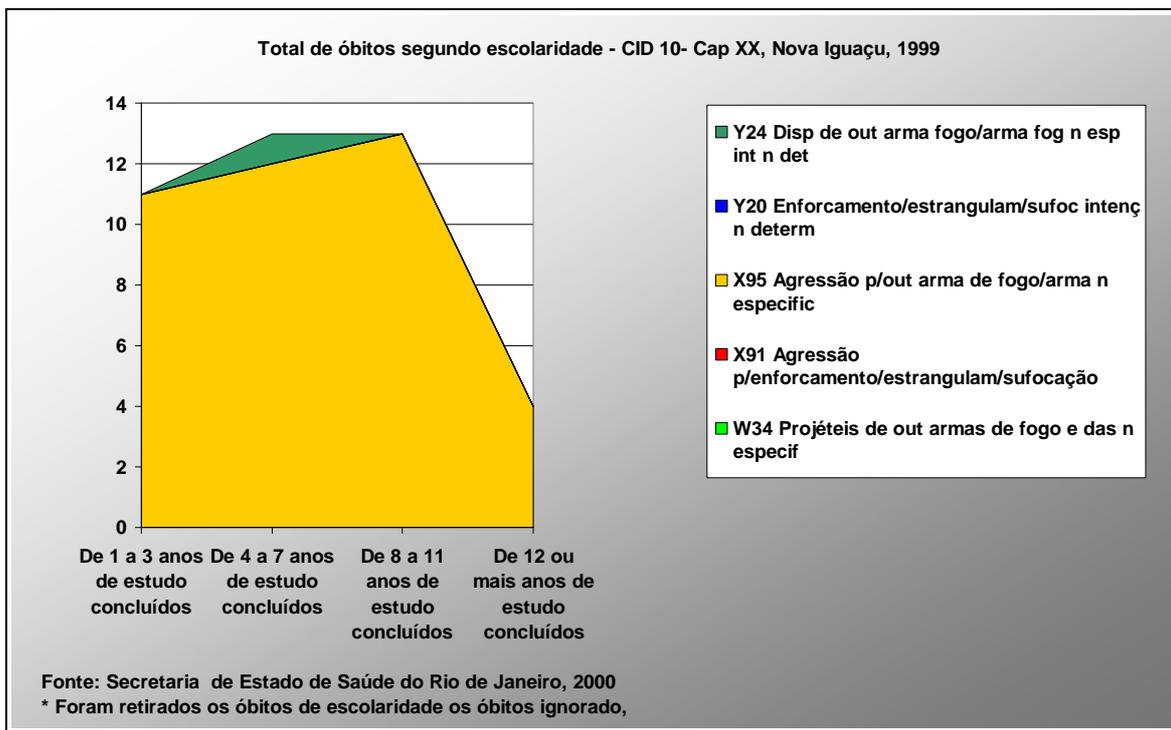


GRÁFICO 49

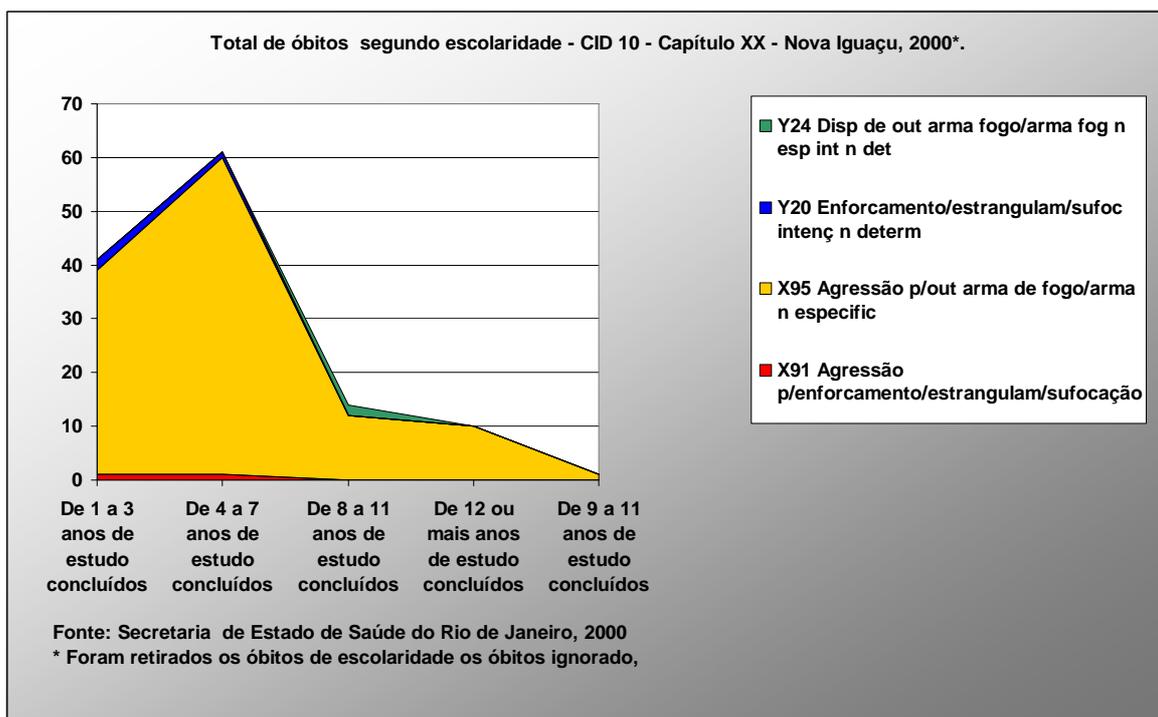


GRÁFICO 50

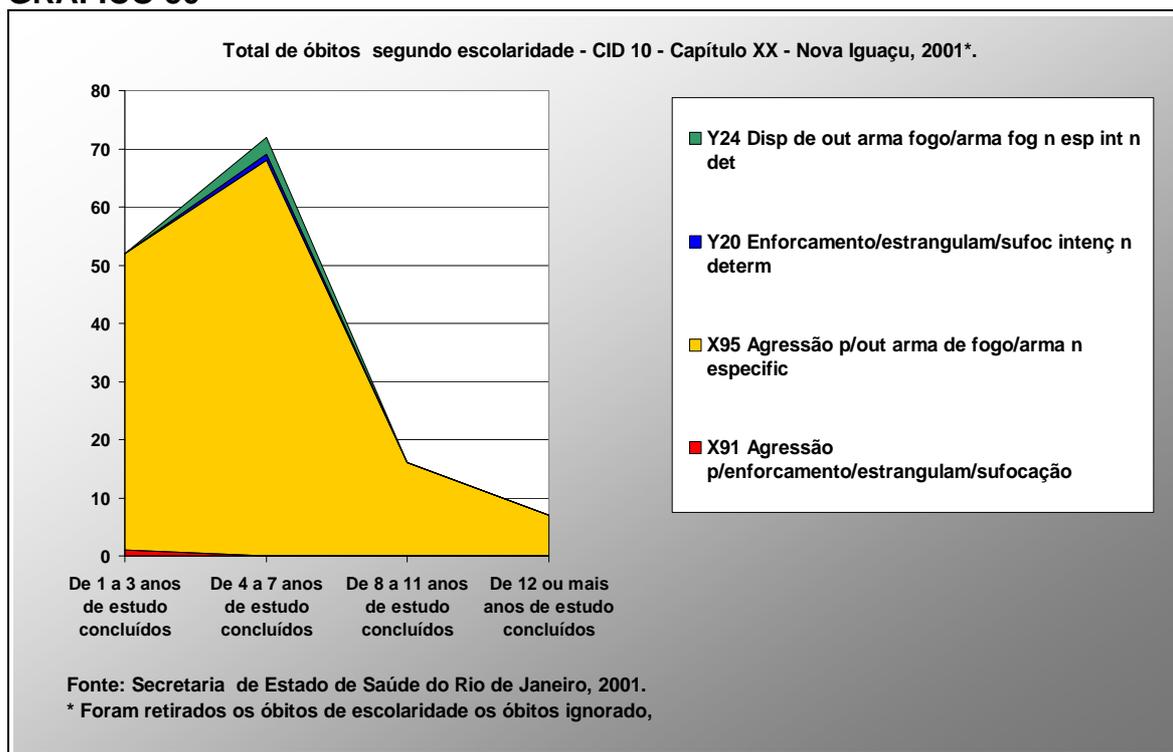


GRÁFICO 51

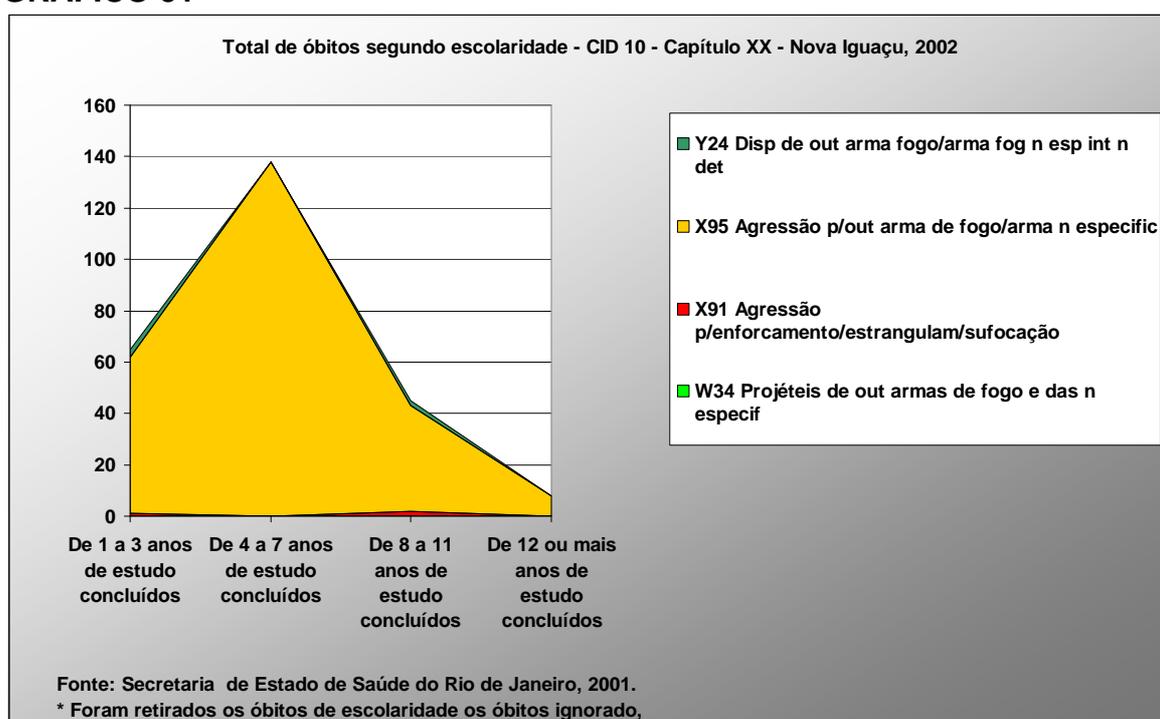


GRÁFICO 52

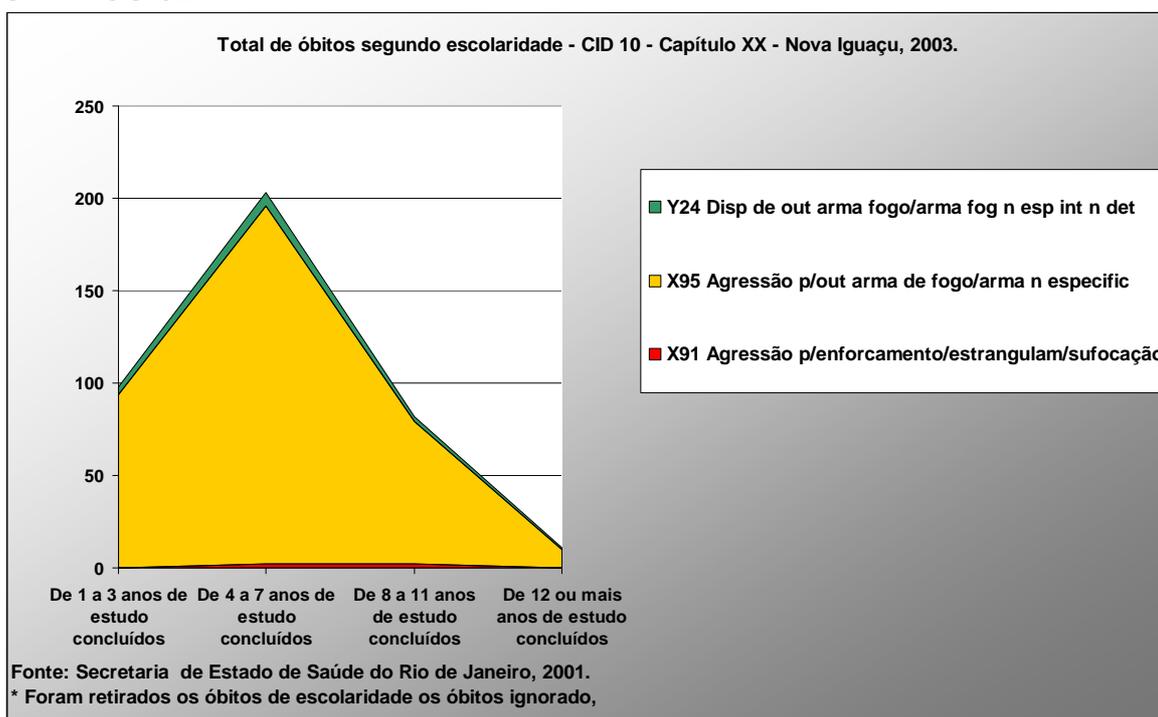


GRÁFICO 53

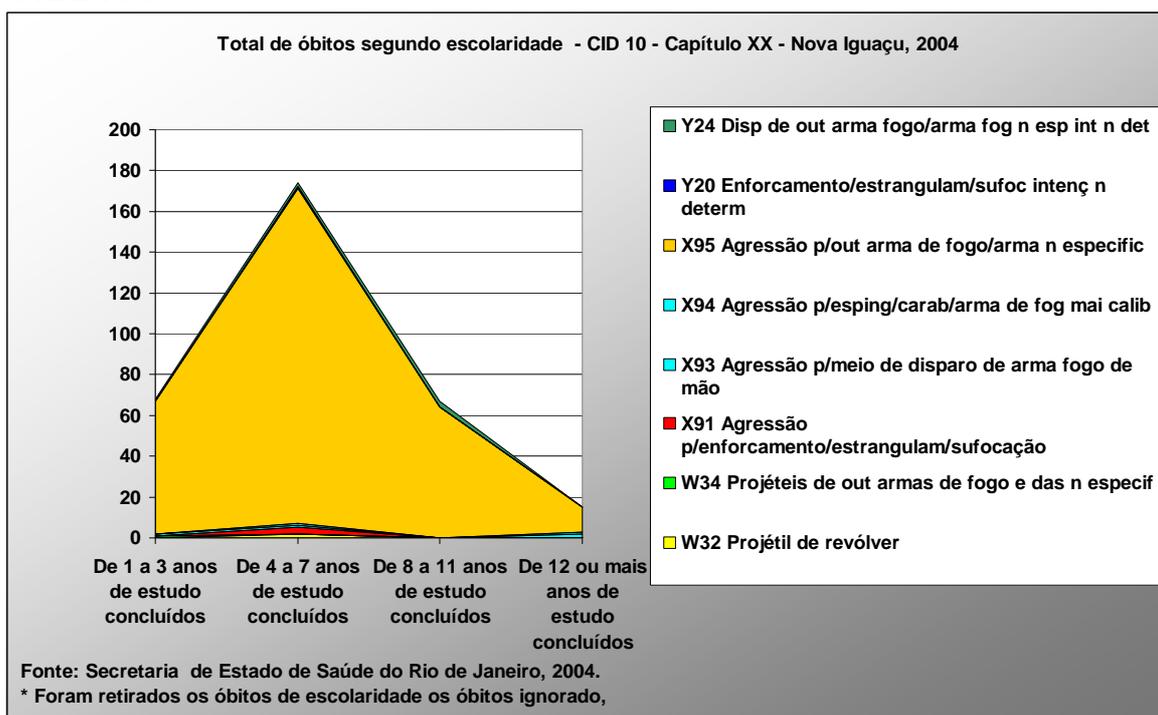
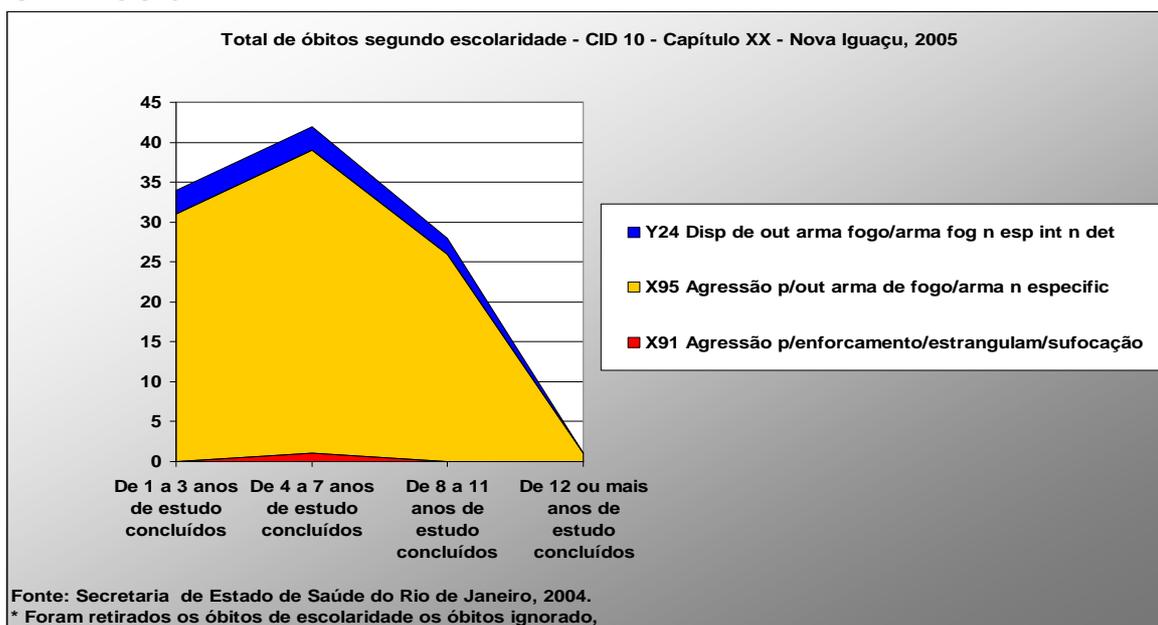


GRÁFICO 54



Nas tabelas abaixo ainda pode-se observar a distribuição dos dados absolutos e relativos da mortalidade por todas as causas, da mortalidade por causas externas na população total e da mortalidade por homicídios na população total e do sexo masculino de 15 a 29 anos.

<b>Quadro 3 - Dados Absolutos da Mortalidade na Cidade de Nova Iguaçu no período 1999-2005</b>					
<b>ANO DOS ÓBITOS</b>	<b>TODAS AS CAUSAS DE MORTALIDADE NA POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE NA POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO DE 15 A 29 ANOS</b>	<b>HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO MASCULINA DE 15 A 29 ANOS</b>
1999	6472	941	513	287	268
2000	6355	952	524	314	294
2001	5451	843	464	274	256
2002	5411	848	473	295	285
2003	5552	848	514	312	298
2004	5677	827	452	232	225
2005	2064	337	160	90	84
<b>TOTAL</b>	<b>36982</b>	<b>5596</b>	<b>3100</b>	<b>1804</b>	<b>1710</b>

<b>Quadro 4 - Percentuais da Mortalidade por Causas Externas e por Homicídio (segundo as categoriais mencionadas no início da seção) na cidade de Nova Iguaçu no período 1999-2005</b>					
<b>ANO DOS ÓBITOS</b>	<b>TODAS AS CAUSAS DE MORTALIDADE NA POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>PERCENTUAL DE ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE NA POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>PERCENTUAL DE HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>PERCENTUAL DE HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO DE 15 A 29 ANOS</b>	<b>PERCENTUAL DE HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO MASCULINA DE 15 A 29 ANOS</b>
<b>1999</b>	100	14,5	54,5	55,9	93,4
<b>2000</b>	100	14,9	55	59,9	93,6
<b>2001</b>	100	15,5	55	59	93,4
<b>2002</b>	100	15,7	55,8	62,4	96,6
<b>2003</b>	100	15,3	60,6	60,7	95,5
<b>2004</b>	100	14,6	54,6	51,3	97
<b>2005</b>	100	16,3	47,5	56,2	93,3
<b>TOTAL</b>	100	15,1	55,4	58,2	95

Os dados acima reiteram a necessidade do poder público municipal, das organizações não-governamentais e da sociedade civil pensarem em programas, projetos e políticas em caráter de urgência, voltadas à superação da incidência da violência, em especial, da violência letal que tem vitimizado de forma cruel e brutal os nossos jovens, sobretudo do sexo masculino.

### **3.4.**

#### **Espacialização dos indicadores para caracterização das juventudes de Nova Iguaçu segundo a tipologia obtida no capítulo 2**

Ao se desagregar os indicadores referentes às condições socio-econômicas dos jovens, segundo os seus respectivos tipos, é possível ver que há variações significativas.

A superposição dos indicadores selecionados para a caracterização das juventudes a tipologia obtida no capítulo 2, revela o quanto as condições de vulnerabilidade estão imbricadas às desigualdades sócio-espaciais verificadas no espaço intra-urbano da cidade de Nova Iguaçu. As tabelas abaixo apresentam a síntese do comportamento dos indicadores nos respectivos tipos.

Pelas tabelas nota-se que as condições de maiores vulnerabilidades estão bem próximas aos grupos de cor/raça preta e parda conforme definição do IBGE, aqui chamada de afro-descendentes. Outro aspecto a ser ressaltado é de que os indicadores de renda média familiar per capita e rendimento médio familiar foram cotejados com os demais indicadores utilizados na caracterização das juventudes de Nova Iguaçu.

Tabela 14

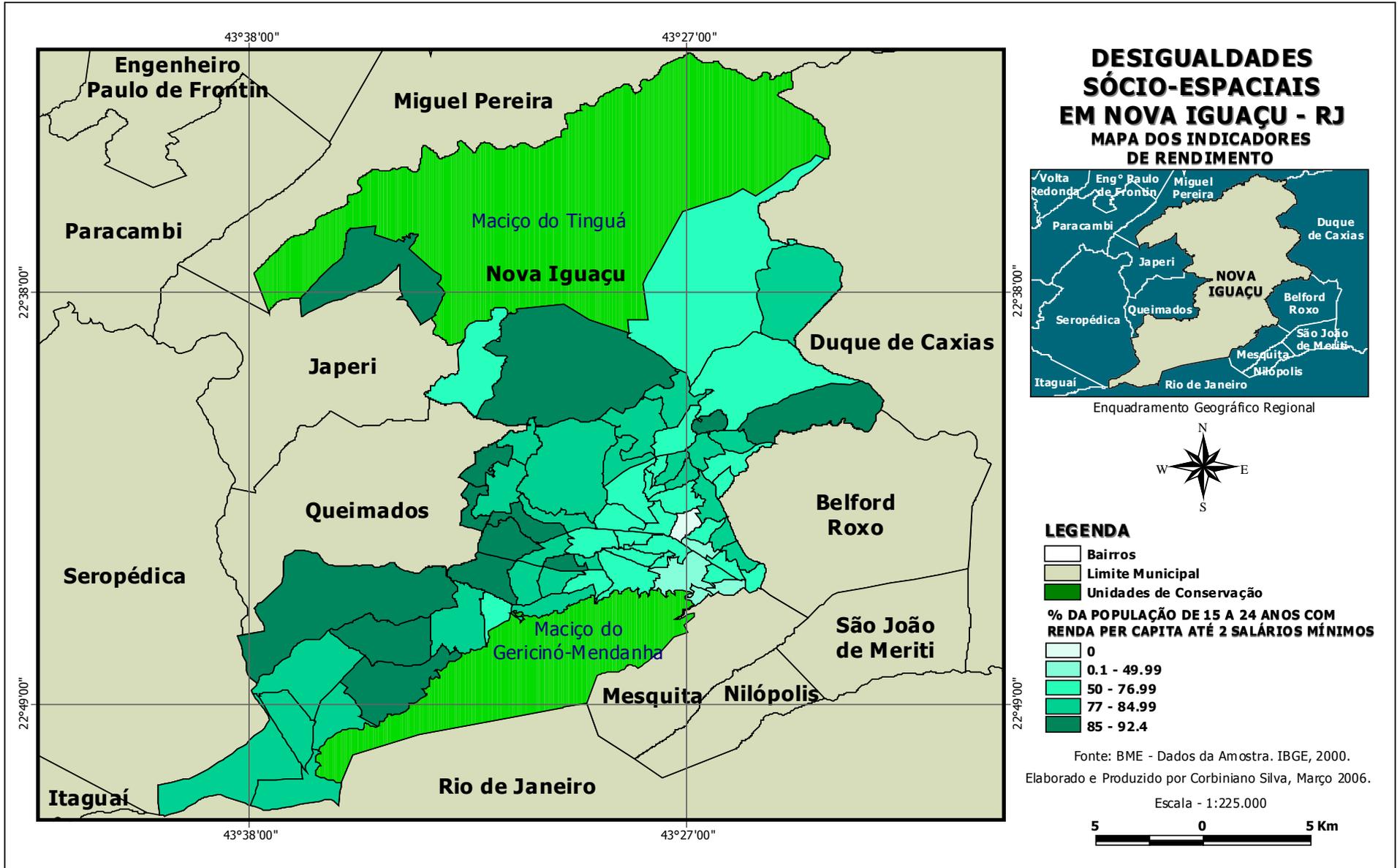
INDICADORES		TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 5
<b>ASPECTOS GERAIS</b>	% População de 15 a 24 anos	8,7	17,4	37,5	33,2	3,2
	% População de 15 a 24 anos Preta e Parda	37,2	51,3	57,9	61	56,8
<b>CONDIÇÃO NA FAMÍLIA</b>	% População de 15 a 24 anos Responsável pela Família	6,7	9,3	12	13	14,7
	% População de 15 a 24 anos com um ou mais filhos	18,86	25,99	34,2	40,1	48

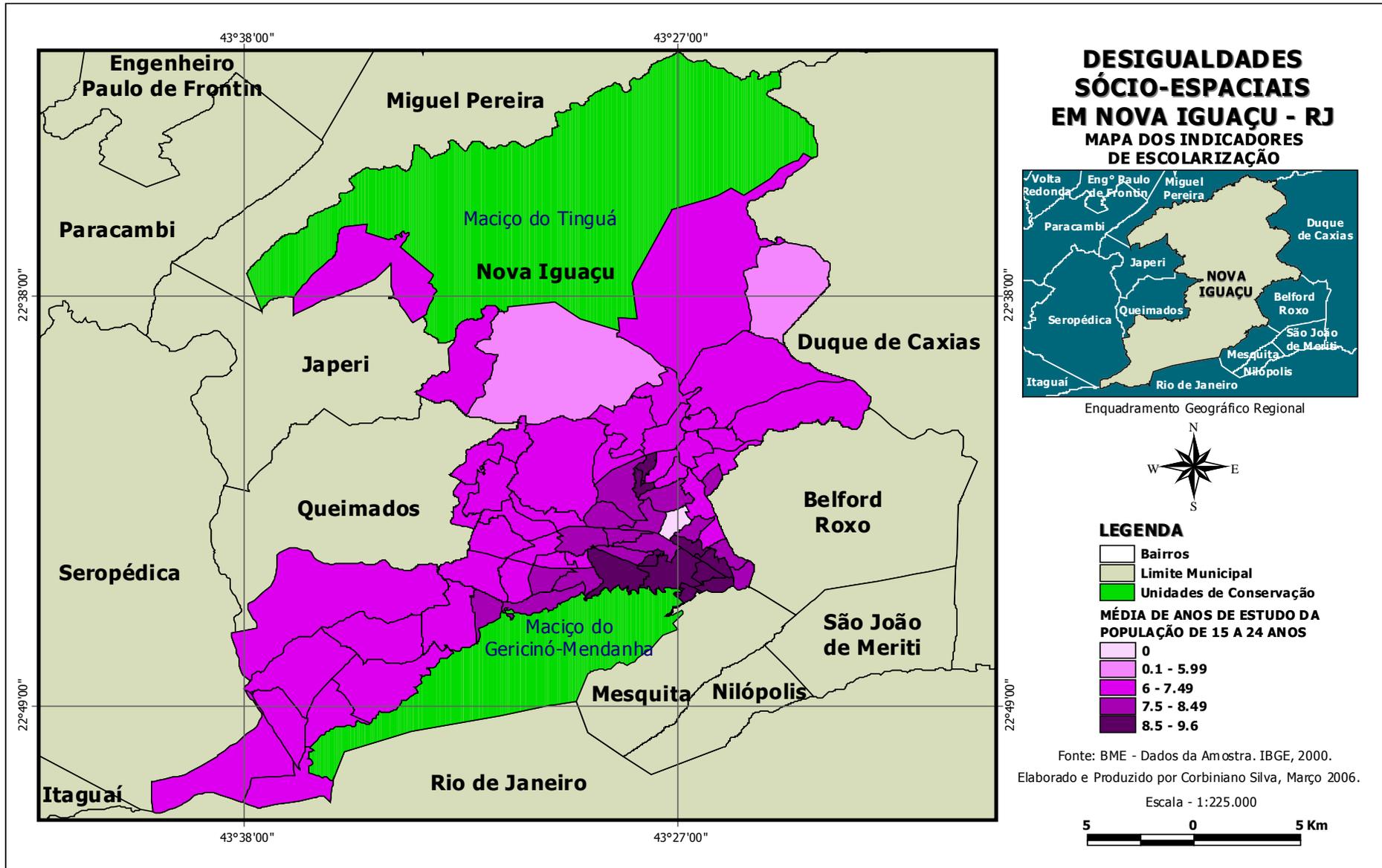
Fonte: Banco Multidimensional de Estatísticas - Censo Demográfico 2000 / Dados da Amostra

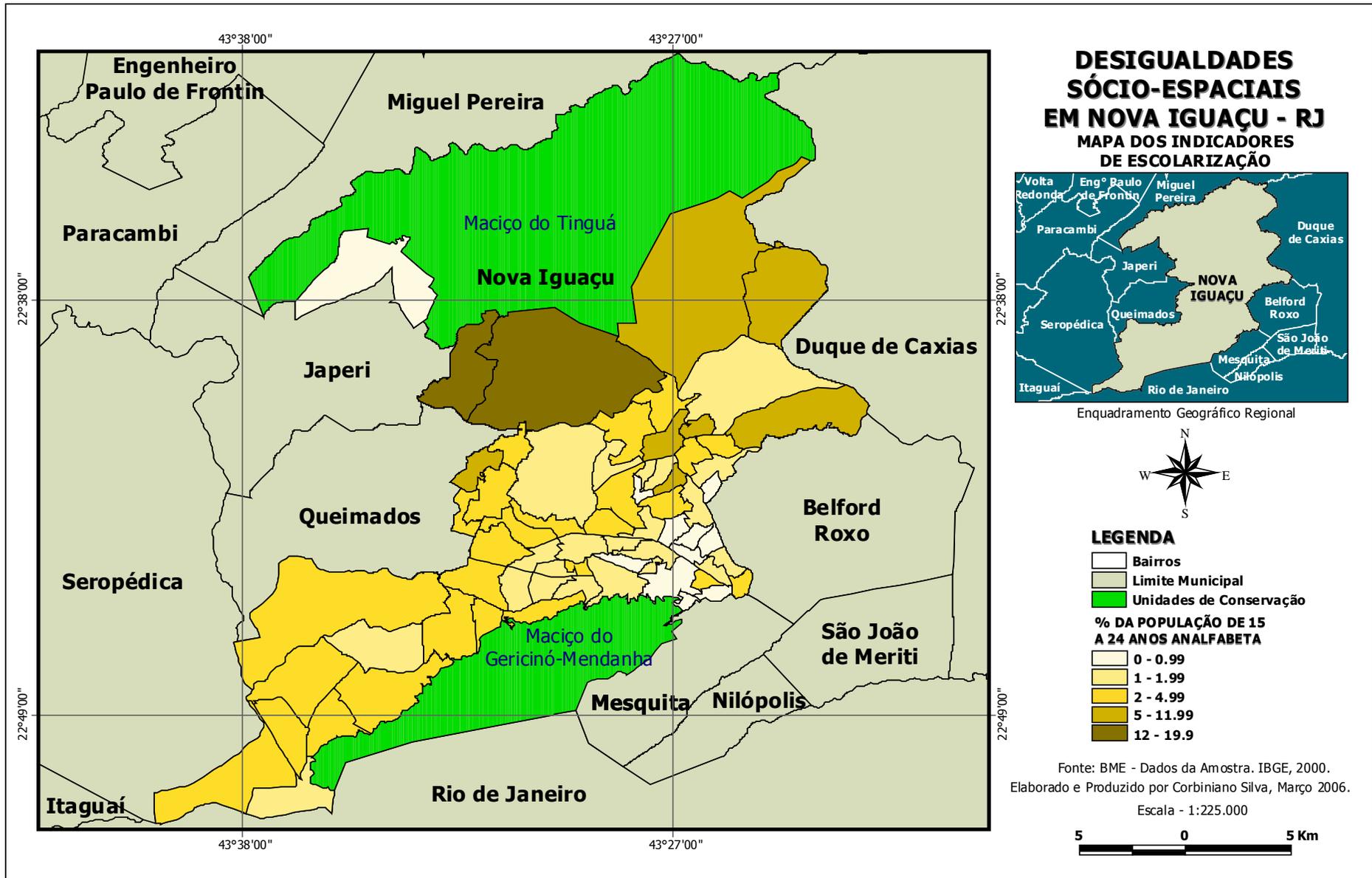
INDICADORES		TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 5
<b>RENDIMENTO E PEA</b>	Renda Média Familiar Per Capita (R\$)	532,53	322,27	216,75	193,56	170,4
	Rendimento Médio Familiar (R\$)	1445,09	924,55	646,25	571,13	482,07
	% População de 15 a 24 anos com Renda Per Capita até 2 S/M	49,7	68,6	82,6	85,7	86,4
	% PEA de 15 a 24 anos	7,8	17,4	37,5	33,9	2,9
	Média de anos de estudo da PEA de 15 a 24 anos	9,2	8,4	7,5	6,7	6,4
<b>ESCOLARIZAÇÃO</b>	Média de anos de estudo da população de 15 a 24 anos	9	8,2	7,4	7,1	6,2
	% da população de 15 a 24 anos analfabeta	0,8	1,1	2,3	2,9	5,1
	% População de 15 a 24 anos Não Ocupada e Não Estudante	20,4	25,5	30,6	32,8	39,2

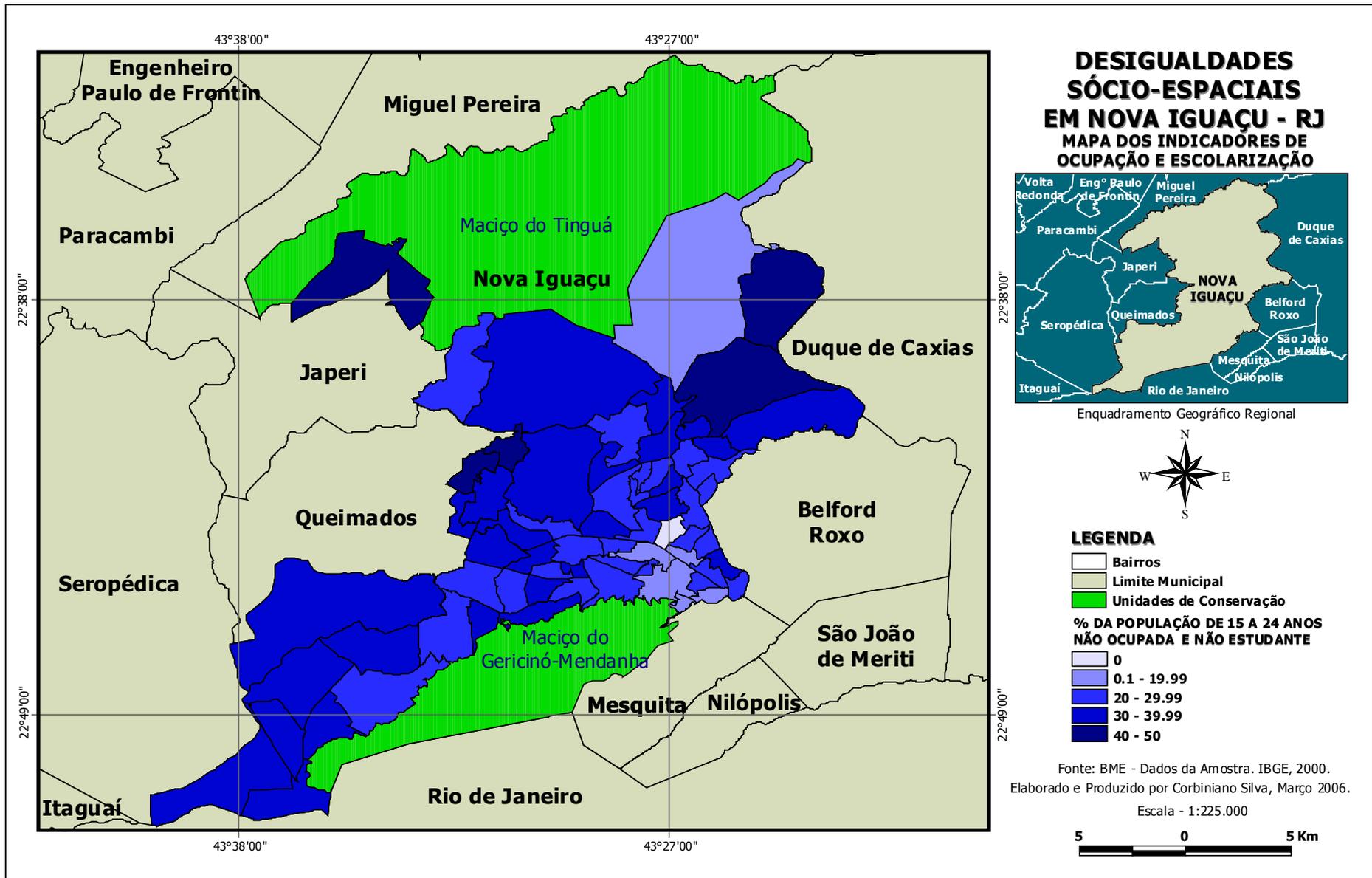
Fonte: Banco Multidimensional de Estatísticas - Censo Demográfico 2000 / Dados da Amostra

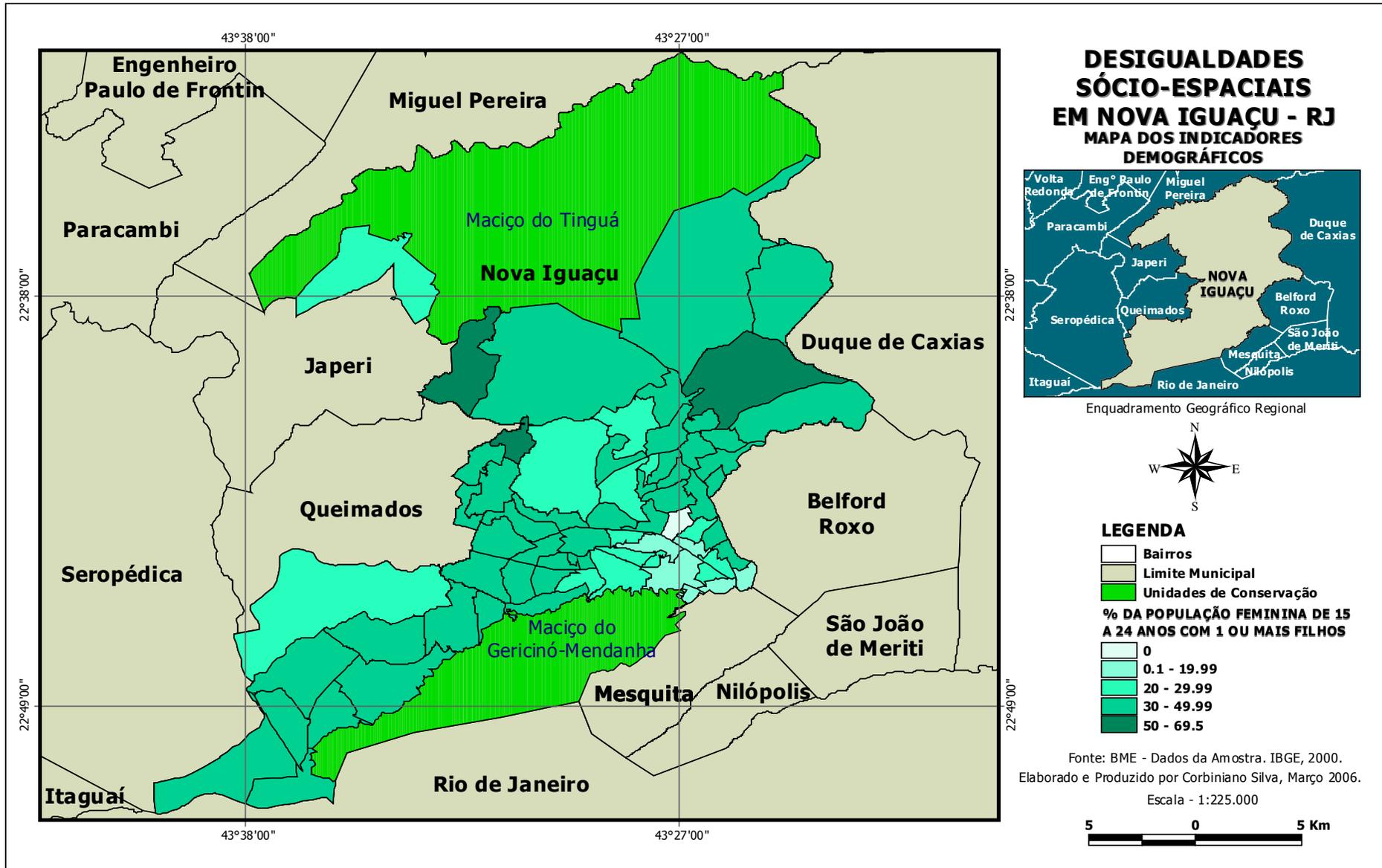
O conjunto dos mapas a seguir permite visualizar espacialmente o representado na tabela acima, ou seja, a distribuição dos indicadores no conjunto a partir de uma abordagem espacial.

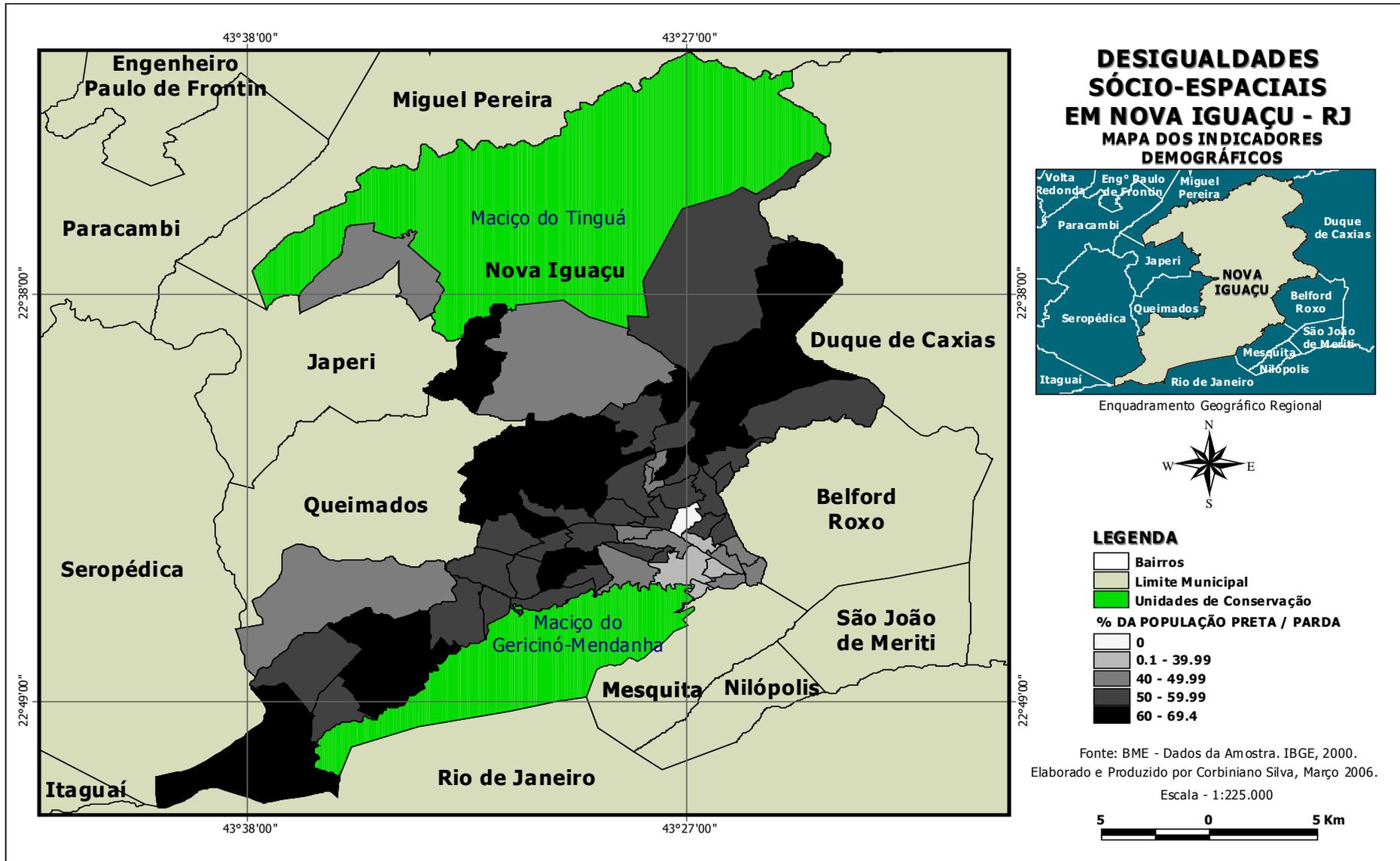


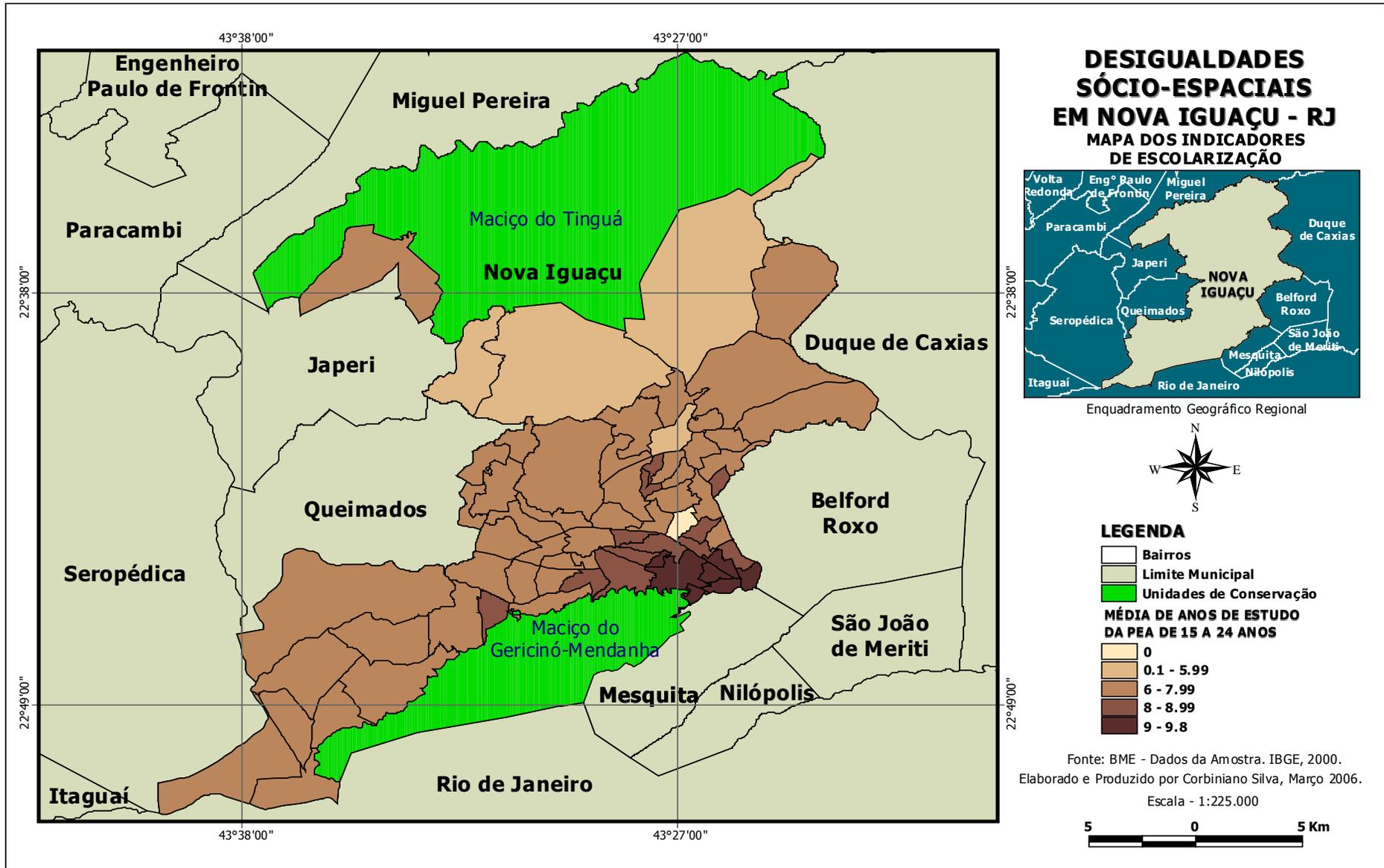


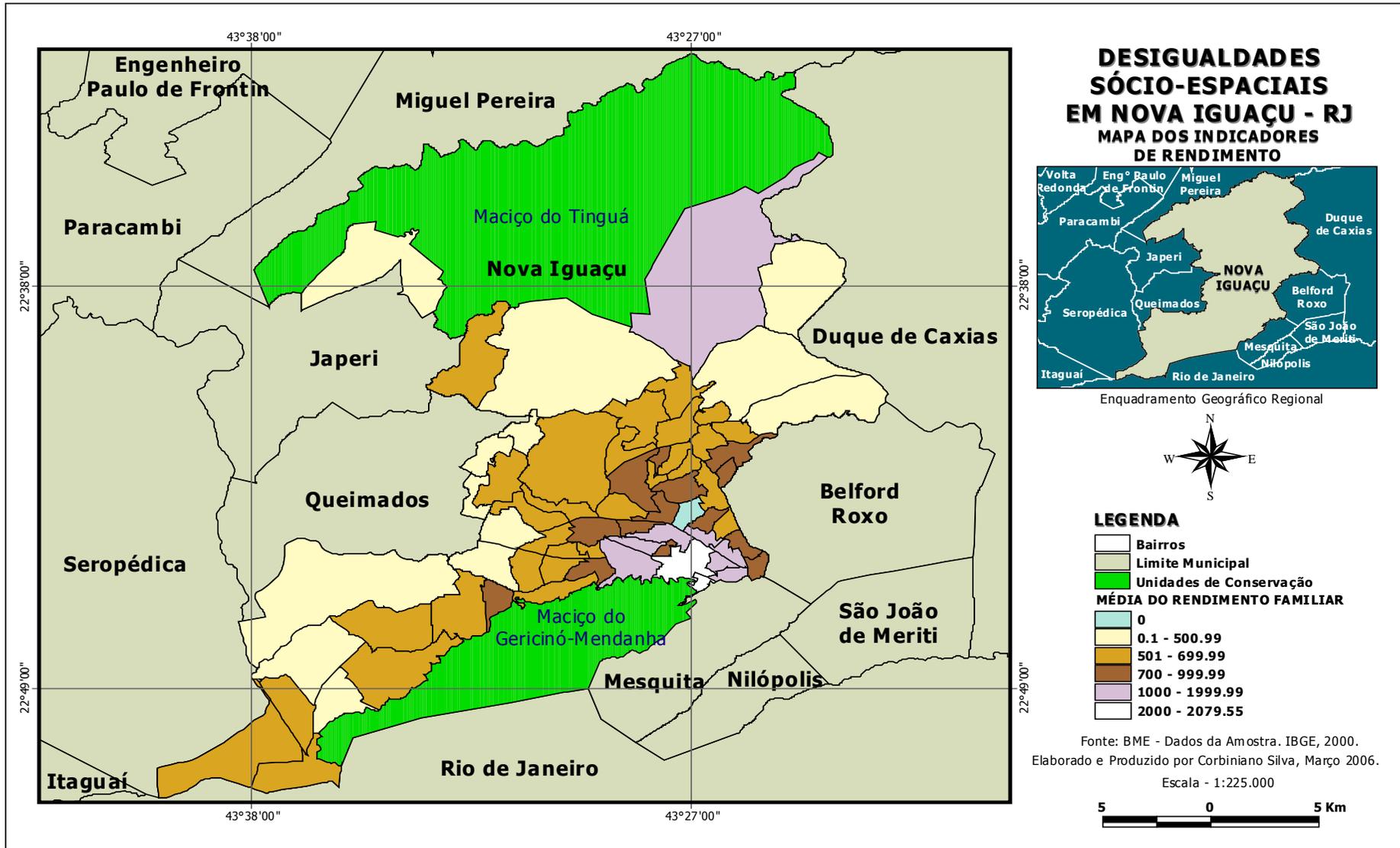


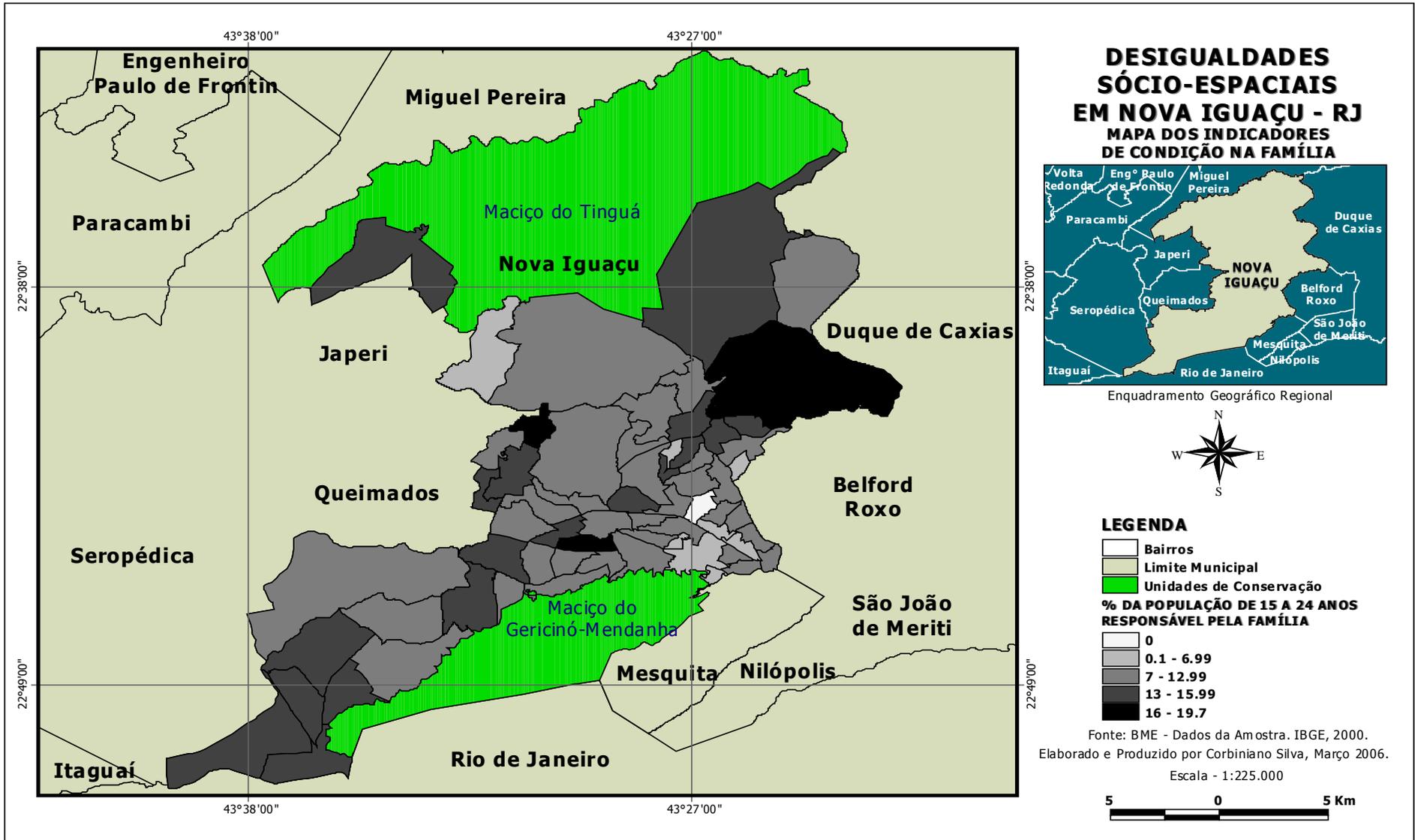


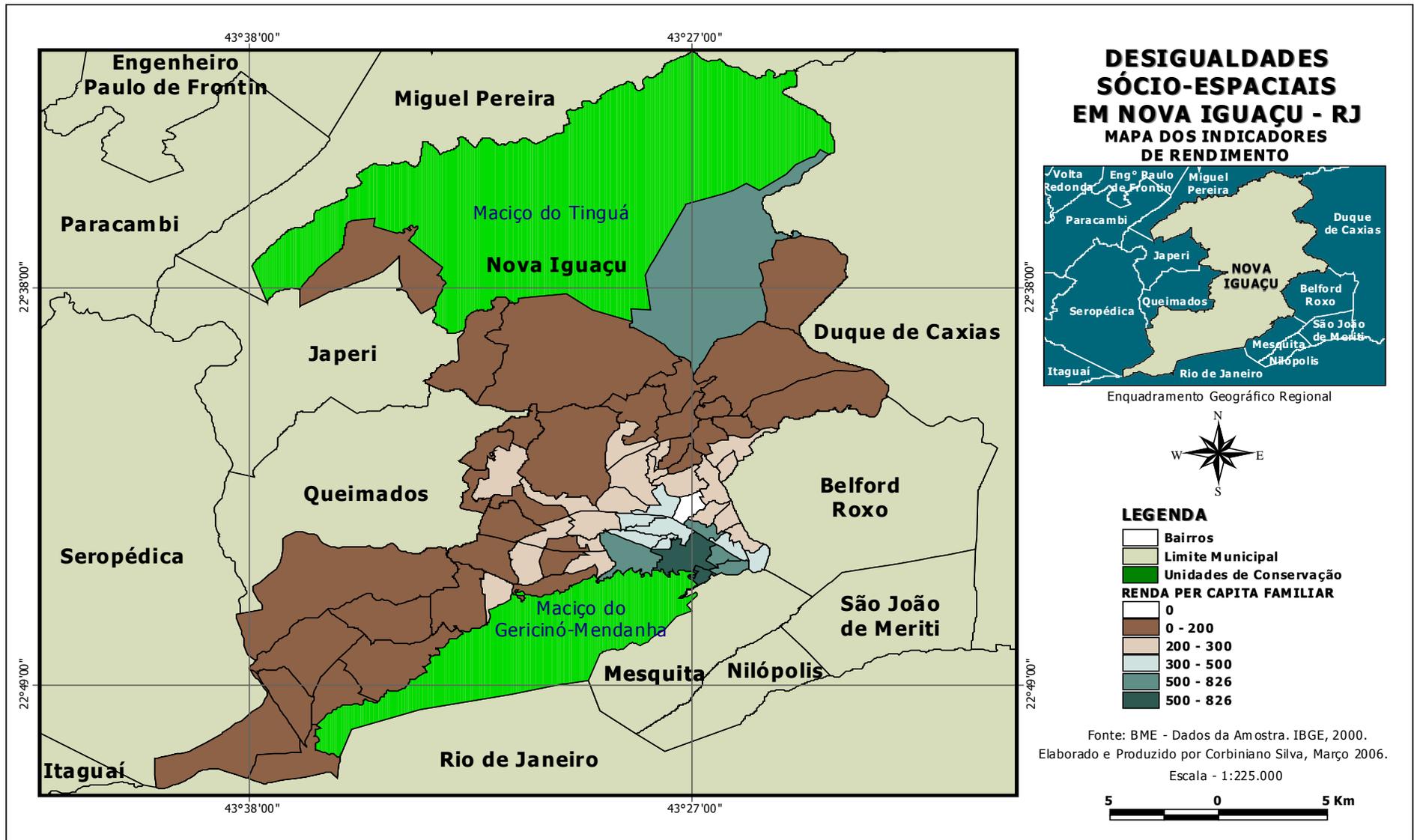












Admitindo que ao se examinar as condições de vida das juventudes iguaçuanas pode-se encontrar, por exemplo, em suas histórias particulares sucessivas experiências e/ou vivências que comprometem o seu presente e futuro, no capítulo seguinte procederemos à transcrição de algumas vozes juvenis, de moradores locais, pessoas envolvidas com a perspectiva de luta por melhores condições de vida para o conjunto da população do município, bem como alguns agentes do poder público local. Com isto esperamos apreender um pouco das opiniões e percepções do espaço vivido cotidianamente pelos munícipes.

## 4

### **Vozes da desigualdade sócio-espacial e das violências: percepções e opiniões de um espaço vivido**

O trabalho desenvolvido iniciou-se, conforme capítulo 1 e início do capítulo 2, com a reconstituição do processo de contextualização histórica que nos permite depreender a própria configuração da situação de vulnerabilidade e delinquência à qual estão submetidas amplas parcelas dos segmentos sociais juvenis. Pode-se admitir que a delinquência juvenil posta em relevo na França do século XIX se apresenta, de forma acirrada, no contexto atual da globalização embora os seus contornos sejam bastante diferenciados entre os diversos contextos territoriais.

No presente capítulo tem-se como objetivo reproduzir algumas das opiniões e percepções dos diferentes atores sociais locais acerca das condições de vida à qual estão submetidos; trata-se de dar voz aos protagonistas, atores, vítimas da desigualdade, também a voz institucional, que busca, no dia-a-dia das injustiças, compensar, minorar ou preparar os seus jovens no seu vir e porvir. Porém, antes de iniciarmos os relatos e a discussão dos aspectos captados nas falas dos jovens, cabe fazer uma breve explicitação do material coletado nas entrevistas para esse estudo.

O material obtido é proveniente das entrevistas realizadas junto aos atores locais de diversos segmentos sociais de alguns bairros da cidade de Nova Iguaçu. Para a realização da entrevista foram elaboradas algumas perguntas sobre as dimensões contempladas no conjunto de indicadores utilizados nos capítulos 2 e

3 para a mensuração das desigualdades socio-espaciais e caracterização da situação de vulnerabilidade vivida pelas juventudes da cidade em tela.

Foram entrevistados os seguintes informantes selecionados:

- a) duas mulheres de 50 anos;
- b) uma mulher de 60 anos;
- c) uma jovem adulta de 29 anos;
- d) dois jovens de 23 anos;
- e) duas jovens de 24 anos;
- f) dois jovens de 23 anos;
- g) um jovem de 22 anos;
- h) um jovem de 18 anos;
- i) um jovem de 17 anos
- j) o coordenador do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu;

As entrevistas foram realizadas nos respectivos locais de moradia e de trabalho dos entrevistados e foram baseadas na Pesquisa sobre Perfil da Juventude Brasileira realizada em 2003 pelo projeto “Juventude / Instituto de Cidadania”, com a parceria do Instituto de hospitalidade e do SEBRAE, cujo o universo pesquisado foi a população de 15 a 24 anos residente no território brasileiro; e no artigo de CARDIA, Nancy e SCHIFFER, Sueli, intitulado: “Violência e Desigualdade social” publicado na Revista Ciência e cultura, volume 54, número 1, São Paulo, junho-setembro de 2002.

Os temas abordados foram:

- ✓ Escolarização: neste item procurou-se saber o grau de escolarização de cada um deles (as) e dos seus familiares;
- ✓ Condição de ocupação: investigou-se se estavam ou não no mercado formal de trabalho;
- ✓ Setor de atividade em que trabalham: indagou-se sobre a atividade de trabalho desenvolvida por cada um dos entrevistados;
- ✓ Situação na família: buscou-se conhecer qual era a condição do entrevistado na família;
- ✓ Aspectos do bairro; foram valorizadas as questões inerentes aos aspectos considerados positivos e negativos no bairro de residência;
- ✓ Lazer e ocupação do tempo livre: levantou-se as atividades de lazer;
- ✓ Aspectos da violência e segurança: perguntou-se sobre as violências vividas na rua e no bairro;
- ✓ Aspectos ligados à juventude: sobre ser jovem, aspectos positivos e negativos de ser jovem, o que pensam sobre a escola, principais desafios a serem e/ou que são enfrentados;
- ✓ Expectativas em relação ao futuro: sonhos;
- ✓ Participação juvenil em movimentos culturais e espaços de socialização: locais que costumam freqüentar.

A minha inserção nos bairros onde foram realizadas as entrevistas foi viabilizada pelos meus contatos pessoais e através de uma grande amiga que contactou os seus familiares, explicando-lhes do que se tratava o meu trabalho e a importância da realização das entrevistas para a minha dissertação. Estes, por sua vez, me receberam carinhosa e gentilmente, percorrendo as ruas dos bairros

junto a mim, apontando os locais mais críticos e, ao mesmo tempo, me apresentando a população local para que eu pudesse realizar as entrevistas. Alguns não quiseram responder, em especial, os homens em idade adulta. De modo geral, os entrevistados pediram para que seus nomes não aparecessem nas entrevistas; daí eles(as) terem sido nominados(as) entrevistados(as) A, B, C, etc. Em um dos bairros em que realizei as entrevistas, alguns minutos após a minha permanência e conversa com os(as) moradores(as) locais, um homem postou-se na esquina da rua na posição de sentinela e lá permaneceu o tempo todo, se aproximando de mim e da moradora local (minha amiga) que estava me conduzindo. Este homem olhou insistentemente para a máquina fotográfica e o gravador digital que estavam em minhas mãos. A partir de então, julguei que seria prudente não fotografar o local.

As análises e, sobretudo, o trecho dos depoimentos que se seguem mostram um pouco da percepção do cotidiano vivido pelos grupos. Para a organização do material levantado partiu-se do ponto de vista já discutido nos capítulos anteriores. As entrevistas na íntegra se encontram dispostas na seção do anexo.

Pela tipologia obtida no capítulo 2 vimos que a maioria dos bairros da cidade de Nova Iguaçu além de apresentarem enormes desvantagens quanto ao acesso aos recursos sociais e econômicos são acrescidos do descaso do poder público no que concerne aos investimentos em serviços de infra-estrutura urbana que minimizariam a situação de precariedade a que está submetida a população iguaçuana.

No capítulo 3, ao cotejarmos os indicadores selecionados para caracterização da situação de vulnerabilidade dos segmentos sociais juvenis,

vimos que estes parecem ser reforçados pelas características locais de profunda desigualdade sócio-espacial; o quadro obtido ainda sugere que a maioria dos jovens vitimizados pela mortalidade por homicídio são aqueles pertencentes aos segmentos sociais mais pauperizados; argumento que se sustenta quando tomamos como referência os números das declarações de homicídio cotejados com os anos de escolaridade dos grupos alvos deste tipo de crime. Daí o recurso metodológico da vulnerabilidade ser de fundamental importância para denunciarmos a situação das condições de vivência numa época em que profundas transformações nas múltiplas dimensões da vida estão em curso.

#### 4.1

##### **Entrevista com agente local**

Entrevista realizada no dia 01 de fevereiro de 2006, quarta –feira, às 10 h e 15 minutos em uma Instituição Religiosa de orientação católica em Nova Iguaçu. Responsável pela Instituição: líder religioso (padre). As transcrições a seguir se referem aos aspectos das condições de vida da população de Nova Iguaçu e a violência. Optou-se por transcrever em separado algumas passagens na íntegra, tendo em vista a riqueza de detalhes fornecida pelo entrevistado.

##### ***Como é a situação da violência em Nova Iguaçu?***

A Baixada e Nova Iguaçu levaram a marca da violência e a fama também; até um tempo se dizia que Belford Roxo era a cidade mais violenta do mundo. Tudo isso tem fundamento na realidade, porque a marca da violência, de crimes e assassinatos e de outros tipos de violência e, sobretudo, a desigualdade social

que é a maior violência fazem parte da Baixada e de Nova Iguaçu; só que as propostas e projetos inovadores tanto da sociedade civil como do setor privado e de vários governos municipais na Baixada e de Nova Iguaçu podem potencializar nesta região e em Nova Iguaçu como uma região onde também a população luta por melhorias e a população tem propostas e projetos de educação; por isso, não é exagero transformar a Baixada e Nova Iguaçu em capital mundial da Educação nos quatro dias do fórum mundial de educação.

### ***Como você caracterizaria os bairros de Nova Iguaçu?!***

Eu diria que é muito melhor fazer uma leve comparação em dois níveis; um é o nível de abandono social, político e econômico que sempre caracterizaram a Baixada FLuminense e Nova Iguaçu, por terem sido objetos de políticas públicas de má qualidade, comparando, com o Rio de Janeiro, por exemplo.

Quando se pensa em fazer qualquer projeto para o Rio de Janeiro, se pensa em milhões, centenas de milhões; e, quando se pensa na BF e NI se pensa em centenas de milhas, e uma dezena de milhões. Todos os projetos para o RJ são grandes, tem visibilidade e são considerados prioritários. Então, quando se pensa em Nova Iguaçu, pensam que é interior; por isso, um exemplo bem simples: se fazem estradas que atravessam toda a cidade e essas estradas são estreitas e não tem passarela para pedestre, sinalização e acostamento, não tem drenagem, não tem infra-estrutura. As estradas estaduais em NI e na região da Baixada Fluminense são muito estritas. Então é uma concepção de como se faz; isso é uma discriminação que instala o contraste. Então para falar de bairros mais carentes em infra-estrutura temos que falar dos bairros que sempre são objetos de toda atenção do poder público. **Se faz muito e até obra de embelezamento o**

**que é um direito e é importante mas nas periferias...** Então nas periferias de Nova Iguaçu não é importante citar bairros por que tem bairros de IDH altíssimos que são quase comparáveis a alguns lugares do Rio, mas, quando você chega na região de Guandu, na região interna de Cabuçu, quando você chega na parte detrás da estrada da Palhada, quando você vai para o Jardim Roma, quando você chega a Austin ou ainda quando passamos da localidade de Caioaba em direção a Vila de Cava (principalmente na parte situada atrás do bairro), estes são lugares abandonados que nem parecem que fazem parte da cidade de Nova Iguaçu que encontramos no centro da cidade.

Esses bairros possuem valas abertas, onde, encontram-se pessoas, em especial os jovens, que pensam que se chegarem a concluir o Ensino Médio já é o bastante e suficiente. Isto acontece porque estes não foram educados com a perspectiva de que tem que ir para a universidade e se formar e necessitam de uma profissão. Então pensam que acabou porque a perspectiva dessas pessoas é conseguir um emprego de 1 a 2 salários mínimos.

Quando você encontra lugares onde nunca houve obras de saneamento básico ou quando você chega a regiões como a de Adrianópolis, de onde vem a água da região mas não tem água ou, quando você chega a região de Guandu, onde se tem a maior estação de captação e tratamento de água para o abastecimento da Baixada Fluminense e 30% da cidade do Rio de Janeiro, mas os seus habitantes não tem água canalizada e, em geral, utilizam ligações clandestinas (embora verifica-se que em algumas regiões as tarifas de uso da água inexistente são cobradas) fica caracterizado o estado de calamidade pública. Será que isso não chama a atenção dos governantes! Então você não entende como se dá o estado de precariedade e da violência nesses lugares. Em cada duas ou três ruas tem

uma boca de fumo dominada por traficantes de facções e/ou grupos diferentes. Daí encontrarmos nesses bairros um grupo ligado a tal ou outro comando, e assim por diante, com as pessoas vivendo numa expectativa do medo de alguma coisa acontecer cotidianamente. Essa região de Guandu e Cabuçu é uma região onde agentes da própria polícia dizem que são roubados em média 35 carros por mês, ou seja, numa região que contém de 8 a 10 bairros. Este tipo de crime está ligado a uma rede de desmanche de carros existente na via Dutra e em algumas regiões de Nova Iguaçu.

Então nós vivemos numa região onde as estatísticas de assassinato, no fundo no fundo, são parciais porque a polícia, os IMLs e os hospitais não conseguem registrar o número correspondente aos casos de assassinato. Algumas chacinas são levadas ao conhecimento do poder público, mas há outras chacinas onde os corpos são jogados no rio Guandu ou são levados para outros lugares bem distantes; há, ainda, as pessoas que somem e esses não chegam aos jornais e muito menos ao conhecimento do poder público.

Os setores de polícia e de segurança pública não são aparelhados em infraestrutura, capacitação em comunicação, em equipamentos de investigação para o enfrentamento dessa situação, são vítimas de violência também. O sistema de segurança pública nesse país, na região da Baixada Fluminense e em Nova Iguaçu não funciona para os pobres, eu digo muito bem: não funciona para pobres.

Então esse é o quadro que existe aqui em Nova Iguaçu. Segundo os levantamentos você vai ver que tem mais de 50% de casas e lotes que não têm título definitivo de proprietário do imóvel em que vivem; esta é uma questão fundiária de regularização da questão fundiária. Na área central, você vai

encontrar mais de 80% das propriedades regularizadas; onde vivem os pobres, você vai encontrar aproximadamente 90% das propriedades não são regularizadas, sendo que este fato se dá nas camadas mais desfavorecidas. Estas não conhecem a palavra título definitivo de propriedade. ninguém faz obra nas suas casas como deveriam, com a autorização da prefeitura por isso o crescimento desordem vem dentro desse contexto de abandono pelo poder público. E dizer que há 6 anos Nova Iguaçu era o 6º município em arrecadação de ICMS

Desde antigamente, há muito tempo e na mesma estrutura de descaso foi vista e atendida a região

***Quais são as principais demandas da população ao procurar a Instituição?***

A maior demanda dos que procuram a Instituição são para os diversos cursos nas áreas de economia solidária, geração de emprego e renda, de formação de liderança, de direitos humanos voltados segmentos sociais desfavorecidos, assessoria jurídica e apoio para quem não tem documento. Nós atendemos mais de 1000 pessoas por mês, **sendo que a grande maioria dessas pessoas não tem a mínima possibilidade de acessar os meios de defesa constituídos para aquisição dos seus direitos face o desconhecimento dos caminhos para o reconhecimento dos seus direitos**; nós temos uma quantidade enorme de mães solteiras abandonadas que não sabem como fazer para conseguir uma pensão alimentícia e pensam que não adiantam buscar nenhum mecanismo para conseguir pensão para seus filhos; temos uma quantidade enorme de pessoas que não conseguem ter assistência dos benefícios sociais do país por não terem documento; nós também temos uma quantidade muito grande de idosos e

deficientes físicos que não sabem que têm direito a receber mesmo que seja um benefício de assistência social. Essas pessoas são os pobres dentro das camadas mais pobres, porque são pobres em informação, pobres em educação e do conhecimento dos mecanismos para eles obterem os seus direitos e ao mesmo tempo, **são carentes de reconhecimento humano e econômico** e vivem em regiões de altíssimo abandono em infra-estrutura e essa é a realidade em NI e em algumas regiões da Baixada.

A maioria das mães solteiras está no grupo etário compreendido entre 16 e 35 anos. A maioria delas vivem em situações muito precárias; até porque **quando uma menina de 16 ou 17 anos fica grávida num contexto de machismo velado, em que os homens não são educados para a responsabilidade nos seus relacionamentos e nas suas vidas, jogam tudo na responsabilidade da mulher que assumem tudo.** De 16 até 18-19 anos sem nenhuma informação é onde a perspectiva de vida acaba e, onde a pessoa termina de viver aos 16 anos porque a pessoa é totalmente condenada a buscar um trabalho como empregada doméstica ou outra coisa numa perspectiva de ganhar um salário mínimo para sobreviver. Isso é toda uma perspectiva de vida da pessoa e não entra no caminho da mendicância porque buscar o caminho da assistência social até 50, 90 reais vale gás não sei o que ou coisas assim e pedir bolsas de compras estatais; muita gente vive em tal situação. É uma situação sub-humana e não tem projeto de assistência social que dá conta porque é um problema estrutural.

***Vocês recebem muitas denúncias sobre casos de violência?***

Sim. Recebemos muitas denúncias de violência

### ***Quais são as mais freqüentes?***

Em relação aos casos de estupro a minha estimativa é de que 90% dos casos de estupro não são notificados porque a população não tem o costume de denunciar esses casos; **como a mentalidade de vitimização dupla das mulheres que são vítimas de uma violência tão grande mas que também psicologicamente passam a ser humilhadas nas suas famílias, nos seus bairros e pela própria violência que sofreram nesse sentido porque para uma mulher o estupro é uma das maiores humilhações, e ainda mais a mulher como mulher carrega o estigma sozinha**; em geral não deixam os pais e a família saberem quando chega a saber não é levado a justiça e aos meios policiais então por isso dizer qualquer estatística não é relevante porque quando a gente chega na delegacia não há registros. Há muitos casos intra-familiares; nós temos casos do próprio pai, não só do padrasto o caso mais clássico e generalizado é do padrasto mas temos caso do próprio pai temos casos de primo entre família temos casos de irmãos adotivos e esse casos não são muito divulgados e não são muito conhecidos.

## **4.2**

### **Análise das entrevistas com a população local**

Através da leitura, análise e interpretação das entrevistas qualitativas pode-se observar que a problemática das carências de recursos econômicos, sociais e de infra-estrutura, materializadas nas desigualdades sócio-espaciais extravasam, muitíssimo, os resultados obtidos na tipologia construída no capítulo 2.

A percepção do descaso, negligência e omissão do poder público parecem transcender a insatisfação em relação ao contexto em que estão inseridas. Em

algumas falas fica explícita a descrença no poder público no que concerne a resolução dos problemas que afligem e deterioram ainda mais as condições de vida dos indivíduos no seu cotidiano, como ilustrado nas falas a seguir:

*“Para te dizer a verdade, no nosso bairro a **única coisa que a gente ainda tem aqui é a vida, porque a gente ainda tá vivo, mais nada de bom.** As ruas são precárias, água nós não temos, esgoto não temos.”*

*“**Nós fizemos tudo e não temos nada**”.*

*“**Tem muitos bairros com água encanada, luz, asfalto. Eu não sei o que acontece aqui nesse bairro? Aqui falta tudo pra gente**”.*

*“Eu acho que tudo deveria melhorar; a água e essa rua que não presta. **Nem água, parece que nós somos mendigos aqui porque os governantes não ligam pra gente**”. A água é de poço ou temos que comprar água mineral; o caminhão de lixo só passa quando quiser porque tem medo de subir a rua (porque ali é perigoso).*

*“**Água para beber eu tenho que pegar na minha mãe de balde ou garrafão e é longe pra caramba.** Eu encho um galãozinho pra beber e fazer comida; e pro uso, para lavar louça e tomar banho eu uso água do poço; quando tenho dinheiro compro água mineral.”*

*“O posto de saúde funciona até às cinco horas, mas após as 7 h e 30 min da manhã não tem mais número. Os ônibus funcionam até a meia-noite com horário. Se a gente passa mal de madrugada temos que ir a pé pro hospital ou esperar até às cinco horas da manhã.”*

*“**A salvação da Baixada é o trem**”.*

*“Pra gente se divertir tem que ir lá para Nova Iguaçu, aí fica caro, né?”*

*“**A diversão aqui é o baile funk, não tem mais nada**”.*

O desejo de mudar de vida, de mudar de bairro também foi recorrente nas declarações dos entrevistados.

***“Eu falo pro meu filho: vamos embora daqui!  
A gente tem muito sacrifício no trabalho é sol, é chuva, é pegar trem às  
quatro horas da manhã sem ter uma luz na rua. O que eles (governantes)  
fizeram pra gente?”***

*“Nós compramos este terreno e levantamos pô cansativo, né? Mas a gente tem  
que lutar porque sem luta a gente não consegue nada.”*

*“A vida do povo é a esperança”.*

A sensação de abandono, o desemprego, o subemprego e o aumento da violência aparecem como questões candentes nas falas dos moradores entrevistados. Uma parte das entrevistadas se encontravam desempregadas ou afastada do emprego por motivo de acidente de trabalho; outras, declararam trabalhar como diarista ou ser pensionista. Estas, por sua vez apresentaram um baixo grau de escolarização.

*“Eu não tô trabalhando agora. Eu me acidentei e to abrindo um negocinho pra mim”.*

*“Eu sou diarista. Trabalho todos os dias lá embaixo”.*

*“Eu estudei somente até a quarta série primária e tive que parar”.*

*“Eu estudei até o 1º ano do ensino médio. Eu parei porque parei. Ficava mais fácil, né; trabalhava o dia todo e estudava a noite. Aí não dava.”*

*“Eu estudei até 4ª série; eu parei porque meu pai ficou desempregado, né”.*

Especialmente, em relação à violência cotidiana parece prevalecer uma lógica de proteção individual que se contrapõe a uma lógica da proteção a vida da coletividade. Embora reconheçam que a Lei do Silêncio e o Poder Paralelo, atuam contra a manutenção do bem-estar coletivo, admitem que este, ao mesmo tempo, que desrespeita e amedronta as pessoas muitas vezes oferece algum tipo de proteção e segurança, por exemplo, quando fazem justiça com as próprias mãos. Outro aspecto percebido em relação à manifestação da violência diz respeito ao entendimento deste fenômeno como algo imputado diretamente ao corpo do sujeito. Quanto ao papel da instituição policial, nota-se, em algumas entrevistas, um imenso descrédito quanto à atuação da mesma na resolução de conflitos e manutenção da segurança.

*“No meu lado eu não tenho que queixar porque comigo nunca aconteceu nada. Tem um tarado aí solto. **Os garotos pegaram um deles e fizeram justiça com a própria mão.** Não é isso que a gente quer, mas a gente tem que sair a qualquer hora, tarde. Os garotos mataram e jogaram na Dutra”. **Os moleques ali botam a arma na cintura e saem por aí fazendo horrores.** Eles não estão respeitando ninguém. Eles saem a Deus dará.*

*“**Eu não tenho coragem de sair daqui e ir a Delegacia de Polícia denunciar eles. E eu também não sei se aqueles caras lá, quando chegar alguém com cinquenta reais não vai dizer quem denunciou eles**”.*

*“**A maioria deles são jovens que começam a experimentar drogas e fazer justiça com as próprias mãos porque não tem segurança. Nem nos próprios policiais a gente pode confiar**”.*

*“**Realmente tem muito que pedir pra Deus, por que não vi e não escutei e sou muda e cega.** Quer dizer, se você está na rua pode acontecer tudo. Você não vê um policial na rua”.*

*“**Lá na frente eu não passo mais não. É uma escuridão danada. A menina foi assaltada quando ia trabalhar às quatro, quatro e meia da manhã. Ela foi assaltada no valão. Ela só pode sair nesse horário. Fazer o quê? Metade é claro, metade é escuro.** Ninguém toma providência. Eu tenho medo de ficar em casa sozinha, mas fazer o quê?”.*

*“Eu não vejo nada. Fico o tempo todo fora de casa. Eu não sei de nada. **Eu fico com medo, né. Não tem nada perto, um cantão danado. Eu também tenho medo de ficar em casa**”.*

*“Eu nunca vi violência não. **É tranquilo porque lá tem um poderoso chefão lá que controla.** Eu me sinto segura a qualquer hora do dia”.*

### 4.3

#### **Análise das entrevistas realizadas com os jovens**

Um pouco mais da metade dos jovens entrevistados \_de ambos os sexos\_ nasceram na cidade em que moram. Os demais, são procedentes da cidade do Rio de Janeiro e foram morar em Nova Iguaçu em fases diferenciadas de suas vidas.

Quanto a ter ou não religião ou ainda em relação aos motivos que levam estes jovens a freqüentarem instituições religiosas, alguns disseram não ter uma religião; por outro lado admitiram que às vezes gostam de freqüentar a igreja por motivos diversos.

*Eu sou católica, mas vou a igreja [evangélica] com meu marido. Gosto do canto, dos amigos.*

*“Mas não, não tenho nenhuma religião certa não. Vou a Igreja às vezes. **Vou pra receber um pouco das bênçãos de Deus**”.*

Sobre a condição na família as respostas revelaram que alguns são solteiros e outros já são amigado (a) e /ou casado(a) conforme definição dos mesmos. Em geral, quase todos, inclusive os amigados(as) moravam com nas casas das suas respectivas mães ou no terreno da mesma.

*“Moro com a minha esposa numa casa no terreno da minha mãe”.*

*“Moro com meu esposo na casa da minha sogra”.*

Quanto à chefia do domicílio, alguns declararam que a responsável pelo sustento de todos eram as suas mães. Outros declararam que eram eles mesmos. Outros disseram, ainda, alternar a situação de chefia do domicílio com a mãe.

*“É minha mãe quando ela ta trabalhando. Quando eu to trabalhando o chefe sou eu. Tem que ser, né?! Tem que correr atrás. **Pô desde os meus treze anos eu sou de correr atrás.** Pô de chegar assim e ver uma velhinha e aí, pô, pedir pra capinar”.*

Alguns jovens declararam ser pai ou mãe, embora, financeiramente não tenham como assumir a responsabilidade integral sobre seus filhos(as). Quanto ao planejamento da gravidez, exclusive aqueles que não responderam, as respostas foram não e que o fato já era esprado.

*“Tenho dois filhos. Uma de oito e outra de quatro com mulheres diferentes. Eu ajudo cuidar assim, em termos de educação, mas financeiramente são os avós”.*

*“Tenho um filho de um ano. Sou eu mesmo que cuido”.*

*“Nem sim, nem não, porque a gente sabia que podia acontecer”.*

Quanto ao contato com os pais e mães diariamente, as situações são diversas. Alguns só vêem os seus pais e/ou mães em determinados dias da

semana; outros vêm sempre e alguns disseram que agora consegue vê-los (as) porque a mãe está desempregada.

*“Pô agora vejo. Minha mãe não ta trabalhando porque a mulher mandou ela embora. Aí ela tá em casa esperando pintar outro serviço, aí, pra ela”.*

Ainda com relação às tarefas domésticas as respostas também foram diversas. E, quanto ao número de pessoas que moram no domicílio, estes variaram de duas a sete pessoas.

*“De vez em quando senão acostuma”.*

*“Pô, quando a minha mãe tava trabalhando quem cuidava era eu; eu que fazia tudo em casa, eu que fazia comida. Mas agora que ela ta em casa é ela que faz pra eles e pra mim, mas eu ajudo ela nos deveres de casa”.*

Nas respostas referentes ao que a instituição escola representa e/ou a visão dos jovens, depreendeu-se que esta instituição não é percebida por estes jovens apenas como um espaço de socialização. Apesar da percepção de que a escola, em particular, a pública não respondem adequadamente as necessidades de formação requeridas a uma melhor inserção no mercado de trabalho, esta ainda é vista como o locus principal de acesso aos saberes e conhecimentos formais concebidos como essenciais à ascensão social. Embora pareça paradoxal, a fala dos jovens transparece a importância desta instituição para alguns. Estes reconhecem que está cada vez mais difícil a manutenção da sobrevivência das camadas sociais menos favorecidas. Os níveis de escolarização dos jovens variou bastante \_ dos que pararam na antiga quarta série até aqueles que já terminaram o ensino médio. Entre aqueles que souberam

responder até que série os seus pais e mães estudaram, o grau de escolarização não ultrapassava o ensino fundamental completo \_antigo primeiro grau.

*“As escolas particulares são melhores que as públicas, o ensino é muito fraco e ruim. É por isso que ninguém passa no vestibular. O ensino é muito ruim”.*

*“Eu vou falar a verdade pra você: eu não gostava de estudar; eu gostava das amizades e dos professores que não eram ruins. Eles sempre foram legais. Eu conclui o ensino médio com 21 anos. Pra falar a verdade, eu não gosto de estudar, mas tem que correr atrás pra poder ter uma profissão aí, pra poder ver a vida aí, e fazer uma faculdade quem sabe. A escola é um lugar legal porque você conhece novas pessoas, novos amigos, porque você alguém que de força; tem uns que não. A professora também chega em cima de você e fala: Pô corre atrás mesmo. É isso aí. Você vê quem quer te ajudar; tem outros não, que querem te atrasar”.*

Ao serem perguntados se os seu pais os incentivam a estudar, todos responderam de forma unânime que sim.

*“Sim, muito. Minha mãe queria que eu fizesse faculdade”.*

*“Muito. Eu não podia faltar, puxava a orelha; nota vermelha não podia”.*

*“Incentivam. Meu pai e minha mãe, caraca, só falta me bater mesmo. Meu pai e minha mãe, pô, sempre manda eu ir pra escola, não faltar aula porque no futuro sem estudo não é legal. Aí, é isso cara”.*

Muitos declaram já terem trabalhado em atividades diversas, embora, poucas vezes com carteira assinada.

*“Sim, **eu já trabalhei de carteira assinada** no Mc Donald’s. Eu fiquei pouco tempo porque é muito cansativo; eu sai. Aqui não tem trabalho, só lá em baixo [Centro da Cidade do Rio e Zona Sul]. Os gastos de passagem são muito altos e ninguém pagar o vale – transporte; por isso é difícil a gente conseguir emprego. Quando a gente consegue alguma coisa, eles pedem experiência, mas se gente nunca trabalhou como é que a gente vai ter experiência?”*

*“Nunca trabalhei com carteira assinada trabalho como cabeleireiro; eu faço uns desenhos. Trabalho a uns 4 anos e meio com isso não como começou, quem foi o primeiro. Ah... foi um dom de Deus. Eu nunca fiz curso. Conto com o dinheiro do cabelo”.*

*“Eu trabalhei em lava jato, em obra, numa farmácia em Copacabana e m Realengo e no Méier. Eu estava trabalhando como eletricista, eu não sou profissional. E agora, estou desempregado, faço bicos”.*

*“Eu já trabalhei cuidando criança, em casa de madame e vendendo salgado na rua. Agora estou desempregada”.*

*“Já trabalhei. O último, agora, que eu trabalhei foi na farmácia, mas eu sai porque é um trabalho doido, aí! O cara que arrumo trabalho pra menor de idade, trabalho aí pra gente, a gente tem da R\$ 50,00 pra ele. Que é aí no caso da blusa e pra casa deles lá que eles moram. Aí todo mês ele ainda descontava R\$70,00 do nosso dinheiro, entendeu? Aí eu recebia 184 [reais] por mês fora o vale passagem, eu fui e sai por causa disso, trabalhando pros outros não dá”.*

Sobre o que consideram importante para conseguir emprego, as respostas apresentadas reiteram um dos aspectos abordados sobre a percepção da escola, ou seja, a consideração de que a formação profissional e a capacitação são indispensáveis para conseguir uma melhor colocação no mercado formal de trabalho, visto como meio de acesso aos bens econômicos e sociais. embora os jovens aqui entrevistados tenham essa opinião, as suas histórias denunciam a inserção precoce e a exploração da sua mão-de-obra e a adultização; inserção motivada por motivos que vão desde a necessidade da garantia do sustento do lar e complementação dos rendimentos até o desejo de obtenção de artigos de uso pessoal. A lógica da individualização também se faz notar, uma vez que atribuem os insucessos e fracassos na busca das suas aspirações pessoais a si próprio. Um outro aspecto a ser ressaltado é importância de se conseguir um emprego de carteira assinada, ou ainda, de trabalharem em condições convencionalmente autorizadas pela sociedade.

*“Pra mim o principal para conseguir um trabalho é ter muita capacitação profissional, eu tenho; mas todo mundo pede experiência. Às vezes a gente até consegue com alguma indicação. Aqui é assim”.*

***“Estudo. Fundamental. Uma computação; um curso de inglês e informática é bom pra você conseguir um estudo maneiro. Estudo, muito estudo”.***

Sobre o bairro em que vivem a maioria admitiu gostar do local em que vivem. Quanto ao que há de melhor e pior no bairro, embora fosse consensual a idéia de que não há nada de interessante para se fazer, em uma das falas fica explícito o reconhecimento da homogeneização da condição de pobreza como um entrave a prática de discriminação. A questão da violência também foi um aspecto bastante ressaltado. Para alguns, a violência existente não causa tanto susto pois dizem que sabe quem são os seus agentes; para outros, a violência pode lhes retirar a vida a qualquer momento. Nas falas dos jovens (assim como dos adultos) nota-se que a idéia acerca da violência aparece diretamente ligada a inflição direta do uso da força e/ou objetos de agressão sobre o corpo.

***“Sim. O bom daqui é que não tem discriminação; se é pobre, não tem dinheiro...Por isso é que gosto deste lugar”.***

*“Pô, numa fase eu gosto e me outra não. Pô por causa de que em outras não? Porque aqui é muito perigoso. **Todo dia passa uns moleques aí, armado – essas paradas aí, um negócio de facções falando Comando Vermelho.** E eles mesmos estancam a gente. Estranham os moradores todinho, entendeu? A gente não tem nada ver e eles querem meter bronca pra cima da gente: assim não sei o que, ficam chamando agente de “três cú”, só porque a gente não fecha com ninguém. Somos assim. Pô, entendeu? Queremos viver em paz, o que a gente quer é mais paz nesse lugar! E uma coisa que dificilmente passa é polícia, só lá pra cima, pra lá. Mas aqui no bairro não passa carro de polícia”.*

*“Pra mim aos piores problemas do bairro são a falta de segurança e a corrupção e os melhores não sei. Ah...coleta de lixo é irregular, água não tem nem esgoto. Não tem nada, né? As crianças aqui sofrem muito. Diversão aqui é ficar no portão falando da vida dos outros”.*

*“As melhores coisas são condução, vizinhos legais. As piores coisas é a área de lazer, aqui fica tudo longe. **Lazer não tem o que tu vê são pessoas desempregadas, tem mais assim pedreiros, cabeleireiros, que cortam o cabelo e fazem uma obra três meses e fica um ano parado até arrumar uma coisa.** Coleta de lixo passa quando quer dinheiro, a biblioteca tem e fica disposta pra quem quiser ir. Você vai lá pesquisar, pega o livro e marca pra devolver. A educação das crianças é ruim, as crianças são muito largadas é ó colégio e rua. Aqui não tem uma educação física pra fazer, teatro, cinema”.*

*“Eu não sei dizer o que é melhor ou pior porque não tem nada aqui”.*

*“Melhor? Não tem nada de melhor neste lugar. Pior: saúde e o tráfico de drogas”.*

*“Vou ser sincero pra você. Nada de bom tem nesse lugar, muito mal, aquele campo velho ali, muito mal feito, pra gente jogar uma bola; muito mal feito pra gente jogar nossa bola no dia de domingo. [...]. Pô, aqui tinha que ter uma área lazer, uma pracinha pras crianças brincar e pra gente também uma quadra de humilde assim pra gente bater uma bolinha. Pô ali tem um terreno assim abandonado que daria muito bem pra fazer uma parada na moral, mas pô **o prefeito não vem aqui no nosso bairro; num dá nem role aqui pra ver as coisas”.***

Quanto à ocorrência de eventos violentos no bairro e de já ter presenciado algum desses fatos, a maioria disse ser comum, embora alguns disseram não ter presenciado.

*“De vezes em quando aparece gente morta, polícia batendo em trabalhador. De vez em quando aparece essas coisas assim”.*

*“A violência não é tanta; dá pra você se safar porque você se acostuma, sabe quem é quem. Aqui é terra de ninguém, você mesmo faz justiça, aqui a gente se vira. Eu já vi várias cenas de violência, brigas, mortes, tiros, etc”.*

*“Gente morta eu já cansei de ver. A maioria das vezes as pessoas descetes quando vêem a polícia entram pra dentro porque não vai apanhar a troco de nada. Tiros? De vez em quando a gente escuta mais é mais de madrugada”.*

Todos os (as) entrevistados disseram não ter participado em trabalhos sociais, com exceção de um jovem que disse ter feito parte do grupo musical *\_tocava bateria\_* da igreja evangélica que freqüentava.

Quanto ao que é ser jovem, as aspirações de liberdade, curtir e aproveitar a vida e se divertir apareceram como sinônimo de juventude. Ainda em relação as piores e melhores coisas de ser jovem, curtir a vida e as mulheres foram apontadas como as melhores coisas; a entrada no mercado de trabalho foi um dos principais fatores.

“É ter muita liberdade, mas também tive tanta responsabilidade tão cedo que eu não sei nem o que é ser jovem”.

“É questão de cabeça. Tem gente que pensa que quando chega aos 20 anos, já não é mais jovem, é maduro, adulto, coroa. Pô, mas não tem nada a ver. Eu pelo menos penso assim: eu pra sempre vou ser jovem. Eu gosto de ser brincalhão de zoar”.

“As piores coisas são a necessidade de ter o primeiro emprego, aí, as pessoas têm mais dificuldade pra ter”.

“O que é melhor? É que muitas mulher, entendeu? Isso é o melhor! **Pior são as atentações entendeu?** Fica com a mente assim pensando em fazer besteira, são as fraquezas de fazer alguma besteira”.

Quanto aos problemas que mais lhes preocupam, a violência e o desemprego foram os mais ressaltados. E, dentre os assuntos que mais lhe interessam na atualidade, foram apontados temas como a fome, crianças em situação de rua, esportes e política.

*“Eu me interesse por esportes. Eu gostaria de jogar futebol”.*

***“Se eu pudesse ajudaria nem que fosse uma, duas, três pessoas, eu ajudaria, mas como eu não tenho como me sustentar direito como é que vou ajudar essas pessoas. Pô se o presidente que é o presidente que tá cheio de milhão, cheio de dinheiro não pode ajudar como é que eu vou ajudar. É difícil. Só Deus mesmo”.***

Em relação a quando uma pessoa deixa de ser jovem, neste trecho da entrevista foi possível observar dois tipos de discurso; um associado à constituição da família e amadurecimento e um outro voltado à idéia de fim de vida.

*“Eu acho que a pessoa nunca deixa de ser jovem. Mas eu acho que é quando passa a ter mais responsabilidade com a vida”.*

*“A gente é jovem pra sempre”.*

O ideal do bom emprego, da constituição da família e de poder investir na profissão que acreditam fazem parte do sonho dos jovens entrevistados.

*“Bom, é ter meu lar, minha casa e casar”.*

*“Ter um emprego melhor, ganhar dinheiro pra dar uma vida melhor para os meus parentes”.*

*“Pô o meu sonho mesmo de verdade é ser jogador de futebol. Eu gosto muito de jogar bola. Inclusive eu fui fazer um teste lá no Vasco eu tinha ganhado uma chance lá, mas... Aí deixaram eu fazer, eu mostrei o meu futebol, mas eu joguei na moral. **Mas só que falaram que era tudo de graça, né?** Aí eu joguei, passei, só que o cara falou que eu tinha que pagar R\$ 80,00 todo mês. Mas onde eu vou tirar R\$ 80,00 todo mês. Não tem como, né? Oportunidade eu tive”.*

O roteiro de entrevista foi finalizado com pergunta sobre o que fariam para mudar suas vidas, o seu bairro e o mundo. Assim, como nos demais aspectos

abordados as respostas variaram, conforme podemos observar nos trechos abaixo.

*“Penso que os jovens até podem contribuir para melhorar o lugar mas não tem recursos. Aí cada um se vira como pode. Para mudar a vida e o mundo: eu tiraria toda violência, sacanagem e falta de honestidade”.*

*“[...] Se pudesse mudar a minha vida e do mundo tiraria um pouco dessa miséria, um pouco dessa guerra. Se o mundo vivesse mais em harmonia seria melhor”.*

*“Eu mudaria, pô aí, para muito melhor. Eu acho que faria assim, aí.: um mundo de mar de estrelas, daria tudo que outros quisessem entendeu? Nenhum diferente dos outros, entendeu. Tudo que você tem a pessoa tem também. **?Eu acho que se o mundo fosse assim, sem desigualdades, seria bem melhor”.***

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como eixo estruturante de análise a reconstrução de desigualdades sócio-espaciais e sua influência nas condições de vulnerabilidade juvenil, este trabalho adotou um procedimento metodológico que partiu da reconstituição histórica da configuração da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e do município selecionado *Nova Iguaçu* como recurso interpretativo das características e especificidades encontradas no fenômeno em estudo.

De fato, pode-se perceber mediante a análise empreendida, como a transformação territorial foi consolidando as desigualdades sócio-espaciais que se perpetuaram, assumiram novos contornos, se complexificaram e, hoje acenam como reflexo da heteronomia presente na luta cotidiana pelo domínio / apropriação de territórios.

Da metrópole ao município, do município aos bairros, a reconstituição permitiu destacar as especificidades da segregação sócio-espacial em distintas escalas. A especificidade de transformação de um espaço cuja dinâmica econômica era de vocação agrária *\_cana, café, laranja\_* vai sendo gradativamente absorvido pela necessidade de expansão da área metropolitana. No estudo da dinâmica intra-urbana pode-se perceber as distintas temporalidades de transformação, uma vez que justamente o atual núcleo de Nova Iguaçu foi a área que manifestou um processo mais longo de (re) territorialização, até assumir, integralmente, uma forma de urbanização periférica metropolitana.

Após uma exaustiva exploração dos indicadores a nível municipal o recurso metodológico da construção de uma tipologia envolvendo 68 bairros permitiu a

verificação de que esses cinco tipos comprovam eloqüentemente a desigualdade sócio-espacial interna.

A análise da vulnerabilidade das juventudes iguaçuanas associa-se nitidamente a hierarquia sócio-econômica-espacial refletida nos tipos construído evidenciando, desse modo, o quanto as condições locais têm contribuído para acirrar o quadro de vulnerabilidade desse segmento populacional. Essas evidências empíricas permitem a confirmação de que não é possível pensar todo e qualquer processo social sem que consideremos as categorias espaço e território no escopo da análise, tendo em vista que as organizações sócio-espaciais podem contribuir para minimizar e/ou aprofundar a deterioração das condições de vida cidadina.

Na análise qualitativa empreendida as entrevistas revelam que as condições de vida da maioria populacional e dos segmentos juvenis extravasam os resultados obtidos na tipologia. As vozes falantes manifestaram o quanto o descaso e a negligência do poder público lhes impelem a buscar estratégias de enfrentamento das condições tão adversas a que estão submetidos cotidianamente.

## Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). Retratos da juventude brasileira. *Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de e SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.). *Juventude em debate*. 2ª edição. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, nº16, p. 143-176, julho, 2002.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/Jorge Zahar Editor, 1988.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, nº 8, 84-135, dez. 2002.

\_\_\_\_\_. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro, ANPOCS, nº 35, p.1-72, 1º semestre, 1993.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.

AMARO, Sarita. *Crianças vítimas de violência: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência. Uma nova teoria científica*. Porto Alegre: AGE Editora, 2003.

ASSIS, Simone Gonçalves de. Desigualdade e exclusão, atalhos para a violência. In: <http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto>. Acessado no dia 05 de outubro de 2005.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Versão 1.0.1. Brasília: IPEADATA, 2003. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>.

AZEVEDO, S. de. "Planejamento, cidade e democracia: reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90". *Anais do XVII Encontro anual ANPOCS*. Caxambu-MG, (1996).

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BEATO, Cláudio C. Filho, ASSUNÇÃO, Renato M., SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da *et al*. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, vol. 17, nº 5, out., 2001.

BEATO, Cláudio C. Filho. Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 37, jun., 1998.

BEATO, Cláudio. Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime. In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BERNARDES, Júlia Adão. *Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências/UFRJ, 1983.  
(Dissertação de mestrado em geografia).

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro, ANPOCS, nº 3, p. 46-61, 2º semestre, 1991.

BRANDÃO, Simone; BRITTO, Ângela; OLIVEIRA, Débora Santana e VIEIRA, Marisa. Criminalidade e desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro: Uma análise da distribuição espacial da mortalidade por homicídios na população masculina jovem segundo as características sociais e econômicas municipais. In: *Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Caxambu-MG, set., 2004.

Câmara dos deputados: Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Impunidade na Baixada Fluminense. *Relatório 2005*. Centro de documentação e informação, Brasília, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2ª edição, São Paulo: EDUSP, 2003.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio e POLETO, Frederico Z. Homicídio e Violação de Direitos Humanos em São Paulo. *NEV/USP*, 2003.

CARDIA, Nancy e SCHIFFER, Sueli. Violência e desigualdade social. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php>.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. São Paulo: Editora CONTEXTO, 1999.

\_\_\_\_\_. O Espaço e o Tempo Sociais no Cotidiano. *Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana \_AGB - Comissão de Assuntos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. *Revista Território*. Rio de Janeiro: Laget-UFRJ, 1996.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2004.

FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio (orgs). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

FREITAS, Eny Devay de; PAIM, Jairnilson Silva; SILVA, Lúgia Maria Vieira da e COSTA, Maria da conceição Nascimento. *Evolução e distribuição espacial da*

mortalidade por causas externas em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de saúde Pública*. Rio de Janeiro, out.-dez., 2000.

FUNDAÇÃO CIDE. *Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole. O que a globalização está fazendo de nós*. 4ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000, dados da amostra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/bme>.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. *Indicadores sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações*. Campinas: Alínea, 2003.

JANNUZZI, P. M.; MARTIGNONI E.M. Déficit Social nos municípios brasileiros: Uma proposta de indicadores para diagnósticos e implementação de programas sociais emergenciais. Rio de Janeiro, [s.n], 2003. 3º *Seminário Fluminense de Indicadores*. Rio de Janeiro, Fundação CIDE, 2003.

JORGE, Maria Helena P. de Mello. Como morrem nossos jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.*, CNPD, Brasília, vol. 1, p. 209-289, 1998.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: Entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

LAGO, Luciana Correa do. *Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise*. São Paulo e Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

\_\_\_\_\_. Divisão socioespacial e mobilidade residencial: reprodução ou alteração das fronteiras espaciais? Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatório/pubs.htm>. Acessado em 20 de setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Estruturação socioespacial na metrópole do Rio de Janeiro: reprodução ou alteração nas condições de não acesso ao urbano? Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatório/pubs.htm>. Acessado em 20 de setembro de 2005.

MACEDO, Adriana c.; PAIM, Jairnilson S.; SILVA, Lígia M Vieira da e COSTA, Maria da Conceição N. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/usp>. Acessado em 05 de janeiro de 2006.

MAFFESOLI, Michel. *O INSTANTE ETERNO o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Editora ZOUK, 2003.

MAIA, Juliana Guaraná Vieira. *Boletim de conjuntura – violência*. Rio de Janeiro, FGV, abril, 2005.

Matéria publicada no jornal Folha de São Paulo em 20 de fevereiro de 2006.  
*Encruzilhada: pesquisa em regiões metropolitanas aponta dificuldade dos brasileiros entre 15 e 24 anos de encontrar atividade.*

Minayo, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, p. 278-292, jul/set, 1990.

\_\_\_\_\_. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, p. 23-26, out., 2005.

MISSE, Michel. Crime e Pobreza : velhos enfoques novos problemas. In: Boas, Gláucia V. e Gonçalves, Marco A. (org.). *O Brasil na virada do Século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1985.

MORAES Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

MORAIS, Regis de. *O que é violência urbana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MUSUMECI, Leonarda. Homicídios no Rio de Janeiro: tragédia em busca de políticas. *Boletim Segurança e Cidadania*. CESEC/UCAM, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, 2002.

NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, Jane Souto de (org.). *O Traço da Desigualdade Social no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. (1993).

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. Revista *Geographia*, departamento de Geografia-UFF, nº 1, Rio de Janeiro: EDUFF, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde – 10ª Revisão*. São Paulo, CBCD, 1995.

PAIXÃO, A. L.. A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos e mitos, e teorias e linguagens. *Religião e Sociedade*, 1990.

PEIXOTO, Rui Afrânio. *História cronológica do Município de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal de Hoje, 1993.

PEREIRA, Waldick. *Álbum fotográfico de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: IHGNI/FENIG, 1978.

\_\_\_\_\_. *A mudança da vila (História Iguaçuana)*. Nova Iguaçu: Arsgráfica, 1970.

PHEBO, Luciana. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. Disponível em: <http://www.iser.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start>.

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu. *De Iguassú a Nova Iguaçu: 170 anos, 1833-2003*. Nova Iguaçu,

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatório/pubs.htm>.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudo sócio-econômico, out.,2005.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e LAGO, Luciana Corrêa do. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. In: BÓGUS, Lúcia M.; RIBEIRO, Luiz César de Q. (orgs). *Cadernos metrópole: desigualdade e governança*. São Paulo, nº 4, ano 2, 2000.

ROLNIK. Raquel. Exclusão territorial e violência. In: Fernandes, Edésio e Valença, Márcio Moraes. *Brasil urbano*. São Paulo: MAUAD, p. 111-130, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: HUCITEC. 1996.

\_\_\_\_\_. *A Urbanização brasileira*. 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Pobreza Urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

\_\_\_\_\_. *Espaço & método*. 4ª edição. São Paulo: NOBEL, 1985.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo : EDUSP, 5ª edição, 2004.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 5ª edição, 2000.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Território e Sociedade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. *Território: Globalização e Fragmentação*. 5ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC-ANPUR, 2002.

SILVA, Cátia Aida. *Acesso à justiça: uma leitura dos direitos e da cidadania no Brasil contemporâneo*. IFCH, UNICAMP, junho, 2002.

SILVA, Helena Oliveira da e SILVA, Jailson de Souza e. *Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil: conceitos, dados e proposições*. São Paulo: Global Editora–Unicef, 2005.

SILVA, Jailson de Souza e FONTES, Adriana. Decifra-me ou nos devoramos: considerações sobre a juventude no/do Rio de Janeiro. In: *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro, ano I, nº 1.

Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará:ISER, 1996.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu. Absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, nº 2, ano XVII, IBGE, abr. / jun., 1995.

SOUZA, Luis A. F. de. Direitos Humanos e Violência. A geografia do crime e a insegurança na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo. *NEV/USP*, São Paulo, 2002.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O ABC do desenvolvimento urbano*. 2ª edição, Rio de Janeiro:BERTRAND BRASIL, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Desafio Metropolitano. A problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro:BERTRAND BRASIL, 2000.

\_\_\_\_\_. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, ano 8, números 2/3, p.25-39, 1994.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula e BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17, 2003.

WACQUANT, Löic. *As prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WAISELFISZ, Jacobo. *Mapa da violência III*. Brasília: UNESCO, 2002.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba e MONTEIRO, M. Determinantes sócio-econômicos da mortalidade de jovens no município do Rio de Janeiro. Paper preparado para o *XXI Encontro Anual da ANPOCS*. Mimeo, 1998.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. Crime, medo e política. *Sociedade e Estado*. Brasília: Departamento de sociologia da Universidade de Brasília, vol.X, nº 2, jul./dez., p. 391-416, 1995.

\_\_\_\_\_. *Integração perversa pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. *Memorial da violência*. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, nov., 1994.

\_\_\_\_\_ Teleguiados e Chefes: Juventude e Crime. *Religião e Sociedade*, nº 15, p. 54-67, jan., 1990.

\_\_\_\_\_ Violência e Crime. In: MICELI, Sérgio (org). *O que ler nas ciências sociais brasileiras*. São Paulo: Sumaré, vol 1, p. 13-107, 1999.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)